

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	11
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	12
1.5 Principais clientes	18
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	19
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	25
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	26
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	27
1.10 Informações de sociedade de economia mista	30
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	31
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	32
1.13 Acordos de acionistas	33
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	34
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	35
1.16 Outras informações relevantes	36
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	37
2.2 Resultados operacional e financeiro	45
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	48
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	49
2.5 Medições não contábeis	50
2.6 Eventos subsequentes as DFs	56
2.7 Destinação de resultados	57
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	58
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	59
2.10 Planos de negócios	60
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	62
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	63
3.2 Acompanhamento das projeções	64

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	65
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	102
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	103
4.4 Processos não sigilosos relevantes	105
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	111
4.6 Processos sigilosos relevantes	112
4.7 Outras contingências relevantes	113
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	114
5.2 Descrição dos controles internos	118
5.3 Programa de integridade	128
5.4 Alterações significativas	132
5.5 Outras informações relevantes	133
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	134
6.3 Distribuição de capital	146
6.4 Participação em sociedades	147
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	148
6.6 Outras informações relevantes	149
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	150
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	156
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	157
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	167
7.4 Composição dos comitês	183
7.5 Relações familiares	193
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	194
7.7 Acordos/seguros de administradores	195
7.8 Outras informações relevantes	196
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	203

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	212
8.3 Remuneração variável	216
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	217
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	221
8.6 Outorga de opções de compra de ações	222
8.7 Opções em aberto	224
8.8 Opções exercidas e ações entregues	225
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	226
8.10 Outorga de ações	227
8.11 Ações entregues	228
8.12 Precificação das ações/opções	229
8.13 Participações detidas por órgão	231
8.14 Planos de previdência	232
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	234
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	236
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	237
8.18 Remuneração - Outras funções	238
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	239
8.20 Outras informações relevantes	240
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	241
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	242
9.4 Outras informações relevantes	243
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	244
10.1 Descrição dos recursos humanos	246
10.2 Alterações relevantes	253
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	254
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	257
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	258
10.5 Outras informações relevantes	259
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	260
11.2 Transações com partes relacionadas	262
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	267
11.3 Outras informações relevantes	272
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	273
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	274
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	275
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	288
12.5 Mercados de negociação no Brasil	289
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	290
12.7 Títulos emitidos no exterior	291
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	292
12.9 Outras informações relevantes	293
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	295
13.1 Declaração do diretor presidente	296
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	297
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	298

1.1 Histórico do emissor

1.1 Histórico do emissor

A C&A Modas S.A. ("Companhia" ou "C&A") foi fundada em 1841 pelos irmãos holandeses Clemens e August e suas iniciais deram origem ao nome da marca. A C&A foi pioneira na confecção de roupas prontas para usar e hoje está entre as maiores cadeias varejistas de moda do mundo. A marca C&A tem presença em 17 países da Europa, no México e no Brasil, com aproximadamente 1.800 lojas.

No Brasil, a marca C&A está presente no mercado desde 1976, tendo inaugurado sua primeira loja no Shopping Ibirapuera, em São Paulo, e sendo precursora do conceito "*fast fashion*". Nesse momento inicial, as operações da marca C&A ocorriam por meio de outras sociedades, as quais, posteriormente, passaram por transformações societárias, resultando na constituição da Companhia em 1981.

Em 1989, Sebastião Aparecido Fonseca, mais conhecido como "Sebastian" ou "Sebastian Soul", foi nomeado como o primeiro embaixador da marca C&A no Brasil. Sua atuação foi marcante no meio publicitário com o uso do slogan "abuse e use", tendo sido por mais de vinte anos garoto-propaganda da rede de lojas de vestuário C&A.

Em 2001, para marcar o 25º aniversário da marca no Brasil, a C&A fechou uma parceria publicitária com a top model brasileira Gisele Bündchen, um dos maiores ícones do segmento *fashion* global. A parceria rendeu bons frutos até 2005, quando a Companhia alcançou a marca de 100 lojas no Brasil.

Em 2009, foi celebrada a parceria com o Branco Bradescard S.A. para as operações com produtos e serviços financeiros.

Em 2014, a C&A foi reconhecida como a empresa mais admirada do Brasil em premiação organizada pela revista Carta Capital, na categoria Varejo Têxtil. Outra demonstração da força da sua marca é o fato constar entre as marcas mais premiadas no universo publicitário, conquistando a liderança em pesquisas Top of Mind. Além disso, em 2014, foi iniciada a operação da plataforma de vendas online da C&A.

Em 2016, foi implementado o sistema de Clique e Retire, no qual os clientes poderiam fazer suas compras na plataforma de e-commerce online e retirar o produto nas lojas físicas.

Em dezembro de 2017, a Companhia e a COFRA Latin America Ltda, sócias da Avanti Propaganda Ltda e da Mondial Impex Ltda, deliberaram pela incorporação da Avanti e da Mondial pela Companhia. Nesse mesmo ano, foi lançado o aplicativo da C&A.

Em 2018, foi a vez do lançamento do programa de relacionamento C&A&VC. O programa tinha por objetivo iniciar um processo de conhecimento e fidelização do cliente por meio da oferta de benefícios como filas específicas nas lojas, acesso ao provador com número maior de peças, entre outros. Também em 2018, foi lançado o Mindse7, um projeto nativo do ambiente digital que apresenta coleções semanais inspiradas nas principais conversas e tendências das ruas e redes sociais, a partir de um modelo de co-criação entre uma equipe multidisciplinar da C&A e seus fornecedores. Prezando por peças versáteis, atemporais e alinhadas ao desejo da mulher brasileira, sempre com o propósito de oferecer de forma inovadora uma moda diversa e inclusiva para todos os estilos, corpos e idades.

Em 28 de agosto de 2019, a Companhia realizou a transformação de seu tipo societário, deixando de ser constituída na forma de sociedade limitada para se tornar uma sociedade por ações.

1.1 Histórico do emissor

Ainda, em 28 de outubro de 2019, as ações da C&A começaram a ser negociadas na B3 no segmento do Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da B3, sob o ticker "CEAB3". O IPO consistiu em uma oferta primária de 49.315.068 de ações ordinárias e uma oferta secundária de 57.034.546 ações ordinárias, totalizando R\$1,8 bilhão.

O ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, a Companhia acelerou a adoção de novas capacidades de mercado (digital e omnicanalidade), além do foco na gestão de despesas e no caixa. O ano foi marcado pelo início da transformação em uma empresa de moda digital, que busca entender a mulher brasileira – C&A Fashion Tech.

Em 2021, um período ainda impactado pela pandemia, o grande destaque do ano foi o lançamento do C&A Pay, plataforma de crédito totalmente digital da C&A. Com este lançamento, foi endereçada a ambição de aumentar a oferta de crédito à cliente com o objetivo de fomentar as vendas do varejo e melhorar a experiência da cliente com a marca, possibilitando mais acesso e complementando os benefícios do C&A&VC.

Em 05 de maio de 2022, foi constituída a empresa Moda Lab Ltda., cujo objeto social tem como atividade principal a confecção de artigos de vestuários fabricados exclusivamente por terceiros, em suas próprias dependências, por encomenda e mediante remessa de insumos, moldes, matrizes ou modelos.

Em 27 de dezembro de 2022, foi constituída a empresa C&A Pay Holding Financeira Ltda. ("C&A Pay Holding"), cujo objeto social é a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A C&A Pay Holding é controladora direta da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A., a qual recebeu autorização em 30 de dezembro de 2022 do BACEN para atuar na oferta de crédito aos seus consumidores finais, estando, portanto, sujeita às regras deste órgão regulador.

Em 2022, a Companhia focou nas alavancas de crescimento, na eficiência de custos e na disciplina financeira geral. A transformação digital evoluiu e a receita bruta digital, a qual incluía vendas pelo WhatsApp¹, site e app, foi superior a 1 bilhão de reais no ano. Também houve um crescimento sólido das lojas ACE² e ampliação da oferta de crédito, principalmente por meio da plataforma C&A Pay. Ao mesmo tempo, em ambientes macroeconômico e de consumo difíceis (com famílias endividadadas, inflação e taxa de juros elevadas), foi mostrada disciplina na abertura de lojas, priorização do plano de investimentos de tecnologia e redução na alavancagem para menos de 1 vez através de forte geração de caixa.

No ano de 2023, a Companhia registrou um crescimento da receita líquida em relação a 2022 e também uma melhora da margem bruta de vestuário de 53,9% para 55,3%, resultado da habilidade de oferecer coleções mais versáteis, combinada com a tecnologia e a digitalização dos processos.

Adicionalmente, a C&A foi destaque pela sexta vez no Índice de Transparência da Moda Brasil (ITMB)³. Em 2023, 60 marcas varejistas foram avaliadas e classificadas com base em mais de 250 indicadores relacionados a direitos humanos, igualdade de gênero e racial e descarbonização. Ao

¹ Formato de vendas pela internet, no qual os associados C&A interagem com clientes pelo Whatsapp.

² Marca esportiva própria da Companhia.

³ Fonte:

https://issuu.com/fashionrevolution/docs/fr_indicedetransparenciadamodabrasil_2022#:~:text=Entre%20as%20marcas%20analisadas%20neste.Youcom%2C%20todas%20com%2057%25.

1.1 Histórico do emissor

fim da avaliação, seis marcas se destacaram na maior faixa de pontuação (57% a 73%), sendo a C&A a primeira colocada.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possuía mais de 330 lojas, divididas em mais de 160 cidades e localizadas tanto em *shopping* centers, o foco da Companhia, quanto em ruas, tendo presença geográfica em todos os estados brasileiros, além de uma robusta plataforma online, que atende todo o país e emprega mais de 15 mil profissionais.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Visão Geral

A C&A está focada em criar, distribuir e vender moda com bom custo-benefício, incluindo roupas, acessórios, sapatos, roupas de banho para mulheres, homens e crianças através de sua rede nacional de lojas físicas e da plataforma online de comércio eletrônico. A Companhia também oferece produtos eletrônicos e relacionados, como celulares, smartphones, relógios e acessórios, incluindo fones de ouvido e carregadores, chamados de produtos *fashiontronics*. E ao final de 2019, adicionou ao seu portfólio a categoria beleza, que inclui cosméticos e perfumaria.

Adicionalmente, a C&A vende em sua plataforma de comércio eletrônico produtos de parceiros, denominados *sellers*¹, em categorias similares às que oferece diretamente ou complementares. Com isso, a Companhia também se posiciona como um *marketplace*.

Desde dezembro de 2021, passou a oferecer diretamente crédito para seus clientes por meio do lançamento do C&A Pay, um cartão 100% digital que pode ser usado apenas em lojas C&A e em seu comércio eletrônico.

O público-alvo da Companhia é composto, principalmente, por mulheres (entre 25 e 44 anos) buscando um estilo casual e na moda. As mulheres são as suas principais clientes, mas os produtos por elas adquiridos muitas vezes não são direcionados só para elas mesmas, mas sim para outros consumidores, incluindo homens e crianças, para os quais a Companhia também vende produtos. A C&A entende que as mulheres são responsáveis pela maior parte das compras de vestuário no Brasil (para si mesmas, seus parentes ou como presente para outros). Assim, a Companhia projeta suas coleções próprias para fornecer moda e produtos atuais a preços que oferecem bom custo-benefício ao cliente final, no que diz respeito à relação envolvendo preço, qualidade e tendências. Seu modelo de moda busca prontamente identificar e responder às tendências-chave, regularmente mudando a variedade de produtos.

Por operar há mais de 45 anos no Brasil, a Companhia possui uma rede de lojas físicas que cobre 26 estados e o Distrito Federal. Na data deste formulário, as operações incluíam mais de 330 lojas físicas, com uma área de vendas total aproximada de 615.000 metros quadrados. Geralmente, as lojas físicas são "âncoras" que atraem um grande fluxo de clientes aos shopping centers, um formato que foi introduzido ao Brasil na década de 1970. As lojas físicas focam em fornecer uma experiência confortável ao cliente, otimizando a disposição da loja e oferecendo uma grande variedade de produtos para toda a família.

A C&A está constantemente evoluindo e aprofundando o desenvolvimento de suas operações para atender as necessidades de seus clientes e as tendências de mercado, lançando novas soluções digitais que alavancam sua grande rede de lojas físicas, permitindo oferecer uma experiência integrada de compras. Nesse contexto, ao final de 2014 foi lançada uma plataforma online de comércio eletrônico que foi desenvolvida como um dos primeiros passos para fornecer uma experiência omnicanal completa para os clientes. Ao entender que os clientes procuram uma experiência mais fácil, rápida e completa de compras, foram implementadas soluções digitais que contemplam suas necessidades ao incrementar a conveniência e flexibilidade. Executando a estratégia de omnicanalidade, foram desenvolvidas soluções que integram ainda mais as lojas físicas e os canais digitais, permitindo (i) enviar produtos comprados através de nossa plataforma de comércio eletrônico a um endereço de entrega específico (*ship-from-store*) e (ii) que os clientes façam compras online e retirem o produto em sua loja física de preferência (clique e retire).

¹ O *seller* é o vendedor parceiro que disponibiliza seus produtos no *marketplace* da Companhia.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Adicionalmente, a Companhia possui canais de venda direta: vendas por WhatsApp e o canal Minha C&A. Nestes canais, a cliente recebe um atendimento direto, facilitando que ela encontre o produto desejado. A Companhia também busca aumentar o nível de lealdade dos clientes por meio de um programa de relacionamento com o cliente, o C&A&VC, interagindo com clientes e aprendendo com suas experiências, e por meio do aplicativo C&A, que estimula o engajamento e as vendas ao apresentar vantagens e prêmios.

Ainda, as operações em lojas físicas são apoiadas por três centros de distribuição – localizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina - com uma área total de mais de 100.000 metros quadrados. A plataforma de comércio eletrônico também conta com uma operação logística dedicada em um dos centros de distribuição em São Paulo, que, em 2021, foi automatizada, aumentando a produtividade e reduzindo erros na montagem do pedido. A cadeia de suprimentos permite uma solução integrada que controla diversos canais de vendas e inventários enquanto melhora a experiência de compra dos clientes através de uma entrega com menos tempo, além de otimizar os custos de logística.

A C&A também possui um sistema de crédito ao consumidor que oferece (i) cartões de crédito *private label*, o C&A Pay, e *co-branded*, em parceria com o Banco Bradesco, um dos principais bancos do Brasil, permitindo o financiamento dos produtos de vestuário, fashiontronics e beleza; (ii) produtos de seguro; e (iii) empréstimos pessoais pelo cartão de crédito.

Principais Informações Operacionais e Financeiras

A Companhia se beneficia do conhecimento e experiência de seus acionistas controladores e administração. Os acionistas controladores possuem experiência de quase dois séculos no mundo da moda, desenvolvendo a marca C&A de maneira orgânica em diversos países ao redor do mundo. Além disso, a C&A é gerida por uma equipe experiente, que, apoiada por sistemas de administração existentes, contribuem para nossos indicadores financeiros e operacionais, sendo que:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita líquida consolidada totalizou R\$6.719,3 milhões; o lucro bruto totalizou R\$3.522,3 milhões, o lucro líquido foi de R\$2,3 milhões e o EBITDA Ajustado pós-IFRS16 totalizou R\$1.047,9 milhões.

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

Dados Financeiros

(em R\$ milhões, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Receita Líquida	6.719,3	6.183,6
Lucro Bruto	3.522,3	3.106,1
Margem Bruta ⁽¹⁾	52,4%	50,2%
Margem Líquida ⁽²⁾	0,0%	0,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido	2,3	0,8
EBITDA pós-IFRS 16 ⁽³⁾	1.102,3	910,1
EBITDA Ajustado pós-IFRS 16 ⁽³⁾	1.047,9	750,1
Margem EBITDA Ajustada pós-IFRS16 ⁽⁴⁾	15,6%	12,1%

(1) A margem Bruta é calculada ao dividir o lucro bruto pela receita líquida, indicada em porcentagem.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- (2) A Margem Líquida é calculada ao dividir o Lucro líquido (prejuízo) do período pela receita líquida, indicada em porcentagem.
- (3) O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.
- (4) A Margem EBITDA Ajustada é calculada ao dividir o EBITDA Ajustado pela receita líquida, indicada em porcentagem. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de		
(em R\$ milhões)	2023	2022
Dívida Bruta ⁽¹⁾	1.689,2	2.152,6
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.347,2	1.682,8
Caixa (Dívida) Líquido ⁽²⁾	(342,1)	(469,8)

(1) Calculamos a Dívida Bruta como a soma de empréstimos e debêntures mais ou menos o saldo de derivativos. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

(2) Calculamos o caixa (dívida) líquido como a dívida bruta menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

Dados Operacionais

Informações Operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Número de Lojas – Total	334	334
Número de lojas ao final do período - shopping centers	289	286
Número de lojas ao final do período – rua	45	48
Área total de vendas (mil metros quadrados) - final do período	622	617
Vendas Mesmas Lojas ⁽¹⁾	6,7%	15,9%

(1) Definimos Vendas Mesmas Lojas (*same store sales*) como crescimento de vendas das lojas ativas há mais de 13 meses em relação ao mesmo período do ano anterior, incluindo vendas omnicanais e todas as suas modalidades de vendas e entrega (100% on-line, Ship from Store e Clique e Retire).

Vantagens Competitivas

A Companhia acredita que as seguintes vantagens competitivas as diferencia dos concorrentes e contribuem para seus resultados:

Marca reconhecida e confiável

A marca C&A é global e consolidada no varejo de vestuário mundial há mais de dois séculos. Sua primeira loja física no Brasil foi inaugurada em 1976 no Shopping Ibirapuera, São Paulo, e, desde então, desenvolve sua marca para alcançar maior reconhecimento, sendo que hoje é amplamente identificada no Brasil. A Companhia continua na busca pelo fortalecimento da sua marca usando uma combinação de entregar produtos estilosos e de qualidade aos consumidores, fornecendo custo-benefício e utilizando práticas sustentáveis que seguem sua abordagem global.

Também lançou iniciativas para aprimorar o desempenho da marca C&A e aumentar a relevância da sua base de público-alvo, incluindo (i) iniciativa de modelo *push/pull* de fornecimento, que consiste em repor peças de forma individualizada por modelos, tamanhos e cores, em suas lojas físicas de acordo com a demanda, fornecendo mais eficiência para atender as demandas pelos

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

seus produtos de moda; (ii) iniciativas para redução de atrito dentro das lojas e para uma melhor experiência na loja otimizando a jornada do cliente; (iii) aumento da facilidade para localização de produtos com uma plataforma omnicanal que vai além do modelo físico e online, oferecendo uma experiência de compra integrada e consistente, em qualquer lugar e a qualquer hora, assim como a implementação da tecnologia RFID – identificação por radiofrequência (que possibilita a identificação e localização de cada peça, inclusive dentro das lojas e nos Centros de Distribuição); e (iv) o programa C&A&VC, para personalizar e aumentar a fidelidade dos clientes.

Também colabora com celebridades, estilistas e modelos, bem como marcas contemporâneas do mundo para anunciar coleções limitadas, as *collabs*.

Como reconhecimento da força da sua marca, nos últimos anos foi premiada inúmeras vezes por diversas instituições brasileiras, por uma série de aspectos, incluindo padrões de sustentabilidade, Top of Mind, responsabilidade ética, dentre outros.

Grande rede de lojas físicas integradas a uma plataforma omnicanal robusta suportada por ecossistema digital

Na data deste formulário, a C&A possuía mais de 330 lojas físicas em todos os 26 estados Brasileiros e o Distrito Federal. Desde que a C&A chegou ao Brasil em 1976, a Companhia procura assegurar locais privilegiados para suas mais de 170 lojas na região Sudeste, onde a maior renda per capita do país se concentra. Sua rede de lojas físicas está instalada em locais com um alto tráfego de pedestres e frequentados pelo seu público-alvo. Isso é corroborado pela sua presença em diversos dos maiores shopping centers do país, de acordo com dados do ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Centers). Sua presença nacional possibilitou aprender sobre as particularidades de cada região, abordando as tendências de moda específicas de cada uma.

A administração da Companhia alavancou sua grande rede de lojas físicas para oferecer soluções digitais e fornecer uma jornada de compra integrada e omnicanal aos clientes, que buscam uma experiência mais completa, eficiente e fácil. Nos últimos anos, diversas iniciativas omnicanal foram implementadas:

Clique e Retire: lançado em 2016, essa solução permite que clientes façam suas compras online e retirem os produtos na loja física;

Aplicativo C&A: lançado em 2017, o aplicativo permite aumentar o engajamento com nossos clientes;

C&A&VC: lançado em 2018, o programa CRM procura aumentar a lealdade dos clientes através da interatividade e aprendendo com sua experiência, por meio de dados valiosos de nosso banco de dados referente aos mais de 9 milhões clientes, após pouco mais de 1 ano em operação, enquanto oferecendo benefícios e prêmios. Para a empresa, o programa também ajuda a criar uma base de dados para análise de padrões de consumidores;

Ship-from-store: lançado em 2019, essa solução busca transformar lojas físicas presentes e, locais privilegiados em centros de distribuição que enviam diretamente produtos comprados através da plataforma online de comércio eletrônico para entrega, melhorando a experiência do cliente por diminuir os custos e a necessidade de logística;

Vendas por WhatsApp: lançado em 2020, são vendas realizadas por meio do WhatsApp para clientes já cadastrados, de forma proativa, alavancando comportamento de compra conhecido pelo programa de fidelidade, ou de forma reativa para clientes que entram em contato.

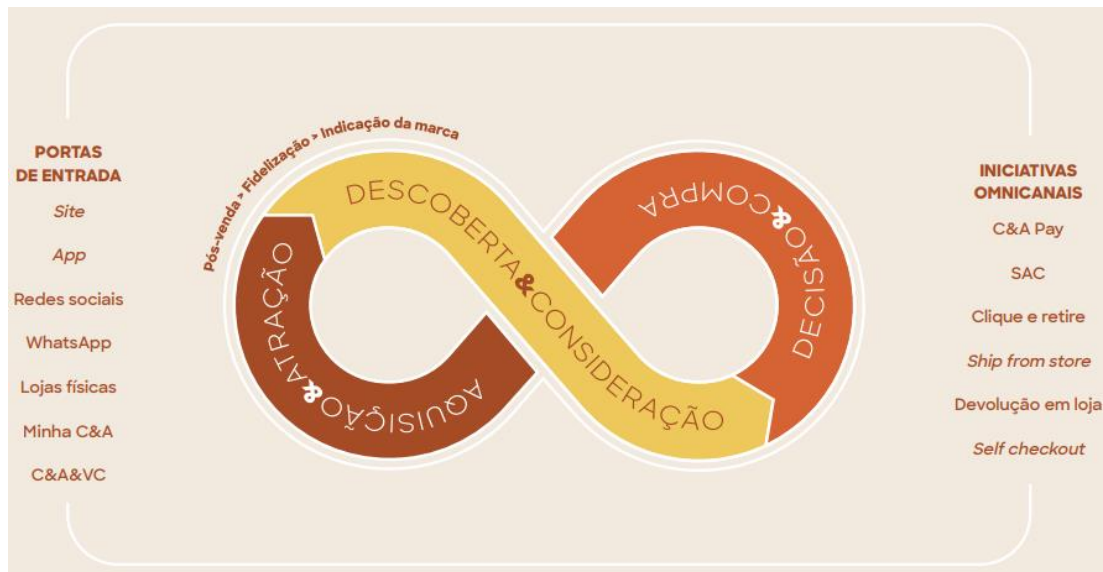
Minha C&A: lançado em 2020, o programa de venda social que tem o objetivo de trazer novas clientes com um custo de aquisição mais otimizado, adaptando a C&A às diferentes regiões do

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

país por meio do perfil das consultoras, aumentando a recorrência de compras.

A Companhia se beneficia também de uma forte presença na mídia digital, que permite a criação de um forte link entre marca e consumidor e, sendo um canal de interações frequentes entre estes, enriquece ainda mais a plataforma omnicanal. A Companhia acredita que esses avanços auxiliam em um posicionamento de destaque no mercado de vestuário digital. As vendas realizadas através do aplicativo e site representaram 4,4% da receita líquida de mercadorias no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A C&A acredita que a constante evolução de uma plataforma omnicanal será chave para fornecer soluções que fazem o melhor uso das lojas físicas como um meio conveniente para os clientes e para criar uma jornada do consumidor englobando todos os canais.

Jornada integrada do consumidor através das plataformas on-line e off-line



Qualidade de atendimento ao cliente

Nos últimos anos, o serviço ao cliente da C&A foi otimizado pelas seguintes iniciativas: (i) *Customer Value Proposition* (CVP), uma iniciativa projetada para revisitar a jornada dos clientes, suas necessidades e como a Companhia pode atendê-las, levando a uma reformulação das lojas físicas para fornecer uma melhor experiência de compra (renovando sua configuração ao distribuir melhor as prateleiras e a exibição de novos produtos, nova iluminação, melhor sinalização, trazendo iniciativas inovadoras como botões de ajuda e cabides “sim, não, talvez” em provadores) e, consequentemente, atrair um maior tráfego de pedestres; e (ii) venda assistida por WhatsApp, iniciativa que permite servir o cliente de forma personalizada por meio das interações com os associados.

Proposta robusta de custo-benefício: produtos e práticas sustentáveis com controle de qualidade

A C&A oferece uma seleção abrangente de varejo de moda a preços competitivos, tudo sob altos padrões de qualidade e um modelo de *fast fashion* que a permite rapidamente identificar as novas tendências, justificando visitas frequentes de clientes em suas lojas físicas e online. Como uma estratégia de manter os clientes perto da C&A em todos os momentos do ano, as coleções são trocadas e atualizadas constantemente.

Adicionalmente, sustentabilidade permeia a Companhia, que acredita que os clientes reconhecem suas boas práticas e que todos podem se sentir e vestir bem, ao mesmo tempo em que sustenta

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

uma boa qualidade de vida aos que fazem suas roupas. A C&A quer que seus clientes confiem em sua capacidade de fazer o certo para que comprem seus produtos sem enfrentarem dilemas de sustentabilidade. Para isso, a administração da Companhia tornou a sustentabilidade uma parte integral de seu processo de elaboração e fornecimento de vestimentas, com foco em materiais sustentáveis - especialmente o algodão, uma de suas maiores fontes de matéria-prima - e assegura que suas roupas são feitas respeitando as pessoas, os animais e o meio ambiente.

O comprometimento com fornecimento de algodão mais sustentável já resultou em uma queda importante no uso de água na cadeia de fornecimento, embora ainda haja o comprometimento de tomar mais medidas para tornar a moda sustentável o modelo comum de negócios. Enquanto caminha em direção à moda circular, a C&A tem promovido convergências através da indústria de vestuário, fazendo parcerias com certas organizações e implementando as iniciativas relevantes para tomar os passos necessários para uma mudança real e duradoura.

Histórico consolidado de operações e escala sustentável no mercado Brasileiro

A C&A acredita que suas operações são bem estabelecidas, mas sabe que o futuro depende da habilidade em constantemente identificar as tendências da moda e entregar o melhor produto com o melhor custo-benefício. Seu histórico de desempenho na cadeia de valor começa com o planejamento do vestuário e produtos de varejo para seus canais de venda. A equipe interna de designers estabeleceu processos para inspirar, projetar, amostrar e planejar os parâmetros comerciais das coleções (como precificação, variedade de produtos, estoque). Assim, pode rapidamente traduzir as tendências do mercado em produtos casuais e elegantes a preços acessíveis aos clientes.

Além disso, a Companhia adotou um modelo balanceado no qual a maior parte dos produtos de vestuário e calçados são provenientes de fornecedores nacionais, empregando produtos de maior qualidade e sustentabilidade.

A posição da C&A entre a liderança é demonstrada pelo histórico operacional e financeiro que permite o desenvolvimento de relações sólidas e estratégicas com seus fornecedores, possibilitando oferecer aos consumidores uma grande variedade de produtos a preços competitivos. Ainda, a administração da Companhia acredita que a escalabilidade, volume de negócios e relacionamento com fornecedores no Brasil representam vantagens competitivas e contribuem para o crescimento e rentabilidade do negócio. A Companhia também aproveita as operações globais de seu acionista controlador, permitindo um fornecimento internacional através de uma entidade centralizada, chamada *C&A Sourcing*, em contato com fornecedores em países-chave da Ásia para anteder suas necessidades.

A rede de lojas C&A é apoiada por três centros de distribuição, localizados em São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Em um deles, a Companhia possui uma operação dedicada à sua plataforma de comércio eletrônico. Dessa forma, otimiza os nossos processos logísticos trazendo eficiência de custos e estoques, bem como oferece aos clientes uma solução integrada que atende os diferentes canais de venda com agilidade e que fornece uma experiência de compra diferenciada.

Administração experiente e talentos engajados e diversificados

A administração da C&A possui profissionais com um grande conhecimento do setor varejista brasileiro e uma visão corporativa objetiva, composta por experiências de diferentes indústrias e negócios. Ela construiu uma cultura de excelência operacional para fornecer uma experiência de ponta aos consumidores.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Atualmente, a empresa possui mais de 15.000 talentos comprometidos a oferecer o melhor serviço e produto possível aos clientes. Nos últimos anos, foram implementados programas de capacitação para os talentos da Companhia. A Universidade C&A cria uma cultura de aprendizado com foco em criar futuros líderes, melhorar serviços, produtos, moda e outras capacidades técnicas através aproximadamente 600 cursos online e presenciais, com alto engajamento dos colaboradores.

O ambiente de valorização dos talentos é suportado pelos programas de desenvolvimento internos da Companhia, que envolvem *feedbacks* e planos de desenvolvimento individuais, alinhamento de objetivos, coaching e programas anuais de gestão do desempenho, onde 100% dos colaboradores participam.

A Estratégia

Cliente é tudo, e por isso, a estratégia da C&A tem como foco aprimorar constantemente a oferta de valor para a cliente, nos produtos de moda por meio dos quais ela expressa sua autenticidade, seu protagonismo, na experiência que a Companhia proporciona nas diferentes interfaces e no programa de relacionamento, e nos produtos complementares à sua vida, quer seja para família ou para seu bem-estar.

Energia C&A

A Estratégia Energia da C&A, do ciclo 2024-2026, tem como objetivo personalizar cada loja em termos de sortimento, espaçamento de categorias, comunicação e jornada do cliente. Esse plano visa aumentar ainda mais a produtividade das lojas, reconhecendo as diferenças de demanda e comportamento entre estabelecimentos de uma mesma cidade ou microrregião, identificando oportunidades únicas de crescimento da venda por metro quadrado.

Cliente é Tudo é o ponto de partida da estratégia e visa fortalecer a marca e intensificar o relacionamento com o cliente, personalizando interações em todos os canais, o que deve aumentar a frequência de compras.

Os pilares da estratégia são:

Marca: a C&A é uma marca empática, próxima, inspiradora e apaixonante. A empresa busca fortalecer esse posicionamento nas dimensões que constroem a percepção da marca: produtos, experiência e comunicação.

Produto: oferecer os produtos certos para a cliente-avó, que compra não apenas para si, mas também para outras pessoas, fortalecendo categorias e otimizando a cadeia de suprimentos.

Jornada: implementar um novo modelo de loja e trabalhar a dispersão entre as lojas, integrando canais físicos e digitais para uma experiência de compra mais fluida e intuitiva.

Relacionamento: construir o posicionamento da marca e cuidar do relacionamento com as clientes de forma personalizada, buscando fidelizar e engajar cada uma delas.

Esse plano estratégico permitirá à C&A adaptar-se melhor às necessidades específicas de seus clientes, potencializando a produtividade e rentabilidade das lojas através de uma abordagem mais personalizada e baseada em dados.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia possui suas atividades segregadas em dois segmentos operacionais, conforme abaixo:

(i) Varejo: comércio de artigos de vestuário, perfumaria, cosméticos, relógios, celulares em lojas físicas e e-commerce.

(ii) Produtos e serviços financeiros: operações de crédito ao consumidor e intermediação de venda de seguros através de parceiros ou operações próprias com o cartão C&A Pay

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em			
	31/12/2023		31/12/2022	
Receita operacional líquida – Varejo	6.362.725	94,70%	5.926.173	95,80%
Receita operacional líquida - Produtos e Serviços Financeiros	356.592	5,30%	257.377	4,20%
Eliminação*	-	-	-	-
Receita Operacional Líquida	6.719.317	100%	6.183.550	100%

*eliminações intercompay

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	2023		2022	
(em R\$ milhares, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total
Varejo	1.182.684	107%	930.032	102%
Produtos e Serviços Financeiros	-80.411	-7%	-19.965	-2%
Resultado gerado pelos segmentos	1.102.273	100%	910.067	100%
Depreciação e Amortização	-707.827		-	
Resultado Financeiro	-428.683		-	
Imposto sobre o Lucro	36.572		44.105	
Lucro líquido (prejuízo) do Exercício	2.337		829	

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a) Características do processo de produção

Varejo

A Companhia dedica seus esforços para administrar todo o processo de produção das peças oferecidas em suas lojas, o qual começa desde a concepção dos produtos, a partir de estudos e análises da tendência do mercado *fashion*, passando pelo planejamento financeiro, por validações de design e, ainda, pela busca de fornecedores para a efetiva fabricação dos produtos, os quais recebem um *briefing* de dos colaboradores internos da Companhia com os detalhes da produção.

Portanto, a C&A não fabrica diretamente os produtos que são comercializados, pois faz parte de sua estratégia comprar com fornecedores selecionados os produtos fabricados para cada uma de suas coleções de acordo com especialidade e capacidade de cada um deles. Dessa forma, a Companhia acreditar manter-se capaz de ter controle completo das funções criativas, otimizando o custo e flexibilizando a produção de acordo com as condições de mercado.

Em 2023, aproximadamente 83% dos produtos de vestuário e calçados foram recebidos de fornecedores domésticos e, dentre estes fornecedores, cerca de 14% são responsáveis por mais de 70% dos produtos encomendados. Além disso, a Companhia também trabalha com o fornecimento de produtos importados, ou seja, existe a contratação de fornecedores fora do Brasil em locais estratégicos como, por exemplo, a Ásia, sendo que estes fornecedores são intermediados em relações por meio da C&A Sourcing, uma companhia do Grupo COFRA que centraliza esse tipo de operação.

Apesar de não fabricar as peças, no âmbito da produção têxtil, a estrutura da cadeia produtiva se inicia com a matéria-prima, como as fibras têxteis, que é transformada em fios nas fábricas de fiação, de onde seguem para as tecelagens, as quais fabricam os tecidos planos, ou para as malharias, as quais fabricam os tecidos de malha. Na sequência, passam pelo acabamento químico/mecânico (estamparias, tinturarias, lavanderias, etc.) para finalmente serem cortados e “montados” nas confecções.

A C&A aproveita o contexto de aceleração digital para transformar a forma como constroi coleções, identificando e reagindo às necessidades da cliente. A criação de coleções no formato cápsula, já inaugurada em 2018 com a marca Mindse7, permitiu lançamentos de conteúdo de moda quinzenal e aceleração de coleções colaborativas. Em 2020, o desenvolvimento de coleções próprias, em cápsulas exclusivas web, em novas linhas de produto e também de parceiros do *marketplace*, garantiu a forte expansão do sortimento e disponibilidade no canal digital. A cliente está no centro da tomada de decisão no desenvolvimento de produto. As equipes de design são conectadas com os analistas de dados para garantir uma leitura de performance mais rápida, e para dar mais velocidade de reação, simplificando e digitalizando os processos de compra. Esse novo formato tem permitido que o conteúdo e comunicação das coleções estejam cada vez mais aderentes ao momento da cliente, estratégia essencial para a construção de coleção em um período de intensas mudanças de comportamento. Por meio do uso de dados e da análise do comportamento da cliente no e-commerce, quantifica-se as apostas em tendências de moda de forma mais analítica, aumentando a probabilidade de acerto e a agilidade na tomada de decisão logo nas primeiras horas de venda de um produto.

Serviços financeiros

Os serviços financeiros eram prestados por meio das lojas físicas, onde os clientes podiam adquirir o Cartão C&A, contrair empréstimos pessoais ou produtos de seguros, bem como realizar o pagamento das faturas, e acessar atendimento ao cliente que eram realizados através de uma parceria exclusiva com o Grupo Bradesco, um dos maiores bancos do Brasil.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em novembro de 2021 a C&A recomprou o direito de oferecer serviços e produtos financeiros até então explorados, viabilizando o lançamento de uma solução própria da Companhia, o C&A Pay, em dezembro de 2021.

O C&A Pay traz uma experiência totalmente digital para a cliente, rápida e fácil de contratar. Adicionalmente, tem como grande vantagem sua integração desde o momento inicial com o C&A&VC, nosso programa de relacionamento, de forma que a cliente que aderir ao C&A Pay passará a usufruir integralmente dos benefícios de tal programa.

O C&A Pay é um cartão digital, em formato *private label*, o qual pode ser utilizado somente para aquisição de produtos da C&A, tanto em suas lojas físicas como em seus canais de e-commerce, oferecendo vendas financiadas em até cinco parcelas sem juros ou em oito parcelas com encargos, bem como seguros e assistências as suas clientes.

O período entre dezembro de 2021 até abril de 2023 é caracterizado pela coexistência do *private label* C&A Pay e do produto de crédito *co-branded* C&A Bradesco. A base ativa no final deste período será preservada, para que não haja ruptura dos serviços para os clientes.

Além disso, a partir de abril de 2023, após decisão de postergar o lançamento do cartão de crédito que pode ser utilizado em outros lojistas que não a C&A, em função do cenário macroeconômico, e para manter uma ampla oferta de crédito aos nossos clientes, continuaremos a emitir cartões Bradesco sob um novo contrato comercial com um formato de remuneração por emissão.

Em 2023, o Cartão C&A, da parceria com o grupo Bradesco, somado ao C&A Pay viabilizaram o financiamento de aproximadamente 26% das vendas, inclusive pagamentos parcelados.

b) Características do processo de distribuição

Varejo

O processo de distribuição da Companhia é realizado por meio de três centros de distribuição, localizados em São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, os quais, em conjunto, possuem uma área total maior que 100.000 metros quadrados. Em relação ao negócio de varejo, os centros de distribuição são de extrema importância, visto que é por meio deles que é realizada a logística de entrega de produtos às lojas físicas, bem como parte da entrega de produtos comprados pela plataforma e-commerce.

A plataforma da Companhia foi desenvolvida visando uma experiência omnicanal para os clientes, de modo que, com o intuito de flexibilizar as operações, implementamos novas soluções que permitem utilizar as lojas físicas como centros de distribuição para compras feitas online, além de permitir que os clientes optem por buscar os produtos comprados diretamente na loja. Trata-se do sistema de clique e retire, lançado em 2016 e atualmente disponível em várias das lojas físicas, que permite que clientes façam suas compras online e retirem os produtos na loja física e da solução *ship-from-store*, lançado em 2019 e atualmente implementado em cerca de 62 das lojas físicas, que efetivamente transforma lojas físicas em centros de distribuição que enviam produtos comprados por meio de nossa plataforma online de comércio eletrônico diretamente para entrega aos clientes, melhorando a experiência do cliente por diminuir os custos e a necessidade de logística.

Adicionalmente, os fornecedores internacionais enviam a carga encomendada via terrestre, aérea e majoritariamente por via marítima (recebido 100% pelos portos de Santa Catarina). Sendo assim, uma vez que o produto chega ao porto, ele é direcionado aos centros de distribuição para preparação e

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

posteriormente enviado as lojas.

Serviços Financeiros

Os serviços financeiros são prestados por meio das lojas físicas e aplicativo próprio, onde os clientes podem adquirir o C&A Pay, bem como realizar o pagamento das faturas, e acessar atendimento ao cliente.

c) Características dos mercados de atuação

i) Participação em cada um dos mercados e ii) Condições de competição nos mercados

Varejo

De acordo com o IBGE, o Brasil registrava 1,2 milhões de empresas varejistas em 2021, evidenciando a fragmentação do varejo de vestuário devido às poucas barreiras impostas para a entrada de novos concorrentes.

Além disso, existe espaço para a consolidação do setor, dado que os maiores participantes do varejo de vestuário que operam através de suas próprias lojas e/ou franquias possuem apenas uma pequena parcela de participação do mercado. Considerando os aspectos de participação de mercado, oferta de produtos, formato de loja e público-alvo, os principais concorrentes considerados pela Companhia são a Renner e Riachuelo e Marisa. Também existe a concorrência de outras redes de lojas de departamento e hipermercados, que geralmente vendem produtos de vestuário. E com a maior familiarização dos clientes com a compra em plataformas de e-Commerce, observa-se também a entrada de participantes internacionais.

Embora os principais varejistas foquem em um mercado final semelhante ao da C&A, as ofertas de produtos, formato de loja, estratégias online e principais iniciativas variam de empresa para empresa. Enquanto algumas varejistas de vestuário abordam seus clientes através de um formato de portfólio de lojas próprias e franqueadas, dispersas em diferentes formatos e com foco em diferentes públicos-alvo, a Companhia usa um portfólio de lojas próprias, dividindo as lojas principalmente em categorias baseadas em tamanho de loja e clima.

Certos varejistas de vestuário também apostam em lojas menores, procurando uma maior rentabilidade por metro quadrado, enquanto outros, como a própria C&A, procura melhorar a experiência do consumidor ao oferecer uma grande variedade de produtos e serviços para toda a família, com lojas maiores geralmente “âncoras” em shopping centers que atraem um fluxo de clientes, um formato introduzido ao Brasil em 1976. A tabela abaixo mostra a receita líquida total de varejistas de vestuário selecionados e a receita líquida total por loja em 2023.

Empresa	Receita Líquida 2023 ⁽¹⁾ (R\$ milhões)	Receita líquida por loja em 2023 (R\$ milhões /Loja)
C&A	6.337	19,0
Renner ⁽²⁾	10.758	24,3
Guararapes- Riachuelo ³	6.441	15,7
Marisa ³	1.580	6,4

(1) As informações de Receita Líquida são referentes apenas à venda de mercadorias.

(2) Considera apenas as operações das Lojas Renner, excluindo a Camicado e a Youcom

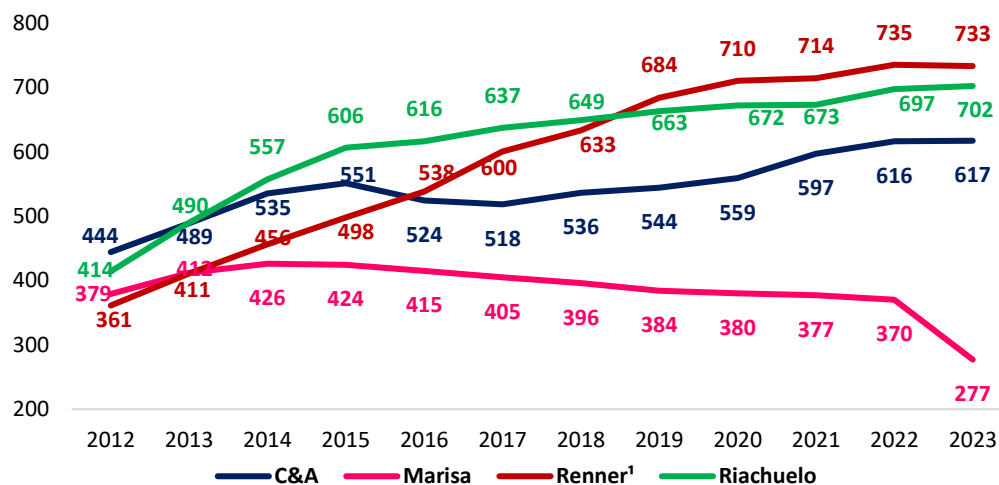
(3) Considera apenas a operação de varejo

Nos últimos anos, antes da pandemia de COVID-19, além da crise econômica que afetou o Brasil, alguns participantes do mercado ganharam participação ao manter uma alta taxa de inaugurações de lojas para

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

atingir mais clientes, como foi o caso de alguns concorrentes. Neste período, a C&A focou em melhorar a rentabilidade por loja e, assim, fechou lojas não rentáveis para aprimorar a qualidade e rentabilidade de seu portfólio, assim como racionalizar os custos e os níveis de capital de giro.

Área de Vendas em mil m² ao Final de Cada Ano

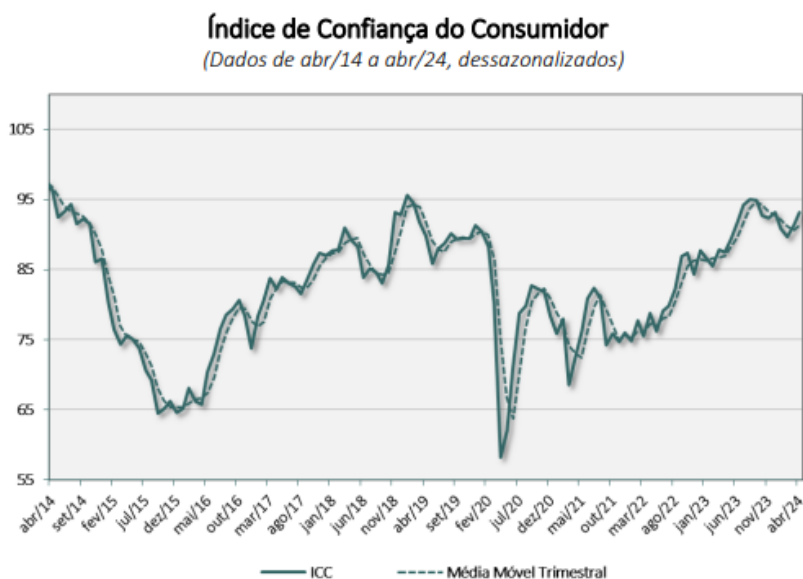


(1) Considerando apenas operações de varejo.

Serviços Financeiros

Após uma recessão intensa resultante de um declínio dos preços dos bens e uma limitação ao implementar reformas fiscais em todos os níveis de governo, o Brasil atravessa uma fase de atividade econômica desafiadora em função da pandemia de COVID-19 e aumento da inflação globalmente. Além disso, a manutenção da alta da taxa de juros estimula que as taxas cobradas por empréstimos bancários também subam, diminuindo o volume de empréstimos a pessoas e empresas. Este cenário reforça o C&A Pay como mais uma opção de crédito para suas clientes.

Confiança dos Consumidores



Fonte: FGV

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A confiança do consumidor apesar de ter passado por oscilações e ter caminhado em patamares mais baixos do que os históricos, mesmo frente a um cenário macroeconômico mais incerto, tem mostrado evolução. Este é um indicador relevante para intenção de consumo.

Como resultado, a Companhia acredita que a oferta de crédito é uma peça-chave para o sucesso dos varejistas de vestuário, sendo que a maioria dos participantes do segmento oferecem cartões de crédito *co-branded* e *private label* para fidelizar o consumidor e fornecer benefícios para recompensar o uso do cartão. O lançamento do C&A Pay posiciona novamente a C&A nesta frente, aumentando sua competitividade.

Em 2023, o Cartão C&A (co-branded oferecido em parceria com Banco Bradesco) somado ao C&A Pay (Private-label próprio da C&A) viabilizaram o financiamento de aproximadamente 26% das vendas, inclusive pagamentos parcelados.

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

Tratamento Diferenciado Estadual

A filial da C&A Modas S.A. CNPJ 45.242.914/0382-50 localizada em Navegantes/SC usufrui de tratamento tributário diferenciado concedido pelo Estado de Santa Catarina. O tratamento diferenciado não possui prazo de vigência e consistente em:

- a) Diferimento do ICMS na importação de mercadoria destinada à comercialização;
- b) Diferimento parcial na operação interna subsequente à importação;
- c) Crédito presumido na operação subsequente à importação de mercadorias para a comercialização e
- d) A dispensa de garantia do ICMS diferido na importação, mediante pagamento antecipado do ICMS devido na saída subsequente.

Zona Franca de Manaus

Crédito do ICMS

A exportação de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus, ou reexportação para o estrangeiro, será para todos os efeitos fiscais, constantes da legislação em vigor, equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro. Diante da equiparação, haverá isenção de ICMS sobre as exportações e suas equiparações.

d) Eventual sazonalidade

O varejo apresenta forte sazonalidade, com trimestres bem distintos. No segundo trimestre acontece o Dia das Mães e no quarto trimestre a *Black Friday* e o Natal, datas relevantes para o varejo do vestuário.

- e) **Principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos**

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços

A Companhia não possui nenhum insumo ou matéria prima, pois não fabrica suas mercadorias e sim adquire mercadorias prontas de seus fornecedores. Atualmente trabalhamos com diversos fornecedores ativos de mercadorias, entre Brasil e exterior. Não temos contrato de exclusividade com nenhum de nossos fornecedores, bem como não apresentamos dependência de nenhum fornecedor.

1.5 Principais clientes

1.5 Principais Clientes

Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Considerando a base pulverizada de clientes da Companhia, nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Considerando a base pulverizada de clientes da Companhia, nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a) **necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Em que pese não depender de autorizações governamentais para operar, a Companhia possui licenças relevantes que entende como necessárias para operar. As atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas a obtenção de licenças e a Companhia envia todos os melhores esforços para obter, manter e renovar todas as licenças necessárias dentro do prazo aplicável.

A operação normal dos estabelecimentos da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de licença municipal de funcionamento e licença do corpo de bombeiros, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, a Companhia deve obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Regulamentação Específica sobre Privacidade e Proteção de Dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações passíveis de identificar uma pessoa natural) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi promulgada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais no Brasil eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas. A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, e as sanções e penalidades previstas na regra entraram em vigor em 1º de agosto de 2021, e trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais, como é o caso da Companhia, que coleta uma série de dados pessoais tais como dados referentes aos empregados tanto da Companhia, quanto de sua subsidiária e dados de clientes, seja por meio de lojas físicas e ou de cadastros na loja online, para poder exercer suas atividades.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas pela Companhia.

[O âmbito de aplicação da referida lei abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que: (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços, ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) dados pessoais tratados tenham sido coletados em território nacional

Ainda, com a Lei nº 13.853/19, que alterou a LGPD, foi criada a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), entidade responsável por elaborar diretrizes e aplicar sanções administrativas em caso de descumprimento.

Com a entrada em vigor da LGPD, a Companhia adaptou suas atividades e seu modelo de negócios aos limites estabelecidos em referida lei e, assim, foi necessário que a Companhia revisasse suas políticas, processos internos e práticas comerciais para adaptação à nova lei.

Dentre as principais iniciativas, destacam-se:

- revisão completa da então Política de Privacidade da C&A (agora denominado Aviso de Privacidade para Clientes e Usuários de Canais C&A e C&A Pay), que agora é destinada a todos os usuários e clientes da Companhia, seja em ambiente online ou junto às lojas físicas;
- Contratação de plataforma de gestão de privacidade;
- elaboração de cláusula padrão de segurança da informação e proteção de dados pessoais, englobando as diversas situações de relação de tratamento junto aos parceiros, como (a) controlador-operador, (b) controlador-controlador e (c) situações que não envolvem dados pessoais, as quais passaram a ser inseridas em contratos; e
- avaliação preliminar de segurança da informação de potenciais parceiros, de modo a dimensionar riscos relacionados aos seus respectivos níveis de maturidade de segurança, de modo a melhor orientar a Companhia na tomada de decisões em contratações.

b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Queremos que nossos clientes se sintam bem ao adquirir um produto C&A e que nossos associados se sintam orgulhosos de nossas contribuições para o planeta e a sociedade. Somos responsáveis e trabalhamos todos os dias para oferecer uma moda que não comprometa a qualidade de vida daqueles que a produzem ou o meio ambiente.

Nossa atuação resulta do alinhamento entre a Estratégia Global de Sustentabilidade – que norteia de forma integrada as ações e compromissos do Grupo relacionadas ao tema em todos os países onde a marca C&A está presente –, considerando as ambições e o contexto local da C&A Brasil. A Plataforma de Compromissos 2030 da Companhia está estruturada em quatro grandes pilares

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

de atuação: A estratégia de sustentabilidade da Companhia está estruturada em quatro pilares: **UNIR&INSPIRAR**: Unir forças com a cliente, o associado, a cadeia de fornecimento e a comunidade para trazer mudanças autênticas e duradouras; **RENOVAR&RESTAURAR**: os recursos naturais, fazendo o bem para o hoje e para o amanhã; **INOVAR&LIDERAR**: Acelerar a inovação em circularidade e modelos de negócios sustentáveis; **EQUIDADE, INCLUSÃO & DIREITOS HUMANOS**: Construir uma C&A inclusiva, onde todos possam ser suas melhores versões e gerar impactos sociais positivos para além do nosso negócio.

Continuaremos a nossa jornada, promovendo transformações e inovação no setor e na cadeia produtiva, buscando a proteção dos recursos naturais, maior circularidade, redução da poluição plástica e a promoção da diversidade e equidade.

As metas da C&A para 2030, nos termos do Relatório Integrado Anual de 2023, são:

- Atuar como líder no setor no uso de matérias-primas sustentáveis - 80% das matérias primas principais devem ser de origem sustentável, (algodão, viscose e poliéster).
- Promover a circularidade - Incluir os princípios de circularidade em 50% dos produtos.
- Promover a diversidade e equidade na liderança - Manter no mínimo 60% de mulheres e alcançar 30% Indígenas, Pretos e Pardos em posição gerencial, para a formação de um time diverso e desenvolvê-lo para ocupar cargos de Liderança Executiva.
- Reduzir a poluição por plástico - Reduzir o plástico de uso único em 50% até 2030.

No pilar de Governança, a C&A é comprometida em manter elevados padrões de governança corporativa, baseada em princípios que privilegiam a transparência, equidade no tratamento dos acionistas, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Visando as melhores práticas, nossa estrutura de governança conta, além da Assembleia dos Acionistas, com um Conselho de Administração de maioria independente, comitê estatutário e não estatutários, Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva e Órgãos de Assessoramento (Comitês e Secretaria de Governança).

No pilar ambiental, a C&A está comprometida com o uso de matérias-primas mais sustentáveis e com a economia circular. O pioneirismo da C&A em circularidade inclui coleções com certificação mundial Cradle to Cradle® nível Gold produzida 100% em solo brasileiro e um programa robusto de devolução na loja. No caso das peças de moda com atributos de circularidade, as fibras podem ser recuperadas na parte final do ciclo de consumo, sendo reutilizadas ou recicladas em roupas novas ou outros produtos. Quando o reaproveitamento não é possível, elas podem ser devolvidas com segurança à natureza.

Em 2023, completamos seis anos do **Movimento ReCiclo**, programa de logística reversa de vestuário, pelo qual coletamos peças usadas, de qualquer marca, para reaproveitamento. As urnas do ReCiclo estão presentes em 206 lojas C&A em todo o país e, em 2023, arrecadamos mais de 60 mil peças. Dessas mais de 32 mil, que estavam em boas condições, foram doadas a instituições parceiras, 20 mil foram enviadas para reciclagem, sendo transformadas em novos materiais, e mais de 8 mil foram para *upcycling*. Desde a criação do programa, mais de 272 mil peças foram coletadas, o que representa mais de 51 toneladas de tecido que deixaram de ir para aterros sanitários.

Em 2022, com o objetivo de incentivar o consumo consciente, ampliar a vida útil das peças e democratizar o acesso à moda, lançamos a iniciativa piloto "Os seus desapegos valem créditos" em parceria com o brechó Daz Roupaz. Por ela, nossas clientes podem trocar roupas usadas e em bom estado de quaisquer marcas por créditos para adquirir peças novas da C&A.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Desde 2006, contamos com programa de monitoramento e gestão da rede de fornecedores, com o objetivo de coibir qualquer tipo de mão de obra irregular e buscar a melhoria contínua das condições de trabalho e das questões ambientais na rede de fornecimento e estamos avançando na gestão dos riscos socioambientais, identificando os fatores de risco prioritários e estruturando planos de ação. Em 2016, a Companhia criou uma equipe de desenvolvimento de fornecedores, cujo objetivo é, através de nossos fornecedores, assessorar as unidades de produção no cumprimento dos planos de ações corretivos gerados nas auditorias da área de *Sustainable Supply Chain* (SSC). Os Desenvolvedores de Fornecedores atuam como agentes facilitadores para a melhoria contínua da rede de fornecimento da Companhia. Este suporte inclui ainda treinamentos da nossa rede de fornecimento com base no Código de Ética da Companhia, legislações e nas melhores práticas de trabalho.

Para oferecer uma moda mais sustentável, e em linha com os grandes compromissos assumidos, é necessário considerar diversas frentes que compõem este grande ecossistema. Ao conectá-los, podemos entregar produtos mais sustentáveis, com menor impacto socioambiental, e com princípios de economia circular.

As frentes são:

- Matérias-primas mais sustentáveis
- Produção mais limpa com conformidade ambiental
- Rastreabilidade e Certificações

A C&A vem construindo e evoluindo na atuação nessas frentes, entendendo ser um processo colaborativo, pois para ser sustentável, deve incluir a todos: clientes, sociedade, parceiros, *players*, associações e demais impactados. A C&A entende seu papel como indutora dessas boas práticas, fazendo conexões entre atores externos e internos à empresa.

Nossa atuação em matérias-primas mais sustentáveis se concentra nas fibras principais e de maior volume de uso na C&A, tais como algodão, poliéster, viscose e seus similares. Com relação a esses materiais, estamos em diversos níveis de desenvolvimento: matéria-prima desenvolvida e inserida nos produtos, matéria-prima desenvolvida e em processo de introdução nos produtos e, matérias-primas em desenvolvimento com parceiros do mercado. Em outubro de 2022, realizamos a primeira feira de matérias-primas mais sustentáveis, organizada pelos times de ESG, Segurança Química, Sourcing, Fashion Team e Comercial, foram realizadas diversas apresentações sobre nossos compromissos nesse tema, as iniciativas desenvolvidas, os produtos lançados que utilizam esses materiais e seus benefícios para o meio ambiente.

Em 2023, a inovação também impulsionou novos projetos na área de sustentabilidade, especialmente na promoção de transparência, mas também para fortalecer a economia circular, com destaque para o lançamento da nossa primeira coleção de jeans rastreável, utilizando tecnologia *blockchain*. Por meio de um QR code disponível na etiqueta do jeans, nossas clientes podem acompanhar todas as etapas de sua produção, incluindo a localização da colheita do algodão até os processos fabris, como fiação, tecelagem, costura, lavanderia, a entrega nos centros de distribuição, e, por fim, a chegada do produto em nossas lojas. Trata-se de um grande passo no nosso compromisso de oferecer uma moda cada vez mais sustentável, responsável e com transparência.

A Produção mais limpa com conformidade ambiental, é um programa de gestão e melhoria da rede de fornecimento, que visa garantir os quesitos legais de saúde e segurança dos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

colaboradores e do meio ambiente, bem como ir além, num processo de melhoria contínua utilizando metodologia das melhores práticas globais:

- Higg FEM do SAC (*sustainable Apparel Coalition*)
- Clean Chain da ADEC (análise de risco do inventário mensal dos produtos químicos utilizados pelas unidades de produção com base na MRSI do ZDHC)
- Programa ZDHC (*zero discharge of hazardous chemicals*)

A Rastreabilidade e Certificações, por terceiros acreditados, são a base para toda a comunicação de sustentabilidade da C&A e ponto importante para a circularidade. Essas vêm sendo construídos à medida que as matérias-primas evoluem em seus usos e disponibilidades.

A C&A está comprometida em prolongar a vida útil de nossos produtos influenciando conscientemente a maneira como são projetados, adquiridos, produzidos, usados e reutilizados. Nossa abordagem é baseada em três princípios da circularidade:

- Feito de insumo seguro, reciclado ou renovável: Buscamos ampliar o uso de matérias-primas de origem mais limpa, a fim de ofertar aos nossos clientes produtos mais sustentáveis. Atuamos junto aos nossos fornecedores para identificar produtos químicos mais seguros e eliminar o uso de produtos químicos perigosos e reduzir o impacto na produção.
- Feitos para serem feitos novamente: Os produtos e seus materiais são projetados e fabricados para que possam ser reutilizados, refeitos e reciclados.
- Usar mais: Além disso, estamos trabalhando para ampliar a vida útil dos nossos produtos, por meio de iniciativas circulares como reciclagem e reuso, evitando o desperdício e a geração de resíduos.

Saiba mais sobre os Produtos Mais Sustentáveis no Relatório Integrado Anual de 2023. (página 68).

No pilar social, há mais de 30 anos fazendo história, o Instituto C&A atua no fortalecimento das comunidades por meio da moda, – desenvolvendo ações voluntárias, projetos de fomento ao empreendedorismo e à empregabilidade no setor, e ações humanitárias.

Desde 2021, o propósito do Instituto se conectou ainda mais com a estratégia de sustentabilidade da C&A, a fim de ampliar o impacto social em todas as regiões onde a Companhia está inserida. O Instituto conta com Conselho de Administração para as orientações estratégicas e validação de investimentos, e trabalha no planejamento, execução e monitoramento das ações de moda de todo Brasil, mobilizando parceiros em todos os estados.

O Instituto C&A atua nas seguintes áreas estratégicas:

VOLUNTARIADO - Articulamos uma rede sólida de associados voluntários que doam seu tempo e talento para iniciativas sociais de moda de todo Brasil, no entorno das lojas, centros de distribuição e no escritório central.

EMPREENDEDORISMO - Formamos parcerias nacionais em prol do fomento e desenvolvimento de micro e pequenos empreendedores de moda que lutam para afirmar seus direitos – aqueles pertencentes aos grupos em maior vulnerabilidade social.

EMPREGABILIDADE - Mobilizamos marcas e outros atores do setor da moda para promover trabalho decente, proporcionando o desenvolvimento de pessoas e fazendo a conexão de profissionais a oportunidades de emprego.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

APOIO HUMANITÁRIO - Por meio de aportes financeiros e/ou materiais pontuais, assumimos o compromisso de responder às emergências e catástrofes do nosso país - sejam elas sociais, econômicas ou ambientais. Saiba mais sobre as principais atividades realizadas em 2023 pelo Instituto C&A no Relatório Integrado Anual de 2023. (página 94).

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

As marcas, patentes e desenhos industriais utilizadas pela Companhia estão registrados ou depositados junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Atualmente, a Companhia indica que possui direito de uso e/ou titularidade de aproximadamente 480 marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, em nome próprio, em nome da Cofra Holding AG e COFRA AG e/ou de terceiros do mesmo grupo das quais aproximadamente [453 marcas] envolvidas na licença de uso entre C&A AG, Cofra Holding AG e a Companhia são relevantes para suas atividades.

A Companhia também é titular de diversos nomes de domínios associados a tais marcas, bem como a uma patente.

d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

A Companhia, seus administradores e controlador não efetuaram contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos em benefício da Companhia.

ii. em favor de partidos políticos

A Companhia, seus administradores e controlador não efetuaram contribuições financeiras em favor de partidos políticos em benefício da Companhia.

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia, seus administradores e controlador não efetuaram contribuições financeiras visando a tal finalidade.

Ainda, Código de Ética a Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em 05 de dezembro de 2023, detalha que a Companhia não apoia partidos políticos e não faz doações para organizações políticas ou candidatos. Adicionalmente, conforme previsto no Código de Ética, é vedada a doação por pessoas jurídicas a campanhas eleitorais (Lei 13.165/2015). O Código de Ética está disponível para consulta na página de Relações com Investidores da Companhia <https://ri.cea.com.br/>.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida da Companhia é inteiramente gerada em território nacional.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade:

Consciente dos impactos que a Companhia gera, a C&A divulga relatórios anuais, zelando pela transparência com todos os públicos. A publicação é resultado do esforço contínuo para reforçar o compromisso com pessoas, planeta e a sociedade.

No documento são apresentados os principais aspectos econômicos, ambientais, sociais e de governança corporativa relevantes à sustentabilidade da Companhia ao longo do ano fiscal, período que corresponde de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023.

b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório é elaborado de acordo com as melhores práticas de transparência e gestão da sustentabilidade, utilizando as seguintes diretrizes de reporte:

- Relato Integrado, criado pelo International Integrated Reporting Council (IIRC), framework global de referência para relatórios corporativos para demonstração da geração de valor a longo prazo.
- GRI (*Global Reporting Initiative Standard*), prática global para monitoramento e reporte de sustentabilidade.
- *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), padrão voluntário para o reporte de sustentabilidade setorial, visando impactos ESG no desempenho financeiro.
- *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD), do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), estabelece recomendações para a gestão de riscos e oportunidades em mudanças climáticas.

c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso:

Todo o conteúdo é avaliado pela liderança, que confirma a veracidade e confiabilidade das informações apresentadas e disponibilizado ao Comitê de Gente e ASG. Além disso o relatório é submetido à verificação externa por terceira parte independente, conforme carta de asseguração na página 131 do Relatório Integrado Anual 2023.

d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O relatório pode ser encontrado nos seguintes endereços:

<https://ri.cea.com.br/>

<https://sustentabilidade.cea.com.br>

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O conteúdo do Relatório foi definido com base na materialidade, estudo que identifica os temas mais relevantes para o desenvolvimento sustentável do negócio, e nas melhores práticas globais de transparência e gestão da sustentabilidade.

A cada 2 anos, a C&A avalia e prioriza as questões materiais de sustentabilidade para garantir o foco nas questões e impactos mais importantes da empresa, cadeia de valor e setor. Em cada avaliação, considera algumas etapas como: *desk review*, *benchmarking*, consulta à stakeholders e workshop com a liderança. Essa avaliação considera o impacto dos temas importantes e sua significância para o negócio.

Esse exercício foi feito em 2022 e, ao colocar os tópicos avaliados em uma matriz que compara o cenário estratégico e a visão dos stakeholders foram definidos 8 temas prioritários:

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- Condições de trabalho e direitos humanos na cadeia de fornecimento
- Bem-estar de associado da C&A: saúde física e mental
- Ética e integridade
- Comunicação para clientes e transparência
- Diversidade, equidade e inclusão
- Economia Circular
- Emissões de gases de efeito estufa
- Relacionamento com comunidades

Os indicadores GRI e SASB são selecionados conforme os temas materiais. A lista completa de indicadores pode ser consultada no índice remissivo do Relatório Integrado Anual (página 109).

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Relatório 2023 considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assim como toda a estratégia de sustentabilidade da C&A. Os ODS são priorizados de acordo com os temas materiais (saiba mais no Caderno de Anexos, capítulo Materialidade). Os ODS materiais para o negócio são:

- 3 (Saúde e Bem-Estar)
- 5 (Igualdade de gênero)
- 8 (Trabalho decente e crescimento econômico)
- 10 (Reduzir as Desigualdades)
- 12 (Consumo e produção responsáveis)
- 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima)
- 15 (Vida Terrestre)
- 17 (Parcerias e Meios de Implementação)

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório inclui o reporte relacionados à gestão climática da C&A, previstos no TCFD quanto a: governança, estratégia, gestão de riscos climáticos, métricas e metas. O índice TCFD com as informações na íntegra podem ser consultados na página 110 do Relatório Integrado Anual 2023.

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A companhia atua no combate às mudanças climáticas desde 2015, ano em que a C&A global começou a calcular a pegada de carbono (índice que relaciona as atividades de indústrias ou pessoas às emissões emitidas por essas atividades) com apoio de consultoria especializada, cuja metodologia abarca a análise do ciclo de vida do produto. No Brasil, o primeiro inventário de GEE realizado foi o de ano-base 2009. O inventário de ano-base 2021, 2022 e 2023 foram auditados por terceira parte.

Foi utilizada a Metodologia *GHG Protocol* e ferramenta do Programa Brasileiro *GHG Protocol* - Versão 2023.0.1. Gases incluídos no cálculo: A metodologia de cálculo do *GHG Protocol*, utilizada no inventário, calcula as emissões dos gases CO₂, CH₄, N₂O, HFCs, PFC SF₆, NF₃. A C&A não possui emissões a partir do SF₆ e NF₃. A fonte dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global (GWP) são: IPCC – AR5; Fatores de Emissão: Ferramenta de Cálculo do *GHG Protocol*; Volume 5 - *Waste* - Chapter 6:

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Wastewater Treatment and Discharge - IPCC 2006; Volume 2 - Energy - Chapter 1: Introduction - IPCC 2006; Volume 5 - Capítulo 4 - *Biological Treatment of Solid Waste* - IPCC 2006; Ecoinvent.

Além disso, desde 2021, a C&A responde ao questionário do Carbon Disclosure Project (CDP), organização que apoia investidores e analistas dedicados a esse tema, esse ano a Companhia alcançou nota C no questionário. O questionário respondido pela C&A ao CDP está disponível [aqui](#).

As informações completas sobre o inventário de emissões da C&A estão relatadas no Relatório Integrado Anual (página 129).

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.a deste Formulário de Referência, a Companhia divulga informações ASG.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.e deste Formulário de Referência, a Companhia adota uma matriz de materialidade com temas materiais específicos.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.e deste Formulário de Referência, a Companhia adota indicadores-chave de desempenho

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.c deste Formulário de Referência, o Relatório Anual da Companhia é auditado e revisado por empresa especializada independente.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.f deste Formulário de Referência, a Companhia considera os ODS estabelecidos pela ONU, bem como adota as recomendações emanadas pela TCFD.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.h deste Formulário de Referência, a Companhia realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 Informações de sociedade de economia mista

a) interesse público que justificou sua criação

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Em conexão à recompra integral do direito de oferecer serviços e produtos financeiros até então explorados, de forma exclusiva, pelo Banco Bradescard S.A., subsidiária do Banco Bradesco, a Companhia deve pagar ao Bradescard o valor de R\$ 415.000.000,00 (quatrocentos e quinze milhões de reais), devidamente corrigido pela variação positiva de CDI + 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco céntimos) ao ano a partir de 31 de janeiro de 2022 até a data de pagamento (31 de julho de 2025

Adicionalmente, em tal operação de repactuação, C&A e Banco Bradesco firmaram, em xx/xx/xxxx, instrumento de Cessão Fiduciária de recebíveis decorrentes da parceria junto ao Banco Bradesco, de forma a garantir o pagamento do valor então pactuado em caso de eventual inadimplemento por parte da C&A.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não houve operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor.

1.13 Acordos de acionistas

A Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o controlador seja parte.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não aplicável, uma vez que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 . Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que no último exercício social e no exercício social corrente, não foi celebrado nenhum novo contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 Outras informações relevantes

Pela primeira vez em 2023, a Companhia passou a integrar a 19ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 ("ISE B3"). A carteira reúne 78 companhias, pertencentes a 36 setores que se destacam por possuírem as melhores práticas em ASG (ambiental, social e governança).

Ainda, em 2023 a Companhia foi destaque pela sexta vez no Índice de Transparência da Moda Brasil (ITMB). Em 2023, 60 das principais marcas varejistas foram avaliadas e classificadas com base em mais de 250 indicadores relacionados a direitos humanos, igualdade de gênero e racial e descarbonização. Ao fim da avaliação, seis marcas se destacaram na maior faixa de pontuação (61% a 70%), sendo a Companhia a primeira colocada.

O ITMB, uma iniciativa do Instituto Fashion Revolution Brasil, é um guia importante para empresas do setor que buscam traçar metas e ações mais eficazes em suas estratégias de responsabilidade ASG. Além disso, o índice promove maior transparência na moda, impulsionando um setor mais sustentável e inspirador.

Fora isso, não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 2,1x. Na mesma data, a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia era de R\$1.347,2 milhão e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) totalizava R\$341,4 milhões, com um índice de alavancagem financeira, que compreende a Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado para covenant de 0,5x.

Além disso, a partir de 2023, a Companhia iniciou o acompanhamento do indicador de Alavancagem Financeira Total, o qual totalizou 1,5x em 31 de dezembro de 2023.

b) Estrutura de capital

No ano de 2023, a Companhia amortizou líquidos R\$ 364 milhões em empréstimos, bem como apresentou a seguinte estrutura de capital:

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2023
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	6.404,9
Capital próprio (patrimônio líquido)	3.012,7
Capital total (terceiros + próprio)	9.417,7
Parcela de capital de terceiros	68,0%
Parcela de capital próprio	32,0%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos a serem pagos nos próximos anos, devido a sua posição de caixa robusta perante os vencimentos previstos no curto prazo, a capacidade de geração de caixa e sua capacidade de levantar novos recursos no mercado, se necessários.

Os índices de liquidez geral (ativo total dividido pela soma do passivo circulante e não circulante) e corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2023 eram de 1,5 e 1,4, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Líquida da Companhia era de R\$341,3 milhões e a Dívida Líquida Total era de R\$ 881,2 milhões (considerando os compromissos com a Bradescard). O relacionamento da Companhia com instituições financeiras permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, conforme necessário.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais e (ii) captação de empréstimos e emissão de notas comerciais. Esses recursos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios e (ii) desembolso de capital.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Administração não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

Para maiores informações sobre as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e suas características, vide item 2.1 (f) abaixo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía R\$1,688 bilhão em contratos de empréstimos vigentes. A descrição abaixo apresenta as principais características dos nossos contratos relevantes em 31 de dezembro de 2023.

- 3ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de maio de 2023, foi aprovada a 3ª emissão de 200.000 notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, da Companhia, no valor total de R\$200 milhões, nos termos da Resolução CVM 160. A data de emissão foi 25 de maio de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto destas comerciais escriturais era de R\$202,6 milhões. Para uma descrição detalhada a respeito das notas comerciais escriturais emitidas pela Companhia, vide item 12.3 do Formulário de Referência.
- 2ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovada a 2ª emissão de 50.000 notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, da Companhia, no valor total de R\$50 milhões, nos termos da Resolução CVM 160. A data de emissão foi 25 de abril de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto destas notas comerciais era de R\$51 milhões. Para uma descrição detalhada a respeito das notas comerciais emitidas pela Companhia, vide item 12.3 do Formulário de Referência.
- 2ª Emissão de Debêntures: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de abril de 2022, foi aprovada a 2ª emissão de 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$600 milhões, nos termos da Instrução da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

CVM 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. A data de emissão foi em 08 de abril de 2022. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto destas debêntures era de R\$610 milhões. Para uma descrição detalhada a respeito das debêntures emitidas pela Companhia, vide item 12.3 do Formulário de Referência.

- 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de março de 2022, foi aprovada a 1ª emissão de 250.000 notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Companhia, no valor total de R\$250 milhões. A data de emissão foi 18 de março de 2022. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto destas notas comerciais escriturais era de R\$260 milhões. Para uma descrição detalhada a respeito das notas comerciais escriturais emitidas pela Companhia, vide item 12.3 do Formulário de Referência.
- 1ª Emissão de Debêntures: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de maio de 2021, foi aprovada a 1ª emissão de 500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$500 milhões, nos termos da Instrução da CVM 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. A data de emissão foi em 20 de maio de 2021. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto destas debêntures era de R\$508 milhões. Para uma descrição detalhada a respeito das debêntures emitidas pela Companhia, vide item 12.3 do Formulário de Referência.
- Cédula de Crédito Bancário: Em 30 de setembro de 2020, a Companhia realizou a emissão de uma CCB no valor de R\$120.000, com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,90% ao ano, com pagamento em 6 parcelas de R\$20.000, sendo o primeiro vencimento em janeiro de 2022 e o final em julho de 2024. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto desta CCB era de R\$64 milhões.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía transações de longo prazo com instituições financeiras no valor de R\$1,176 bilhões.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações com instituições financeiras são adequadas para suprir eventuais necessidades de financiamento para expansão do negócio da Companhia. Novas relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2023 possuía condição específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía dívidas com restrições e limites a endividamento e contratação de novas dívidas.

A Companhia ressalta ainda, que os endividamentos celebrados possuem as cláusulas de *covenants* de todos padronizadas de forma que, a totalidade das dívidas da Companhia resultarão em eventos de avaliação ou vencimento antecipado nas seguintes hipóteses:

- Manutenção da razão entre Dívida Líquida (composta por empréstimos e debêntures mais ou menos o saldo de derivativos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira) e EBITDA Ajustado (composto pelo EBITDA mais receita com desconto de fornecedores menos os resultados não operacionais, definidos como venda de ativos, provisões/reversões de contingências, *impairment* e despesas de reestruturação), em patamar igual ou inferior a 3,0 vezes, que serão calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Para tal cálculo considera-se o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses e desconsidera os efeitos trazidos pela adoção do CPC06/IFRS16.
- Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária em valor agregado superior a R\$ 50 milhões ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária em montante agregado superior a R\$ 50 milhões;
- Acúmulo de protestos em montante superior a R\$ 50 milhões;
- Alteração de controle acionário direto;
- Descumprimento de Leis Anticorrupção;
- Hipoteca, penhor, alienação fiduciária ou qualquer outro evento que gere ônus sobre mais de 5% do ativo total da Companhia.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não dispunha, em 31 de dezembro de 2023 de nenhum contrato de financiamento ou limite de contratação que não tenha sido realizado integralmente.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (em R\$ milhões, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA	6.719,3	100,0%	6.183,6	100,0%	8,7%
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(3.197,0)	-47,6%	(3.077,4)	-49,8%	3,9%
LUCRO BRUTO	3.522,3	52,4%	3.106,1	50,2%	13,4%
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(786,1)	-11,7%	(682,6)	-11,0%	15,2%
Vendas	(2.184,0)	-32,5%	(2.260,3)	-36,6%	-3,4%
Perdas em créditos, líquidas	(223,9)	-3,3%	(64,3)	-1,0%	248,3%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	66,1	1,0%	169,3	2,7%	-60,9%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	394,4	5,9%	268,2	4,3%	47,1%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado de variação cambial	2,0	0,0%	0,3	0,0%	511,1%
Despesas financeiras	(636,5)	-9,5%	(601,3)	-9,7%	5,8%
Receitas financeiras	198,7	3,0%	289,6	4,7%	-31,4%
Resultado com títulos e valores mobiliários	7,0	0,1%	-	0,0%	0,0%
Resultado financeiro	(428,7)	-6,4%	(311,5)	-5,0%	37,6%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	(34,2)	-0,5%	(43,3)	-0,7%	-20,9%
Impostos sobre o lucro	36,6	0,5%	44,1	0,7%	-17,1%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	2,3	0,0%	0,8	0,0%	181,7%

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$6,719 bilhões comparativamente a R\$6,184 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$535 milhões ou 8,7%. Esse aumento está relacionado principalmente ao bom desempenho do vestuário durante o ano, que obteve um aumento de 10,6%. Já em Fashiontronics e Beleza, a venda apresentou redução de 11,0%. Adicionalmente, em Serviços Financeiros temos um crescimento de 38,6% em função do bom desempenho do C&A Pay, o qual ainda está em processo de aceleração, se mostrando aderente ao Business Plan construído originalmente.

Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$3,197 bilhões comparativamente a R\$3,077 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$120 milhões ou 3,9%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representava 47,6% e 49,8% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. Sendo assim, a Companhia obteve uma queda no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados em relação à receita líquida em função da sua estratégia de precificação, da otimização de promoções, da contínua evolução da precificação dinâmica e da captura do benefício da distribuição push-pull em seus produtos de maior giro.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$3,522 bilhões comparativamente a R\$3,106 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$416 milhões ou 13,4%. O lucro bruto representava 52,4% e 50,2% da receita líquida (margem bruta) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. Este aumento no lucro bruto é atribuído, principalmente, à melhoria de rentabilidade do vestuário e menor participação de Fashiontronics e Beleza na venda de mercadorias.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$786 milhões comparativamente a R\$683 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$1034 milhões ou 15,2%. As despesas gerais e administrativas representavam 11,7% e 11,0% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. Este aumento nas despesas gerais e administrativas decorreu do aumento da depreciação, das despesas com mão de obra de terceiros em função do maior volume de peças manuseadas nos centros de distribuição e do aumento das despesas com projetos de tecnologia e digitalização.

Despesas com vendas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$2,184 bilhões comparativamente a R\$2,260 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$76 milhões ou 3,4%. As despesas com vendas representavam 32,5% e 36,6% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. Esta redução nas despesas com venda decorreu da redução principalmente das linhas de marketing e pessoal.

Perdas em Crédito, líquidas

As Perdas em Crédito, líquidas, totalizaram R\$ 223,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 com um aumento quando comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 que totalizou R\$ 64,3 milhões. Este aumento decorre em função da evolução da carteira, ainda em formação.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$66,1 milhões comparativamente a R\$169 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de R\$103 milhões. Esta variação é atribuída, substancialmente ao reconhecimento de créditos fiscais, no valor aproximado de R\$100 milhões, relacionado ao trânsito em julgado no STJ (Supremo Tribunal Judicial) do processo para discutir o direito de fruição de alíquota zero do PIS e COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como "Lei do Bem"), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país, que impactou o resultado de 2022.

Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro

O lucro antes do resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$394 milhões comparativamente ao lucro de R\$268 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$126 milhões. O lucro antes do resultado financeiro representava 5,9% e 4,3% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. Este aumento é atribuído aos fatores acima mencionados.

Resultado com variação cambial

O resultado com variação cambial no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi uma receita de R\$2,0 milhões comparativamente a uma receita de R\$0,3 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$1,7 milhão. Esse aumento é decorrente da valorização do real frente ao dólar em 2023.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$636 milhões comparativamente a R\$601 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$35 milhões ou 9,7%. Os principais fatores que ocasionaram o aumento estão associados as despesas financeiras de ajuste a valor presente de fornecedores e juros com fornecedores Bradescard, devido ao impacto da maior taxa média de juros da Selic de 2023 em comparação com 2022. Apesar da taxa de juros SELIC ao final do período de 2023 ter apresentado queda em relação ao final do período anterior, ao longo do ano, se manteve superior, impactando a despesa financeira da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$199 milhões comparativamente a R\$290 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$91 milhões. Essa redução é decorrente principalmente da menor receita com atualização monetária sobre os créditos tributários.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ocasionou uma despesa de R\$429 milhões comparativamente a uma despesa de R\$311 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de 118 milhões. Este aumento é atribuído aos fatores acima mencionados.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro

O prejuízo antes dos impostos sobre o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$34 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de R\$9 milhões. Esta variação é atribuída, principalmente em função dos fatores acima mencionados.

Impostos sobre o lucro

Os impostos sobre o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram um crédito de R\$37 milhões comparativamente a um crédito de R\$44 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de R\$9 milhões. Esta redução é atribuída ao menor prejuízo antes dos impostos sobre o lucro em 2023.

Lucro líquido (prejuízo) do período

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$2,3 milhões comparativamente a um lucro de R\$0,8 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de R\$1,5 milhão. Esta variação é atribuída aos fatores acima mencionados.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em R\$ milhões, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro				
	2023	AV	2022	AV	AH
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais	960,3	-185%	1.090,4	175%	-11,8%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(234,4)	45%	(471,6)	-76%	-50,1%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.244,3)	240%	5,1	1%	-24498,0%

Atividades operacionais

O caixa líquido originado das atividades operacionais totalizou R\$960,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a um caixa líquido originado nas atividades operacionais de R\$1,090 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação de R\$130 milhões é justificada pela melhora no resultado operacional, com maior geração de EBITDA Ajustado e avanço nas ações de otimização de capital de giro parcialmente compensada pela operação de antecipação de recebíveis no montante de R\$ 260 milhões que ocorreu em 2022. Já em 2023, em função do bom resultado operacional, referida operação não foi realizada.

Atividades de investimento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$235 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$472 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa redução de R\$236 milhões ou 50,1%, é justificada pela estratégia da companhia de maior disciplina e assertividade dos investimentos em um momento de taxa de juros elevadas.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$1,244 bilhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado a uma geração R\$5 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento no consumo de R\$1,249 bilhões, é justificado pela geração de caixa operacional e redução do caixa aplicado em atividades de investimento que permitiram a estratégia de redução do endividamento bruto.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi composta substancialmente por revenda de produtos de vestuário, de aparelhos celulares, de produtos de beleza e pela oferta de produtos e serviços financeiros através do C&A Pay e da parceria com o Banco Bradesco S.A. e, em menor proporção, por receita decorrente de prestação de serviços, como por exemplo (i) receitas com fretes, (ii) receitas de comissionamento na comercialização de planos de telefonia e recarga, e (iii) receita de marketplace que são receitas de comissionamento em plataforma digital cedida onde parceiros comerciais oferecem seus produtos e serviços. [atualizar a redação acima, conforme aplicável.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia está inserida no segmento de varejo de moda e nossas operações consistem principalmente na venda de produtos de vestuário, de telefones celulares e de produtos de beleza. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e são influenciados pelos seguintes fatores:

- **Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores:** nossa indústria de varejo é sensível a variações no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, taxa de juros e a taxa média anual de desemprego, que no exercício social de 2023 foram 2,9%, 11,75% e 7,8%, respectivamente, refletem uma perspectiva econômica desafiadora e que podem gerar possíveis oscilações de demanda no país.
- **Inflação:** Podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis e matérias de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 4,72% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.
- **Taxa de câmbio:** A taxa de câmbio afeta os nossos resultados operacionais principalmente através do seu impacto no custo da mercadoria vendida, uma vez que parte dos nossos produtos são importados. Oscilações na cotação do dólar podem fazer com que nossos custos variem. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o dólar apresentou variação ao ano de -8,25%.
- **Comportamento de compra do consumidor:** Estamos constantemente avaliando quais são as demandas dos nossos clientes e quais tendências podem refletir em possíveis mudanças de comportamento de compra. Realizamos pesquisas de tendências, inovações e satisfação com nossos consumidores e não consumidores também para entender onde podemos melhorar nossos processos comerciais. A implementação e desenvolvimento do conceito omni-canal são exemplos de mudanças que realizamos para acompanhar e garantir a melhor experiência de compras para as nossas clientes.
- **Sazonalidade:** O varejo apresenta forte sazonalidade, com trimestres bem distintos. No segundo trimestre temos o Dia das Mães e no quarto trimestre o Black Friday e o Natal, datas relevantes para o varejo do vestuário.

2.2 Resultados operacional e financeiro

- **Clima:** O varejo de moda é suscetível às condições climáticas, especialmente durante os meses de inverno. Por exemplo, durante esta estação períodos prolongados de temperaturas mais altas podem deixar uma parte de nosso estoque incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem levar a Companhia a comercializar o excesso de estoques com descontos de preços, reduzindo assim nossas margens.
- b) **Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

A Companhia busca desenvolver os seus produtos seguindo as tendências de moda que estão constantemente mudando. Dessa forma a Companhia, bem como o segmento de moda, tem nos seus produtos, ciclos de vida extremamente curtos, com alterações que dificultam a comparação de preços de um período para outro. Dessa forma, comparar ou atribuir crescimento de receita por conta de alterações de volume de produtos vendidos pode levar a conclusões inadequadas, uma vez que não necessariamente se está ofertando os mesmos produtos de um período para outro.

A política de preços da Companhia é fortemente associada ao poder de compra dos consumidores e aos preços praticados pela nossa concorrência. Sendo assim, variações na taxa de câmbio não necessariamente refletem em ajustes de preços ou variações na receita.

- c) **Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia, bem como o segmento de moda, tem nos seus produtos, ciclos de vida extremamente curtos, com alterações que dificultam tanto a comparação de preços como a comparação de custos de mercadorias vendidas de um período

			Cenários Negativos			
			Risco	Nocional USD (Pagar)/ Receber	Cenário Provável USD 1 = R\$ 5,00	Cenário Possível +25% USD 1 = R\$ 6,25
Objeto de hedge	Pedidos de compra de mercadorias importadas e importação em andamento	Alta do dólar	(71.913)	(11.413)	(101.304)	(191.195)
	NDF		29.567	4.692	41.651	78.610
	Exposição líquida de pedidos de importação		(42.346)	(6.721)	(59.653)	(112.585)
Instrumento de Hedge	Impostos não recuperáveis (36%)	Baixa do dólar	(25.889)	(4.109)	(36.469)	(68.830)
	Exposição líquida total		(68.235)	(10.830)	(96.122)	(181.415)
	Efeito no resultado líquido de IR/CS		(45.035)	(7.148)	(63.441)	(119.734)

para outro. Ainda que a taxa de inflação possa sensibilizar os nossos custos, a nossa gestão e o nosso trabalho com a cadeia de fornecimento buscam mitigar estes impactos.

Contudo, a Companhia entende que variações na taxa de inflação têm impacto significativo em suas despesas. Ainda que melhorias na gestão da Companhia e maior eficiência nos processos internos mitiguem parte dos efeitos inflacionários, suas despesas são diretamente impactadas

2.2 Resultados operacional e financeiro

pela inflação, principalmente salários, contratos de aluguel, despesas com frete e energia elétrica, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM.

De forma similar, as variações das taxas de câmbio impactam os custos de mercadoria. O aumento na taxa de câmbio aumenta o custo, o qual pode não ser repassado integralmente para o preço, o que poderá afetar a margem bruta com a venda mercadorias. Contudo, os produtos da Companhia são, em sua maioria, de origem nacional e para mitigar possíveis impactos na margem de produtos importados decorrentes de alterações nas taxas de câmbio, a Companhia possui operação de hedge, através de contratos de compra de dólar futuro (NDF – Non Deliverable Forward), conforme indicado abaixo.

USD em 31/12/2023 = R\$4,8413

O impacto da taxa de juros no resultado é limitado uma vez que a Companhia possui empréstimos e aplicações indexados ao CDI. Dessa forma o tamanho do impacto está condicionado ao tamanho da posição de dívida líquida da Companhia.

	Risco	Consolidado						
		Saldo em 31/12/2023	Taxa	Cenário provável	Aumento nos Juros		Queda nos juros	
					Cenário possível + 25%	Cenário remoto + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%
Aplicações financeiras	Baixa CDI	1.269.421	CDI	127.091	158.864	190.637	95.318	63.546
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(1.687.854)	CDI	(176.549)	(220.687)	(264.824)	(132.412)	(88.275)
Fornecedor Bradescard	Alta CDI	(539.898)	CDI	(56.473)	(70.592)	(84.710)	(42.355)	(28.237)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS		(958.331)		(105.931)	(132.415)	(158.897)	(79.449)	(52.966)
Efeito no resultado líquido de IR/CS				(69.914)	(87.394)	(104.872)	(52.436)	(34.958)

Receita financeira demonstrada líquida de PIS e COFINS de 4,65% e para aplicação financeira considera-se um rendimento médio de 100,36% do CDI.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2 acima:

A Administração avaliou as normas, orientações e pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 e informam que não possuem mudanças a serem aplicadas em 2023.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 não possuem ressalvas ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 1.11 do Formulário de Referência.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findos em 31 de dezembro de 2023, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como LAIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou LAIR (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado pré IFRS16 e Margem EBITDA Ajustada

- O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 156, de 23 de junho de 2022, e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.
- O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA ajustado por outras receitas (despesas) operacionais líquidas, ganhos na operação de desconto de duplicatas de fornecedores e recuperação de créditos fiscais.
- O EBITDA Ajustado pré IFRS16 refere-se ao EBITDA ajustado por outras receitas (despesas) operacionais líquidas, ganhos na operação de desconto de duplicatas de fornecedores e recuperação de créditos fiscais, excluindo os pagamentos realizados relativos ao arrendamento mercantil, uma vez que as despesas com arrendamento mercantil (aluguéis) passaram a não mais impactar o EBITDA devido a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16).

A Margem EBITDA Ajustada consiste no EBITDA Ajustado dividido pela Receita Líquida.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo), como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

EBITDA Ajustado para covenant

EBITDA Ajustado para fins de covenants das dívidas, exclui o os efeitos do CPC 06 (R2) e da norma Internacional de Contabilidade – IFRS 16, antes de: (i) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, (ii) despesas de depreciação do imobilizado (excluindo-se imobilização), (iii) despesas de amortização, (iv) do resultado financeiro (exceto receita obtida por antecipação de notas de fornecedores, que deve ser considerada parte do EBITDA), (v) da equivalência patrimonial, (vi) da participação de acionistas minoritários e (vii) do Resultado Não Operacional. Para esse relatório foi considerado como "Resultado Não Operacional": (i) a venda de ativos, (ii) provisões/reversões de contingências, (iii) impairment, (iv) despesas pontuais de reestruturação.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado pré IFRS16, EBITDA Ajustado para covenant e da Margem EBITDA Ajustada da Companhia para o último exercício social:

2.5 Medições não contábeis

Em milhões de reais	Em 31 de dezembro de 2023
EBITDA	1.102,3
EBITDA Ajustado	1.048,0
Margem EBITDA Ajustada	15,6%
EBITDA Ajustado pré IFRS16	606,9
EBITDA Ajustado para covenant	652,3

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Alavancagem Financeira

- **Dívida Bruta** equivale ao total da soma dos empréstimos e debêntures mais ou menos o saldo de derivativos.
- **Dívida Líquida** equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras.
- **Alavancagem Financeira** equivale à razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA Ajustado para covenant dos últimos 12 meses.

A Dívida Bruta, Dívida Líquida e Alavancagem não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia. Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e Dívida Líquida:

Em milhões de reais	Em 31 de dezembro de 2023
Dívida Bruta	1.688,6
Caixa ou (Dívida Líquida)	341,4
Alavancagem Financeira	0,5x

Dívida Líquida Total e Alavancagem Total

- **Dívida Líquida Total** equivale à Dívida Líquida, total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras, acrescida do valor referente aos compromissos com a Bradescard e excluindo antecipação de recebíveis.
- **Alavancagem Financeira Total** corresponde à razão entre a dívida líquida total e o EBITDA Ajustado pré-IFRS 16.

A Dívida Líquida Total e a Alavancagem Financeira Total não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pela BR GAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida Total e a Alavancagem Financeira Total de maneira diferente da utilizada pela Companhia. Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e Dívida Líquida:

Em milhões de reais	Em 31 de dezembro de 2023
Dívida Líquida Total	881,3

2.5 Medições não contábeis

Alavancagem Financeira
Total

1,5x

b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA e o EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA ajustada para o último exercício social:

Em milhões de reais, exceto percentuais	Em 31 de dezembro de 2023
Lucro líquido (prejuízo)	2.337
(+/-) Impostos sobre o lucro	(36.572)
(+/-) Resultado financeiro líquido	428.683
(+) Depreciação e amortização	707.827
(=) EBITDA⁽⁴⁾	1.102.275
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas ⁽¹⁾	6.988
(+) Receita Financeira de Fornecedores ⁽²⁾	11.687
(-) Recuperação de Créditos Fiscais ⁽³⁾	(73.094)
(-) Incentivo de Longo Prazo	30.538
(=) EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	1.078.393
Receita líquida Total	6.719.317
Margem EBITDA Ajustada⁽⁴⁾	16,0%

⁽¹⁾ Refere-se ao resultado de outras despesas (receitas) operacionais líquidas, excluindo a recuperação de créditos fiscais, conforme divulgado nas notas explicativas Outras (Despesas) Receitas Operacionais, Líquidas, por Natureza às demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

⁽²⁾ Refere-se à receita financeira auferida pelo desconto de duplicatas de fornecedores. A Companhia possibilita que seus fornecedores, mediante, assinatura de termo de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face.

⁽³⁾ Refere-se ao reconhecimento de recuperação de créditos fiscais, conforme divulgado nas notas explicativas Outras (Despesas) Receitas Operacionais, Líquidas, por Natureza às demonstrações contábeis relativas exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

⁽⁴⁾ O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. De acordo com o previsto no art. 4º da Resolução CVM nº 156, a Companhia optou por divulgar o EBITDA Ajustado, conforme tabela acima, visando demonstrar a informação que melhor reflete a geração operacional bruta de caixa em suas atividades. Os ajustes incluem: (i) Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas; (ii) Receitas Financeiras de Fornecedores; e (iii) Recuperação de Créditos Fiscais.

Reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA pré IFRS16 e o EBITDA Ajustado pré IFRS16

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA pré IFRS16, do EBITDA Ajustado pré IFRS16 e da Margem EBITDA ajustada pré IFRS16 para o último exercício social:

Em milhões de reais, exceto percentuais	Em 31 de dezembro de 2023
Lucro líquido (prejuízo) pré IFRS16	16,0
(+/-) Impostos sobre o lucro	(29,6)
(+/-) Resultado financeiro líquido	(268,6)
(+) Depreciação e amortização	367,7
(=) EBITDA pré IFRS16⁽⁴⁾	622,6
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas ¹	18,4
(+) Receita Financeira de Fornecedores ⁽²⁾	11,7
(-) Recuperação de Créditos Fiscais ⁽³⁾	(76,3)
(-) ILP – incentivo de longo prazo	30,5
(=) EBITDA Ajustado pré IFRS16⁽⁴⁾	606,9
Receita líquida Total	6.719,3
Margem EBITDA Ajustada pré IFRS16⁽⁴⁾	9,0%

2.5 Medições não contábeis

⁽¹⁾ Refere-se ao resultado de outras despesas (receitas) operacionais líquidas, excluindo a recuperação de créditos fiscais, conforme divulgado nas notas explicativas Outras (Despesas) Receitas Operacionais, Líquidas, por Natureza às demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

⁽²⁾ Refere-se à receita financeira auferida pelo desconto de duplicatas de fornecedores. A Companhia possibilita que seus fornecedores, mediante, assinatura de termo de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face.

⁽³⁾ Refere-se ao reconhecimento de recuperação de créditos fiscais, conforme divulgado nas notas explicativas Outras (Despesas) Receitas Operacionais, Líquidas, por Natureza às demonstrações contábeis relativas exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

⁽⁴⁾ O EBITDA pré IFRS16, o EBITDA Ajustado pré IFRS16 e a Margem EBITDA Ajustada pré IFRS16 não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. De acordo com o previsto no art. 4º da Resolução CVM nº 156, a Companhia optou por divulgar o EBITDA Ajustado, conforme tabela acima, visando demonstrar a informação que melhor reflete a geração operacional bruta de caixa em suas atividades. Os ajustes incluem: (i) Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas; (ii) Receitas Financeiras de Fornecedores; e (iii) Recuperação de Créditos Fiscais.

Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

Em milhões de reais	Em 31 de dezembro de 2023
Dívida Bruta ⁽¹⁾	(1.688.524)
Dívida de Curto Prazo	(512.097)
Dívida de Longo Prazo	(1.176.427)
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras	1.347.174
(=) Caixa ou (Dívida Líquida)	(341.350)

⁽¹⁾ A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Reconciliação da Dívida Líquida Total e Alavancagem Total

Em milhões de reais	Em 31 de dezembro de 2023
Empréstimos de curto prazo	511,4
Empréstimos de longo prazo	1.176,4
Derivativos	0,7
(=) Dívida Bruta¹	1.688,5
(+) Compromisso Bradescard	539,9
(=) Dívida Bruta Total	2.228,4
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.347,2
(-) Antecipação de recebível	0,0
(=) Caixa (dívida) líquida total¹	(881,3)
EBITDA Ajustado pré IFRS16	606,9
Alavancagem Total	1,5

⁽¹⁾ A Dívida Bruta Total e a Dívida Líquida Total não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e não

2.5 Medições não contábeis

possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Reconciliação do EBITDA Ajustado para Covenant

Em milhões de reais	Em 31 dezembro de 2023
(=) EBITDA pré IFRS16	622,6
(+/-) Ganhos (Perdas) Venda de Ativos Excluindo Efeitos do IFRS16	8,4
(+/-) Impairment	(3,8)
(+) Receita Financeira de Fornecedores	11,7
(-) Gastos com Reestruturação/Consultoria	4,8
(+/-) Provisões (Reversões) de Contingências	8,6
(=) EBITDA Ajustado para covenant¹	652,3

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado para fins de covenants das dívidas, exclui o os efeitos do CPC 06 (R2) e da norma Internacional de Contabilidade – IFRS 16, antes de: (i) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, (ii) despesas de depreciação do imobilizado (excluindo-se imobilização), (iii) despesas de amortização, (iv) do resultado financeiro (exceto receita obtida por antecipação de notas de fornecedores, que deve ser considerada parte do EBITDA), (v) da equivalência patrimonial, (vi) da participação de acionistas minoritários e (vii) do Resultado Não Operacional. Para esse relatório foi considerado como "Resultado Não Operacional": (i) a venda de ativos, (ii) provisões/reversões de contingências, (iii) impairment, (iv) despesas pontuais de reestruturação.

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado pré IFRS16 e a Margem EBITDA Ajustada são indicadores não contábeis utilizados pela administração da Companhia para aferir o seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem influência de despesas não diretamente relacionadas ao negócio, de itens considerados como não recorrentes pela Companhia e de outros impactos sem reflexo direto, no entendimento da Companhia, no fluxo de caixa.

A Companhia acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são informações adicionais às demonstrações financeiras mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não devendo ser utilizados como base de distribuição de dividendos ou como substitutos ao lucro líquido e fluxo de caixa operacional, tampouco como indicadores de desempenho operacional ou de liquidez. Ademais, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa, auxiliando na compreensão da nossa atual

2.5 Medições não contábeis

capacidade em assumir novas dívidas e a honrar os compromissos existentes. Possuímos cláusulas restritivas em nossos empréstimos, financiamentos e debêntures que restringem a nossa habilidade na tomada de determinadas ações e podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das nossas dívidas se não cumprirmos com essas cláusulas restritivas (covenants). Alguns desses contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures utilizam as seguintes métricas para o atendimento às cláusulas restritivas financeiras (covenants): (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado para covenants; (b) EBITDA Ajustado para covenants/ despesa líquida financeira; (c) distribuição de dividendos.

Sobre a medição de Dívida Líquida Total e Alavancagem Total, a Companhia entende que é útil adicionar na composição da dívida o impacto da recompra do direito de ofertar produtos e serviços financeiros (Bradescard), dado que envolve um compromisso relevante de pagamento da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Conforme descrito nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2024, não houve quaisquer eventos subsequentes às referidas demonstrações financeiras.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Política de destinação dos resultados

Período	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023
(a) Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei das S.A. Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva Estatutária de Lucros", que terá por fim reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades, observado que o limite máximo para a constituição da presente reserva será o montante correspondente ao valor do capital social subtraído dos saldos das demais reservas de lucros da Companhia. O Estatuto Social da Companhia encontra-se disponível para consulta nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e na página de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.cea.com.br/) na aba "Governança Corporativa" e no ícone "Estatutos, Políticas e Regimentos".
(a.i) Valores das Retenções de Lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$2.334.862,31, cuja destinação está descrita abaixo: (i) R\$ 116.743,13, equivalentes a 5% do lucro líquido da Companhia relativo ao Exercício 2023, serão destinados à reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A.; e (ii) R\$ 2.218.119,38 serão destinados à reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei das S.A.
(a.ii) Percentuais em relação aos Lucros Totais Declarados	Reserva Legal: 5% Reserva de incentivos fiscais: 95%
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O parágrafo 3º do artigo 31 do estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A periodicidades de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
(d) Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das S.A., não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
(e) Política de destinação de resultado formalmente aprovada	Durante o exercício de 2023, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retirado nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retirado nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

(iii) Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- b) Natureza e o propósito da operação**

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2023, a Companhia realizou investimentos equivalentes a R\$ 235 milhões, os quais foram direcionados para tecnologia, digitalização de processos e análise de dados, visando o desenvolvimento de projetos que buscam a melhor relação entre nível de vendas, margem bruta e eficiência de estoques. Os investimentos em digital e tecnologia somaram R\$ 113,4 milhões, chegando a 62% do valor total.

Em 2024, a Companhia continuará realizando investimentos voltados para as suas alavancas estratégicas, além de investimento para a sustentação de suas operações. De um investimento total em torno de R\$ 350 milhões, cerca de 50% serão destinados para iniciativas estratégicas que têm como objetivo evoluir nas dimensões de produto, jornada e relacionamento com o cliente, gerando venda e margem adicional ainda em 2024.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) captação de empréstimos e emissão de notas comerciais.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía desinvestimentos relevantes em andamento ou previsto.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG.

A C&A está comprometida em contribuir para a transformação da indústria da moda e trabalha para oferecer ao cliente produtos mais sustentáveis para que eles possam fazer melhores escolhas. A Companhia entende que suas atividades geram impacto e, por isso, quer incentivar, promover e engajar as partes interessadas em iniciativas que garantam o desenvolvimento sustentável do negócio, além de buscar todos os dias fazer uma moda com impacto positivo.

A estratégia de sustentabilidade da Companhia está estruturada em três pilares — Unir&Inspirar os stakeholders, Renovar&Restaurar os recursos naturais e Inovar&Liderar a pauta ASG no setor. A Companhia segue avançando com o seu compromisso sustentável, investindo em tecnologias, desenvolvimento da cadeia de fornecimento e dos associados para liderar a evolução no setor para uma moda verdadeiramente sustentável, tendo como base o nosso pioneirismo no uso de matérias-primas mais sustentáveis, inovação em economia circular, e as nossas pessoas.

No âmbito da sua estratégia de sustentabilidade, a Companhia possui os seguintes objetivos a serem cumpridos até 2030:

- Atuar como líder no setor no uso de MATÉRIAS-PRIMAS SUSTENTÁVEIS - 80% das matérias-primas principais devem ser de origem sustentável, (algodão, viscose e poliéster).
- Promover a CIRCULARIDADE - Incluir os princípios de circularidade em 50% dos produtos na forma como são projetados, produzidos ou reutilizados.
- Reduzir a poluição por PLÁSTICO - Substituir 50% do plástico de uso único por alternativas mais sustentáveis.
- Promover a DIVERSIDADE E EQUIDADE - Manter no mínimo 60% de mulheres alcançar 30% de Pretos e Indígenas em posição gerencial.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

A Companhia não possui informações a prestar sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios. Adicionalmente, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

a) Objeto da projeção

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

c) Premissas da projeção

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

d) Objeto e valores da projeção

Nos termos artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

3.2 Acompanhamento das projeções

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância.

A descrição dos fatores de risco deve ser elaborada em benefício da compreensão pelos investidores, abstendo-se o emissor de formular declarações de caráter genérico sobre riscos de investimento e de limitar sua responsabilidade ou de quaisquer pessoas que atuem em seu nome.

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia aos seus titulares.

Os riscos descritos a seguir são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção “4. Fatores de Risco”.

a. emissor

a.01- Nossa agenda de crescimento depende da demanda por nossos produtos, que está sujeita a riscos de variações climáticas, sazonalidade, mudanças nas preferências dos consumidores, tendências de moda e gerenciamento de estoque.

A demanda por nossos produtos pode mudar significativamente entre o momento da compra junto a nossa cadeia de fornecimento e da venda para nossos clientes, o que pode reduzir nossa capacidade de vender nossos produtos mantidos em estoque, ainda estamos sujeitos a vários riscos relacionados à reposição e/ou otimização de estoque. Por exemplo, estamos sujeitos a riscos relacionados à sazonalidade, lançamento de novos produtos, mudanças rápidas nos ciclos e preços de produtos, produtos defeituosos ou avariados, mudanças na demanda do consumidor e nos padrões de gastos, entre outros fatores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A definição da coleção é um dos nossos principais diferenciais estratégicos em relação ao mercado e, portanto, a seleção de produtos, o apelo da marca de terceiros, a qualidade dos tecidos e as mudanças climáticas são considerados riscos estratégicos durante a construção da coleção. Não podemos fornecer qualquer garantia de que selecionaremos corretamente novos produtos a serem comprados ou que nossa estimativa inicial da demanda de qualquer produto será mantida ou precisa. Certos produtos que compramos podem exigir prazos de entrega mais longos e nossos fornecedores podem não aceitar devoluções ou trocas desses produtos.

Podemos não conseguir vender nossos produtos em quantidades suficientes ou vender quantidades acima do esperado durante os períodos de pico de vendas. Ainda, o manuseio incorreto ou armazenamento por tempo prolongado de peças em estoque, pode levar a obsolescência ou perda indesejada de parte destes produtos. A ocorrência de qualquer um dos fatores acima pode causar ineficiência em nosso volume de estoque, gerar distorções no real inventário disponível para vendas e, ainda, afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Períodos prolongados de temperaturas mais altas durante o inverno ou mais frias durante o verão podem deixar uma parte do nosso inventário incompatível com as condições climáticas esperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem nos levar a vender o excesso de nossos estoques a preços descontados, reduzindo nossas margens, o que pode ter um efeito material negativo. Isso pode ser mais significativo nos casos de coleções de inverno, que têm preços médios mais altos.

Tipicamente, nossas vendas são desproporcionalmente maiores no quarto trimestre de cada ano fiscal devido ao aumento das vendas durante os eventos de Natal e Black Friday. Como resultado, qualquer crise, interrupção de nossos negócios ou de nossos fornecedores ou outras circunstâncias que afetem nossos negócios no último trimestre de qualquer exercício fiscal teria um efeito negativo desproporcional sobre nossa condição financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, para nos prepararmos para eventos comerciais, devemos comprar e estocar uma quantidade de peças maior do que a que temos em outras épocas do ano, além de contratar pessoal temporário para nossas lojas. Qualquer redução não planejada da demanda por nossos produtos durante os períodos habituais de pico de compras - ou mesmo o número de funcionários temporários contratados - pode nos obrigar a vender o estoque excedente a um preço substancialmente mais baixo, o que afetaria negativamente nossos resultados operacionais e condição financeira. Tais flutuações em nossos resultados operacionais e condição financeira podem afetar o valor de mercado de nossas ações ordinárias.

Nossos produtos estão voltados para uma base de clientes cujas preferências não podem ser previstas com precisão e estão sujeitas a mudanças rápidas e, assim, concorremos com várias outras empresas de vestuário (físico ou on-line, nacional ou internacional) com base em preço, qualidade, seleção de marca, atendimento ao cliente, promoções, localização de loja, canais de vendas com inovações digitais e diferenciais de entrega. Acreditamos que a venda de produtos diferenciados, com preço e qualidade atrativos, o uso de tecnologias para acelerar e a satisfação do cliente estão entre as metas mais desafiadoras do nosso negócio.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a.02- Nossa estratégia de concessão de crédito pode ser adversamente afetada pelo aumento da inadimplência de clientes de nossos serviços e produtos financeiros.

Caso as condições econômicas no Brasil se deteriorarem ainda mais devido a, entre outros fatores, desaceleração da atividade econômica, depreciação do real, inflação, aumento das taxas de juros domésticas ou aumento das taxas de desemprego, um percentual maior dos nossos clientes, os quais são mais sensíveis a tais fatores, pode entrar em inadimplência, aumentando nossas perdas e as nossas provisões para devedores, o que nos levaria a restringir a concessão de crédito aos nossos clientes no C&A Pay e, eventualmente, pela nossa parceria com a Bradescard S.A..

Caso o governo brasileiro implemente políticas restritivas de crédito ao consumidor, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados com a diminuição significativa da demanda de crédito pelos nossos consumidores.

a.02- As elevadas taxas de juros podem afetar adversamente nosso grau de endividamento.

A existência de limitações sobre nosso endividamento poderá dificultar a celebração de novos contratos para financiamento de nossas operações ou para refinanciamento de nossas obrigações existentes, o que poderá demandar que parte significativa de fluxo de caixa da Companhia seja utilizado, limitando a nossa capacidade de destinar tais recursos para capital de giro, despesas de capital e outros, afetando adversamente nosso negócio, nossos resultados operacionais e nossa situação financeira, colando a Companhia em desvantagem competitiva em relação a seus concorrentes que tenham grau de endividamento menor.

Adicionalmente, diversos contratos financeiros celebrados por nós, incluindo os contratos celebrados no âmbito de captação de recursos junto ao mercado de capitais, impõem o cumprimento de determinados índices financeiros, cláusulas restritivas financeiras e não financeiras ("*covenants*"), além de outras obrigações. Dessa forma, caso quaisquer índices financeiros que ultrapassem os limites fixados ou outras obrigações que sejam descumpridas e não tenhamos a anuência (*waiver*) dos respectivos credores, tais dívidas poderão ser consideradas vencidas antecipadamente de acordo com as disposições aplicáveis nos referidos contratos, e, como consequência, o nosso fluxo de caixa e a nossa situação financeira poderão ser afetados adversamente de maneira relevante.

Não há garantia de que nós conseguiremos renegociar as nossas dívidas no futuro caso índices financeiros ou outras obrigações previstas nos contratos financeiros celebrados por nós sejam descumpridos. Caso nós não sejamos capazes de cumprir com os *covenants* financeiros e/ou outras obrigações e não consigamos renegociar nossas dívidas, o saldo em aberto de nossos contratos financeiros poderá vir a ser considerado antecipadamente vencido.

Além disso, alguns dos nossos contratos financeiros e títulos de dívida contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento em outros contratos em decorrência de determinadas situações, entre elas, o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-acceleration* ou *cross-default*). Caso qualquer desses eventos ocorra, o nosso fluxo de caixa e a nossa situação financeira poderão ser afetados de maneira adversa e relevante.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso precisemos incorrer em novo endividamento em razão de nossa estratégia de expansão ou por quaisquer outras necessidades de capital, poderemos ter dificuldade de contratá-lo em virtude dessas restrições ou poderemos ser obrigados a pagar antecipadamente o endividamento a respeito do qual as restrições serão aplicadas, o que poderá afetar negativamente nosso fluxo de caixa e nossos resultados operacionais.

Para mais informações sobre os contratos financeiros de que somos partes, bem como sobre as obrigações a que estamos sujeitos decorrentes da celebração desses contratos, vide item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

a.04- Nossa estratégia de negócios é dependente da compra de nossos produtos de confecção.

A nossa estratégia de negócios se baseia na compra de nossos produtos de confecção e por isso dependemos de fornecedores (nacionais e internacionais) para fabricar nossos produtos. Ao usar fornecedores para fabricar nossos produtos, estamos sujeitos a interrupções nas operações destes em decorrência de qualquer evento adverso, como: acidentes industriais, eventos ambientais, interrupções na logística ou dos sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais não temos controle, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais.

Além disso, algumas categorias de produtos são adquiridas, em grande parte, de um pequeno número de fornecedores. Se algum fornecedor não puder entregar os produtos na quantidade, qualidade e dentro do prazo que normalmente os adquirimos, e se não formos capazes de substituir o fornecedor em termos aceitáveis ou de modo algum, podemos não conseguir manter nosso nível usual de vendas na categoria do produto afetada pelo não fornecimento, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados operacionais.

Temos um acordo de fornecimento com uma parte relacionada com base em Hong Kong, que é a responsável pelo suprimento dos produtos importados do Oriente ("C&A Sourcing"). Este acordo prevê um prazo para cancelamento unilateral de qualquer parte, que, caso ocorra, teremos que buscar alternativa de acesso a fornecedores localizados nesta região, podendo, eventualmente, implicar em custos adicionais ou interrupção inesperada de importações. Para maiores informações sobre o contrato entre nós e a C&A Sourcing, ver seção 11 deste Formulário de Referência sobre transações entre partes relacionadas.

Finalmente, a maioria dos nossos fornecedores são empresas de manufatura de pequeno e médio porte e suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais em caso de crise econômica. Alguns fatores macroeconômicos podem fazer com que nossos fornecedores aumentem seus preços para compensar custos, (como preços mais altos de commodities, mão de obra ou combustíveis, e aumento da inflação ou carga tributária), e não podemos prever se conseguiremos aumentar os preços de venda para nossos consumidores. Um aumento nos custos de nossos produtos pode refletir negativamente em nossos negócios, resultados operacionais e valor de nossas ações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a.05- Somos altamente dependentes de tecnologias para operar nossos negócios.

Dependemos da disponibilidade e estabilidade operacional do data center e dos servidores em nuvem, da plataforma de comércio eletrônico (sítio eletrônico e aplicativo) e de vários sistemas (nossos ou de terceiros; em nuvem ou não), como sistemas de ponto de venda nas lojas, sistemas de comunicação, e diversos outros softwares usados para controlar o estoque e gerar relatórios de desempenho financeiro e comercial.

O uso de tecnologias é um meio estratégico para apresentarmos nosso negócio, nossa identidade e nossas marcas, além de ser uma fonte relevante de informação. Consequentemente, contamos com o uso de tecnologias para processar, transmitir e armazenar dados, bem como para nos comunicar com o mercado, com consumidores e fornecedores.

Estamos, assim, sujeitos a sofrer interrupções devido a fatores que estão além do nosso controle, tais como desastres naturais, ataques de hackers, problemas de telecomunicações, vírus, softwares maliciosos, entre outros fatores. Na eventualidade de falhas ou interrupções, podemos perder dados, ficar sujeitos à violação de dados ou não conseguirmos realizar transações comerciais e, dessa forma, deixarmos de ganhar receitas de vendas, o que pode nos ocasionar um efeito adverso relevante.

Para executar nossa agenda de crescimento, podemos precisar melhorar continuamente nossa plataforma tecnológica e seus controles de segurança, que podem apresentar problemas de integração ou erros de programação, além de levar a custos e despesas adicionais, o que pode ter efeito adverso nos nossos resultados financeiros. Além disso, as tecnologias utilizadas estão sujeitas a constantes atualizações e se não conseguirmos mantê-los corretamente, as nossas operações poderão ser prejudicadas e até interrompidas, o que pode nos causar efeito adverso ao negócio.

a.06- Falhas na proteção contra riscos relacionados à segurança cibernética podem causar impactos adversos, podendo, ainda, resultar na divulgação não autorizada de informações.

A proteção de dados é essencial para o negócio da Companhia e, apesar de contarmos com softwares e ferramentas para fornecer processamento, transmissão e armazenamento seguros de dados, incluindo pessoais e de transações com cartão de crédito, nossas instalações e sistemas, bem como de nossos provedores de serviços terceirizados, podem estar vulneráveis a violações de segurança, fraudes, atos de vandalismo, vírus de computador, extravio ou perda de dados, falhas de programação, erros humanos ou outros eventos semelhantes.

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo o uso indevido, perda ou outra divulgação não autorizada de dados, incluindo pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas, obrigações legais ou padrões da indústria em relação à privacidade e proteção de dados, seja por nós ou fornecedores, podem prejudicar nossa reputação, nos expor a riscos e responsabilidades legais, sujeitar-nos a publicidade negativa, interromper nossas operações e prejudicar nossos negócios. Não podemos garantir que nossas medidas de segurança e privacidade evitarão vazamento de dados, incluindo pessoais, incidentes de segurança, ou que a falha em os evitar não terá um efeito adverso relevante sobre nós.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a.07- A interrupção ou desatualização de nossos planos de continuidade de negócios, no caso de uma crise, afetaria adversamente nossos negócios.

Nossas operações dependem de nossa capacidade de proteger a continuidade de nossa infraestrutura contra danos por catástrofes ou desastres naturais, violação de segurança, ataque cibernético, perda de energia, falha de telecomunicações, bem como outros fatores naturais ou eventos causados pelo homem. Um evento catastrófico pode ter um impacto negativo direto sobre nós ao afetar adversamente nossos clientes, parceiros, prestadores de serviços terceirizados, funcionários ou instalações, ou um impacto indireto sobre nós ao afetar adversamente, os mercados financeiros ou a economia em geral.

Se nossos planos e procedimentos de continuidade de negócios e recuperação de desastres forem interrompidos, estiverem desatualizados ou forem mal executados, poderíamos sofrer uma interrupção adversa substancial de nossas operações.

Adicionalmente, utilizamos de serviços terceiros de tecnologia e serviços em nuvem e não controlamos a operação de tais instalações. Consequentemente, podemos estar sujeitos a interrupções de serviço, bem como a falhas em fornecer suporte adequado por motivos que estão fora de nosso controle direto. Tais serviços são vulneráveis a danos ou interrupções de várias origens, incluindo terremotos, inundações, incêndios, perda de energia, falhas de sistema, ataques cibernéticos, invasões físicas ou eletrônicas, erro humano ou interferência (incluindo por empregados, ex-empregados ou terceiros) e outros eventos catastróficos. Ainda, podem estar sujeitos a ações administrativas locais, mudanças nos requisitos legais ou de licenciamento e ações judiciais para interromper, limitar ou atrasar as operações de tais serviços. A ocorrência de um desastre natural ou um ato de terrorismo, a decisão de cessar tais serviços sem aviso adequado ou outros problemas imprevistos nessas instalações podem resultar em interrupções ou atrasos em nossos serviços, impedir nossa capacidade de dimensionar nossas operações ou ter outros impactos adversos sobre nossos negócios.

a.08- Incapacidade de manter níveis de capital de giro suficientes para o nosso negócio pode limitar nosso crescimento e nos afetar adversamente.

Considerando o caráter sazonal do nosso negócio, existem períodos em que a necessidade de capital de giro é maior. Todavia, não existe garantia de que, caso necessário, teremos oportunidade de: (i) nos financiar através da antecipação de nossa carteira de recebíveis de cartão de crédito; (ii) renovar nossas linhas de crédito atuais; (iii) ter acesso a novos financiamentos; (iv) emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições favoráveis; (v) negociar os prazos de pagamento com nossos fornecedores em condições atrativas; (vi) receber de nossos clientes em prazos reduzidos; ou (vii) manter nossa eficiência de estoque. Caso essas condições não ocorram, poderemos nos tornar insolventes, incapazes de implementar nossa estratégia de crescimento e de responder a pressões de concorrentes ou de financiar iniciativas importantes para a nós, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o nosso resultado operacional e situação financeira.

a.09- Nós estamos expostos a riscos relacionados a parceria com a Bradescard para financiamento e empréstimo de clientes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nós temos um acordo de parceria com o Banco Bradescard S.A. para oferecer aos nossos clientes serviços financeiros, incluindo cartões de crédito e empréstimos pessoais, vigente por mais 2,5 anos a partir de janeiro de 2023. Nossa parceria é responsável por financiar parte das nossas vendas, inclusive pagamentos parcelados. As políticas de financiamento e definições dos serviços financeiros ofertados aos nossos clientes são estabelecidas pelo nosso parceiro, que pode impor regras que restringem a concessão de crédito aos nossos clientes, afetando de maneira adversa os nossos negócios e estratégia de expansão. Ainda, o fracasso em controlar adequadamente fraudes em cartões de crédito pode resultar em perdas significativas, ferir nossa reputação e nossa marca.

Por fim, se nosso relacionamento com o parceiro se encerrar antecipadamente ou se não pudermos seguir com o plano de transição, nós podemos estar sujeitos a multas e penalidades contratuais, e nossa receita com serviços financeiros pode ser adversamente afetada.

a.10- Nossa estratégia do C&A Pay é dependente da nossa capacidade de atrair e reter clientes, bem como da manutenção de produtos e serviços que sejam de interesse destes.

Acreditamos que o estabelecimento de uma base de clientes de qualidade será a sustentação do C&A Pay, que tem como objetivo ampliar a oferta de crédito aos nossos clientes. O crescimento do negócio depende da nossa capacidade em atrair os clientes ativos da atual parceria, durante o período de transição que foi prorrogando por mais 2,5 anos, bem como de novos clientes. Se não formos capazes de atrair novos clientes para nossa plataforma ou encorajar clientes a ampliar o uso de nossos produtos e serviços, nosso crescimento pode desacelerar ou parar, afetando o futuro do C&A Pay.

A atração e manutenção de clientes depende de diversos fatores, incluindo nossa capacidade de providenciar produtos e serviços relevantes e tempestivos para atender suas necessidades crescentes a um custo aceitável. Se não lançarmos novas ou melhoradas funcionalidades, não atendermos a demanda de produtos e serviços dos clientes, não atraíremos novos clientes, ou não encorajarmos clientes existentes a ampliar seu envolvimento com nossos novos produtos e serviços financeiros, o crescimento do C&A Pay poderá ser desacelerado ou reduzido, não influenciando o crescimento de vendas do varejo.

Nossos clientes não têm obrigação de manter fidelidade aos produtos e serviços do C&A Pay, assim, não podemos garantir que nossos clientes continuarão a usá-los, por diversas razões, incluindo, mas não se limitando a: (i) perda de confiabilidade, desempenho ou funcionalidades de nossos produtos ou serviços; (ii) má qualidade na prestação dos serviços ao cliente; (iii) publicidade negativa sobre nossos produtos e serviços; (iv) baixo desempenho ou ineficiência de nossa plataforma; ou (v) oferta de produtos e serviços no mercado por concorrentes com maior qualidade, mais baratos ou mais adequados a demanda de nossos clientes.

a.11- A integração de nossos múltiplos canais do varejo (lojas físicas e plataforma de comércio eletrônico) e do ecossistema do C&A Pay é essencial para a nossa operação de negócios e perspectivas de crescimento.

Realizamos nossas operações por meio de lojas físicas e plataforma de comércio eletrônico (sítio eletrônico e aplicativo) e nossa agenda de crescimento está focada em melhorar esse multicanal por meio da integração, que inclui, ainda, os produtos e serviços do C&A Pay. Nossa incapacidade de integrar nossos

4.1 Descrição dos fatores de risco

canais de vendas em aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing para atender às necessidades de nossos clientes pode nos impedir de nos beneficiarmos plenamente de uma estrutura multicanal.

Adicionalmente, a precisão do estoque disponível para venda em nossos sistemas é essencial para a integração dos canais. Eventuais rupturas de estoque podem levar a uma não entrega ou entrega incorreta de produtos aos clientes, prejudicando diretamente nossa reputação e incentivando nossos clientes a buscar peças alternativas em nossos concorrentes, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Além disso, a nossa agenda de crescimento é fortemente baseada na consolidação e expansão dos canais de vendas por inovação digital. Estamos vulneráveis às pressões competitivas das atividades de comércio eletrônico e de serviços financeiros digitais no mercado porque nossos concorrentes podem, por exemplo, usar canais de divulgação (como as mídias sociais) com mais eficiência do que os usados por nós. Além disso, a expansão dos canais de vendas e de serviços financeiros por inovação digital pode aumentar nossa dependência de constantes desenvolvimentos tecnológicos, o que pode afetar adversamente nosso crescimento de vendas e resultados operacionais.

Por fim, a inovação digital proporcionada pela 4ª Revolução Industrial, com a expansão do comércio eletrônico, trabalho remoto e educação online, depende significativamente da inclusão digital num país de dimensões continentais e com muitas desigualdades. Assim, caso não sejam tomadas medidas para conectar a sociedade de uma forma organizada e igualitária, podemos não alcançar todo o potencial planejado em nossa agenda de crescimento.

a.12- Eventuais falhas nos controles de prevenção a fraudes do C&A Pay poderão impactar adversamente nossas operações.

À medida que as vendas de produtos e serviços do C&A Pay cresçam ou ocorra uma falha no nosso ambiente de controles de prevenção a fraudes, o risco de perdas financeiras em decorrência de eventuais operações fraudulentas também aumenta, podendo prejudicar a nossa reputação e nossa marca, o que afetará adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Por consequência, podemos receber questionamentos de órgãos competentes, aplicações de multas e/ou sanções administrativas, bem como enfrentarmos eventuais ações judiciais por parte de nossos clientes.

a.13- Nós podemos enfrentar dificuldades em operar nossas lojas existentes e/ou abrir novas lojas, o que pode adversamente afetar nossas vendas e resultados operacionais.

Nossa agenda de crescimento depende de nossa habilidade de, com sucesso, operar nossas lojas existentes e/ou abrir novas lojas, o que está sujeito a diversos riscos e incertezas, muito dos quais estão além do nosso controle, incluindo, mas não se limitando à disponibilidade de locais desejáveis para lojas e disponibilidade e precisão de dados demográficos e de mercado, bem como nossa habilidade de determinar a demanda de nossos produtos, satisfazer as preferências de moda de nossos clientes, obter as licenças e autorizações governamentais necessárias, negociar contratos de locação em condições razoáveis, construir e equipar eficientemente as novas lojas, fornecer níveis suficientes de estoque para atender às necessidades de nossas lojas, integrar com sucesso novas lojas em nossos sistemas e operações

4.1 Descrição dos fatores de risco

existentes, acompanhar novos e atuais concorrentes, identificar pontos estratégicos de vendas, concluir projetos de construção e reforma de lojas, atrair, contratar, treinar e reter pessoal qualificado, administrar o processo de expansão e implementar protocolos de proteção (como patrimonial, de valores, setorial e sanitário/ saúde pública e individual) para operar as lojas com a devida segurança.

A abertura de novas lojas pode resultar em desafios de concorrência, marketing e distribuição; ainda, quando novas aberturas de lojas ocorrem em mercados onde já possuímos lojas, podemos experimentar uma redução nas vendas líquidas de lojas pré-existentes nesses mercados devido ao deslocamento de vendas, o que pode nos afetar adversamente.

Eventual expansão, construção e remodelação de lojas novas e existentes, conforme o caso, pode deteriorar nossas margens de lucro até que tais investimentos atinjam a maturidade e, consequentemente, podemos não ser capazes de manter o crescimento de vendas líquidas e lucro por metro quadrado, o que pode afetar negativamente nossos negócios, vendas e resultados operacionais.

Períodos de restrição de circulação da população, das operações do comércio, da cadeia de fornecimento e/ou da cadeia logística, determinadas por autoridade competente no Brasil ou no exterior, podem impactar nossas vendas líquidas de forma adversa.

Ainda, podemos não ter capacidade e/ou velocidade de transformar a operação de nossas lojas físicas em minicentros de distribuição (suportando processos como o *do ship from store* e *drive thru*) ou de adaptar a nossa força de vendas ou nossos sistemas da informação para o conceito digital, impactando o negócio diretamente.

a.14- Nossas vendas dependem do tráfego de pedestres nos locais em que estamos localizados, principalmente daquele gerado pelos shopping centers.

Nosso sucesso depende de nossas lojas estarem operando em locais de destaque com alto tráfego de pedestres, sendo a maioria de nossas lojas estão localizadas em shoppings centers. Acreditamos que uma parte considerável de nosso volume de vendas e produtividade por metro quadrado é resultado do alto tráfego existente nos locais nos quais nossas lojas estão localizadas.

O tráfego de pedestres e, consequentemente, nosso volume de vendas, pode ser negativamente afetado por fatores externos ao nosso controle, como declínio econômico em uma determinada área, abertura de novas lojas e novos shopping centers na mesma região, encerramento ou queda da atratividade de outras lojas, fechamento temporário dos shoppings em que estamos localizados e restrição temporárias da circulação da população, entre outros.

Adicionalmente, o sucesso de nossa estratégia de expansão pode depender da abertura de novos shopping centers no futuro, da disponibilidade de espaço de lojas de varejo em shoppings existentes ou em ruas estratégicas. Nossa capacidade de manter ou abrir lojas em locais estratégicos (shopping center ou rua) pode ser limitada e resultar em um declínio no número de clientes que visitam nossas lojas, reduzindo significativamente nossas vendas, o que pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Por fim, as nossas lojas físicas, por estarem localizadas em espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de acidentes em suas dependências que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas e, conseqüentemente, podem causar danos aos nossos clientes, frequentadores e funcionários.

No caso da ocorrência de tais acidentes, a loja e as nossas marcas podem enfrentar sérios danos de imagem, considerando que o número de clientes nas lojas pode diminuir devido à percepção de falta de segurança e confiança e podemos ficar sujeitos à imposição de responsabilidade civil (sem prejuízo de responsabilização em outras esferas) e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia nos causar um efeito adverso relevante.

a.15- O enfraquecimento da nossa cultura corporativa e/ou a incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá ocasionar um efeito adverso relevante.

A nossa capacidade de manter uma posição competitiva depende significativamente da atuação ativa da nossa liderança e da cultura corporativa que ela promove.

A nossa liderança tem papel fundamental na manutenção de um ambiente de trabalho que incentive uma conduta ética, servindo como exemplo em termos de comportamento íntegro e honesto. Devendo, ainda, garantir que a Companhia atue sempre com transparência, seja inclusiva, diversa e tenha equidade, além de ser social e ambientalmente responsável.

Nossos líderes podem nos deixar por uma série de razões e o impacto dessas perdas é difícil de prever. A perda de membros de nossa liderança, os quais talvez não sejam substituídos por pessoas com a mesma experiência e qualificação, pode prejudicar a implementação da nossa agenda de crescimento, perturbar nossas operações, debilitar a sustentabilidade de nossa cultura e adversamente nos afetar.

Além disso, o nosso futuro sucesso também depende de nossa capacidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerenciar funcionários com conhecimentos e habilidades específicas. A concorrência por esses funcionários é intensa no mercado e se não obtivermos sucesso em nossas ações, nossos negócios podem ser adversamente afetados e podemos ter dificuldades em implementar nossa agenda de crescimento.

a.16- Nossas operações estão sujeitas à complexidade e desafios inerentes à gestão dos recursos humanos, incluindo seu bem-estar (físico e mental), em localidades dispersas e com atividades distintas.

Enfrentamos diversos desafios inerentes à gestão de um grande número de recursos humanos dispersos em uma grande área geográfica (todos os estados brasileiros e o Distrito Federal), de perfis característicos e atuando em diferentes atividades, que demandam flexibilidade e adaptação em nossas estratégias de comunicação, capacitação, bem-estar e liderança.

A instabilidade na sociedade, com o aumento de custo de vida, aumento do índice de desemprego, pressão por desempenho, falta de empatia, desconfiança, polaridade, fraturas em redes sociais, tem levado a um aumento de casos de doenças e/ou distúrbios de saúde mental, como ansiedade, depressão, estresse, solidão, entre outros, impactando negativamente o bem-estar e a produtividade de nossos funcionários.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, nossos funcionários estão sujeitos a acordos sindicais específicos e com direitos trabalhistas, como dissídios coletivos ou outros acordos que podem ser renegociados dentro dos prazos estabelecidos em lei.

Caso não sejamos capazes de gerir tais recursos humanos de forma adequada, preservando o seu bem-estar físico e mental, e utilizando técnicas e ferramentas adequadas, nossos negócios podem ser adversamente afetados e podemos ter dificuldades em implementar nossa agenda de crescimento.

Por fim, greves e outras paralisações ou interrupções trabalhistas em uma ou mais unidades pode afetar de forma adversa nossas atividades.

a.17- Dependemos do sistema público e privado de infraestrutura logística para enviar nossos produtos para nossas instalações e consumidores.

Dependemos da operação contínua da infraestrutura logística pública e privada, incluindo estradas, aeroportos, portos (já que nossas importações são geralmente transportadas por mar) e todos os outros meios logísticos utilizados por nossos prestadores de serviços e fornecedores para entregar nossos produtos às nossas instalações e consumidores.

A ocorrência de qualquer evento adverso, como greves, problemas logísticos, aumento no preço de combustíveis, fechamento de fronteiras, restrições de deslocamento locais, eventos climáticos externos, incêndios, inundações e roubo, entre outros, levando a interrupções significativas ou redução nas atividades de infraestrutura ou operações de transporte ou qualquer falha no transporte de produtos entre nossas instalações, fornecedores ou consumidores, por qualquer motivo, podem atrasar ou afetar nossa capacidade de distribuir nossos produtos, prejudicar a demanda e os preços dos produtos, impedir ou atrasar entregas, impor custos adicionais aos nossos produtos e reduzir o tráfego de pedestres, o que pode reduzir nossas vendas e afetar adversamente nossos negócios, resultados das operações e condições financeiras.

A eficiência de nossas importações depende de inspeções eficientes nas alfândegas brasileiras (portos e aeroportos) ou fronteiras estaduais, entre outros fatores. Essas inspeções podem ter atrasos devido a vários motivos, incluindo: (i) a qualidade das informações e da documentação preparadas e necessárias para a liberação das mercadorias, (ii) greves de agentes; (iii) aumento da demanda que pode exceder a capacidade de processamento dos agentes, (iv) falta de recursos para desenvolver operações ou contratar outros agentes, ou (v) mudanças nas regulamentações ou implementação de regulamentos que possam aumentar a burocracia envolvida nessas inspeções ou exigem uma análise mais completa das mercadorias que passam pelas alfândegas brasileiras (portos e aeroportos) ou fronteiras estaduais. No caso de inspeções serem substancialmente mais lentas, o fluxo de mercadorias será reduzido.

Por fim, a adoção de uma matriz de transportes com alta dependência dos Correios ou de outro parceiro com baixa capacidade ou sem flexibilidade poderia levar ao atraso na entrega de nossos produtos, prejudicando diretamente nossa reputação e incentivando nossos clientes a buscar produtos alternativos em nossos concorrentes, podendo, assim, afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a.18- O nosso sortimento de produtos de confecção é dependente de operações de importação, sujeitas a flutuações cambiais, mudanças de legislação e instabilidades geopolíticas.

De acordo com nossas estimativas, aproximadamente 20% das compras de nossos produtos são importadas, de modo que tenhamos um maior sortimento de produtos de confecção. Importamos de vários países do Oriente e da América do Sul, diretamente ou através de um acordo de fornecimento com uma parte relacionada com base em Hong Kong, que é a responsável pela compra e serviços de controle de qualidade e desenvolvimento de amostras de produtos importados do Oriente (“C&A Sourcing”). Para mais informações sobre o contrato entre nós e a C&A Sourcing, ver seção 11 deste Formulário de Referência sobre transações entre partes relacionadas.

Podemos estar sujeitos a um impacto negativo sobre este sistema com um consequente impacto adverso no fornecimento de nossos produtos importados, se nós ou a C&A Sourcing enfrentarmos dificuldades em cumprir com as regulações (novas ou existentes) relacionadas a matéria aduaneira, fiscal e/ou comercial.

Ainda, o preço de venda praticado é influenciado pela taxa de câmbio dos países nos quais adquirimos tais produtos, e no caso de uma depreciação do real em relação à moeda de tais países ou do dólar dos EUA ou das moedas desses países em relação ao dólar dos EUA, podemos não ser capazes de repassar os custos mais elevados para nossos clientes, reduzindo nossas margens ou mesmo inviabilizando a venda de alguns bens ou, se repassados, esses custos adicionais podem tornar nossos produtos menos atraentes para nossos clientes, resultando em um impacto adverso em nossos resultados operacionais.

Por fim, mudanças nas regras de comércio internacional entre os países que importamos e o Brasil, bem como medidas restritivas por parte de autoridades governamentais (como: *lockdown* e fechamento de postos aduaneiros) ou instabilidades geopolíticas (como: guerras, fechamento de fronteiras, sanções econômicas), podem afetar a disponibilidade de produtos não fabricados localmente ou alterar os custos envolvidos, com consequente impacto em nossos estoques e vendas.

a.19- Nossos negócios podem ser impactados por interrupção das atividades de distribuição e pela nossa capacidade de adotar uma matriz de transportes mais moderna e flexível.

Atualmente, temos quatro centros de distribuição em funcionamento, sendo dois localizados em São Paulo, um no Rio de Janeiro e um em Santa Catarina, e lojas atuando como hub para operação do *ship from store*. Se a operação normal de um desses centros de distribuição ou de alguma loja hub for interrompida por qualquer motivo, somente poderíamos realizar a distribuição parcial de nossas mercadorias em tempo hábil, o que poderia gerar um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional.

Adicionalmente, nossa agenda de crescimento inclui a abertura de novas lojas e aumento da participação das vendas por meio digital, o que pode demandar uma expansão na nossa capacidade de distribuição, uma reorganização de nossos centros de distribuição atuais, o estabelecimento de novos centros de distribuição e lojas hub. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição, ou não consigamos integrar novas unidades de distribuição (centros ou hubs) ou expandir os existentes, ou adequar os serviços de operadores logísticos ao nosso processo de controle de estoques

4.1 Descrição dos fatores de risco

de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas em tempo hábil, o que pode ter um impacto adverso em nossas vendas, nossos resultados operacionais e na nossa estratégia de crescimento.

a.20- Dependemos da eficácia e assertividade das nossas campanhas de marketing, publicidade, de mídia e de relacionamento com nossos clientes.

Nosso negócio dedica recursos significativos para campanhas publicitárias, de marketing, de mídia e de relacionamento, a fim de promover a manutenção de clientes atuais, de atrair novos clientes e de movimentar nossos canais de vendas. Se essas campanhas não atenderem às metas esperadas e atraírem a atenção dos clientes, nossas vendas e lucratividade poderão ser afetadas negativamente, e talvez não consigamos fortalecer nossa marca como esperado. Consequentemente, nossos resultados operacionais e condição financeira podem ser adversamente afetados.

Além disso, se não formos capazes de identificar tempestivamente mudanças no comportamento e preferências do consumidor, de buscar novas plataformas digitais ou de adequar rapidamente nossas campanhas, podemos ser adversamente afetados.

a.21- Nossa estratégia de operação é dependente da locação de propriedades de terceiros.

Nós alugamos todas as propriedades em que se encontram nossas lojas, centros de distribuição e escritório central. Nós podemos ser adversamente afetados se não conseguirmos negociar com sucesso os contratos de locação em condições aceitáveis, ou se os contratos de locação em localidades consideradas como relevantes não forem renovados. Ainda, caso não seja possível descontinuar o contrato de locação para uma propriedade que não traga o retorno esperado, o negócio pode ser impactado adversamente.

Nós podemos ser obrigados a desocupar uma propriedade, se não conseguirmos chegar a um acordo na renovação, ou se caso nosso locador venda sua propriedade e nós não consigamos alcançar um acordo com o novo proprietário. Portanto, a perda de qualquer uma de nossas localizações estratégicas, incluindo por não renovação ou manutenção dos contratos de locação de nossas lojas ou centros de distribuição, pode afetar adversamente nossas operações, resultado financeiros e/ou impactar negativamente a notoriedade de nossa marca.

a.22- Enfrentamos riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das nossas lojas e centros de distribuição.

Dependemos de vários registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), relacionados à operação e à localização dos nossos centros de distribuição, lojas e escritório central. Grande parte desses documentos possui prazo de validade e deve ser renovada de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Devido ao número de etapas necessárias para obter e renovar registros, licenças, permissões e autorizações (incluindo o tempo necessário para implementar planos de ação corretiva para cumprir as novas regulamentações e/ou solicitações das autoridades competentes e para realizar as ações relacionadas a obras), juntamente com o tempo de resposta de certos órgãos administrativos, podemos ser incapazes de obter ou renová-los em tempo hábil.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A nossa estratégia de negócio poderá ser substancialmente e adversamente afetada se tivermos que suspender ou fechar algumas das nossas lojas e centros de distribuição existentes, se não conseguirmos abrir e operar novas lojas e centros de distribuição, ou se um acidente afetar adversamente uma loja enquanto essa estiver com uma licença pendente, em consequência da não obtenção, renovação ou suspensão de registros, autorizações, licenças e alvarás.

A não obtenção, a não renovação ou a suspensão temporária de registros, autorizações, licenças e alvarás poderá (i) resultar em autos de infração, (ii) nos sujeitar ao pagamento de multas, (iii) nos impedir de abrir e operar as lojas e centros de distribuição, (iv) resultar no fechamento das nossas lojas e centros de distribuição, (v) expor-nos a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; e (vi) expor-nos, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais.

a.23- Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para nossos negócios, condição financeira e/ou resultados operacionais.

Somos, e podemos vir a ser no futuro, réus em processos judiciais e/ou administrativos, seja nas esferas cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, entre outras. Não podemos garantir que os resultados de quaisquer destes processos serão favoráveis a nós ou aos membros de nossa administração, ou, no caso de procedimentos que somos parte, que mantemos ou que manteremos provisionamento, no todo ou em parte, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos.

Adicionalmente, estamos sujeitos à fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais. Essas autoridades poderão nos autuar e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais contra nós. Decisões contrárias de valores substanciais ou que afetem a nossa marca ou habilidade de executar nossas operações planejadas, poderão causar um efeito adverso nos nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. Para informações sobre os processos judiciais e administrativos, ver seção 4.4 até a 4.7 deste Formulário de Referência.

a.24- A incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual, ou a infração da propriedade intelectual de terceiros, pode ter impacto negativo nos nossos resultados operacionais.

O uso não autorizado ou outra forma de apropriação indébita das marcas por nós utilizadas pode diminuir o valor da marca “C&A”, do nosso negócio ou nossa reputação e causar um declínio nas nossas vendas. Similarmente, qualquer infração ou reivindicação de violação de propriedade intelectual dirigida contra nós sobre as marcas por nós utilizadas, mesmo sem mérito, pode resultar em um litígio demorado e dispendioso, causando atrasos na entrega de produtos ou exigindo o pagamento de royalties ou taxas de licenciamento. Como resultado, a incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual ou qualquer processo envolvendo uma suposta violação de propriedade intelectual de terceiros por nós pode ter um efeito negativo em nossos resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a.25- Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos e controles internos poderão afetar adversamente nossos negócios.

As nossas políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que utilizamos. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

Adicionalmente, nossos procedimentos de *compliance* e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos funcionários e membros de nossa administração. Caso nossos funcionários ou outras pessoas relacionadas a nós se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

a.26- Nossas apólices de seguro podem não cobrir adequadamente todas as perdas e responsabilidades a que estamos sujeitos, o que afetaria os nossos negócios e as nossas condições financeiras adversamente

Nossas apólices de seguro são contratadas no exterior pela COFRA Holding AG ("COFRA") e personalizados junto a seguradoras estrangeiras, sendo que suas subsidiárias locais emitem tais apólices de acordo com as negociações e com as práticas comuns de mercado local. Caso tenhamos a necessidade de contratar localmente alguma apólice de seguro, podemos não ser capazes de manter/renegociar ou obter o tipo requerido de seguro e a cobertura financeira requerida por um preço razoável.

Certos tipos de risco não estão garantidos por tais apólices, como por exemplo: guerra, danos causados por desastres naturais ou danos ambientais, caso fortuito, cyber ataques, força maior ou parada de certas atividades. Portanto, se qualquer desses eventos ocorrer, podemos incorrer em custos adicionais, que podem afetar adversamente os resultados de nossas operações.

Em relação a qualquer sinistro coberto por uma apólice de seguro, não podemos garantir que quaisquer pagamentos que venhamos a receber nos termos das apólices que temos contratadas será suficiente para cobrir os danos resultantes de tal sinistro. Em uma eventual responsabilidade significativa para a qual não estejamos segurados, nossos negócios, condição financeira e resultados das operações podem ser negativamente afetados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a.27- Aquisições e investimentos em novas empresas e negócios, bem como a incapacidade de produzir os resultados esperados de uma aquisição ou investimento, ou de integrar plenamente uma empresa adquirida, podem impactar adversamente nossos negócios.

Podemos eventualmente adquirir ou investir em empresas ou negócios. O sucesso de referidas aquisições ou investimentos se baseia na nossa capacidade de estabelecer premissas precisas relativas à avaliação, às operações, ao potencial de crescimento, à integração e a outros fatores relacionados aos respectivos negócios. Não podemos garantir que as nossas aquisições ou investimentos produzirão os resultados que esperamos no momento em que celebramos ou concluímos uma determinada operação. Além disso, as novas aquisições podem resultar em dificuldades na integração das empresas adquiridas, bem como no desvio do nosso capital e da atenção da nossa administração de outras oportunidades de negócios. Podemos não conseguir integrar com sucesso as operações que adquirimos, incluindo os seus colaboradores, sistemas financeiros, distribuição ou procedimentos operacionais, o que pode impactar adversamente nossos negócios. A integração de qualquer uma das empresas adquiridas e seus resultados financeiros pode afetar os nossos resultados operacionais de maneira adversa.

a.28- Fazemos uso de marcas que são propriedade de um de nossos acionistas controladores, COFRA, e estamos sujeitos aos termos desse contrato de licenciamento de uso da marca.

Um de nossos acionistas controladores, COFRA, é proprietário da marca “C&A”, de outras marcas/patentes e de domínios relevantes usadas por nós, que foram licenciadas a nós mediante a celebração de um contrato de licenciamento de uso.

Nos termos desse contrato, temos diversas obrigações e, caso haja descumprimento relevante, este poderá ser rescindido e não mais produzirá efeitos e, consequentemente, nós perderemos o direito de usar a marca “C&A” e outras marcas relevantes em nossas operações, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais. Para mais informações sobre o contrato de licença celebrado entre nós e a COFRA, ver seção 1.6(c) deste Formulário de Referência.

a.29- Nós podemos não obter sucesso em nossas estratégias de negócios e inovações.

A capacidade da Companhia de colocar em prática suas estratégias de negócios depende de uma série de fatores, tais como: (a) condições políticas e econômicas nacionais; (b) manutenção de leis e regulamentos existentes, em especial aqueles relacionados ao setor de gestão e análise de dados; (c) manutenção dos custos de operação; (d) desenvolvimento de infraestrutura tecnológica; (e) aumento da eficiência operacional; e (f) criação de novos produtos.

A Companhia não pode assegurar que terá sucesso na implementação de suas novas estratégias e inovações diante de alterações nas circunstâncias acima, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

a.30- Nosso ritmo de crescimento de vendas pode não se manter o mesmo.

Os fatores mais importantes para o crescimento de nossas vendas são os seguintes: (i) apelo de nossas marcas; (ii) capacidade de antecipar e atender às diferentes tendências da moda e de consumo em tempo hábil; (iii) capacidade de executar nossa estratégia digital; (iv) atração de novos clientes e manutenção dos atuais; (v) confiança do consumidor cativo; (vi) situação econômica nas áreas onde nossas lojas estão

4.1 Descrição dos fatores de risco

localizadas; (vii) datas comemorativas (Black Friday, Natal, Dia dos Namorados, entre outras); (viii) atualização de nossas políticas de fidelidade e marketing; (ix) concorrência, (x) datas festivas; e (xi) variações climáticas. A alteração de quaisquer dos itens indicados acima pode impactar negativamente o ritmo de crescimento de nossas vendas e, conseqüentemente, os nossos negócios e resultados operacionais.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

b.01- Nós somos controlados por nosso Controlador indireto, COFRA, cujos interesses podem conflitar com os dos demais acionistas.

Nós somos controlados indiretamente pela COFRA. Nossos acionistas controladores terão o direito de exercer seus direitos de voto para eleger ou destituir a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, controlar nossa administração e políticas, para determinar o resultado de quase qualquer ação que requeira aprovação dos acionistas, incluindo, mas não limitado a transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições, disposições de ativos, parcerias e pagamento e tempestividade de dividendos futuros, que podem conflitar com os interesses de outros acionistas.

Nossos acionistas controladores podem estar interessados em buscar aquisições, alienações de ativos, parcerias ou buscar financiamento adicional, entre outras transações, que possam entrar em conflito com os interesses de nossos demais acionistas. Além disso, nossos acionistas controladores podem impedir ou postergar certas transações ou estratégias de negócios que nossos outros acionistas possam ver de maneira favorável.

Adicionalmente, qualquer desenvolvimento social, econômico ou político desfavorável à Suíça ou à Luxemburgo, onde a sede de nossos controladores diretos e indiretos é localizada, pode impor regulações adicionais para termos de cumprir e levar a um efeito negativo em uma ou mais das marcas da C&A que usamos em nossos negócios no Brasil, o que pode causar deterioração no valor de tais marcas e, conseqüentemente, nos nossos resultados operacionais.

b.02- Nós podemos continuar nosso envolvimento em uma variedade de transações com nossos acionistas controladores, COFRA, e outras companhias do Grupo COFRA.

Precisaremos continuar nosso envolvimento em uma variedade de transações que nos envolve aos nossos acionistas controladores e outras companhias do Grupo COFRA por algum tempo, incluindo o fornecimento de uma variedade de serviços, acordos de compartilhamento de custos, bem como o fornecimento de produtos e negociações com fornecedores internacionais, entre outros.

Para alcançar nossa estratégia de negócios, podemos precisar começar a realizar transações previamente executadas por nossos acionistas controladores e outras companhias do Grupo COFRA, nos levando a despesas ou investimentos adicionais, que podem afetar negativamente nossos resultados financeiros.

b.03- Podemos não pagar dividendos aos acionistas detentores de nossas ações.

Nosso lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a Legislação Societária Brasileira, caso em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. Nosso Conselho de Administração poderá

4.1 Descrição dos fatores de risco

determinar a não distribuição de dividendos aos nossos acionistas em um determinado ano fiscal se não tivermos lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição de dividendos for desaconselhável ou incompatível com nossa situação financeira no momento e nossos acionistas escolham não distribuir dividendos.

b.04- Podemos vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Podemos levantar recursos adicionais no futuro por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações emitidas por nós. Os recursos que captamos por meio da distribuição pública de ações ou títulos convertidos em ações podem ser obtidos com a exclusão do direito de preferência de nossos atuais acionistas, incluindo investidores em nossas ações ordinárias, conforme previsto na Legislação Societária Brasileira, o que pode diluir a participação de nossos acionistas. Além disso, uma diluição da participação de nossos acionistas em nossas ações ordinárias pode ocorrer no caso de uma fusão, consolidação ou qualquer outro evento corporativo de efeito similar em relação a empresas que possamos adquirir no futuro.

c. suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia.

d. seus administradores

d.01- Decisões desfavoráveis ou desdobramentos de investigações em processos judiciais ou administrativos que envolvam administradores da Companhia podem ter um efeito adverso relevante sobre esta.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia podem vir a ser partes ou serem mencionados e/ou chamados a depor em processos administrativos e judiciais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, que não tenham relação com a Companhia, porém cuja instauração e/ ou resultados podem afetá-los negativamente, impactando negativamente a reputação da Companhia direta ou indiretamente, e especialmente caso sejam condenados em processos de natureza criminal, eventualmente impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia.

O envolvimento de nossos administradores em processos que prejudiquem nossa imagem, ou decisões que sejam contrárias aos nossos interesses, incluindo decisões que nos impedem de conduzir nossos negócios conforme planejado originalmente, pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Não temos como prever se surgirão futuras investigações, desdobramentos de eventuais investigações em curso ou alegações envolvendo a diretores, empregados ou membros do Conselho de Administração. Caso surjam investigações, alegações ou desdobramentos, a reputação, negócios, situação financeira, resultados operacionais, bem como a cotação das ações da Companhia, poderão ser adversamente afetados.

d.02- A perda de membros da administração da Companhia poderá ocasionar um efeito adverso relevante.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A capacidade da Companhia em manter uma posição competitiva depende significativamente dos serviços prestados por sua administração. A perda de membros da administração da Companhia pode prejudicar suas operações e ter um efeito adverso em seus negócios e, conseqüentemente, os resultados operacional e financeiro. Em caso de renúncia de membros da administração da Companhia, esta pode não ser capaz de manter sua cultura ou substituí-los por indivíduos com a mesma experiência e qualificação.

e. seus fornecedores

e.01- Podemos ser afetados negativamente se nossa cadeia de fornecimento não cumprir as leis e regulamentações ambientais vigentes.

Nossa cadeia de fornecimento de produtos de confecção, desde a plantação de algodão até a produção de roupas, está sujeita às leis e regulamentos locais e internacionais que regem a proteção do meio ambiente, inclusive em relação ao uso de químicos, licenciamento ambiental, gestão de resíduos sólidos e recursos hídricos, como regras em relação ao tratamento de efluentes e outros.

O descumprimento, seja total ou parcial, da legislação e regulamentação ambiental pelas partes diretas ou indiretas pode nos sujeitar a riscos reputacionais e comprometer a gestão de estoques, caso multas e penalidades sejam aplicadas, ou mesmo se as licenças forem revogadas, de uma ou mais das partes, direta ou indiretamente, envolvida em nossa cadeia de fornecimento de produtos.

e.02- Não podemos garantir que nossos fornecedores, prestadores de serviços ou parceiros de *marketplace* não se envolvam em práticas irregulares, tenham condições de trabalho inadequadas ou desrespeitem direitos humanos.

São aplicáveis à nossa cadeia de fornecimento inúmeras leis, regulamentos e tratados (locais e internacionais) sobre as relações e condições de trabalho, que abrangem temas como: jornada de trabalho, trabalho de estrangeiros, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proteção de dados pessoais, infraestrutura predial e segurança e saúde dos trabalhadores.

Dada a capilaridade e a diversidade de nossos fornecedores, resultado da terceirização de nossa cadeia de produção, prestadores de serviços e parceiros de *marketplace*, não podemos garantir que eles não terão problemas relacionados às condições de trabalho de seus funcionários, contratados e subcontratados, respeito a segurança, ou que não usarão práticas irregulares, incluindo práticas de trabalho análogo ao escravo e/ou ao trabalho infantil, para reduzir os custos do produto.

Se algum de nossos fornecedores, prestadores de serviços ou parceiro de *marketplace* se envolver em práticas irregulares, incluindo, mas não se limitando às práticas acima mencionadas, nossa reputação pode ser prejudicada e, conseqüentemente, a percepção de nossos clientes sobre nossos produtos pode ser afetada negativamente, causando, assim, uma redução nas vendas líquidas e nos resultados das operações, bem como no preço de negociação das nossas ações ordinárias.

e.03- Podemos ser responsáveis por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de fornecedores ou prestadores de serviços.

4.1 Descrição dos fatores de risco

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, podemos ser responsabilizados solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem materialmente nos afetar adversamente. Também podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte dentro de nossas instalações de funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente nossa reputação e nossos negócios.

e.04- Aumentos significativos nos custos de nossos fornecedores podem afetar adversamente nossos resultados operacionais.

A maioria dos nossos fornecedores é formada por sociedades comerciais de pequeno e médio portes, mais suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais, principalmente no caso de uma crise econômica ou mudanças em políticas econômicas. Alguns fatores, inclusive macroeconômicos e o “custo Brasil”, podem levar nossos fornecedores a aumentar os preços de suas mercadorias para compensar custos, como futuros aumentos na inflação ou de tributos, por exemplo. Não podemos prever se seremos capazes de repassar qualquer aumento dos custos da mercadoria para nossos consumidores, de modo que um aumento de custos poderá refletir negativamente em nossos negócios, resultados operacionais e valor de nossas ações.

e.05- Podemos estar sujeitos a suspensão, temporária ou permanente, de entregas/serviços por falta de mão de obra qualificada ou pela descontinuidade da atividade empresarial do terceiro.

Nossa cadeia de fornecimento ou nossos prestadores de serviços podem experimentar dificuldade na contratação e manutenção de mão-de-obra qualificada, o que pode gerar a redução ou descontinuidade na produção dos produtos que revendemos em nossas lojas ou na prestação de serviços, podendo afetar adversamente nossos resultados.

Além disso, caso ocorram suspensões ou atrasos, temporários ou permanentes, devido a problemas econômicos ou técnicos, como a insolvência de um terceiro ou por falta de liquidez, a nossa capacidade de entregar produtos e serviços de qualidade aos nossos clientes e em tempo hábil pode ser afetada adversamente, levando à queda de vendas e a efeitos adversos nos nossos negócios, na nossa condição financeira e nos resultados das nossas operações.

f. seus clientes

f.01- Nossos clientes são sensíveis a diminuições no poder de compra e a ciclos econômicos desfavoráveis, o que influencia diretamente o seu comportamento de compra.

Historicamente, a queda de gastos de nossos clientes tem estado relacionada a períodos de desaquecimento econômico. O sucesso de nossas operações depende, dentre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam a renda do consumidor, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários.

Um revés econômico poderia reduzir consideravelmente os gastos do consumidor e sua renda disponível, o que teria efeitos negativos em nossas vendas, resultado operacional e desempenho financeiro em geral.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Qualquer efeito negativo em nosso desempenho financeiro provavelmente levaria a uma queda no preço de mercado de nossas ações ou de nossa capacidade de honrar com obrigações assumidas perante terceiros, inclusive de pagar dívidas contratadas.

f.02- Precisamos identificar e responder rapidamente e com sucesso a mudanças nas preferências dos consumidores e nas tendências da moda.

O sucesso de nossas vendas e resultados de operações depende da nossa capacidade de gerenciar nosso inventário, bem como identificar, prever e responder prontamente a mudanças e possíveis mudanças nas tendências do mercado e da moda (incluindo design, estilo, qualidade, produção, merchandising e preços dos produtos) e preferências dos nossos clientes. Se não gerenciarmos nosso inventário com precisão, nos mantermos atualizados com as tendências mais recentes ou ajustarmos nossos produtos com êxito às preferências dos clientes, isso poderá resultar em uma redução nas vendas devido a excesso de estoque, estoque de má qualidade ou desatualizado e oportunidades perdidas da indisponibilidade de outros produtos e, portanto, pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira e a imagem de nossas marcas.

f.03- Nós incorremos em riscos pela oferta de crédito aos nossos clientes com o C&A Pay.

O C&A Pay é uma das alavancas estratégicas para ofertar créditos aos nossos clientes. É parte da nossa estratégia aumentar o percentual de vendas pagas por clientes utilizando o C&A Pay e, conforme expandirmos e escalarmos os nossos produtos e serviços, nossos níveis de inadimplência podem aumentar. Quaisquer eventos que possam afetar a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações em relação ao crédito a eles concedido, poderão resultar em perdas para a C&A. Ao mesmo tempo, nossos clientes podem optar por produtos ou serviços mais atrativos de nossos concorrentes, caso não tenham produtos semelhantes à disposição ou na rapidez esperada pelos nossos clientes.

f.04- Podemos ser responsabilizados por perdas causadas por nossos serviços ou produtos aos consumidores, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

As leis brasileiras de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova aos fornecedores. Pleitos de defesa do consumidor podem ser deduzidos em ações individuais ou coletivas. Esta última pode ser proposta em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Ministério Público, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos podem alegar, por exemplo, que nossos serviços não foram adequadamente prestados por nossos funcionários, serviços financeiros da parceria foram incorretamente vendidos ou indevidamente cobrados, nossos produtos não são adequados para venda ou uso, são falsificados, ou não contêm informações adequadas, entre outros motivos.

No caso de sermos responsabilizados em um processo judicial, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação, marca, condição operacional e financeira, fluxos de caixa e lucratividade. Ademais, nossa defesa em tais procedimentos legais podem exigir custos adicionais e tempo e atenção substanciais de nosso pessoal administrativo e técnico. Além disso, publicidade negativa associada a nossos serviços ou produtos, incluindo defeitos, erros, falhas (incluindo acidentes) e qualidade, pode

4.1 Descrição dos fatores de risco

afetar adversamente nossa reputação com consumidores atuais e futuros, nossa imagem corporativa e nossas marcas, o que pode ter um efeito adverso nos nossos negócios e condição financeira.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

g.01- O segmento de varejo (físico e on-line) é altamente competitivo no Brasil, com concorrentes nacionais e internacionais, o que pode afetar adversamente nossa participação de mercado e, consequentemente, nossos resultados operacionais.

A concorrência no setor de varejo (físico e on-line) no Brasil é baseada principalmente na variedade de produtos, preço, qualidade, disponibilidade, publicidade e promoção, conveniência ou local de armazenamento, segurança e atendimento ao cliente. Nossos concorrentes, incluindo varejistas locais ou internacionais, podem ter maiores recursos financeiros, menores custos de aquisição de produtos ou menores despesas operacionais do que nós.

Nossos concorrentes podem usar políticas de preços ou de descontos agressivas e publicidade para aumentar as vendas durante os eventos comerciais e períodos de pico de vendas.

Nosso negócio é vulnerável a mudanças na demanda e nos preços, bem como nas preferências dos consumidores. Caso não consigamos competir com nossos concorrentes, nossas vendas podem cair, e podemos decidir ou ser obrigados a oferecer descontos maiores a nossos clientes, o que pode reduzir nossos lucros e afetar nossa situação financeira.

Atualmente, há forte concorrência no comércio eletrônico, com o aumento de plataformas de varejo *cross-boarder* atuando no Brasil. Algumas destas plataformas conseguem vender produtos sem o incremento do “custo Brasil” e, por praticarem preços em média 2,5 vezes menor ao consumidor final, têm conquistado relevante *market share* brasileiro.

Ademais, outras empresas do ramo de varejo e comércio eletrônico podem firmar alianças e acordos comerciais que possam fortalecer sua posição competitiva. Na medida em que nossa carteira de clientes cresce e a fidelidade de clientes para diferentes segmentos do mercado on-line aumenta, as empresas desses segmentos podem buscar expandir seus negócios para o setor em que operamos. Além disso, novas tecnologias podem intensificar a natureza competitiva do varejo on-line e esse aumento na concorrência pode reduzir nossas vendas e nossos lucros operacionais.

Além disso, nossos concorrentes, tanto no varejo físico quanto no comércio eletrônico, podem ter mais recursos para desenvolver suas estratégias de tecnologia e marketing do que nós. Na medida em que aumenta o uso da Internet e de outros serviços on-line, os varejistas que operam nesse mercado podem ser adquiridos, receber investimentos ou estabelecer relações comerciais com empresas maiores e mais estabelecidas, que podem ter mais recursos financeiros do que nós, o que poderia nos afetar adversamente.

g.02- O setor de varejo é sensível a reduções no poder de compra do consumidor e ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o setor de varejo brasileiro experimentou períodos de desaceleração econômica que levaram a quedas nos gastos do consumidor. O sucesso de nossas operações depende de vários fatores,

4.1 Descrição dos fatores de risco

incluindo condições gerais de negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salário. Nossos resultados operacionais e situação financeira foram e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento do produto interno bruto brasileiro, ou PIB. Não podemos garantir que o PIB brasileiro cresça ou permaneça estável. A evolução da economia brasileira pode afetar as taxas de crescimento do Brasil e, consequentemente, nossos resultados operacionais. Além disso, dependemos da taxa de crescimento da população urbana do Brasil e de seus diferentes níveis de renda. Qualquer redução ou desaceleração em tal crescimento pode afetar adversamente nossas vendas e nossos resultados operacionais.

g.03- A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente as condições financeiras no setor do varejo.

A moeda brasileira sofreu variações frequentes e substanciais em relação ao dólar dos EUA e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. A desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e aumentos nas taxas de juros, que afetam negativamente o crescimento da economia brasileira, resultando em efeitos adversos e materiais sobre nossa condição financeira e resultados operacionais. Também restringe o acesso aos mercados financeiros internacionais e determina as intervenções do governo, inclusive por meio de políticas recessivas. Além disso, a desvalorização do real frente ao dólar pode levar a uma redução do consumo e a um crescimento econômico mais lento. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar e outras moedas estrangeiras pode resultar no agravamento da balança comercial brasileira, bem como na desaceleração do crescimento das exportações. Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou apreciação do real pode ter um efeito material e negativo sobre o crescimento da economia brasileira, bem como sobre o setor do varejo e os nossos negócios.

g.04- A dependência em vendas de cartão de crédito e financiamento ao consumidor é uma tendência crescente no setor do varejo, de modo que qualquer alteração nas políticas pelos emissores de cartão de crédito pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

O setor de varejo é relativamente dependente de cartões de crédito como meio de pagamento. A possibilidade de parcelamento (inclusive no crédito rotativo) oferecida por operadoras de cartões de crédito estimula o consumo e, em certa medida, influencia no volume de vendas no setor de varejo. Qualquer mudança nas políticas praticadas no varejo ou pelas operadoras de cartões de crédito, que impossibilitem ou dificultem a disponibilização desse meio de pagamento aos clientes do setor de varejo, poderá afetar nossas receitas e condições financeiras.

Dependemos dos emissores de cartões de crédito para continuar oferecendo aos seus portadores a possibilidade de pagar suas compras em parcelas. Mudanças nas políticas das empresas de cartão de crédito em relação aos planos de parcelamento ou de crédito pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Ainda, os varejistas estão sujeitos as taxas que as adquirentes cobram para possibilitar os pagamentos via cartão de crédito. Qualquer alteração nas políticas de relacionamento com as adquirentes, incluindo, por

4.1 Descrição dos fatores de risco

exemplo, a taxa de administração cobrada dos estabelecimentos comerciais, pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

No passado, o Governo Brasileiro implementou medidas para restringir a demanda doméstica, impondo restrições de crédito a bancos, administradoras de cartão de crédito e setor de varejo, e aumentando a taxa de juros. Caso o governo brasileiro implemente políticas restritivas de crédito ao consumidor, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados pela diminuição significativa da oferta de crédito e planos de parcelamentos pelos emissores do cartão de crédito.

g.05- O setor do varejo tem demandado a adoção rápida de medidas de transformação digital.

A tecnologia empregada no e-commerce e na cultura digital está em constante evolução. Podemos não ser capazes de nos adaptar, ou de fazê-lo, de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes e preferências e padrões do setor. Podemos nos deparar com alguns obstáculos em busca de uma transformação digital rápida relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários. Esses desafios podem ser uma limitação no crescimento do nosso e-commerce pela complexidade comercial, organizacional ou tecnológica. Essas mudanças, somadas à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, poderão tornar o nosso e-commerce e a nossa tecnologia própria ultrapassados e afetar adversamente nossos resultados.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

h.01- Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das nossas operações.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem nos afetar e, por fim, a demanda do consumidor por nossos produtos. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos por nossos produtos, restringir nossa capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa nossos negócios e resultados operacionais.

Não podemos garantir que os benefícios fiscais que recebemos serão mantidos ou renovados. Se esses benefícios fiscais não forem renovados ou se nossos benefícios fiscais forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, nossos negócios e condição financeira poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária. Para garantir a continuidade desses incentivos durante o prazo, a Companhia deve cumprir uma série de requisitos que podem ser contestados, inclusive em juízo.

Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com nossas interpretações, poderemos ser adversamente afetados.

Caso não consigamos cumprir parte ou a totalidade das obrigações, nossos incentivos fiscais ou até autorizações de operação poderão ser suspensos, revistos ou cancelados, inclusive por decisão judicial

4.1 Descrição dos fatores de risco

e/ou administrativa, e poderemos ainda ser obrigados a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades, o que teria um efeito adverso relevante para nós.

No final de 2023, foi aprovada a Emenda Constitucional (EC) nº 132/23, que trata da reforma tributária do consumo. Esta EC tem como objetivo a simplificação do atual sistema tributário nacional, substituindo o os atuais PIS e COFINS pela Contribuição sobre Bens e Serviço (IBS) e o ICMS e ISS pelo Imposto sobre bens e serviços (IBS), além da substituição do IPI pelo imposto seletivo (IS) e alterando a tributação atual que ocorre na origem para a tributação no destino. Haverá alterações no IPI, mas este tem impacto bastante reduzido em nossas operações.

A reforma tributária ainda carece de regulamentação com a edição das Leis Complementares que deverá regulamentar as alterações trazidas pela EC e para instituir, efetivamente, o IBS e a CBS. É necessário aguardar a regulamentação para avaliar efetivamente o impacto dos incentivos fiscais.

Novas formas de incentivos fiscais poderão surgir dentro do novo modelo de tributação do consumo, depois de encerrado o prazo de vigência dos nossos atuais incentivos fiscais com condições menos favoráveis com relação aos incentivos fiscais atualmente em vigor, o que poderá afetar adversamente nossos negócios e nossas atividades operacionais. Caso novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, ou os termos e condições de quaisquer novos incentivos não sejam tão benéficos a nós em comparação aos que estão atualmente em vigor, seremos igualmente afetados de maneira relevante e adversa.

Quanto à concessão de benefícios fiscais, especialmente no que se refere à “Guerra Fiscal entre os Estados”, pode haver risco de questionamento quanto à constitucionalidade dos benefícios fiscais relativos ao ICMS, caso não aprovados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o que pode afetar adversamente nossos negócios.

No mais, eventual alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefícios fiscais poderá afetar não somente às atividades da empresa, mas o setor como um todo.

Ainda no que se refere à “Guerra Fiscal entre os Estados”, foi publicada a Lei Complementar 160/2017 (“LC 160/2017”) e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017, que objetivam a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, diminuição dos riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos, extinção da possibilidade de criação de novos benefícios, bem como estabelecem prazo máximo de duração aos incentivos já concedidos, que varia a depender do setor de atuação:

- Até 31 de dezembro de 2032: Agropecuária e industrial, inclusive agroindustrial, e ao investimento em infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Até 31 de dezembro de 2025: Atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio exterior, incluindo a operação subsequente à da importação, praticada pelo contribuinte importador;
- Até 31 de dezembro de 2022: Manutenção e incremento de atividades comerciais, desde que o benefício seja para o real adquirente da mercadoria;
- Até 31 de dezembro de 2020: Operações e prestações interestaduais com produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura;
- Até 31 de dezembro de 2018: Demais setores.

Caso as regras de convalidação não sejam cumpridas pelos estados, não se pode descartar a possibilidade de as Fazendas Estaduais virem a exigir valores de ICMS da Companhia. De acordo com as informações públicas disponíveis, até o momento, os estados nos quais a Companhia possui benefícios fiscais têm cumprido as regras para convalidação dos benefícios usufruídos

h.02- A regulamentação da internet e do comércio eletrônico está em constante atualização e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar o nosso negócio e de nossas controladas.

Estamos sujeitos a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a Internet e o comércio eletrônico. De acordo com as leis brasileiras, não há atualmente distinção entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a impedir o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar nosso negócio, ocasionando uma diminuição na demanda por nossos produtos e serviços e um aumento nas nossas despesas operacionais.

h.03- Podemos deixar de cumprir as leis de privacidade ou tratar adequadamente das questões de privacidade, divulgando informações confidenciais ou sensíveis que possam prejudicar nossos negócios e reputação.

A Constituição Federal, a Lei nº 10.406/02 (Código Civil), a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e a Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e o Decreto nº 8.771/16 são as principais leis que regem o uso de dados pessoais no Brasil. Entre outros requisitos, para que os dados pessoais sejam coletados e usados, quando através de provedores, precisamos obter o consentimento prévio, expresso e informado do titular dos dados. Não obstante estas disposições, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18), que entrou em vigor em 16 de agosto de 2020, foi promulgada para regular o tratamento de dados pessoais. Como coletamos, armazenamos, processamos e usamos informações pessoais de funcionários, fornecedores, prestadores de serviços e clientes, além de outros dados de usuários, em nossos negócios, devemos cumprir com todas as leis de privacidade e proteção de dados pessoais. Um risco significativo associado ao nosso negócio, particularmente em nossa plataforma de comércio eletrônico e campanhas de marketing e relacionamento com cliente em geral, é a transmissão e o armazenamento seguro de dados pessoais em nossos sistemas ou no de terceiros por nós contratados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A percepção de negligência com o tema de proteção de dados, válida ou não, pode nos afetar adversamente. Devemos garantir que qualquer tratamento, coleta, uso, armazenamento,

4.1 Descrição dos fatores de risco

compartilhamento, transferência e descarte de dados pessoais pelos quais somos responsáveis estejam em conformidade com as leis aplicáveis de proteção de dados.

h.04- Podemos ser afetados substancialmente por violações à Lei Anticorrupção e leis semelhantes.

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Semelhante à *Foreign Corrupt Practice Act* dos Estados Unidos da América, a Lei Anticorrupção considera sanções administrativas a serem aplicadas em consequência de um ato lesivo à administração pública. O não cumprimento de leis de combate à corrupção ou quaisquer investigações de má conduta ou execução de ações contra nós pode nos levar a multas, perda de alvarás de funcionamento e danos à reputação, bem como a outras penalidades, podendo afetar de modo adverso nossos negócios, imagem e condição financeira.

h.05- As instituições que oferecem serviços financeiros no Brasil estão sujeitas a mudanças regulatórias por parte do Banco Central.

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. A estrutura regulatória que rege as instituições brasileiras que oferecem serviços financeiros está em contínua evolução, inclusive em decorrência de tratados e acordos internacionais. Leis e regulamentações existentes podem ser alteradas, e a maneira com que as leis e regulamentações são aplicadas ou interpretadas também pode mudar, assim como novas leis e regulamentações podem ser adotadas. Não possuímos controle sobre as regulamentações governamentais aplicadas às nossas atividades, incluindo as relativas a requerimentos de capital mínimo, investimento em capital fixo, limites e outras restrições de crédito, gestão de riscos, contábeis e estatísticos, dentre outros. Tais mudanças podem afetar de forma adversa nossas operações e rendimentos.

h.06- Os serviços de oferta de crédito no Brasil estão sujeitos a mudanças regulatórias por parte do Conselho Monetário Nacional.

O Governo Federal define, por meio de órgão competente, mudanças na regulamentação das operações com cartões de crédito, com o intuito de reduzir as taxas de juros aplicáveis ao financiamento do saldo da fatura. Nesse sentido, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 4.549, de 26 de janeiro de 2017, determinando que o saldo da fatura de cartão de crédito, quando não liquidado integralmente no vencimento, somente pode ser objeto de financiamento na modalidade “crédito rotativo” até o vencimento da fatura subsequente. Decorrido esse prazo, o saldo poderá ser financiado apenas na modalidade “crédito parcelado” e desde que em condições mais vantajosas para o cliente. Essa medida, assim como outras mudanças regulatórias relacionadas às operações com cartões de crédito, pode implicar na redução de nossas receitas financeiras decorrentes dos juros praticados em tais operações e afetar nossos resultados.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Não temos operações em países estrangeiros, mas devido ao uso por nós e por outras companhias internacionais do Grupo COFRA das marcas C&A, que são amplamente conhecidas no Brasil, qualquer

4.1 Descrição dos fatores de risco

publicidade negativa ou comentários negativos a respeito de outras companhias controladas, ou associadas com a COFRA globalmente pode ter um efeito negativo em uma ou mais das marcas C&A e marcas que utilizamos no Brasil, o que pode deteriorar o valor de tais marcas e, consequentemente, nossos resultados operacionais.

j. questões sociais

j.01- Nossa incapacidade de implementar medidas sociais voltadas para os nossos stakeholders e para as comunidades em que estamos inseridos, com a promoção de respeito, diversidade e inclusão, poderá afetar negativamente a reputação da Companhia.

Nos últimos anos, os órgãos do mercado de capitais, o Banco Central do Brasil, o público investidor e a sociedade civil têm se mostrado cada vez mais atentos à adoção das empresas de práticas ASG (ou ESG), onde: (i) Ambientais, com a implementação de medidas visando à redução de impacto ao meio ambiente; (ii) Sociais, com o cuidado de seus colaboradores, fornecedores e da comunidade de sua influência; e (iii) de Governança, com ações voltadas à aplicação eficiente e com responsabilidade dos recursos financeiros e humanos.

No que tange ao aspecto Social, a implementação eficaz de práticas sociais depende da identificação contínua, dinâmica e sistemática, bem como de minucioso entendimento das principais características e demandas dos stakeholders com os quais a Companhia se relaciona e interage, e com as comunidades que ela influencia, de modo a avaliar os potenciais riscos e impactos gerados por suas operações sobre tais pessoas e comunidades.

Caso a Companhia não seja capaz de implementar medidas sociais eficazes para seus públicos e nas comunidades onde atua, incluindo a realização de treinamentos periódicos com seus funcionários, implementação de processos internos específicos, contratação e alocação de times dedicados a esse tema, e inserção de medidas coercitivas com o objetivo de evitar que seus stakeholders venham a praticar atos que não estejam alinhados com os pilares do respeito, da diversidade e inclusão, a sua reputação e, consequentemente, a percepção de seus clientes sobre a Companhia poderão ser negativamente afetadas, o que pode afetar adversamente resultados das suas operações.

j.02- Uma rápida e massiva disseminação de doença infecciosa, com propagação e duração incertas, pode afetar negativamente a operação de nossos negócios.

Nossas operações podem ser adversamente afetadas no caso de uma propagação rápida e maciça de doença infecciosa (vírus, parasitas, fungos ou bactérias), como a COVID-19, que causem um contágio descontrolado, resultando em uma epidemia ou pandemia com perda de vidas e perturbação econômica. Tal evento levaria a adoção de medidas restritivas por parte de autoridades governamentais (no Brasil e exterior), com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, fechamento de fronteiras e postos aduaneiros, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. Tais medidas poderiam levaria a interrupções não planejadas das nossas operações e até a suspensão de nossas atividades, o que pode

4.1 Descrição dos fatores de risco

reduzir ou até zerar as nossas vendas e afetar adversamente nossos negócios e as condições financeiras da Companhia.

Ainda, tal evento poderia levar a uma mudança de comportamento e queda na frequência de consumidores em nossas lojas físicas, impactando negativamente as nossas vendas.

Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, por motivo de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições, nossas operações podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar nossos riscos operacionais, incluindo, mas não limitado, a riscos de cibersegurança, o que pode prejudicar nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios.

O alcance do impacto de tal evento sobre nossos negócios e resultados operacionais depende da duração e a rapidez de transmissão, que normalmente são incertos e imprevisíveis, de seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e das ações tomadas para contê-lo, entre outras.

Por fim, mesmo após a eventual diminuição da propagação da doença, uma recessão e/ou desaceleração econômica pode ocorrer, aumentando o desemprego e podendo resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores; e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes, o que pode levar a uma redução da demanda pelos produtos que oferecemos.

O fechamento de fronteiras e postos aduaneiros, como medida para conter o avanço da COVID-19, como foi o caso do porto de Xangai em abril de 2022 pelo governo chinês, coloca cadeia de suprimentos global em xeque e os impactos de tal evento nos estoques e consequente vendas da companhia, se existentes, são desconhecidos.

Não é possível garantir que novos surtos regionais e/ou globais de doenças infecciosas, conhecidas ou não, não acontecerão novamente. E, caso aconteçam, também não é possível garantir que nós sejamos capazes de impedir um impacto negativo em nossos negócios de dimensão igual ou superior a eventuais impactos já sofridos em surtos (ondas) anteriores, como as da pandemia da COVID-19 ocorridas até a emissão deste Formulário.

j.03- Eventual instabilidade geopolítica ou eventos que degradem a coesão social, como guerras, sanções, movimentos migratórios involuntários, podem nos afetados adversamente.

Nossas operações podem ser afetadas adversamente por conta de movimentos que perturbem a estabilidade social, como: guerras, ataques terroristas, conflito/tensão entre nações, sanções econômicas, protestos, ondas de migração involuntária. A perda de capital social, fechamento de fronteiras, e fratura nas redes sociais podem impactar negativamente a estabilidade social, o bem-estar individual e a produtividade econômica, como resultado de raiva pública persistente, desconfiança, divisão, falta de empatia, marginalização de minorias, polarização política, guerra, entre outros. Adicionalmente, o aumento de casos de doenças e/ou distúrbios de saúde mental, como ansiedade, demência, depressão, solidão, estresse, entre outros, impacta negativamente o bem-estar, a coesão social e a produtividade.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Por fim, o desengajamento dos jovens e falta e/ou perda de confiança nas estruturas econômicas, políticas e sociais existentes, podem também impactar negativamente a estabilidade social, o bem-estar individual e a produtividade econômica, podendo afetar adversamente os nossos negócios.

Tais eventos ameaçam a segurança da população e estabilidade social podem levar a interrupções significativas ou redução de nossas atividades, e ainda podem atrasar ou afetar nossa capacidade de adquirir e distribuir nossos produtos, impedir ou atrasar entregas, impor custos adicionais aos nossos produtos e reduzir o tráfego de pedestres, o que pode reduzir nossas vendas e afetar adversamente nossos negócios, resultados das operações e condições financeiras.

Os eventos geopolíticos em curso em abril de 2023, como: a guerra prolongada entre Ucrânia e URSS, a tensão nas relações políticas da China (com os EUA, Taiwan e Hong Kong), colocam mais uma vez as relações internacionais e a economia global em momento delicado. Os impactos de tais eventos nas operações da companhia e no mercado financeiro, em sua totalidade, ainda são desconhecidos.

k. questões ambientais

k.01- Podemos estar sujeitos a leis e regulamentos ambientais e eventuais descumprimentos podem afetar adversamente a nossa reputação e posição financeira.

A Companhia está sujeita a uma vasta legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente e especialmente ao processo de licenciamento ambiental e gestão da sua operação de lojas e centros de distribuição. Entre outras obrigações, a legislação estabelece exigências e padrões de licenças ou autorizações ambientais no que se refere a efluentes, gases refrigerantes, gestão de resíduos sólidos e áreas protegidas. A Companhia incorre em despesas para prevenção, controle, redução ou eliminação de liberações de poluentes no ar, solo e água, bem como descarte e manejo de resíduos em seu escritório central, lojas e centros de distribuição.

Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades criminais e/ou administrativas (Companhia e/ou seus administradores), além da obrigação de reparação dos danos ambientais na esfera cível. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e autoridades governamentais que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância à legislação.

Ademais, a Companhia não pode assegurar que essas leis e regulamentos não se tornarão mais rigorosos. Nesse caso, talvez a Companhia seja obrigada a aumentar, significativamente, seus investimentos e custos visando cumprir as referidas leis e regulamentos ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem afetar significativa e adversamente a Companhia.

k.02- Podemos ser impactados pela incapacidade de reduzirmos impactos ambientais na confecção de nossos produtos (circularização dos produtos, materiais sustentáveis, uso consciente de recursos naturais, redução de químicos, tratamento de resíduos poluentes).

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os nossos stakeholders e o mercado consumidor estão repensando seus hábitos e se tornando mais conscientes dos impactos gerados pela indústria têxtil ao meio ambiente, como: poluição de águas e solo, uso excessivo de químicos, descarte inadequado de tecidos e peças de roupas, entre outros.

Assim, a Companhia tem o desafio de adotar práticas cada vez mais sustentáveis em suas operações – como a circularização de produtos, adoção de materiais primas sustentáveis, uso consciente de recursos naturais, diminuição de ciclos de lavagem, redução do uso de químicos, tratamento adequado de resíduos poluentes, entre outros – o que pode trazer uma maior complexidade de requisitos para a sua cadeia de fornecimento e levar a custos adicionais, que não temos como prever se poderemos repassar para nossos consumidores, causando um efeito adverso nos nossos resultados financeiros.

k.03- Podemos sofrer sanções legais por não administrar corretamente os resíduos gerados por nossas operações.

A Lei nº 12.305/10 estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com princípios, objetivos e instrumentos, bem como diretrizes sobre gestão integrada e gestão de resíduos sólidos. Como resultado, somos responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos gerados em nossas instalações (incluindo papel, papelão, lâmpadas, plásticos, garrafas de perfumaria e beleza, material de merchandising e outros), por qualquer não conformidade com a legislação ambiental aplicável e, se aplicável, por qualquer dano ambiental causado por nossas operações, desde que haja evidência de cadeia de causalidade entre nossas atividades e o dano ambiental. Penalidades podem ser aplicadas se deixarmos de cumprir as condições exigidas, o que afetaria adversamente nossas operações e reputação.

I. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

I.01- Podemos ser afetados por mudanças climáticas extremas e desastres naturais.

Nossa cadeia de fornecimento de produtos de confecção pode ser afetada adversamente por conta de desastres naturais ou mudanças climáticas extremas, como tormentas ou inundações, impactando significativamente a cadeia desde a plantação de algodão até a produção de roupas. A ocorrência de qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente a nossa gestão de estoques, nossas operações e resultados financeiros.

Adicionalmente, nossa operação de lojas e centros de distribuição pode ser afetada adversamente por conta de desastres naturais ou mudanças climáticas extremas, como tormentas ou inundações, entre outros, levando a interrupções significativas ou redução nas atividades, e ainda podem atrasar ou afetar nossa capacidade de distribuir nossos produtos, impedir ou atrasar entregas, impor custos adicionais aos nossos produtos e reduzir o tráfego de pedestres, o que pode reduzir nossas vendas e afetar adversamente nossos negócios, resultados das operações e condições financeiras.

I.02- O combate aos riscos relacionados às mudanças climáticas exige o aprimoramento contínuo de práticas da Companhia.

As ações de países desenvolvidos, somadas aos interesses de uma nova classe de investidores, têm elevado o foco para questões climáticas e como as empresas têm feito a gestão de possíveis impactos negativos ao negócio.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O combate aos riscos relacionados às mudanças climáticas, exige o aprimoramento contínuo de práticas da Companhia e devem ser incorporadas à sua estratégia de operação, assim como a modernização dos equipamentos, fontes de energia mais limpas e o aumento da eficiência energética.

Os padrões vigentes requerem extenso mapeamento e engajamento da cadeia de fornecimento referente a cálculo de emissões, e as metodologias de cálculo atualmente disponíveis seguem padrões internacionais que não refletem a realidade das etapas de produção e abastecimento brasileiros, necessitando assim de adequações e articulações institucionais para padronização e acuracidade na apuração e objetivos eventualmente assumidos. Em caso de eventuais adequações, a Companhia poderá ser obrigada a aumentar, significativamente, seus investimentos e custos, o que poderá levar a desembolsos significativos pela Companhia.

Ademais, a Companhia faz uso de gases refrigerados nos sistemas de refrigeração em seu parque de lojas, centros de distribuição e escritório central. A manutenção requerida nos equipamentos e a reposição dos gases resulta em emissões fugitivas que contribuem para as mudanças climáticas. Caso a Companhia venha a ser questionada e eventualmente condenada em decorrência de tais práticas, esta poderá sofrer sanções, além de que poderão afetar adversamente a sua imagem e reputação.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

m.01- Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as nossas ações.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ou B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as nossas ações ordinárias. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das nossas ações ordinárias, restringir o nosso acesso aos mercados de capitais e comprometer a nossa capacidade de financiar as nossas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos. Além disso, a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, Europa e outros países afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, nos afetar

4.1 Descrição dos fatores de risco

adversamente. Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem nos afetar negativamente e o valor de mercado de nossas ações.

m.02- A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente nossos negócios, resultados de suas operações e o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações encerradas e em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro, desvio de dinheiro ou corrupção. Tais investigações tem um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Diversos políticos importantes, incluindo membros atuais e antigos do governo federal brasileiro e do poder legislativo, bem como executivos de alto escalão de grandes corporações e empresas estatais no Brasil, foram presos, condenados por várias acusações relacionadas à corrupção, celebraram acordos de confissão com promotores federais e/ou renunciaram ou foram destituídos de seus cargos. Os efeitos das investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e dos mercados capitais. Não temos controle e não podemos prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou empresas surgirão no futuro.

Não podemos prever se e por quanto tempo as divisões políticas no Brasil que surgiram nas eleições recentes continuarão e afetarão as futuras eleições. Também não está claro quais efeitos, se houver, terão tais divisões políticas na capacidade do Presidente de governar o Brasil e implementar reformas.

Qualquer continuação de tais divisões poderia resultar em um impasse do Congresso, agitação política e protestos em massa e/ou greves que poderiam afetar adversamente nossas operações. Incertezas quanto à implementação, pelo novo governo, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como na legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários, inclusive em relação às nossas ações ordinárias.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo brasileiro e à oscilação global nos preços das commodities. O atual governo federal brasileiro deve propor termos gerais de reforma fiscal para estimular a economia e reduzir o déficit orçamentário previsto, mas é incerto se o governo brasileiro será capaz de reunir o apoio necessário no Congresso brasileiro para aprovar reformas específicas adicionais. Até a data da emissão deste Formulário de Referência, muitos dos gastos públicos propostos no

4.1 Descrição dos fatores de risco

orçamento do Brasil foram mantidos e não está claro se outras despesas serão reduzidas ou totalmente eliminadas. Se algumas ou todas essas despesas públicas forem mantidas, o Brasil continuará a administrar um déficit orçamentário. Não podemos prever os efeitos desse déficit orçamentário sobre a economia brasileira ou quais políticas o governo federal brasileiro pode adotar ou alterar ou o efeito que tais políticas possam ter sobre nossos negócios e sobre a economia brasileira. A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira; em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil.

m.03- A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre nós e sobre o preço de mercado das nossas ações ordinárias.

Historicamente, o Brasil passou por altas taxas de inflação. A inflação, bem como medidas governamentais criadas para combatê-la tiveram um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira, particularmente antes da introdução da reforma monetária (o Plano Real) em julho de 1994. Pressões inflacionárias persistem e medidas tomadas em um esforço de conter a inflação, juntamente da especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, contribuíram, no passado, para a incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários, o que pode causar efeitos adversos em nós.

Como resultado de pressões inflacionárias e instabilidade macroeconômica, o governo brasileiro pode adotar políticas monetárias que resultaram em alterações nas taxas de juros no Brasil. O Banco Central define as taxas de juros básicas geralmente disponíveis ao sistema bancário brasileiro, com base na expansão ou contração da economia brasileira, taxas de inflação e outros indicadores econômicos. O aumento nas taxas de juros pode afetar negativamente nosso custo de financiamento, incluindo o custo de nosso endividamento atual, bem como nosso caixa e equivalentes de caixa, valores mobiliários e pagamentos de leasing.

m.04- A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre nós.

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com caixa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações

4.1 Descrição dos fatores de risco

significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre nós. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre nós. A desvalorização também reduziria o valor dos dividendos distribuídos em dólar norte-americano e o equivalente ao preço de negociação das nossas ações ordinárias em dólares norte-americanos.

m.05- Qualquer queda no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores.

O Brasil tem, historicamente, perdido grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor's, Moody's e Fitch. Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações ordinárias.

m.06- Um mercado ativo e líquido para nossas ações ordinárias pode não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez inerente ao mercado brasileiro de valores mobiliários podem limitar significativamente a capacidade dos investidores venderem nossas ações ordinárias pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a certos riscos político e econômico, incluindo, mas não se limitando, a:

- Mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de obter retorno total ou parcial sobre seus investimentos; e
- Restrições ao investimento estrangeiro e repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como os Estados Unidos e União Europeia. Não podemos garantir que, após a conclusão da oferta, haverá um mercado líquido ou que não haverá restrição possível à negociação das ações ordinárias, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações pelo preço e tempo desejados. O preço de nossas ações ordinárias pode flutuar significativamente em resposta a vários fatores que estão além

4.1 Descrição dos fatores de risco

do nosso controle. Além disso, o B3 pode ser regulado de forma diferente do que os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender suas ações pelo preço e tempo desejados.

Além disso, o preço das ações após uma oferta pública está frequentemente sujeito a volatilidade. Essas características do mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias emitidas por nós, pelo preço e no momento desejado. Se um mercado de negociação ativo e líquido de ações ordinárias emitidas por nós não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação de nossas ações ordinárias poderá ser negativamente

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 – Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

São considerados, na data deste Formulário de Referência, os seguintes fatores de risco como os cinco principais na visão da Companhia:

- (i) Nosso crescimento depende da demanda por nossos produtos, que está sujeita a riscos de variações climáticas, sazonalidade, mudanças nas preferências dos consumidores, tendências de moda e gerenciamento de estoque.
- (ii) Nossa estratégia de concessão de crédito pode ser adversamente afetada pelo aumento da inadimplência de clientes de nossos serviços e produtos financeiros.
- (iii) Estamos sujeitos a certas obrigações, incluindo restrições financeiras ("covenants") em nossos contratos de dívidas. O não cumprimento dessas obrigações pode causar o vencimento antecipado dessas dívidas, o que pode nos afetar adversamente.
- (iv) Nossos clientes são sensíveis a diminuições no poder de compra e a ciclos econômicos desfavoráveis, o que influencia diretamente o seu comportamento de compra.
- (v) O segmento de varejo (físico e on-line) é altamente competitivo no Brasil, com concorrentes nacionais e internacionais, o que pode afetar adversamente nossa participação de mercado e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

As atividades da Companhia e de sua controlada as expõem a alguns riscos financeiros. Um dos exemplos é o risco de mercado, o qual é composto pelo risco cambial e pelo risco de taxa de juros.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que ocorra a flutuação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro em razão das variações nos preços de mercado, e estão sujeitos a três categorias de riscos: (i) risco de taxas de juros; (ii) risco cambial; e (iii) risco de preço, o qual pode se referir a commodities, ações, entre outros.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo e seus passivos financeiros indexados ao CDI.

A companhia busca manter iguais os indexadores de taxa de juros de seus ativos e passivos, de forma a reduzir o impacto do risco de variação da taxa de juros. Hoje, 100% dos empréstimos estão no mercado de renda fixa e indexados ao CDI.

A administração analisa continuamente a exposição às taxas de juros, comparando as taxas contratadas às vigentes no mercado e simulando cenários de refinanciamento e calculando o impacto sobre o resultado.

Foram realizados testes considerando cenários para próxima divulgação com o objetivo de demonstrar o efeito da oscilação desse indexador no resultado. Os juros do cenário provável foram obtidos das taxas referenciais do site B3 em 28 de dezembro de 2023 (CDI anualizado 10,46%).

A análise de sensibilidade da tabela abaixo foi desenvolvida considerando a exposição ao CDI, que é o indexador atualmente utilizado nas aplicações financeiras e empréstimos contratados pela Companhia, e apresenta seus impactos no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

Consolidado								
Risco	Saldo em 31/12/2023	Taxa	Cenário provável	Aumento nos Juros		Queda nos juros		
				Cenário possível + 25%	Cenário remoto + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%	
Aplicações financeiras(i)	Baixa CDI	1.269.241	CDI	127.091	158.864	190.637	95.318	63.545
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(1.687.854)	CDI	(176.549)	(220.686)	(264.824)	(132.412)	(88.274)
Fornecedor Bradescard	Alta CDI	(539.898)	CDI	(56.473)	(70.592)	(84.710)	(42.355)	(28.236)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS	(958.331)		(105.931)	(132.414)	(158.897)	(79.449)	(52.965)	
Efeito no resultado líquido de IR/CS			(69.914)	(87.393)	(104.872)	(52.436)	(34.957)	

(i) Receita financeira demonstrada líquida de PIS e COFINS 4,65% e para aplicação financeira considera-se um rendimento médio de 100,36% do CDI.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras geradas, principalmente, por importações de mercadorias denominadas em dólar norte-americano. A política de gestão de risco cambial é definida pela Administração da Companhia, posteriormente, submetidas para análises e apreciação do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças.

A Companhia se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards* (NDFs) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. A contratação baseada no valor FOB das mercadorias delimita a exposição cambial e seu efeito sobre a composição de preços. No momento de nacionalização das compras incidem tributos que não pertencem ao objeto de hedge definido na contratação da NDF. Estes impostos representam 36% do valor do pedido.

No quadro abaixo, destaca-se a exposição sobre a variação cambial relacionada aos pedidos emitidos não cobertos pelo instrumento de hedge e aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias para os quais a Companhia não está protegida. A Companhia demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% a 50% indicando a deterioração da situação financeira da Companhia mediante o incremento nas taxas de câmbio do dólar.

A taxa de câmbio em dólar utilizada na análise de sensibilidade foi retirada do relatório FOCUS divulgado pelo Bacen em 29 de dezembro de 2023. A estimação dos cenários foi adotada conforme a instrução CVM nº 475/08.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade a variações na taxa de câmbio e seus impactos no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

		Risco	Cenários Negativos			
			Nocional USD (Pagar)/ Receber	Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto + 50%
				USD 1 = R\$5,00	USD 1 = R\$6,25	USD 1 = R\$7,50
Objeto de hedge	Pedidos de compra de mercadorias importadas e importação em andamento	Alta do dólar	(71.913)	(11.413)	(101.304)	(191.195)
Instrumento de Hedge	NDF	Baixa do dólar	29.567	4.692	41.651	78.610
Exposição líquida de pedidos de importação			(42.346)	(6.721)	(59.653)	(112.585)
Impostos não recuperáveis (36%)			(25.889)	(4.109)	(36.469)	(68.830)
Exposição líquida total			(68.235)	(10.830)	(96.122)	(181.415)
Efeito no resultado líquido de IR/CS			(45.035)	(7.148)	(63.441)	(119.734)

USD em 31/12/2023 = R\$4,8413

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 – Processos não sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que: (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita na data deste formulário, segregados conforme sua natureza.

Contingências Fiscais

Ações Ordinárias distribuídas nos estados do PR, GO, DF, CE, SC, AM, AL, RN, PB, MT, PE, RS, PI, RO, SE, ES, RJ, PA e BA'	
a. Juízo	Ações distribuídas nas justiças estaduais da capital de cada estado.
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	Os processos foram distribuídos entre os anos de 2015 e 2016.
d. Partes no processo	Autor: C&A Modas S.A. Réu: Secretária de Fazenda dos estados PR, GO, DF, CE, SC, AM, AL, RN, PB, MT, PE, RS, PI, RO, SE, ES, RJ, PA e BA
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 83.149.000,00
f. Principais Fatos	Em 17 de dezembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral (Recurso Extraordinário 714.139/SC), fixou o entendimento pela aplicação da alíquota geral, em detrimento da alíquota majorada, relativa ao ICMS incidente sobre a energia elétrica e serviços de telecomunicação. A Companhia, durante os períodos de 2015 e 2016, ajuizou Ações Ordinárias pleiteando o direito de aplicação da alíquota geral para o ICMS incidente sobre energia elétrica.
g. Resumo das decisões	Em sede de repercussão geral o STF fixou a seguinte tese: "Quando adotada a seletividade, há necessidade de se observar o critério da essencialidade e de se ponderarem as características intrínsecas do bem ou do serviço com outros elementos. Energia elétrica e serviços de telecomunicação. Itens essenciais. Impossibilidade de adoção de alíquota superior àquela que onera as operações em geral."
h. Estágio do processo	Aguardando aplicação do precedente estabelecido pelo STF no RE 714.139 aos casos da Companhia.
i. Chance de perda	Remota

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante devido ao impacto financeiro à Companhia.
k. Impacto em caso de perda do processo	Não aplicável

Processo Administrativo nº. 13896-723.458/2016-11	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	2ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	22/11/2016
d. Partes no processo	Autuante: União Federal Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 68.783.514,49
f. Principais Fatos	Trata-se de processo administrativo fiscal federal relativo a PIS e COFINS sobre frete de transferência, taxa de cartão de crédito, propaganda e publicidade, mão de obra temporária, energia elétrica, ajustes positivos de créditos e despesas de aluguéis de imóveis. Após negado provimento à Impugnação da Companhia, foi interposto Recurso Voluntário em 16 de maio de 2017. Em 19 de novembro de 2019, o Recurso foi convertido em diligência para verificação da atividade realizada pela Companhia e consequente realização de uma análise mais detalhada sobre os créditos tomados pela Companhia. Na oportunidade, foi apresentado relatório detalhado emitido pela KPMG. Após finalizadas as diligências, o Recurso Voluntário foi remetido em 05 de agosto de 2020 ao CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). Em 29 de setembro de 2023, a Companhia foi intimada de decisão dando parcial provimento ao Recurso Voluntário da Companhia apenas para reconhecer os créditos de PIS e COFINS apropriados de forma extemporânea. Em 09 de outubro de 2023, a Companhia opôs Embargos de Declaração e aguarda julgamento.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Foi proferida decisão na DRJ no sentido de que (i) que não seria possível a apropriação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas que não estão literal e expressamente nominadas pelas Leis nº(s) 10.637/02 e 10.833/03; (ii) que o aproveitamento de créditos extemporâneos estaria restrito ao método que tem como premissa a retificação das declarações fiscais correlatas, especificamente, da DACTON e DCTF, não sendo, supostamente, admitida a possibilidade de aproveitamento extemporâneo diretamente na escrita fiscal, mesmo na hipótese em que não há qualquer atualização dos valores creditados. Foi proferida decisão pelo CARF dando parcial provimento ao Recurso Voluntário da Companhia apenas para reconhecer os créditos de PIS e COFINS apropriados de forma extemporânea.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento dos Embargos de Declaração da Companhia.
i. Chance de perda	Possível e provável (Possível: R\$ 19.106.556,73 + Provável R\$ 49.342.585,05)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

J. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Além do alto valor envolvido no processo, o tema discutido é relevante para a operação da Companhia.
h. Impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da quantia indicada no item "e" acima, devidamente atualizada.

Processo Administrativo nº. 19515.720397/2018-15	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Instância Administrativa Superior
c. Data de instauração	03/09/2018
d. Partes no processo	Autuante: União Federal Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 46.945.187,44
f. Principais Fatos	Trata-se de processo administrativo fiscal federal relativo a PIS e COFINS sobre taxa de frete, mão de obra temporária, aquisição de cabides, aquisição de embalagens, cartão de terceiros, cartão PL, propaganda de televisão, jornal, rádio e contratos exclusivos de propaganda. Em 10 de outubro de 2018, foi apresentada Impugnação pela Companhia. Após negado provimento à Impugnação, foi apresentado Recurso Voluntário em 26/04/2019. Em 15 de dezembro de 2021, foi negado provimento ao Recurso Voluntário. A Companhia opôs Embargos de Declaração e em 03 de janeiro de 2023 foram inadmitidos pelo CARF. Em 22 de fevereiro de 2023, a Companhia interpôs Recurso Especial, o qual foi admitido em parte. Em 16 de dezembro de 2023, foi proferida decisão admitindo em parte o Agravo em Recurso Especial da Companhia. Atualmente, aguarda-se apreciação do Recurso Especial da Companhia.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	As decisões proferidas pautam-se no argumento de que empresas dedicadas à atividade comercial não podem se apropriar de créditos de PIS e COFINS por nada produzirem e nada fabricarem, deixando de analisar se a aquisição de cabides e embalagens, tarifas pagas às administradoras de cartões de crédito, despesas com propaganda e publicidade, frete de transferência e mão de obra temporária, representam insumos das atividades da Companhia.
h. Estágio do processo	Aguarda-se julgamento do Recurso Especial interposto pela Companhia
i. Chance de perda	Possível e Provável (Possível: R\$ 9.742.215,32 + Provável: R\$ 37.202.972,12)
J. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Além do alto valor envolvido no processo, o tema discutido é relevante para a operação da Companhia.
k. Impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da quantia indicada no

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	item "e" acima, devidamente atualizada.
--	---

Mandado de Segurança: 0003868-50.2013.04.03.6130	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
b. Instância	2ª Instância Judicial
c. Data de instauração	27/08/2013
d. Partes no processo	Autor: C&A Modas S.A. Réu: Receita Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 36.043.567,42
f. Principais Fatos	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para assegurar o direito líquido e certo da Impetrante excluir o ICMS e o ISS da base de cálculo da Contribuição Previdenciária Substitutiva (Lei nº 12.546/2011), bem como o seu direito de crédito, no que concerne aos pagamentos indevidamente realizados àquele título nos últimos 5 (cinco) anos. Em 10 de maio de 2019, proferida decisão em apelação para afastar a inclusão do ICMS e ISS da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB. Em 30 de setembro de 2021, a matéria foi reapreciada no âmbito de repercussão geral do STF, através do RE 1187264, Tema 1048, o qual firmou o entendimento de que o ICMS e o ISS integram a base de cálculo da CPRB, indo de encontro ao conceito firmado na decisão do leading case (RE nº 574.706), que fixou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Por este motivo a Companhia alterou o prognóstico de risco "possível" para "provável" para o seu caso concreto, em 30 de junho de 2021. Atualmente aguarda-se aplicação efetiva do julgado do tema 1048 do STF ao caso concreto.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	O STF decidiu, em âmbito de repercussão geral (RE 1187264 - Tema 1048), que o ICMS e o ISS integram a base de cálculo da CPRB.
h. Estágio do processo	Aguarda-se aplicação do acórdão de mérito proferido nos autos do RE 1.187.264, Tema 1048.
i. Chance de perda	Provável
J. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante devido ao impacto financeiro à Companhia.
k. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia converterá o depósito judicial em renda a favor da União.

Processo Administrativo nº. 15746-727285/2022-05	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	16/12/2022
d. Partes no processo	Autuante: União Federal Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.400.934,11

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. Principais Fatos	Trata-se de processo administrativo fiscal federal relativo a cobrança de PIS e COFINS sobre creditamento de despesas incorridas com aluguéis de prédios pagos à pessoa jurídica, dentre eles armazéns gerais, lojas, quiosques, e o escritório administrativo no ano calendário de 2018. A fiscalização questiona a apropriação de valores pagos a título de taxas condominiais, de limpeza, de energia, de seguro, taxas administrativas e despesas com IPTU do ano de 2018, sob a alegação de que tais despesas não poderiam ser enquadradas como despesas com aluguéis de prédios, devendo as hipóteses previstas no artigo 3º, das Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03 serem consideradas taxativas
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 06/03/2024, a Empresa teve ciência do acórdão que julgou improcedente sua Impugnação e manteve o auto de infração. Atualmente, a Empresa está com prazo aberto para a interposição de Recurso Voluntário.
h. estágio do processo	Recurso Voluntário a ser interposto.
i. Chance de perda	Possível
J. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Além do alto valor envolvido no processo, o tema discutido é relevante para a operação da Companhia.
h. Impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da quantia indicada no item "e" acima, devidamente atualizada..

Processo Administrativo nº. 15746-726.077/2023-61	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	22/12/2023
d. Partes no processo	Autuante: União Federal Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 71.192.657,66
f. Principais Fatos	Trata-se de processo administrativo fiscal federal relativo a cobrança de PIS e COFINS sobre creditamento de despesas incorridas com material de embalagem, cabides, mão de obra, 'IPTU', fretes contratados com mercadorias e fretes em geral, despesas com plataforma de tecnologia e consultoria de informática referente aos anos calendário de 2019 e 2020.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 25 de janeiro de 2024, a Companhia apresentou Impugnação Administrativa, a qual aguarda julgamento até o presente momento.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de Impugnação da Companhia.
i. Chance de perda	Possível
J. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Além do alto valor envolvido no processo, o tema discutido é relevante para a operação da Companhia.
h. Impacto em caso de perda do	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa,

4.4 Processos não sigilosos relevantes

processo	em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da quantia indicada no item "e" acima, devidamente atualizada..
-----------------	--

Processos Administrativos originários de PER/DCOMPS não homologadas relativas a INSS	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	88 casos instaurados entre 2021, 2022, 2023 e 2024
d. Partes no processo	Autuante: União Federal Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 78.552.508,67
f. Principais Fatos	A Companhia foi cientificada sobre a não homologações das Per/DCOMPS entre 2021 e mar/24. As PER/DCOMPS tratam de créditos relativos a matérias como: descontos e coparticipações referentes a vale transporte, auxílio alimentação; limite da base de cálculo das contribuições destinadas a terceiros e outras entidades; FAP (fator acidentário) recolhido em valor indevido; valores recolhidos a título previdenciário sobre contratação de menor aprendiz; pagamentos de verbas previdenciárias sobre férias gozadas.
g. Resumo das decisões	Em 12 de junho de 2023, foi dada a ciência do despacho decisório. Em 11.07.2023, foi realizado o protocolo da Manifestação de Inconformidade em face do Despacho Decisório proferido no procedimento de compensação previdenciária. Em 22 de agosto de 2023, o processo encaminhado para a Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária Virtual em São Paulo.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento das manifestações de inconformidade.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante devido ao impacto financeiro à Companhia.
k. Impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da quantia indicada no item "e" acima, devidamente atualizada..

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

O valor total provisionado para os processos descritos no item 4.4, na data deste formulário, era de R\$ 122.589.124,59

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 – Processos sigilosos relevantes

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 – Outras contingências relevantes

Termos de Ajustamentos de Conduta (“TACs”)

A Companhia firmou 7 (sete) TACs, relacionados a:

- (i) cumprimento de cota de aprendizes;
- (ii) cumprimento de cota de pessoas com deficiência e reabilitados (2 TACs celebrados no âmbito do mesmo procedimento administrativo);
- (iii) jornada de trabalho;
- (iv) trabalhadores estrangeiros (cadeia de fornecimento);
- (v) contratação de cooperativas; e
- (vi) trabalhadores temporários.

Dentre os TACs firmados pela Companhia, destacamos o seguinte:

A Companhia celebrou, em 5 de novembro de 2007, um TAC com o Ministério Público do Trabalho da 2ª Região, pelo qual se obrigou a advertir seus fornecedores no site de internet e fazer constar nos pedidos de compra encaminhados aos fornecedores que não aceitará, sob pena de rescisão, descredenciamento e cancelamento de pedido de compras, as confecções que: (i) contratem trabalhadores estrangeiros em situação irregular no país; (ii) contratem empresas integradas por estrangeiros que não estejam legalmente constituídos como pessoa jurídica; e (iii) contratem empresas que utilizem trabalhadores estrangeiros em situação irregular no país. A Companhia também se obrigou a visitar periodicamente as confecções para verificar o cumprimento das obrigações, no intervalo mínimo de 1 ano e máximo de 2 anos. O descumprimento de qualquer das obrigações do TAC implicará no pagamento de multa de R\$ 10.000,00 por trabalhador contratado em situação irregular. A Companhia informa que cumpre todas as obrigações firmadas no âmbito do TAC, tendo, inclusive, incluído em seus termos gerais de contratação de fornecimento os princípios que norteiam tais obrigações.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 – Gerenciamento de riscos: em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos com o objetivo de conhecer e responder adequadamente aos riscos aos quais a Companhia esteja exposta. A Política de Gerenciamento de Riscos vigente foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de outubro de 2019 ("Política de Gerenciamento de Riscos").

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Companhia entende que o gerenciamento efetivo de riscos é um diferencial que traz confiança aos planos e estratégias de negócios, e que a gestão dos riscos aos quais estamos expostos é uma ferramenta importante para priorizar esforços para mitigar a sua materialização, ainda mais com o ambiente de negócios cada vez mais competitivo, rigoroso, digital e regulado. Assim, o objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos é formalizar e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados pelos administradores, conselheiros, funcionários e nos procedimentos da área de Gestão de Riscos da Companhia, nos procedimentos de gestão de riscos da Companhia, considerando seu apetite à tomada de risco no processo decisório.

A Companhia está em uma jornada de evolução de sua Governança Corporativa e sua Política de Gerenciamento de Riscos se baseou nas recomendações de normas e práticas de gestão de riscos reconhecidas no mercado, como a ISO 31000, de modo a: (i) aumentar a probabilidade de atingir as metas estabelecidas pela Companhia; (ii) melhorar a identificação de oportunidades e ameaças; (iii) atender às políticas, normas e requisitos legais e regulatórios, padronizando conceitos e práticas; (iv) garantir a transparência na comunicação dos riscos identificados; (v) garantir base confiável de dados para a tomada de decisão e planejamento, fornecendo um fluxo dinâmico e eficiente de informação; (vi) alocar e utilizar eficazmente os recursos da Companhia, melhorando o ambiente de controles; (vii) melhorar a governança, assegurando que as práticas de Governança Corporativa da Companhia sejam seguidas e criticamente analisadas; (viii) prevenir ou minimizar perdas; e (ix) melhorar a eficácia e eficiência operacional, aumentando a resiliência da Companhia.

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos nos itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa impactar suas atividades e operações de forma negativa. No escopo da Companhia, são considerados riscos de natureza:

a) Não financeiros:

- Estratégico: grupo de riscos que afetam os objetivos estratégicos, modelo de negócio, inteligência competitiva e governança da Companhia, além de fatores externos e independentes de ações internas.
- Operacional: grupo de riscos relacionados a nossa infraestrutura (processos e pessoas), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos.
- Tecnológico: grupo de riscos associados aos sistemas aplicativos, ferramentas, tecnologias e informações/dados.
- Regulamentar: grupo de riscos relacionados ao cumprimento de legislação: trabalhista,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

cível, tributário/fiscal, ou que envolvem procedimentos relacionados a órgãos reguladores, como: contábil, CVM/B3, BCB, entre outros.

- Socioambiental: grupo de riscos relacionados a proteção do meio ambiente, uso consciente de recursos naturais, mudanças climáticas e respeito aos direitos e garantias fundamentais.
- Conformidade: riscos de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, código de ética e das políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

b) Financeiros:

- Liquidez: grupo de riscos relacionados a capacidade da Companhia em honrar suas obrigações e manter suas operações diárias.
- Mercado: grupo de riscos relacionados a alterações no mercado (taxas de câmbio, taxas de juros e preços) que possam afetar as atividades da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.
- Crédito: grupo de riscos relacionados a oferta de crédito aos clientes.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

Em sua jornada de evolução de sua Governança Corporativa, a Companhia está consolidando o seu pilar de Gestão de Riscos & Controles Internos Riscos, com base em recomendações de normas e práticas de gestão de riscos reconhecidas no mercado, que é o guardião da Política de Gerenciamento de Riscos e responsável pelo constantemente fortalecimento da gestão de riscos na Companhia.

A Diretoria Executiva tem participado ativamente nesta jornada, que incluiu a atualização do Dicionário de Riscos, que considerou em sua criação aspectos como: (i) cenários interno, político e econômico; (ii) projetos estratégicos da Companhia; (iii) resultados de auditorias e (iv) evolução da cultura de *compliance* e riscos, e a priorização num Mapa Geral de Riscos, considerando para cada risco o seu potencial impacto para ao negócio e a probabilidade de cada risco se materializar.

A partir dos riscos identificados e priorizados, cabe as Áreas de Negócio, conforme definida abaixo, implementar melhorias para garantir o adequado tratamento dos riscos. Tais atividades e e riscos são monitorados pelo pilar de Gestão de Riscos & Controles Internos, sendo reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e a Diretoria Executiva.

Este pilar também realiza, regularmente, o monitoramento dos riscos para:

- Verificar se o perfil de risco foi alterado;
- Identificar quando é necessário tratamento adicional; e
- Obter segurança de que o gerenciamento de riscos é eficaz.

(iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia está segmentada da seguinte forma:

- Conselho de Administração: responsável pela governança do processo local de gerenciamento de riscos, para que a Companhia seja gerenciada de maneira consciente e diligente, conforme as seguintes atribuições e responsabilidades:
 - Avaliar periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*);
 - Aprovar a política de gerenciamento de riscos;
 - Definir uma tolerância de risco apropriada, priorizando riscos e aprovando planos de mitigação; e
 - Supervisionar e aprovar planos de resposta a riscos, quando necessário.
- Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças: (i) avalia e monitora a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade; (ii) supervisiona as atividades da área de Auditoria Interna; (iii) avalia a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugere soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração; (iv) recomenda ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, prioridades e inclusões à matriz de riscos da Companhia; (v) assessora o Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e (vi) avalia e monitora o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos e recomenda correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.
- Diretoria Executiva: responsável por: (i) assegurar que o modelo de “três linhas” seja aplicado aos processos de gerenciamento de riscos e controles da Companhia; e (ii) acompanhar o processo de gerenciamento de riscos, patrocinando e monitorando a implementação de ações de tratamento de riscos eventualmente identificados pela Companhia.
- Área de Gestão de Riscos e Controles Internos: (i) garante a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças, quando necessário; (ii) antecipa e planeja possíveis falhas, bem como mantém uma margem prática e relevante de segurança; (iii) incentiva que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos; (iv) reporta as atividades de gestão de riscos para o Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças; (v) toma decisões sobre os resultados do relatório de riscos, respostas específicas a novos riscos e mudanças no planejamento de planos de mitigação de riscos; (vi) busca melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente; e (vii) supervisiona quaisquer programas necessários de treinamento e conscientização de riscos.
- Auditoria Interna: fornece ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e à área de Gestão de Riscos avaliações independentes, imparciais e tempestivas, consolidando, avaliando, monitorando e comunicando os riscos da Companhia e a qualidade/efetividade dos processos de governança.
- Áreas de Negócios: responsáveis por seguir o processo de gerenciamento de riscos, ao identificar, controlar e mitigar os riscos, com a implementação de processos e controles internos que tratem os riscos aos quais a Companhia está exposta.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Com base nas informações descritas neste item 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

O Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças avalia a efetividade do modelo de gestão de riscos adotado pela Companhia e supervisiona as atividades de Gestão de Riscos & Controles Internos, fazendo recomendações de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos para a análise, avaliação e tomada de decisão pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos deve ser revisada e atualizada sempre que necessário pela área de Gestão de Riscos, sendo aprovada pelo Conselho de Administração, a fim de garantir a identificação de oportunidades e a melhoria contínua no modelo de gestão de riscos adotado pela Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Controles internos: em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos. Dentre as ações realizadas ou em andamento, destacam-se: (i) consolidação da Gerência de GRC (Governança, Riscos e *Compliance*), que está vinculada à Diretoria Executiva e realiza reportes periódicos dos assuntos dos quais trata ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças ("CARF") e está organizada em quatro pilares: a) Gestão de Riscos & Controles Internos, b) Segurança da Informação & Gestão de Identidades, c) *Compliance* Corporativo & Regulatório, e d) Auditoria Interna – sendo que foram adotadas todas as medidas necessárias para assegurar a adequada independência e segregação das funções entre as áreas; (ii) revisão ou instituição de políticas corporativas relevantes; (iii) aprimoramento de normas e procedimentos internos, incluindo os de *compliance* e anticorrupção; e (iv) aprimoramento contínuo de canal de denúncias e práticas de apuração.

Dentre as práticas de controles internos, destacamos o seguinte:

- A Companhia definiu e mantém um "Mapa de Processos" por negócio, onde seus processos são categorizados em: (i) processos de *entity level*, que estão relacionados a atividades estratégicas que permeiam toda a entidade; (ii) processos core, que consideram as atividades que suportam diretamente a entrega da estratégia, e que geram valor diretamente para a nossa cliente, ou (iii) processos *cross* (ou transversal), conjunto de atividades com papel essencial de suportar o funcionamento de todos os demais processos.
- Todos os processos identificados no "Mapa de Processos" possuem uma Matriz de Riscos e Controles ("MRC"), sendo que em toda MRC existem dois tipos de controles internos: a) de nível de entidade, que contempla os controles que permeiam toda a Companhia e não somente um processo crítico; e b) de nível operacional, que numa visão sistêmica permitem aos funcionários entender que a Companhia um conjunto de processos inter-relacionados e interdependentes, desvinculando o foco de um departamento ou de um conjunto de funções.
- Adicionalmente, todos os processos no "Mapa de Processos" estão formalizados em diretrizes em normas e procedimentos internos, sendo que é de responsabilidade de Gestão de Riscos & Controles Internos garantir que essa documentação esteja sempre atualizada pelas Áreas de Negócios, auxiliando em sua revisão, com a visão de riscos e busca por controles compensatórios, quando necessário.
- A Companhia definiu, ainda, processo de acompanhamento da implantação dos planos de ação decorrentes da avaliação periódica da eficácia e efetividade operacional dos controles chaves, de modo a verificar o status da implantação das melhorias nos controles e processos, bem como identificar possíveis novos riscos.

Com relação à prevenção e controle das práticas contábeis: (i) a Companhia segue as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS/CPC); (ii) as demonstrações financeiras são elaboradas pela Contabilidade, com apoio da Tesouraria, Tributário e Jurídico (áreas que respondem ao CFO da Companhia); (iii) as informações contábeis são registradas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (iv) os lançamentos manuais buscam respeitar o *4-eye principle* (há um revisor independente); (v) as conciliações contábeis são controladas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (vi) o fechamento contábil apenas é concluído após justificativa para as variações relevantes de todas as contas contábeis; e (vii) o balanço e a demonstração do resultado do exercício são revisados mensalmente pela Contabilidade.

5.2 Descrição dos controles internos

Ademais, anualmente, os Auditores Externos atuam: (i) na emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras; e (ii) na emissão de carta de recomendação sobre controles internos da Companhia de acordo com art. 25, inciso II, da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021 ("Resolução CVM 23").

Ainda, cumpre destacar que o CARF acompanha as atividades do pilar de Gestão de Riscos & Controles Internos e dos Auditores Externos.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura de controles internos da Companhia é segmentada da seguinte forma:

- Conselho de Administração: aprova as diretrizes corporativas de gestão de riscos e controles internos da Companhia, e ainda supervisiona a exposição ao risco da Companhia, garantindo o alinhamento com as prioridades estratégicas.
- Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças: acompanha as atividades Gestão de Riscos & Controles Internos, da Auditoria Interna, e da Auditoria Externa, bem como supervisiona a elaboração das demonstrações financeiras pela Companhia, reportando ao Conselho de Administração quando necessário.
- Diretoria Executiva: patrocina as melhorias no ambiente de controles internos buscando sempre o equilíbrio entre a eficácia dos processos dos controles e dos custos, alinhado com os objetivos estratégicos da Companhia, e garantindo a implantação e/ou adequação de controles definidos pelas áreas de negócios. Por fim, supervisiona as atividades Gestão de Riscos & Controles Internos, e suporta o funcionamento independente da Auditoria Interna e da Auditoria Externa.
- Gestão de Riscos & Controles Internos: visa garantir que as respostas aos riscos, definidas pela Companhia, estão sendo aplicadas em seu ambiente de controles internos, seja pela melhoria de controles existentes ou por meio de novos controles, cumprindo a ela: (i) documentar e zelar pelo cumprimento das políticas, procedimentos, matrizes de riscos e controles; (ii) prover suporte em revisões de processo; (iii) avaliar periodicamente a aderência dos controles internos; (iv) atender as atividades de auditorias, como: interna, externa e de certificação; e (v) acompanhar a implementação de planos de ação das auditorias que atendeu.
- Compliance Corporativo & Regulatório: visa garantir o cumprimento de obrigações relevantes da Companhia por meio de um programa de integridade, conscientizando as áreas envolvidas e verificando a aderência de obrigações legais, regulatórias, contratuais, de governança e internas relevantes. Suas atividades contemplam: (i) revisão de políticas e procedimentos internos; (ii) apuração de relatos recebidos no canal de denúncias e condução de investigações internas; (iii) reporte ao Comitê Interno de Ética do resultado das investigações internas; (iv) definição de procedimentos de contratação e monitoramento de terceiros; (v) controle de brindes, doações e patrocínios; (vi) realização de treinamentos sobre assuntos de integridade; e (vii) monitoramento contínuo das ações de integridade.
- Auditoria Interna: (i) realizar auditoria de processos para identificar riscos, vulnerabilidades e oportunidades de melhorias ao longo de um processo de negócio, com avaliação do desenho dos controles e/ou execução de testes para assegurar a execução dos controles; (ii) verificar se os processos de negócio seguem as políticas e procedimentos internos, bem como as regulamentações e leis específicas; (iii) executar testes abrangentes e emitir parecer sobre o nível de conformidade da atividade; e (iv) identificar novos riscos, vulnerabilidades e oportunidades de melhoria avaliando e testando as melhorias nos controles implementados.
- Áreas de Negócios: responsáveis pela execução dos controles internos, conforme desenho e

5.2 Descrição dos controles internos

frequência esperados, implementação de novos controles e aprimoramento de controles existentes, sempre buscando tratar os riscos aos quais a Companhia está exposta.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de Controle Interno relativo à elaboração das Demonstrações Financeiras e às práticas contábeis da Companhia está descrito nos itens 5.2.a e 5.2.b deste Formulário de Referência.

Com o mapeamento dos controles chaves por processo, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves, que são realizados pela área de Auditoria Interna, conforme Plano Anual aprovado pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças. Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as Áreas de Negócios responsáveis, liderada pelo Diretor Executivo responsável, definem planos de ação para remediá-las.

Anualmente, a Diretoria Executiva recebe carta de recomendação dos Auditores Externos, conforme requerido pelo artigo 25, inciso II, da Resolução CVM 23, propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes obtiveram o entendimento dos controles internos sobre relatórios financeiros com o objetivo de determinar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria. Os auditores independentes comunicaram a existência das seguintes deficiências em nossos controles, que foram consideradas deficiências significativas sobre os controles internos da Companhia:

- **Divergência de aprovação x ajuste de inventário**

Situação observada: Durante nossas análises sobre o ajuste de inventário, identificamos divergências entre o valor aprovado por e-mail e o valor efetivamente ajustado nos sistemas da Companhia. O processo ocorre com o envio por e-mail pelo Departamento de Prevenção e Perda, dos resultados de inventário, para o Departamento Contábil que realiza a aprovação. No entanto, notamos diferenças entre as quantidades indicadas no e-mail com as ajustadas no sistema contábil. Em discussão com os responsáveis da Companhia, nos foi mencionado que estas divergências se referem a diferenças de atualização das bases utilizadas pelo time de Prevenção e Perdas e sistema que processa os ajustes, porém não há um procedimento para reconciliar estas diferenças. A ausência de reconciliação e evidências claras para demonstrar que tais diferenças são temporais e/ou ocasionadas por diferenças de atualização das bases, sugere que os ajustes aprovados não são os mesmos que foram processados.

Recomendação dos auditores independentes: Recomendamos à Companhia que implemente controles e processos que permitam aos revisores independentes concluir que as quantidades e valores ajustados se referem exatamente aos resultados obtidos durante as contagens físicas dos estoques.

5.2 Descrição dos controles internos

- **Provisão para perda dos estoques de lojas e Centros de Distribuição com metodologia de contagem cíclica, com o saldo a menor**

Situação observada: Como parte de nossos procedimentos para validação da existência dos estoques em 31/12/2023 de lojas e centros de distribuição que se utilização da contagem cíclica, selecionamos uma amostra representativa para contagens, realizadas entre janeiro e a primeira semana de fevereiro de 2024, movimentamos as quantidades físicas até a data base de nossa auditoria (31/12/2023) e para as diferenças identificadas, utilizamos ferramenta estatística de auditoria para projetar a diferença máxima existente sobre esta população, que resultou em um ajuste de aproximadamente R\$12 milhões. Com base em nossos resultados, observamos que há uma insuficiência de provisão de perda dos estoques de lojas e CDs cíclicos, em 31/12/2023. A ausência de revisões tempestivas e em bases, minimamente trimestrais, expõe à Companhia ao risco de não capturar perdas e/ou situações que poderão gerar perdas maiores do que as observadas durante a realização dos inventários físicos. Cabe ressaltar que a Companhia realiza inventários físicos totais para as lojas e cíclicos para dois de seus principais Centros de Distribuição (CDA e CDW), porém em datas interinas para as lojas (usualmente entre julho e setembro) e dispersa para os cíclicos, considerando ciclos muito longos (ciclos entre seis a dozes meses)

Recomendação dos auditores independentes: Atualmente a Companhia utiliza um percentual de perda histórica único para todas as lojas. Entendemos que cada loja possui níveis de perdas distintos e que podem variar ao longo do exercício. Assim, recomendamos que a Administração avalie as perdas históricas por loja, região e tipo de produto.

- **Ausência de controle de revisão sobre créditos extemporâneos apurados por especialista externo, e reconhecidos em competência incorreta**

Situação observada: Durante a auditoria de 2023, assim como na de anos anteriores, a Companhia vem reconhecendo no ano corrente créditos extemporâneos relativos a exercícios anteriores, como por exemplo, créditos relativos a INSS sobre 1/3 de férias (R\$9.6 milhões) e créditos de PIS e COFINS referente a serviços de marketing sobre mídias digitais (R\$4.914). Para o levantamento e apuração destes créditos a Companhia teve o suporte de consultores externos. Identificamos inconsistências em relação às bases e/ou cálculos realizados por estes consultores que surtiram em diferenças de auditoria. A ausência de processos e controles precisos o bastante para identificar inconsistências nas bases e/ou cálculos são essenciais e extremamente importantes para reduzir este tipo de erro. Também cabe ressaltar que o reconhecimento em competência incorreta pode induzir o leitor a uma interpretação incorreta sobre o desempenho da Companhia.

Recomendação dos auditores independentes: Recomendamos que a Companhia implemente controles preventivos e detectivos para validação da acuracidade e completude das bases que suportam os créditos registrados, a fim de mitigar quaisquer riscos de glosa de créditos ou tomada de créditos indevidamente. Adicionalmente, recomendamos que a Companhia considere como elemento de sua avaliação sobre o crédito extemporâneo, uma avaliação direcionada para melhor identificação do fato gerador e faça as correções dos saldos correspondentes a fim de evitar reconhecimento em períodos incorretos

- **Fragilidade no controle de Segregação de Funções**

Situação observada: Durante o processo de auditoria, identificamos contas genéricas (sem usuário nominal associado) utilizadas de forma compartilhada pelo time de Gestão de Infraestrutura, o qual é responsável pela Administração e sustentação da aplicação. Essas

5.2 Descrição dos controles internos

contas foram observadas no ambiente de produção dos sistemas Oracle RMS, Oracle RFM e Oracle RPM. A existência de contas genéricas, utilizadas de forma compartilhada, para gerenciamento de servidores e gestão dos binários das aplicações compromete a confiabilidade e integridade do sistema no ambiente de produção, uma vez a utilização de contas genéricas dificulta a rastreabilidade das ações e que alterações não autorizadas ou não testadas possam ser implementadas no ambiente de produção dos sistemas, sem que este siga o fluxo normal de gestão de mudanças e/ou o consentimento dos devidos responsáveis

Recomendação dos auditores independentes: Recomendamos que os acessos ao ambiente de produção dos sistemas devem ser realizado por meio de contas nominais e individuais, restritos aos profissionais responsáveis pela gestão do ambiente que não exerçam atividades de desenvolvimento, garantindo que a segregação de funções seja respeitada. Esta restrição tem por objetivo evitar que alterações sejam realizadas no ambiente de produção sem o consentimento e autorização das áreas de negócios e TI. Caso não seja possível realizar tal segregação, avaliar a possibilidade de implementar um cofre de senha para gerenciar o acesso/utilização das contas genéricas, de forma a permitir a identificação e monitoramento das ações do profissional responsável pela execução de determinada atividade.

- **Usuários com acesso indevido a realizar o transporte de soluções, no ambiente de produção dos sistemas Oracle RMS, Oracle RFM e Oracle RPM**

Situação observada: Durante o processo de auditoria, identificamos contas ativas com permissão de transportar solução/mudança ao ambiente de produção que não mais são necessárias e/ou utilizadas. Essas contas foram observadas no ambiente de produção dos sistemas Oracle RMS, Oracle RFM e Oracle RPM. A ausência de restrição de usuários com permissão de transporte de soluções/mudanças compromete a confiabilidade e integridade das alterações em produção, uma vez que profissionais indevidos poderiam realizar alterações não autorizadas ou não testadas diretamente no ambiente de produção dos sistemas, sem o consentimento dos devidos responsáveis.

Recomendação dos auditores independentes: Recomendamos que os acessos a realizar transporte de soluções/mudanças devem ser restritos a contas adequadas. Esta restrição tem por objetivo evitar que alterações sejam realizadas no ambiente de produção sem o consentimento e autorização das áreas de negócios e TI. Por isso, é necessário que haja uma revisão da relação de usuários a permissão citada, de modo a limitar o acesso às contas adequadas.

- **Fragilidade no controle de Usuários Privilegiados do Sistema Operacional**

Situação observada: Durante o processo de auditoria, identificamos uma (01) conta genérica (sem usuário nominal associado) ativa que possui privilégio administrativo nos recursos tecnológicos da Companhia, podendo executar o comando SUDO (transação responsável por executar comando no host), sendo a mesma utilizada de forma compartilhada. Adicionalmente, identificamos três (03) contas de usuários com permissão de execução do comando SUDO que não mais são necessárias e/ou utilizadas. Essas contas foram observadas no ambiente de produção dos sistemas Oracle RMS, Oracle RFM e Oracle RPM.

Recomendação dos auditores independentes: Recomendamos que as permissões de execução do comando SUDO devem ser restritas a contas nominais e individuais adequadas sob responsabilidade de profissionais de TI que não possuam conflito de funções.

5.2 Descrição dos controles internos

- **Fragilidade no controle de Revogação de Acesso**

Situação observada: Durante o processo de auditoria, identificamos duas (02) fragilidades atreladas ao controle de revogação de acessos de usuários pertencentes a colaboradores desligados, são elas: • Ausência de tempestividade na formalização do desligamento do profissional, ao time de TI, pelo departamento de Recursos Humanos, para os casos de processamento de desligamentos retroativos; e, • Autenticação no sistema posterior à data de desligamento do usuário. A morosidade na comunicação dos casos de desligamento retroativo de profissionais compromete a segurança dos recursos tecnológicos da Companhia, uma vez que possibilita que contas de usuários permaneçam ativas após o desligamento do profissional, permitindo que acessos indevidos e/ou ações não autorizadas sejam realizadas mediante a utilização de tais contas

Recomendação dos auditores independentes: Recomendamos alinhar com as áreas de negócio e/ou departamento de Recursos Humanos a criticidade de uma comunicação/atualização tempestiva sobre os desligamentos retroativos da Companhia, de modo a possibilitar o bloqueio da conta de usuário em tempo hábil. É importante que haja um processo de investigação sob a utilização, ou não, da conta de Usuários durante o período em que esta permaneceu ativa. Neste processo é importante assegurar que nenhuma ação indevida e/ou não autorizada foi realizado pelo usuário mediante utilização de tais acessos. Toda e qualquer evidência inspecionada no processo de investigação deve ser armazenada junto à documentação suporte do controle, bem como, suas evidências de extração. Adicionalmente, ressaltamos que as contas de usuários devem ser nominais e intransferíveis. Caso haja a necessidade de algum acesso específico, este deve seguir o fluxo previsto de solicitação e concessão de acesso.

- **Fragilidade no controle de Movimentação de Colaboradores**

Situação observada: Durante o processo de auditoria, identificamos duas (02) fragilidades atreladas ao controle de movimentação de colaboradores, são elas:

- Ausência de tempestividade na avaliação/revisão dos acessos atrelados a colaboradores movimentados nos sistemas Synchro e Manhattan;
- Ausência de um processo mensal de revisão dos profissionais transferidos no piso de loja.

Observamos que os sistemas Synchro e Manhattan não estão incluídos no processo automatizado da companhia realizado através da ferramenta SailPoint - na qual os eventos de movimentação geram, automaticamente, demandas aos gestores para que haja revisão/avaliação dos acessos do colaborador movimentado, desta forma os acessos para estes sistemas não são considerados. As ausências citadas potencializam o risco de acúmulo de permissões de acesso, uma vez que acessos pertinentes à nova função são concedidos, no entanto, não há manutenção nos acessos já existentes. A partir disso, há o risco de acessos indevidos que podem comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade de informações chave da empresa.

Recomendação dos auditores independentes: Recomendamos que as movimentações de cargo, área, centro de custo e/ou gestor devem ser consideradas no processo de validação/revisão dos acessos atrelados aos colaboradores impactados. Além disso, a Companhia deve assegurar a retenção de evidências dessas recertificações mesmos nos casos em que não houver necessidade de ajuste. Para isso, recomendamos que sejam adotados procedimentos formais sobre o envio ao gestor de todos os acessos do colaborador

5.2 Descrição dos controles internos

movimentado, seja de piso de loja ou nos sistemas Synchro e Manhattan. Isso pode ocorrer a partir da automatização desses sistemas e colaboradores na ferramenta já utilizada pela companhia, bem como a partir do envio manual desses acessos para o responsável

- **Fragilidade no controle de Concessão de Acesso**

Situação observada: Identificamos fragilidade na documentação suporte para a concessão de acesso de 04 usuários no sistema Manhattan, onde não foi possível observar as informações abaixo: • Registro de um chamado para a solicitação de novos acessos; • Indicação do perfil de acesso a ser atribuído ao login; • Aprovação do perfil de acesso indicado Para mais detalhes, vide Seção de Anexos: 4.8. Acessos concedidos sem devida formalização. A ausência de solicitação e aprovação formal dos acessos solicitados/concedidos, compromete a segurança dos dados armazenados e processados na aplicação, uma vez que impossibilita confirmar que estes foram concedidos adequadamente e que as permissões estão condizentes com o cargo e/ou atividade desempenhada pelo profissional.

Recomendação dos auditores independentes: Recomendamos que toda e qualquer concessão de acesso tenha solicitação formal ao time de GDI dos perfis/funções/roles a serem atribuídos e a devida aprovação do gestor do colaborador e/ou owner da aplicação/função, para que somente o time de Gestão de Acessos tenha permissão de realizar essa ação nos sistemas. A informação quanto aos perfis/funções/roles a serem concedidos deve ser obtida por meio (i) da indicação do perfil de acesso ou (ii) matriz de perfis pré-aprovados considerando área/cargo de atuação do colaborador. Ressaltamos, no entanto, que para que sejam consideradas as regras citadas no item ii é necessário que essas políticas sejam formalmente aprovadas pelos responsáveis de Segurança da Informação e disponibilizadas ao time de Gestão de Identidades. Além disso, deve ser possível a rastreabilidade do histórico de modificações e aprovações a partir de sua implementação.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração tomou ciência do relatório circunstanciado elaborado pelo Auditor Externo sobre os controles internos da Companhia durante o processo de auditoria relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, destacando que os apontamentos reportados estão sendo endereçados e que continuará adotando medidas para o constante aprimoramento dos controles internos e sistemas informatizados da Companhia.

Assim, diante das deficiências significativas apontadas sobre os controles internos adotados pela Companhia em 31 de dezembro de 2023, a Administração elaborou planos de ação com intuito de sanar tais fragilidades, os quais são apresentados abaixo:

Divergência de aprovação x ajuste de inventário

A Administração reconhece que existem oportunidades de melhoria com relação a este controle, pois embora acompanhe as divergências, elas não estão formalmente documentadas. Essa divergência é decorrente de movimentos de estoque represados no RMS. Como os movimentos retroagem, a quantidade a ser ajustada é corrigida automaticamente para garantir que o saldo final reflita a quantidade de peças contada fisicamente.

Plano de Ação: Documentar e formalizar as divergências de contagem e ajustes mensalmente

Responsável: Contabilidade

Prazo: junho/24

5.2 Descrição dos controles internos

- **Provisão para perda dos estoques de lojas e Centros de Distribuição com metodologia de contagem cíclica, com o saldo a menor**

A Companhia realiza a provisão para perda de estoques de acordo com os % de perdas históricas e pontualmente se algum evento exigir (ex. encerramento de operação de CDs, mercadorias avariadas/obsoletas etc.). Historicamente essas provisões têm sido suficientes para suprir as perdas reais. A Companhia não reconhece o montante de R\$12 milhões como necessidade de provisão adicional apontada pela auditoria. De qualquer forma, a Companhia vai evoluir e ajustar os % de provisão à medida que os inventários forem realizados e não apenas ao final do ciclo.

Plano de Ação: Ajustar o % de provisão à medida que os inventários forem realizados

Responsável: Contabilidade

Prazo: junho/24

- **Ausência de controle de revisão sobre créditos extemporâneos apurados por especialista externo, e reconhecidos em competência incorreta**

Os créditos extemporâneos identificados são relativos à ação judicial previdenciária, cujo trânsito em julgado ocorreu em 2022, porém novos elementos que impactaram o reconhecimento adicional se deu apenas no ano de 2023. Para os demais créditos tributários, já alinhamos com a EY que o time do tributário atua na busca das melhores oportunidades de recuperação de créditos fiscais, sempre embasada em pareceres e opiniões legais de seus assessores jurídicos. Portanto, o resultado dos trabalhos contínuos pode gerar reconhecimentos de créditos tributários que deverão ser registrados “extemporaneamente” em suas obrigações fiscais do atual período, conforme orientação da Receita Federal do Brasil, sem a necessidade de reabertura de períodos anteriores.

- **Fragilidade no controle de Segregação de Funções**

A Administração reconhece que existem oportunidades de melhoria com relação a este controle e irá atuar durante o ano de 2024.

Plano de Ação:

- a) Incluir os ambientes que suportam o Oracle RMS, Oracle RFM e Oracle RPM no Cofre de Senhas, permitindo a gestão adequada dos acessos privilegiados, que poderão ser realizadas por meio de usuários genéricos.
- b) Revisar os usuários privilegiados (nominais e genéricos) com acesso aos ambientes que suportam o Oracle RMS, Oracle RFM e Oracle RPM para o devido saneamento (bloqueio dos usuários inativos ou que não necessitam mais de acesso)

Responsável: Segurança da Informação, Gestão de Identidades e Infraestrutura

Prazo: abril/24

5.2 Descrição dos controles internos

- **Usuários com acesso indevido a realizar o transporte de soluções, no ambiente de produção dos sistemas Oracle RMS, Oracle RFM e Oracle RPM**

A Administração reconhece que existem oportunidades de melhoria com relação a este controle e irá atuar durante o ano de 2024.

Plano de Ação:

- a) Restringir os acessos privilegiados aos ambientes por meio de um firewall local, o qual permitirá exclusivamente os endereços IPs associados ao Cofre de Senhas.
- b) Definir um plano de contingências para o caso de falhas ou indisponibilidade do Cofre de Senhas que permita o monitoramento dos acessos privilegiados realizados diretamente aos ambientes.
- c) Revisar os usuários privilegiados (nominais e genéricos) com acesso aos ambientes que suportam o Oracle RMS, Oracle RFM e Oracle RPM para o devido saneamento (bloqueio dos usuários inativos ou que não necessitam mais de acesso).

Responsável: Segurança da Informação, Gestão de Identidades e Infraestrutura

Prazo: abril/24

- **Fragilidade no controle de Usuários Privilegiados do Sistema Operacional**

A Administração reconhece que existem oportunidades de melhoria com relação a este controle e irá atuar durante o ano de 2024.

Plano de Ação:

- a) Habilitar a rotação das senhas dos usuários privilegiados (nominais e genéricos) por meio do Cofre de Senhas.
- b) Revisar os usuários privilegiados (nominais e genéricos) com acesso aos ambientes que suportam o Oracle RMS, Oracle RFM e Oracle RPM para o devido saneamento (bloqueio dos usuários inativos ou que não necessitam mais de acesso).

Responsável: Segurança da Informação, Gestão de Identidades e Infraestrutura

Prazo: abril/24

- **Fragilidade no controle de Revogação de Acesso**

A Administração reconhece que existem oportunidades de melhoria com relação a este controle e irá atuar durante o ano de 2024.

Plano de Ação:

- a) Rever o fluxo de acionamento do sistema de IAM (Sailpoint) pela movimentação em Folha para a data efetiva do desligamento, e não mais pelo encerramento do processo de desligamento, garantindo a revogação dos acessos automatizada de forma tempestiva.

Responsável: RH, Gestão de Identidades e Tech.

Prazo: abril/24

5.2 Descrição dos controles internos

- **Fragilidade no controle de Movimentação de Colaboradores**

A Administração reconhece que existem oportunidades de melhoria com relação a este controle e irá atuar durante o ano de 2024.

Plano de Ação:

- a) Rever a estratégia e procedimentos de revisão de acessos para os sistemas críticos.
- b) Criar matriz de perfis pré-aprovada para os sistemas críticos, indicando as permissões e os riscos envolvidos.
- c) Criar relatório padrão que identifique usuários com perfis diferentes da matriz pré-aprovada (time operacional de Lojas e CDs) para os sistemas críticos.
- d) Definir procedimento de investigação de risco para casos de perfis fora do padrão ou indicados para serem removidos pelos gestores, arquivando as informações necessárias, para os sistemas críticos.

Responsável: Gestão de Identidades e Segurança da Informação

Prazo: abril/24

- **Fragilidade no controle de Concessão de Acesso**

A Administração reconhece que existem oportunidades de melhoria com relação a este controle e irá atuar durante o ano de 2024.

Plano de Ação:

- a) Criar matriz de perfis pré-aprovada do sistema Manhattan, indicando as permissões e os riscos envolvidos.
- b) Centralizar a gestão dos usuários do Sistema Manhattan no time de Gestão de Identidades, que deve garantir a existência de requisição formal (chamado) para a concessão dos acessos.
- c) Treinar o time de Gestão de Identidades para que o acesso concedido esteja baseado na aprovação do gestor imediato do usuário (associado ou terceiro), sendo necessário manter todo o histórico da concessão na requisição formal (chamado).

Responsável: Gestão de Identidades e Segurança da Informação

Prazo: abril/24

5.3 Programa de integridade

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia tem a honestidade como cultura, atua em conformidade com as leis relacionadas aos seus negócios, e mantém um compromisso ético na realização das suas atividades. A Companhia estruturou e formalizou as suas boas práticas em normas e procedimentos de integridade, em consonância com o propósito e os valores da Companhia.

Essas normas e procedimentos de integridade reúnem um conjunto de mecanismos e práticas voltadas à prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção. Ainda, as políticas e procedimentos consolidam e reforçam as regras e diretrizes gerais como o Código de Ética, políticas e ações conduzidas por diversas áreas funcionais da estrutura organizacional da empresa, em consonância com as suas respectivas atribuições, para pautar a conduta das lideranças, funcionários, parceiros e terceiros, evidenciando o compromisso da Companhia com a disseminação da cultura de honestidade e boas práticas de gestão e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético.

Os principais objetivos do Código de Ética e das políticas e procedimentos de integridade são: (i) promover a cultura de ética e conformidade; (ii) consolidar todas as iniciativas de conformidade, incluindo as de anticorrupção; (iii) implantar as melhores práticas de acordo com os mais altos padrões éticos; (iv) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados pelos funcionários; (v) estabelecer a cultura de gestão de riscos a fim de mitigá-los por meio da prevenção; (vi) buscar a melhoria contínua com base na análise, avaliação e desenvolvimento regular do programa e do ambiente normativo aplicável; e (vii) promover a transparência.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são: (i) definição de diretrizes e regras claras para orientar todos os funcionários, a saber: Código de Ética, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de dezembro de 2022, e é aplicável a todos administradores, funcionários e terceiros da Companhia e Política Corporativa Anticorrupção; (ii) treinamentos periódicos a todos os funcionários sobre o conteúdo do Código de Ética; (iii) detecção e interrupção de irregularidades por meio da institucionalização de canal de denúncias independente; (iv) monitoramento contínuo dos riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo o risco de conformidade; (v) revisão periódica de suas normas

5.3 Programa de integridade

e procedimentos internos; e

(vi) implementação de Comitê Interno de Ética, responsável pela avaliação e resposta de questões de ética e integridade da Companhia.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

- Compliance Corporativo & Regulatório: é responsável por garantir o cumprimento de obrigações relevantes por meio de um programa de integridade, conscientizando as áreas envolvidas e verificando a aderência da Companhia às obrigações legais, regulatórias, contratuais, de governança e internas relevantes. Suas atividades contemplam: (i) revisão de políticas e procedimentos internos; (ii) apuração de relatos recebidos no canal de denúncias e condução de investigações internas; (iii) reporte ao Comitê Interno de Ética dos assuntos de competência do órgão; (iv) definição de procedimentos de contratação e monitoramento de terceiros; (v) controles de brindes, doações e patrocínios; (vi) realização de treinamentos sobre assuntos de integridade; e (vii) monitoramento contínuo das ações de integridade.

- Comitê Interno de Ética: é composto por sete membros, sendo um dos membros o responsável pela Gerências de GRC (Governança, Riscos e *Compliance*) e os demais membros representantes de áreas diversas áreas e indicados pela Diretoria Executiva. Dentre as responsabilidades do Comitê Interno de Ética estão: (i) aprovar, incentivar e monitorar o programa de integridade da Companhia; (ii) acompanhar ações de disseminação, capacitação e treinamento referente aos códigos, políticas, procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis; (iii) recomendar a aplicação das medidas disciplinares cabíveis referentes aos desvios de conduta mais graves; e (iv) comunicar periodicamente à Diretoria Executiva e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos sobre as suas atividades.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Ética que foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de dezembro de 2022. O Código de Ética define o propósito, visão e valores da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus funcionários, o papel e as responsabilidades da liderança, diretrizes de relacionamento com fornecedores e clientes.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

As disposições do Código de Ética se aplicam, irrestritamente, a todos os funcionários, diretores executivos, membros de comitês e conselheiros da Companhia. Os preceitos estabelecidos devem ser observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros, agentes governamentais e com a sociedade. Além disso, o Código de Ética também se aplica a

5.3 Programa de integridade

parceiros comerciais, estabelecendo os padrões de conduta a serem respeitados.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

São realizados treinamentos periódicos a todos os funcionários e administradores a respeito do Código de Ética e normas relacionadas ao tema.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Ética prevê a adoção das seguintes medidas disciplinares em caso de violações: (i) advertência oral; (ii) advertência por escrito; (iii) suspensão; (iv) demissão; (v) término antecipado da relação com o terceiro infrator; ou (vi) medidas legais relacionadas a ressarcimento dos danos.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética foi devidamente aprovado e revisado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de dezembro de 2022 e está disponível no site de RI Companhia, na intranet da Companhia, e no website do Canal de Denúncias (<https://canaldeetica.com.br/cea/>).

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Reformulado em 2021, o Canal de Ética agora é um canal unificado para o acesso de todos os stakeholders da C&A. É um canal exclusivo para comunicação segura e, se desejada, anônima, de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios éticos e padrões de conduta e/ou a legislação vigente. O acesso ao canal de comunicação se dá pelo website <https://canaldeetica.com.br/cea/> (disponível em português, inglês e espanhol) ou pelo telefone 0800 591 8819.

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias é terceirizado. As informações registradas são recebidas pela empresa independente e especializada, assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação pelo *Compliance* Corporativo & Regulatório da C&A, sem conflitos de interesses.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros, como: clientes, fornecedores, parceiros, agentes governamentais e com a sociedade em geral.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O Código de Ética determina que a Companhia não tolerará qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e compromete-se a proteger sua

5.3 Programa de integridade

identidade, caso assim o denunciante prefira. Adicionalmente, o canal de denúncias não solicita os dados pessoais do denunciante, e pode ocultar as informações do relato recebido para quem irá realizar a apuração, de modo que se mantenha o anonimato.

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O órgão responsável pela apuração de denúncias é pilar de *Compliance* Corporativo & Regulatório, que poderá contar com especialistas ou terceiros para auxiliá-la com tal função caso seja necessário.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não adota procedimentos específicos para identificação de vulnerabilidades em processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, visto que não se trata de acontecimentos comuns em seu dia-a-dia. Sem prejuízo, na hipótese de ocorrência dos casos citados, a Companhia efetuará a contratação de serviços especializados (consultorias, auditorias e avaliações jurídicas, conforme aplicável) para a condução de processos de “Due Diligence” de todos os aspectos necessários para a avaliação dos riscos envolvidos nas operação.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alteração significativa na natureza dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na Política de Gerenciamento de Riscos adotada em relação ao último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante e que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COFRA INVESTMENTS S.A.R.L.						
06.049.145/0001-63	Luxemburgo	Não	Sim	14/11/2024		
Sim	FERNANDO GARCIA BROSSI		Física	214.387.588-63		
80.363.049	26,071	0	0,000	80.363.049	26,071	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
COFRA LATIN AMERICA LTDA						
05.236.528/0001-88	Brasil	Não	Sim	24/10/2019		
Não						
17.121	0,006	0	0,000	17.121	0,006	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
INCAS SARL						
06.049.146/0001-08	Luxemburgo	Não	Sim	14/11/2024		
Sim	FERNANDO GARCIA BROSSI		Física	214.387.588-63		
80.939.166	26,258	0	0,000	80.939.166	26,258	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
3.324.126	1,078	0	0,000	3.324.126	1,078	
OUTROS						
143.601.606	46,587	0	0,000	143.601.606	46,587	
TOTAL						
308.245.068	100,000	0	0,000	308.245.068	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COFRA INVESTMENTS S.A.R.L.				06.049.145/0001-63		
Cofra Holding AG						
	Suíça	Não	Não	25/08/2021		
Não	FERNANDO GARCIA BROSSI		Física	214.387.588-63		
80.000	100,000	0	0,000	80.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
80.000	100,000	0	0,000	80.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COFRA LATIN AMERICA LTDA				05.236.528/0001-88		
COFRA INVESTMENTS S.A.R.L.						
06.049.145/0001-63	Luxemburgo	Não	Sim	19/04/2023		
Sim	FERNANDO GARCIA BROSSI		Física	214.387.588-63		
3.505.413	50,000	0	0,000	3.505.413	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
INCAS SARL						
06.049.146/0001-08	Luxemburgo	Sim	Sim	19/04/2023		
Sim	FERNANDO GARCIA BROSSI		Física	214.387.588-63		
3.505.414	50,000	0	0,000	3.505.414	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COFRA LATIN AMERICA LTDA				05.236.528/0001-88		
7.010.827	100,000	0	0,000	7.010.827	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INCAS SARL				06.049.146/0001-08	
Cofra Holding AG					
	Suíça	Não	Sim	25/08/2021	
Não	FERNANDO GARCIA BROSSI		Física	214.387.588-63	
24.000	100,000	0	0,000	24.000	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
24.000	100,000	0	0,000	24.000	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Cofra Holding AG						
FAMÍLIA BRENNINKMEIJER						
	Suíça	Sim	Sim	28/01/2021		
Sim	FERNANDO GARCIA BROSSI		Física	214.387.588-63		
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Cofra Holding AG						
FAMÍLIA BRENNINKMEIJER						
	Suíça	Sim	Sim	28/01/2021		
Sim	FERNANDO GARCIA BROSSI		Física	214.387.588-63		
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COFRA INVESTMENTS S.A.R.L.				06.049.145/0001-63		
COFRA HOLDING AG						
05.565.819/0001-10	Suíça	Não	Sim	25/08/2021		
Sim	FERNANDO GARCIA BROSSI		Física	214.387.588-63		
80.000	100,000	0	0,000	80.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
80.000	100,000	0	0,000	80.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INCAS SARL				06.049.146/0001-08	
COFRA HOLDING AG					
05.565.819/0001-10	Suíça	Não	Sim	25/08/2021	
Sim	FERNANDO GARCIA BROSSI		Física	214.387.588-63	
24.000	100,000	0	0,000	24.000	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
24.000	100,000	0	0,000	24.000	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COFRA HOLDING AG				05.565.819/0001-10		
FAMÍLIA BRENNINKMEIJER						
	Suíça	Sim	Sim	28/01/2021		
Sim	FERNANDO GARCIA BROSSI		Física	214.387.588-63		
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COFRA HOLDING AG				05.565.819/0001-10		
FAMÍLIA BRENNINKMEIJER						
	Suíça	Sim	Sim	28/01/2021		
Sim	FERNANDO GARCIA BROSSI		Física	214.387.588-63		
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2025
Quantidade acionistas pessoa física	25.898
Quantidade acionistas pessoa jurídica	7
Quantidade investidores institucionais	782

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

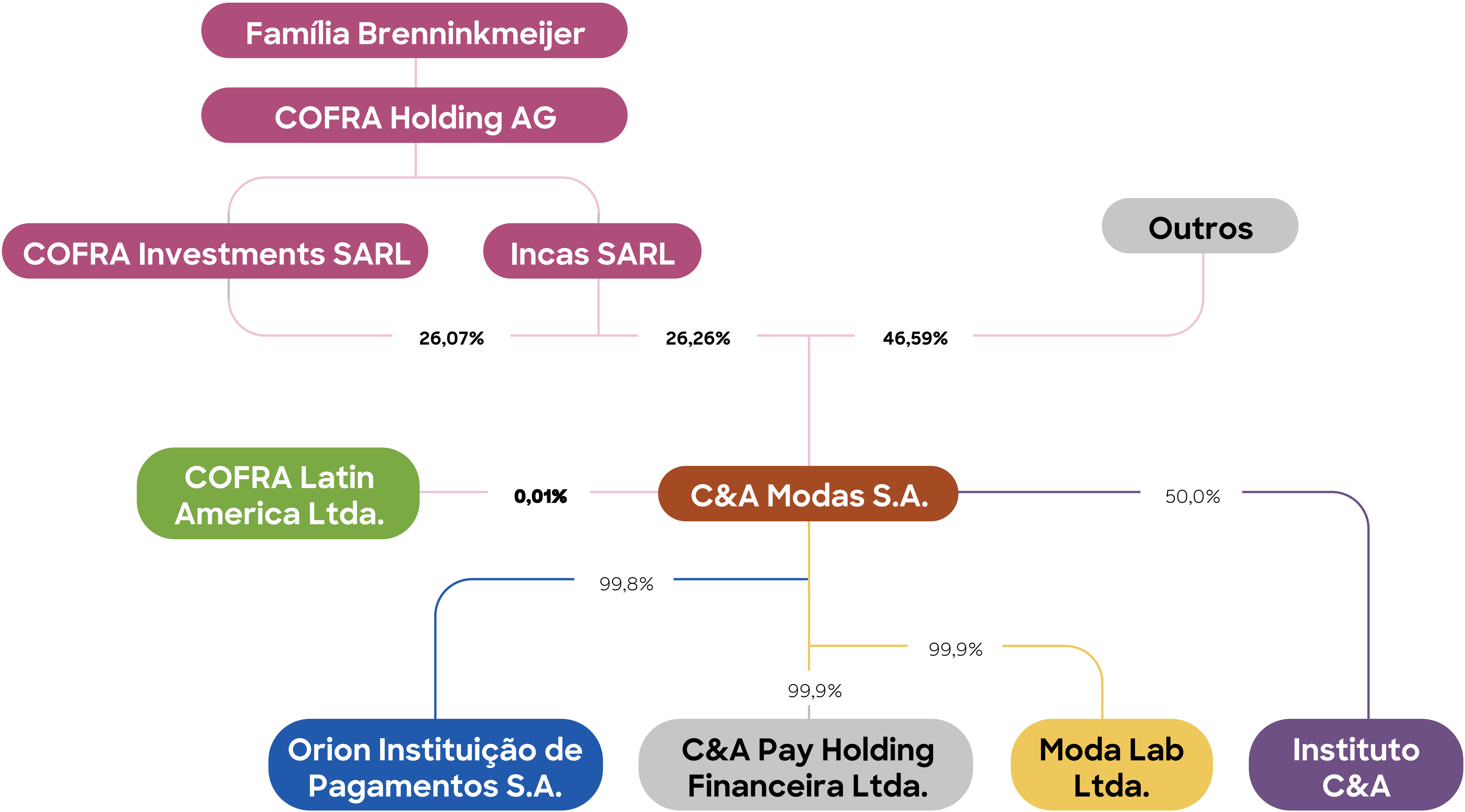
Quantidade ordinárias	138.420.009	44,906%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	138.420.009	44,906%

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ORION INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.	06.982.609/0001-90	99,800000
C&A PAY HOLDING FINANCEIRA LTDA	48.988.862/0001-09	99,990000
MODA LAB LTDA	46.280.334/0001-67	99,000000

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

ESTRUTURA SOCIETÁRIA



6.6 Outras informações relevantes

Em complementação às informações prestadas nas seções 6.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que a COFRA Holding AG (“COFRA”) é detida integralmente por membros da Família Brenninkmeijer (“Família”).

Apesar disso, nenhum dos membros da Família detém mais de 5% das ações da COFRA, em razão da dispersão das ações entre os mesmos. Dessa forma, considerando a dispersão das ações da COFRA e a ausência de acordo de acionistas ou de voto, bem como qualquer outro tipo de pacto e/ou contrato que tenha por objeto o exercício de poder de controle pelos acionistas, a COFRA não tem acionista ou grupo de acionistas controlador.

Em que pese a COFRA estar sujeita ao regime jurídico da Suíça, para fins de elaboração das seções 6.1/2 deste Formulário de Referência, levamos em conta a seguinte definição de acionista controlador: a pessoa natural ou jurídica ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que (i) seja titular de direitos de acionista que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76. Nesse sentido, é possível afirmar que (i) nenhum dos membros da família detém mais de 5% das ações da COFRA; (ii) não há acordo de acionistas ou de voto bem como qualquer outro tipo de pacto e/ou contrato que tenha por objeto o exercício de poder de controle pelos acionistas que os vincule; e que, portanto, (ii) a COFRA não possui acionista controlador. Por fim, vale apontar que as decisões estratégicas e as orientações de voto dos acionistas controladores diretos da Companhia não partem da COFRA em si, mas sim do Conselho de Administração da C&A Modas S.A. (“C&A Brasil”).

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7. Assembleia e Administração

7.1. As principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor:

A Companhia é administrada: (i) pelo Conselho de Administração, (ii) pela Diretoria Estatutária; (iii) pelos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração ("Comitês" ou "Comitês de Assessoramento"), quais sejam: Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças ("CARF"), Comitê de Estratégia ("CE"), Comitê Gente e ASG ("CGASG") e Comitê de Serviços Financeiros ("CSF"); e (iv) Conselho Fiscal, quando instalado pela assembleia geral dos acionistas ("Assembleia Geral").

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ("CAD")

É um órgão estatutário, de natureza colegiada e será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei, pelo [Estatuto Social](#) e do seu [regimento interno](#).

DIRETORIA ESTATUTÁRIA ("DE")

É um órgão estatutário, de natureza colegiada e será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, acionistas ou não, os quais serão eleitos com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos e destituídos a qualquer tempo por deliberação do Conselho de Administração, sendo designados: (i) um Diretor Presidente, (ii) um Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores, e (iii) os demais diretores sem designação específica.

A Diretoria Estatutária tem a função primordial de administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei, pelo [Estatuto Social](#) e do seu [regimento interno](#).

CONSELHO FISCAL ("CF")

É um órgão estatutário, de natureza colegiada e funcionamento não permanente, que age de forma independente dos demais órgãos da administração e dos auditores independentes da Companhia, tendo como objetivo fiscalizar a gestão dos administradores durante cada período de funcionamento, exercendo todos os poderes, as funções, as atribuições e as prerrogativas previstas na legislação aplicável, no Estatuto Social e no seu regimento interno.

O Conselho Fiscal será instalado por Assembleia Geral, a pedido dos acionistas, sendo que cada período de funcionamento se inicia com a sua instalação e termina na primeira assembleia geral ordinária após a sua instalação. Quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, cujo mandato será

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

coincidente com o período de funcionamento do órgão e funcionará em conformidade com o regimento interno e legislação aplicável em vigor.

Em 2022, o Conselho Fiscal foi instalado, com a composição de 3 (três) membros efetivos e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas realizada em 28 de abril de 2022, com mandato unificado que se encerra na Assembleia Geral Ordinária de 2023.

Em 2023, o Conselho Fiscal foi instalado, com a composição de 3 (três) membros efetivos e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas realizada em 28 de abril de 2023, com mandato unificado que se encerra na Assembleia Geral Ordinária de 2024.

Em 2024, não houve a instalação do Conselho Fiscal, conforme Assembleia Geral Ordinária de 2024 realizada em 26 de abril de 2024.

Para mais informações sobre descrições, competências e atribuições do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, vide Estatuto Social e respectivos regimentos internos, conforme o caso, disponíveis para consulta dos Acionistas a partir desta data, no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.cea.com.br/>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (www.b3.com.br).

Para mais informações sobre os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, vide item 7.2 (a) deste Formulário de Referência.

(a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui, em complemento com o Estatuto Social, uma "*Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária*" ("[Política de Indicação](#)"), a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 2 de outubro de 2019 e visa determinar os critérios para composição do Conselho de Administração, dos Comitês de assessoramento e Diretoria da Companhia, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência, quais são:

- (i) o Conselho de Administração deverá ser composto considerando a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e de gênero para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança, bem como por mínimo, 2 (dois) ou 1/3 (um terço) , o que for maior, conforme a definição da regulamentação vigente e do Regulamento do Novo Mercado;
- (ii) a Diretoria Executiva deverá ser composta considerando a diversidade, inclusive de gênero, almejando sua ocupação por pessoas com competências complementares e habilidades para implementar as estratégias, enfrentar os desafios e atingir os objetivos da Companhia, bem como visando formar um grupo alinhado com os princípios e valores da Companhia; e
- (iii) a Comitês de Assessoramento deverão ser compostos considerando os critérios estabelecidos na Política, bem como as diretrizes e atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia quando de sua instalação.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e dos Comitês de Assessoramento deverão considerar ainda:

- (i) alinhamento e comprometimento com os princípios, valores, cultura da Companhia, seu Código de Ética e suas políticas internas;
- (ii) visão estratégica;
- (iii) disposição para defender seu ponto de vista a partir de julgamento próprio;
- (iv) capacidade de comunicação;
- (v) capacidade de trabalhar em equipe;
- (vi) conhecimento das melhores práticas de governança corporativa;
- (vii) capacidade de interpretar relatórios gerenciais, contábeis e financeiros e não financeiros;
- (viii) reputação ilibada;
- (ix) formação acadêmica compatível com as atribuições de Conselheiro(a) ou experiência profissional mínima, tendo exercido funções similares àquelas a serem desempenhadas no mandato de Conselheiro(a) ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação;
- (x) estar isento de conflito de interesse com a Companhia (não administrável, não pontual ou situacional, que seja, ou espera-se que seja, permanente) e constantemente atento aos assuntos da organização; e
- (xi) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade de Conselheiro(a), que vai além da presença nas reuniões do Conselho e da leitura prévia da documentação.

O referido documento está disponível para consulta dos Acionistas a partir desta data, no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.cea.com.br/>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (www.b3.com.br).

(b) se há mecanismos de avaliação de desempenho informando, em caso positivo:

Sim, há mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês, conforme constante de seus respectivos regimentos internos e/ou indicado abaixo.

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

Conselho de Administração: o Conselho de Administração realiza, no mínimo, a cada 1 (um) ano, a avaliação formal de seu desempenho, como órgão colegiado, do(a) Presidente do Conselho e dos(as) Conselheiros(as), individualmente considerados. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, qualquer membro do Conselho de Administração que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

Diretoria: a Diretoria realiza, anualmente, a avaliação formal de desempenho individual de cada um dos membros da Diretoria, sendo elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os Diretores que estiverem na função por, pelo menos, 1 (um) ano.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Comitês: os Comitês são avaliados anual e individualmente pelos membros do Conselho de Administração, sendo elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, qualquer membro do Conselho de Administração que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

Conselho de Administração: o processo de avaliação do Conselho de Administração é conduzido pelo próprio Conselho de Administração e monitorado pelo Presidente do referido órgão. A avaliação é realizada pela Secretaria de Governança que poderá contar com o auxílio do Comitê de Gente e ASG e/ou do executivo responsável pela área de recursos humanos da Companhia, sendo facultativa a utilização de assessoria externa especializada. O resultado da avaliação do Conselho de Administração é divulgado a todos os seus membros.

Diretoria: o processo de avaliação é conduzido com o suporte do responsável pela área de recursos humanos da Companhia ("Responsável de RH"), sendo o Diretor Presidente avaliado, individualmente, pelos membros do Conselho de Administração e os demais Diretores avaliados, individualmente, pelo Diretor Presidente. Os resultados das avaliações são apresentados pelo Responsável de RH, preliminarmente, para análise e discussão do CRHS e após, para discussão e aprovação formal do Conselho de Administração, cujos resultados conclusivos será disponibilizada à pessoa em questão.

Comitês: o processo de avaliação dos Comitês é estruturado levando em consideração o seu desempenho, incluindo sua eficácia e o cumprimento do seu respectivo regimento interno. Cada membro responde um questionário sobre estes temas; as respostas são tabuladas e os resultados são discutidos por todos os membros, bem como pelo Conselho de Administração.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

Em relação ao ano de 2023, a Companhia contratou a consultoria Egon Zehnder para avaliar a eficácia do processo de avaliação de desempenho de seu Conselho de Administração.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os membros do Conselho de Administração devem respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações e na "Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesses" da Companhia ("Política de Transações e Conflitos de Interesse").

Ainda, de acordo com a Política de Transações e Conflitos de Interesse, nas situações em que as transações com partes relacionadas necessitem de aprovação nos termos de referida Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas.

O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e à Política de Transações e Conflitos de Interesse, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

Para maiores detalhes, vide item 11.2 (n) deste Formulário de Referência.

(d) por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Órgão da ADM	Feminino	Masculino	Não binário	Outro	Prefere não responder	N/A
Diretoria	1	4	0	0	0	0
CAD – Efetivo	2	3	0	0	0	0
CAD- Suplente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
CF – Efetivo	0	0	0	0	0	0
CF- Suplente	0	0	0	0	0	0
Total	3	7	0	0	0	0

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Órgão da ADM	Amarelo	Branco	Parda	Indígena	Outros	Prefere não responder	N/A
Diretoria	0	5	0	0	0	0	0
CA – Efetivo	0	5	0	0	0	0	0
CA- Suplente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
CF – Efetivo	0	0	0	0	0	0	0
CF- Suplente	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	10	0	0	0	0	0

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não aplicável.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não se aplica.

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Companhia possui uma governança para os temas climáticos que segue a estrutura hierárquica de gerenciamento de riscos corporativos, trabalhando os temas de maneira integrada, por meio da qual conta com um modelo de gestão de riscos estruturado para identificar, mensurar e, se necessário, mitigar os riscos aos quais está exposta. Por meio da Política de Gerenciamento de Riscos, detalharam-se as atividades dos órgãos de governança corporativa e de gestão envolvidos no processo de tratamento de riscos.

O Conselho de Administração é responsável pela governança do processo local de gerenciamento de riscos, para que a Companhia seja gerenciada de maneira consciente e diligente, conforme as seguintes atribuições e responsabilidades:

- (i) Aprovar as diretrizes da Política Corporativa de Gerenciamento de Riscos;
- (ii) Decidir pela estrutura funcional e atribuições dos Comitês e áreas relacionadas à gestão de riscos;
- (iii) Definir uma tolerância de risco apropriada; e
- (iv) Supervisionar e aprovar planos de resposta a riscos, quando necessário.

A análise de riscos é uma atividade contínua dentro da Companhia, que avalia periodicamente os potenciais riscos e também os impactos climáticos. Em relação aos riscos socioambientais, a Companhia considera perdas decorrentes de efeitos negativos de suas atividades e operações sobre a sociedade, incluindo as mudanças climáticas.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	1	2	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	1	2	0	0	0
TOTAL = 16	5	11	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	2	0	1	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 16	0	15	0	1	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

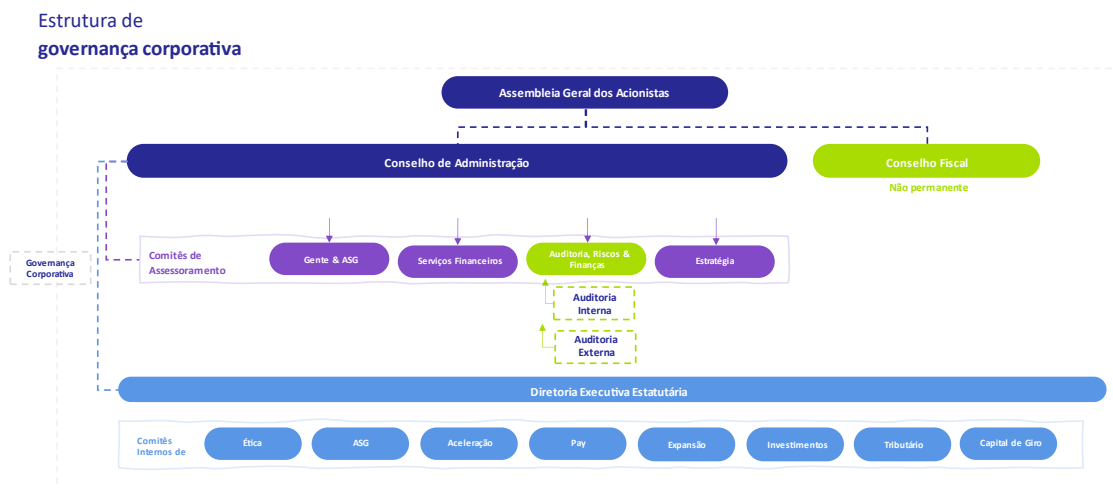
7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração:

O Conselho de Administração, nos termos do seu Estatuto Social e para o melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia, sendo de sua competência a aprovação do regimento interno dos comitês ou grupos de trabalho eventualmente criados, bem como a eleição dos membros.

Atualmente, a estrutura administrativa da Companhia conta com 4 (quatro) comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: (a) Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças ("CARF"), um Comitê de Estratégia ("CE"), um Comitê Gente e ASG ("CGASG") e um Comitê de Serviços Financeiros ("CSF"), dos quais apenas o CARF é estatutário.

Abaixo, apresentamos o organograma e as suas respectivas atribuições dos comitês de assessoramento:



CARF - Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças:

A Companhia possui um Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças estatutário, instituído em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019, que é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

O CARF será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração,, sendo que ao menos 1 (um) membro será conselheiro independente e que ao menos 1 (um) membro tenha reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, sendo que o mesmo membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

pode acumular ambas as características, bem como que a maioria dos membros deve ser independente, com mandato unificado de 01 (um) ano, sendo possível a reeleição.

Para mais informações sobre descrições, competências e atribuições do CARF, vide seu regimento interno, disponível para consulta dos Acionistas a partir desta data, no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.cea.com.br/>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (www.b3.com.br).

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao CARF, entre outras matérias previstas na legislação e regulamentações e no seu regimento interno aplicáveis:

- (a) (a¹) opinar ao Conselho de Administração na seleção e contratação ou destituição dos serviços de auditoria independente da Companhia; (a²) supervisionar os auditores independentes, monitorando a efetividade dos trabalhos e sua independência; (a³) avaliar o plano anual de trabalho da auditoria independente e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração; e (a⁴) aprovar, previamente à deliberação do Conselho de Administração, eventuais serviços de auditoria ou extra auditoria prestados pelo auditor independente;
- (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia;
- (e) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e
- (f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e
- (g) outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Conselho de Administração e estabelecidas no regimento interno do Comitê de Auditoria.

Ainda, de acordo com o regimento interno do CARF, o CARF é responsável por assessorar o Conselho de Administração em relação às suas responsabilidades de monitoramento e supervisão: (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras anuais emitidas pela C&A e sua aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias pertinentes, (ii) dos processos relativos à gestão de riscos, controles internos, *compliance* e auditoria interna; (iii) das atividades dos auditores independentes e (iv) do acompanhamento do canal de denúncias; bem como do acompanhamento dos assuntos relacionados ao monitoramento de riscos e controles internos. Com a encerramento do Comitê de Finanças, o CARF passou a apoiar o Conselho de Administração na orientação e acompanhamento dos assuntos relacionados à gestão financeira, contabilidade, tesouraria, orçamento e investimentos a partir de 02 de maio de 2023.

A auditoria interna da Companhia ("**Auditoria Interna**") está vinculada e subordinada diretamente ao CARF e tem como principais atribuições (a) avaliar os riscos dos principais processos e os controles utilizados na mitigação desses riscos e (b) verificar o cumprimento das políticas e dos procedimentos determinados pela Diretoria, inclusive aqueles voltados para

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

elaboração das demonstrações financeiras e operacionais.

A Ernest & Young Auditores Independentes S/S Ltda. é a empresa de auditoria independente da Companhia ("**Auditor Independente**") responsável por: (a) examinar as demonstrações financeiras e (b) emitir opinião a respeito do seu preparo e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). É independente, ou seja, não está vinculada a nenhum órgão da Companhia, todavia cabe ao CARF: (i) monitorar e supervisionar a efetividade dos trabalhos e independência dos auditores, bem como (ii) avaliar, discutir e reportar ao Conselho de Administração o planejamento/ escopo anual de trabalho.

CE - Comitê de Estratégia

A Companhia possui um Comitê de Estratégia, não estatutário, instituído em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de maio de 2023, que é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

O Comitê será composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, devendo ter em sua composição membros do Conselho de Administração e membros externos com experiência e conhecimentos profissionais específicos, com mandato unificado de 01 (um) ano, sendo possível a reeleição.

Nos termos do seu Regimento Interno, o CE é responsável por auxiliar o Conselho de Administração na definição, construção e revisão de diretrizes, planos e projetos estratégicos e de investimentos relevantes, visando apoiar e contribuir para o direcionamento e monitoramento da estratégia corporativa da Companhia, observados os parâmetros e diretrizes aprovados pelo Conselho de Administração. Compete ainda ao CE: (a) analisar, revisar e opinar acerca das diretrizes, planos e projetos de negócios e estratégicos, inclusive aqueles relacionados às estratégias de canais, posicionamento e gestão de marca, portfólio e experiência do consumidor, transformação digital, expansão e diversificação do negócio, serviços, entre outros que constituam competência ao Conselho de Administração; (b) analisar, revisar e opinar o plano de investimentos proposto pela Diretoria que tenham relevância no negócio da Companhia, monitorando a sua execução; e (c) acompanhar a implementação e execução dos planos, programas e projetos mencionados nos itens acima.

Para mais informações sobre descrições, competências e atribuições do CE, vide seu regimento interno, disponível para consulta dos Acionistas a partir desta data, no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.cea.com.br/>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (www.b3.com.br).

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

CGASG - Comitê Gente e ASG

A Companhia possui um Comitê de Gente & ASG, não estatutário, instituído em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de janeiro de 2021, que é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

O Comitê Gente e ASG é composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, devendo ter em sua composição membros do Conselho de Administração e membros externos com experiência e conhecimentos profissionais específicos, com mandato unificado de 01 (um) ano, sendo possível a reeleição.

Nos termos do seu Regimento Interno, o CGASG é responsável por auxiliar o Conselho de Administração nos temas relacionados à(ao): (a) pessoas, (b) remuneração, (c) estrutura organizacional, (d) planejamento sucessório, (e) avaliação e processo de indicação e seleção dos membros dos órgãos de governança da Companhia e (f) ASG, assegurando o alinhamento à estratégia da Companhia e às melhores práticas, inclusive mitigando os impactos ambientais e promovendo a diversidade, equidade e ambiente inclusivo.

Compete ainda ao CGASG:

- (a) analisar, opinar e propor ao Conselho de Administração, as diretrizes das políticas, modelos e mecanismos, bem como o pacote de remuneração e demais benefícios e incentivos a serem atribuídos ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento e Diretoria, com base nas melhores práticas do mercado bem como responsabilidades e desempenho individuais e da Companhia;
- (b) analisar, opinar e propor ao Conselho de Administração: (i) a proposta de remuneração global anual da administração da Companhia elaborada pela Diretoria, bem como dos Comitês de Assessoramento e a sua respectiva distribuição, (ii) a revisão da Política de Indicação e da "Política de Remuneração dos Executivos da Companhia" ("Política de Remuneração");
- (c) analisar e revisar, periodicamente, a estrutura organizacional da Companhia, assegurando a sua compatibilidade com seus objetivos estratégicos, de crescimento e de resultados, observando os fatores chave de sucesso dos negócios;
- (d) monitorar os processos de seleção de membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e do Diretor Presidente, e apoiar o Diretor Presidente nesses processos relativos aos demais membros da Diretoria;
- (e) apoiar o Conselho de Administração na estruturação e acompanhamento do plano de sucessão do Diretor Presidente e na avaliação e supervisão do plano de sucessão dos demais membros da Diretoria;
- (f) auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento do processo de avaliação de desempenho do Diretor Presidente e dos demais diretores;
- (g) analisar e opinar sobre o plano anual de participação nos resultados da Companhia;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- (h) auxiliar na definição dos critérios e métricas das metas do Diretor Presidente e a de seus subordinados, monitorando o seu atingimento;
- (i) analisar e opinar acerca do programa de bônus e, conforme o caso, da concessão de bônus aos membros da administração;
- (j) propor ao Conselho, para subsequente submissão aos Acionistas, a elaboração/revisão do plano de opções de compra de ações ("SOP") e dos respectivos programas propondo as condições, valores etc. e a sua distribuição (outorgas individuais) dentre administradores, executivos e terceiros elegíveis, bem como qualquer outro plano de incentivo a longo prazo;
- (k) avaliar e monitorar a cultura e o clima organizacional, incluindo os indicadores da pesquisa de engajamento, por meio de métricas e metodologias tais como o eNPS (Employee Net Promoter Score);
- (l) analisar e opinar a respeito das metas, estratégias e planos de Ambiental, Social e Governança da Companhia; e analisar e, conforme o caso, submeter ao Conselho assuntos envolvendo questões de ASG que representem riscos ou possam ter impacto relevante à Companhia, assegurando a evolução às melhores práticas e o cumprimento das legislações aplicáveis, bem como monitorando o desempenho da Companhia acerca do desenvolvimento sustentável, diversidade e inclusão.

Para mais informações sobre descrições, competências e atribuições do CGASG, vide seu regimento interno, disponível para consulta dos Acionistas a partir desta data, no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.cea.com.br/>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (www.b3.com.br).

CSF - Comitê de Serviços Financeiros:

A Companhia possui um Comitê de Serviços Financeiros, não estatutário, instituído em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2021, que é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Serviços Financeiros é composto por, no mínimo, 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, devendo ter em sua composição membros do Conselho de Administração e membros externos com experiência e conhecimentos profissionais específicos, com mandato unificado de 01 (um) ano, sendo possível a reeleição.

Nos termos do seu Regimento Interno, o CSF é responsável por auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento e supervisão das atividades relacionadas aos produtos e serviços financeiros, inclusive da carteira de crédito e Provisão para Devedores Duvidosos ("PDD"), assegurando o alinhamento à estratégia da Companhia e às melhores práticas e aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias e à declaração de apetite a riscos da Companhia.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Compete ainda ao CSF:

- (a) avaliar e recomendar ao Conselho a aprovação da Declaração por Apetite por Riscos ("RAS") proposta pela Diretoria, examinando periodicamente e assegurando que esteja compatível com seus objetivos estratégicos, de crescimento e de resultados;
- (b) assegurar que a Diretoria esteja sempre atualizada em relação às principais normas legais, estatutárias e regulatórias das atividades de Serviços Financeiros, e que acompanhe com regularidade potenciais alterações dessas normas que estejam sendo discutidas pelo mercado e pelas autoridades;
- (c) avaliar e recomendar ao Conselho a aprovação da estrutura legal da atividade de Serviços Financeiros proposta pela Diretoria;
- (d) apoiar a Diretoria na formulação da estratégia de funding das operações, sempre avaliando as possíveis estruturas alternativas e sua adequação em termos de volume e condições de prazo e custo;
- (e) examinar periodicamente e sugerir alterações, quando cabíveis, nas estratégias relacionados a: (i) modelo de negócios; (ii) portfólio de Produtos; e (iii) parcerias para a exploração de produtos e/ou serviços financeiros propostos pelo Diretoria, para assegurar que estejam compatíveis com seus objetivos estratégicos, de crescimento e de resultados;
- (f) avaliar e recomendar ao Conselho a aprovação da estratégia relacionada ao: (i) modelo de negócios; (ii) portfólio de produtos; e (iii) parcerias para a exploração de produtos e/ou serviços financeiros propostos pela Diretori; e
- (g) avaliar e recomendar ao Conselho a aprovação das alçadas propostas pela Diretoria;
- (h) monitorar periodicamente os resultados das operações dos serviços financeiros, com foco em: vendas, margens, crédito, EBITDA e cashflow, por meio de métricas apropriadas; e
- (i) monitorar o desempenho do mercado de Serviços Financeiros em geral, e, em particular, o dos concorrentes diretos.

Para mais informações sobre descrições, competências e atribuições do CSF, vide seu regimento interno, disponível para consulta dos Acionistas a partir desta data, no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.cea.com.br/>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (www.b3.com.br).

Governança Corporativa

É um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal (quando instalado), à Diretoria Estatutária da Companhia ("Diretoria Estatutária") e aos seus comitês de assessoramento a estes, atualmente vinculado à Diretoria Executiva e tem como uma das suas principais responsabilidade auxiliar os órgãos nos processos de governança corporativa da Companhia, no funcionamento de suas atividades e no aprimoramento das melhores práticas.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Demais Comitês

Além dos Comitês de Assessoramento ao Conselho detalhados acima, atualmente a Companhia possui comitês internos de assessoramento à Diretoria Estatutária. Destacamos, dentre outros instalados:

Comitê Interno de ASG

O Comitê Interno de ASG ("CIASG") é um órgão interno, de assessoramento e vinculado à Diretoria Estatutária que tem como principais atribuições, auxiliar nas atividades, responsabilidades e compromissos relacionados aos temas ambientais, sociais e de governança.

Compete ao CIASG:

- (a) acompanhar, periodicamente, os indicadores, compromissos, resultados e relatórios da Companhia relacionados ao tema ASG;
- (b) revisar periodicamente e propor à Diretoria a matriz de materialidade, as metas e o plano estratégico de sustentabilidade da Companhia;
- (c) validar e opinar, previamente à Diretoria, acerca dos planos de ações relativos ao ingresso/melhor posicionamento da Companhia em "Índices", "Ratings", "Protocolos", "Princípios", "Acordos" e "Tratados", nacionais ou internacionais, relacionados com ASG;
- (d) validar os projetos vinculados ao plano estratégico de sustentabilidade da Companhia, bem como acompanhar a sua execução;
- (e) opinar, previamente à Diretoria, acerca dos relatórios, comunicações institucionais, iniciativas com repercussão pública e/ou quaisquer compromissos externos a serem assumidos pela Companhia relativos aos temas de ASG;
- (f) acompanhar a aderência da Companhia ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("ODS") da Organização das Nações Unidas;
- (g) validar e opinar, previamente à Diretoria, acerca campanhas institucionais voltadas ao envolvimento e engajamento da Companhia com as questões ASG;
- (h) incentivar a evolução das práticas de ASG nos negócios e nas operações da Companhia;
- (i) opinar, previamente, a contratação de profissionais especializados, assessorias e consultorias relacionadas aos temas ASG;
- (j) monitorar as ações sociais da Companhia, inclusive por meio do Instituto C&A;
- (k) analisar e opinar, previamente à Diretoria, acerca de propostas de normas e procedimentos internos e corporativos relacionados às questões de ASG, incluindo, mas não se limitando a políticas sobre sustentabilidade, diversidade e equidade e gestão de riscos socioambientais;
- (l) acompanhar e reportar à Diretoria assuntos envolvendo sustentabilidade que possam ou apresentem riscos e impactos relevantes para os negócios, resultados de longo prazo ou relacionamento com stakeholders e imagem da Companhia;
- (m) acompanhar e reportar à Diretoria as análises dos riscos ambientes e sociais e dos respectivos planos de gerenciamento, se existentes; e
- (n) mapear e estabelecer competências, juntamente com o Comitê Interno de Ética da Companhia, para responder aos desvios de conduta que configurem infrações aos direitos humanos e ao meio ambiente.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Comitê Interno de Ética

O Comitê Interno de Ética ("CIE") é um órgão interno, de assessoramento e vinculado à Diretoria Estatutária que tem como responsabilidade auxiliar a Diretoria e o CARF em suas atividades, responsabilidades e compromissos relacionados a Compliance Corporativo e Ética.

Compete ao CIE:

- (a) assegurar à Companhia a sustentabilidade de seus negócios e sua boa reputação por meio do alinhamento de suas estratégias, ações e condutas com princípios éticos e de cumprimento às leis;
- (b) deliberar, sempre que aplicável a depender da criticidade e natureza da infração, a respeito das penalidades e medidas cabíveis referentes aos desvios de conduta apurados pelo time de Compliance Corporativo e Ética, promovendo a prevenção e correção de comportamentos ilegais ou em desconformidade com o Código de Ética e políticas da Companhia
- (c) analisar indicadores relativos às atividades desenvolvidas do Compliance Corporativo e Regulatório ("CC&R");
- (d) monitorar o CC&R quanto à adequada disseminação de uma cultura ética e de integridade, bem como do conhecimento e o cumprimento do Código de Ética e políticas da Companhia, promovendo as ações de formação e comunicação que considerar apropriadas;
- (e) deliberar a respeito do Programa de Integridade da Companhia, bem como acompanhar sua execução e avaliação de seu cumprimento;
- (f) monitorar o planejamento e condução por CC&R dos programas de treinamento adequados para todos os profissionais da Companhia, sobre os deveres impostos pelo Código de Ética e políticas, com periodicidade suficiente para garantir a atualização do conhecimento;
- (g) analisar propostas de normas e procedimentos corporativos relacionados às questões de ética a serem encaminhadas para avaliação e deliberação da Diretoria Estatutária, do CARF ou do Conselho de Administração;
- (h) identificar, abordar e levar ao conhecimento do Diretoria Estatutária e do CARF, conforme o caso, assuntos envolvendo ética que representem riscos ou possam ter impacto relevante para os negócios, resultados de longo prazo, ou relacionamento com clientes e colaboradores e imagem da Companhia; e
- (i) assegurar a realização de análises de risco relacionados a integridade e ética, sempre alinhadas e quando solicitadas pelo CARF, ou quando julgar necessárias e oportunas para o esforço de prevenção ou respostas aos riscos relacionados ao tema.

Comitê Interno de Aceleração Digital

O Comitê Interno de Aceleração Digital ("CIAD") é um órgão interno, de assessoramento e vinculado à Diretoria Estatutária da Companhia ("Diretoria Estatutária") que tem como principais atribuições, auxiliar na orientação estratégica, impulsionar e coordenar as iniciativas digitais da Companhia, visando acelerar a digitalização e a adoção de tecnologias, promover a cultura digital e garantir que a organização esteja alinhada com as tendências e demandas do ambiente digital em constante evolução.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Comitê Interno de Investimentos

O Comitê Interno Investimentos ("CII") é um órgão interno, de assessoramento e vinculado à Diretoria Estatutária que tem como principais atribuições, auxiliar nas atividades, responsabilidades e compromissos relacionados aos investimentos, em geral, inclusive os relacionados aos projetos e planejamento estratégico da Companhia.

Comitê Interno de Tributário

O Comitê Interno de Tributário ("CIT") é um órgão interno, de assessoramento e vinculado à Diretoria Estatutária que tem como principais atribuições, auxiliar nas atividades, responsabilidades e compromissos relacionados aos temas tributários.

Comitê Interno de Pay

O Comitê Interno de Pay ("CIPay") é um órgão interno, de assessoramento e vinculado à Diretoria Estatutária que tem como principais atribuições, auxiliar nas atividades, responsabilidades e compromissos relacionados aos meios de pagamento da Companhia.

Comitê Interno de Expansão

O Comitê Interno de Expansão ("CIE") é um órgão interno, de assessoramento e vinculado à Diretoria Estatutária que tem como principais atribuições, auxiliar nas atividades, responsabilidades e compromissos relacionados à portfólio, investimentos, abertura e expansão de lojas.

Comitê Interno de Capital de Giro

O Comitê Interno de Capital de Giro ("CICG") é um órgão interno, de assessoramento e vinculado à Diretoria Estatutária que tem como principais atribuições, auxiliar nas atividades, responsabilidades e compromissos relacionados ao capital de giro.

b) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conforme mencionado no item 7.2 "(a)" acima, o monitoramento e supervisão da efetividade dos trabalhos e da independência dos auditores, bem como a avaliação e discussão do planejamento/escopo anual de trabalho pelo Conselho de Administração se dará por meio do auxílio/ atuação do CARF.

Deste mesmo modo e nos termos da *Política Corporativa de Contratação do Auditor Externo* da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de agosto de 2021, ocorre a avaliação do Auditor Independente, a qual é realizada anualmente pelo CARF na reunião seguinte à discussão das demonstrações financeiras anuais e, posteriormente reportada, discutida e validada no Conselho de Administração.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Para mais informações sobre a avaliação e contratação do Auditor Independente, vide a *Política Corporativa de Contratação do Auditor Externo* da Companhia, disponível para consulta dos Acionistas a partir desta data, no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.cea.com.br/>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (www.b3.com.br).

c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Conforme mencionado no item 7.2. "(a)" deste Formulário, a Companhia, com relação: (a) aos temas de ASG conta com auxílio do Comitê de Gente & ASG que, dentre suas atribuições, é responsável por atualizar, periodicamente, o Conselho de Administração; e (b) aos temas relacionados a Compliance Corporativo e Ética, conta com o Comitê Interno de Ética e com o Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças que, dentre suas atribuições, é responsável por atualizar, respectivamente, o Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e Conselho de Administração.

Além disso, a Companhia disponibiliza todos os dias da semana, em três idiomas e de fácil acesso aos seus associados, terceiros e sociedade em geral, um Canal de Ética exclusivo da Companhia ("Canal de Ética" ou "Canal") para receber relatos sobre condutas que violam nosso compromisso com a ética, integridade e transparência. Entre as várias tipologias previstas no Canal, estão tópicos de natureza ambiental, social e de governança. O Canal é um recurso de comunicação seguro e, se desejado, anônimo, gerido por empresa independente e especializada, que assegura a confidencialidade das informações e o tratamento adequado, sem conflitos de interesses, de cada situação.

Todas as denúncias recebidas, via site ou telefone, passam por triagem inicial e, em seguida, são direcionadas para apuração da Companhia. Medidas cabíveis são aplicadas sempre que necessário, sendo que as penalidades adotadas pela Companhia são proporcionais à natureza e gravidade da violação.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome

CRISTINA PRESZ PALMAKA DE LUCA

CPF:

100.484.148-59

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Contadora

Data de Nascimento:

06/09/1968

Experiência Profissional:

A Sra. Cristina atuou como Presidente da SAP América Latina e Caribe desde agosto de 2020 até 31 de março de 2025, depois de ter presidido a SAP Brasil por 7 anos. Possui uma vasta experiência profissional no segmento de TI no Brasil, com foco em inovação e tecnologia. Em sua carreira acumula passagens em empresas como Compaq, Microsoft, HP e Phillips. Ela também é membro do Conselho de Administração da Arcos Dourados, onde atua como agente de governança corporativa, promovendo igualdade e diversidade no ambiente corporativo, articulando uma boa integração entre times. Atua ainda no Conselho de Administração da Eurofarma. É formada em ciências contábeis pela FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado e em administração de empresas pela FGV – Fundação Getulio Vargas, com MBA pela FGV – Fundação Getulio Vargas e a University of Texas.

Declara que: (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, a Sra. Cristina é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	Até a AGO a ser realizada de 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Não	20/10/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

DIEGO SANTANA TRISTÃO

CPF:

004.990.420-50

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Economista

Data de Nascimento:

24/01/1986

Experiência Profissional:

O Sr. Diego é formado em Ciências Econômicas e mestrado em Finanças na Universidade Federal do Rio Grande do Sul Graduação (UFRGS), atuando há mais de 9 anos como gestor na área de finanças e controladoria. O Sr. Diego não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2025	Até a AGO a ser realizada em 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		30/04/2025	Sim	30/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

FERNANDO GARCIA
BROSSI

CPF:

214.387.588-63

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheiro

Data de Nascimento:

29/08/1976

Experiência Profissional:

O Sr. Fernando é formado em engenharia elétrica pelo Instituto Mauá de Tecnologia. Trabalhou por cinco anos (2000-2006) no Banco Citibank, onde desempenhou a função de coordenador de risco de crédito. Posteriormente, foi superintendente de cartões do Banco Ibi, entre 2006 e 2009. Em 2009, se tornou gerente sênior da Companhia, em 2012 se tornou diretor de supply chain, em 2018 se tornou o Diretor de Operações e em 2021 passou a ser o Diretor de Operações e Serviços Financeiros.

Declara que: (i) ocupa o cargo de presidente do Conselho de Administração do Instituto C&A, associação sem fins lucrativos, (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027	Outros Diretores	Diretor Vice-Presidente de Operações e Serviços Financeiros	07/05/2025		28/08/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome FRANCISLEI CASSIO DONATTI

CPF: 137.942.248-50

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Economista

Data de Nascimento: 30/06/1966

Experiência Profissional:

Sr. Francislei trabalha é economista, formado pela Universidade Anchieta, em MBA Fundação Dom Cabral – 2008, e com Leadership na Kellogg School of Management – 2003, em especialização Leading Excellence - IMD Suíça – 2014, Leadership – Sanford University – 2014. Atua na Companhia há 29 anos, sendo que começou quando ainda era estagiário. Se tornou chefe de compras em 2006 e diretor comercial em 2015, tendo antes passado pela Vulcabrás e pela Editora Abril.

Declara que: (i) ocupa o cargo na Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX) e na Cyamprev Sociedade de Previdência Privada, sociedades/organizações do terceiro setor (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027	Outros Diretores	Diretor Vice-Presidente do Comercial	07/05/2025		28/08/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

ISABELLA DE OLIVEIRA
VIANNA CAVALCANTI
WANDERLEY

CPF:

949.606.587-20

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Economista

Data de Nascimento:

02/08/1968

Experiência Profissional:

A Sra. Isabella é uma executiva sênior que desenvolveu a maior parte da sua carreira nas áreas comercial e de marketing e, desde 2021, tem atuado como General Manager da Novo Nordisk Brasil. Ela é uma profunda conhecedora dos setores de consumo e varejo, principalmente do setor de beleza. Ela atuou em empresas de destaque, tanto multinacionais quanto nacionais como L'Oreal, Gillette, The Body Shop e Grupo Boticário. Sua última atuação no Grupo Boticário ocorreu por um período de 10 anos ocupando as posições de Diretora de Marketing e Produtos e Vice-Presidente de Novos Canais. Isabella é graduada em Economia pela PUC-RJ, possui um MBA em Marketing pelo Instituto Tecnológico Autônomo de México e AMP no ISE-IESE. Além disso, é socia minoritária da MUDE Serviços Digitais Ltda. e faz parte do Conselho Diretor da Interfarma – Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa.

Declara que: (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, a Sra. Isabella é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	Até a AGO a ser realizada em 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Não	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

JAMIL SAUD MARQUES

CPF:

312.645.158-63

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheiro

Data de Nascimento:

09/06/1983

Experiência Profissional:

O Sr. Jamil Saud Marques atua como CFO&COO do banco Neon. Antes de se juntar à Neon, atuou como CFO na Cogna Educação, foi membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Vasta Platform, do Comitê de Auditoria da Westwing e exerceu diferentes funções na AES Corporation no Brasil, na McKinsey & Company na América Latina e no banco UBS em São Paulo, Zurique e Londres. Jamil é Engenheiro de Produção formado pela Escola Politécnica da USP, possui MBA pelo INSEAD e Corporate Director Certificate pela Harvard Business School.

Declara que: (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, o Sr. Jamil é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	Até a AGO a ser realizada em 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Não	23/03/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome LAURENCE BELTRÃO GOMES

CPF: 585.750.140-72

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Economista

Data de Nascimento: 04/07/1970

Experiência Profissional:

O Sr. Laurence possui extensa experiência na liderança de áreas financeiras, sendo membro da diretoria de empresas de capital aberto desde 2007. Exerceu o cargo de Vice-Presidente Financeiro e DRI na Lavoura Agro de 2021 a 2023; Diretor Administrativo Financeiro e RI da Lojas Renner de 2013 a 2020, onde também acumulou a função de Diretor Presidente da Realize CFI. Na WEG S.A., entre 2010 e 2013, exerceu a função de Diretor Financeiro e RI, e na SLC Agrícola ocupou o cargo de Diretor Financeiro e RI entre 2006 e 2010. É formado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde concluiu mestrado em Administração, além de vários cursos de especialização no Brasil e exterior.

Declara que: (i) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027	Outros Diretores	Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores	07/05/2025		19/06/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome MANUEL DA CUNHA MARINO

CPF: 004.680.977-59

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Contador

Data de Nascimento: 24/09/1969

Experiência Profissional:

O Sr. Manuel é advogado e contador, com especialização acadêmica em Direito Societário e Governança Corporativa e MBA em Gestão Corporativa. Atuou na PwC por 25 anos. Ex-sócio da área de Consultoria Tributária e Societária entre 2004 a 2020, com alocação profissional a partir de 2009 na prática de Tax Reporting and Strategy, uma vertical de negócio da PwC especializada em projetos voltados para aspectos organizacionais, de processos e de tecnologia da Função Fiscal das empresas, tendo acumulado casos de sucesso significativo em diversos segmentos de negócios. É sócio fundador da EthQuo Compliance, empresa de tecnologia dedicada a suporte em informações públicas para background check e due diligence de contrapartes. O Sr. Manuel não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2025	Até a AGO a ser realizada em 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		30/04/2025	Sim	30/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

MARCOS GUIMARÃES GRASSO

CPF:

045.350.748-44

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Administrador de Empresas

Data de Nascimento:

18/05/1962

Experiência Profissional:

O Sr. Marcos é graduado em Administração de Empresas pela EAESP/FGV, com formação executiva em governança, gestão e liderança (Insead, Harvard Business School, Oxford University e IBGC) e certificado em executive coaching pela Universidade de Columbia, EUA. Possui mais de 25 anos de experiência executiva em empresas de consumo onde atuou em diversos países como Brasil, Estados Unidos, Indonésia, Portugal e Colômbia, e em empresas como Warner-Lambert, Pfizer, Cadbury, Kraft Foods e Mondelez.

Atualmente o Sr. Marcos é Senior Advisor e Head da Eurazeo para a America do Sul, Membro do Conselho de Administração da C&A Europa, Membro do Conselho Consultivo da Cacau Show e Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Akatu, organização sem fins lucrativos. Atuou como conselheiro de administração em empresas como BRF, Condor, Iberchem, Marilan, Neogrid e Tok&Stok, como Advisor para Pidilite e Softys e mentor do Programa de Diversidade em Conselhos PDEC-IBGC. Sr. Marcos é sócio da M2G Advisors, mentor da Endeavor e mentor/coach de CEO's.

Declara que: (i) ocupa cargo no Instituto Akatu, organização sem fins lucrativos; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	Até a AGO a ser realizada em 2027	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2025	Sim	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome MARIA CAROLINA BRASIL BORGHESI

CPF: 196.886.168-85

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administradora de empresas

Data de Nascimento: 10/12/1973

Experiência Profissional:

Sra. Maria Carolina Brasil Borghesi é formada em administração de empresas pela FEA-USP, possui MBA em RH também pela USP, com Especialização em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral e INSEAD. Possui ampla experiência na área de Recursos Humanos tendo atuado em grandes empresas do setor de varejo no Brasil e no exterior, tais como, Dafiti, Carrefour e Tok&Stok, além de ter passagem em empresas dos setores financeiro, aéreo e industrial.

Declara que: (i) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027	Outros Diretores	Diretora Vice-Presidente de Gente, Cultura e ASG	07/05/2025		16/10/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

MARINA DE MESQUITA
WILLISCH

CPF:

297.395.578-56

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogada

Data de Nascimento:

21/01/1979

Experiência Profissional:

A Sra. Marina é, desde julho de 2019, vice-presidente de Relações Institucionais, Comunicação e ESG da General Motors América do Sul. A executiva acumula 20 anos de experiência nas áreas jurídica, financeira e tributária, no Brasil e na Alemanha, sendo mais de 15 anos de atuação na indústria automotiva. Iniciou na General Motors em 2013 como diretora tributária para o Brasil, assumindo, em 2015, a liderança da área para a América do Sul e, em 2019, a vice-presidência de relações institucionais, comunicação e ESG. Anteriormente, atuava como head da área tributária da Mercedes Benz do Brasil, empresa em que ingressou como trainee em 2003. Antes disso, atuou como advogada no escritório Baker amp; Mckenzie, entre 2000 e 2003. Marina é especialista em Direito Corporativo e Economia pela Fundação Getúlio Vargas, e Bacharel em Direito pela PUC/SP.

Declara que: (i) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2025	Até a AGO a ser realizada em 2026	Pres. C.F.Eleito p/Controlador		30/04/2025	Sim	30/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

MEILY FRANCO DE PAULA

CPF:

862.823.445-49

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogada

Data de Nascimento:

29/07/1975

Experiência Profissional:

A Sra. Meily é formada em Direito pela Universidade Salvador e em Ciências Contábeis pela Faculdade Baiana de Ciências, possui especialização em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Atualmente é Regional Tax Director LATAM na Alstom e possui mais de 16 anos de experiência em consultoria tributário.

Declara que: (i) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2025	Até a AGO a ser realizada em 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		30/04/2025	Sim	30/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

PAULO CORREA JUNIOR

CPF:

926.420.477-68

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheiro

Data de Nascimento:

06/01/1965

Experiência Profissional:

O Sr. Paulo é engenheiro de produção, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com MBA em administração de empresas em Duke. Foi consultor sênior da McKinsey entre 2001 e 2003; diretor da Xerox entre 2003 e 2004 e trabalha na Companhia desde 2004, onde já foi diretor e vice-presidente, ocupou o cargo de Diretor Comercial entre 2008 e 2014 e assumiu o cargo de Diretor Presidente em 2015.O Sr. Paulo é membro do Conselho de Administração do Instituto C&A.

Declara que: (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027	Diretor Presidente / Superintendente		07/05/2025		28/08/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

PETER TAKAHARU
FURUKAWA

CPF:

031.741.678-25

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Administrador

Data de Nascimento:

17/03/1962

Experiência Profissional:

O Sr. Peter Furukawa possui 19 anos de experiência como CEO e possui profundas habilidades estratégicas, operacionais e comerciais, além de uma trajetória de sucesso em serviços financeiros de varejo. Atualmente é o CEO da Lojas Quero Quero, tendo sido um dos responsáveis pelo seu IPO em agosto de 2020, também é membro do conselho de administração da Fortbras. Em sua carreira Peter atuou como CEO da IMC, COO da Pernambucanas, CEO do Submarino, Diretor Financeiro na PepsiCo Foods e Senior Engagement Manager na McKinsey amp; Co. É formado em Ciências da Computação e possui MBA pela Brigham Young University – EUA e exerce a função de vice-presidente do CDL de Porto Alegre.

Declara que: (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, o Sr. Peter é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	Até a AGO a ser realizada em 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Não	20/10/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

RAFAEL DE SOUZA MORSCH

CPF:

012.184.570-23

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Economista

Data de Nascimento:

27/11/1990

Experiência Profissional:

O Sr. Rafael é formado em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2012 e é sócio na Zenith Asset Management Ltda. É membro associado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e da APIMEC-SUL. Além disso, atuou como membro do conselho fiscal da Positivo Tecnologia S.A., da Coteminas S.A., da Encorpar S.A., da Companhia Tecidos Santanense S.A., da Excelsior Alimentos S.A. e da Forjas Taurus S.A., além de ter atuado como membro suplente do conselho fiscal da Metalgráfica Iguaçu S.A., da Companhia Tecidos Satanense S.A. e da Encorpar S.A.

Declara que: (i) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2025	Até a AGO a ser realizada em 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		30/04/2025	Não	30/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

THIAGO WOLF PEREIRA

CPF:

011.381.810-64

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Economista

Data de Nascimento:

03/04/1986

Experiência Profissional:

O Sr. Thiago é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o sr. Thiago Wolf Morsch é Sócio da Zenith Asset Management Ltda, e já atuou como Membro Efetivo do Conselho Fiscal nas empresas Metalgráfica Iguaçu S/A (de 2018 a 2021) e Randon S/A Implementos e Participações (em 2022).

Declara que: (i) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (ii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2025	Até a AGO a ser realizada em 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		30/04/2025	Não	30/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

7.4 Composição dos comitês

Nome:

ANA PAULA MALVESTIO

CPF:

138.576.478-33

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Advogada

Data de Nascimento:

21/09/1969

Experiência Profissional:

A Sra. Ana tem experiência de mais de 30 anos em Big Four, sendo 19 como sócia atuando nas áreas de consultoria tributária e societária, agronegócio, diversidade e inclusão. Liderou na PwC a implementação de processos de governança corporativa em empresas familiares, especialmente na área tributária e societária, em empresas do Agronegócio brasileiro, setor que também liderou e contribuiu com o desenvolvimento de um centro de excelência global. Atuou de forma intensa no contexto de aumento dos investimentos estrangeiros, em diversas expansões de negócios, em frentes como estruturação societária, definições de business plan, análises da cadeia de valor, due diligencies, revisão e elaboração de contratos, dentre tantos outros. Como líder de Diversidade e Inclusão na PwC Brasil e membro do comitê global de Líderes de Diversidade, participou ativamente do desenvolvimento e implementação de políticas em diferentes dimensões do tema, tendo sido a porta-voz em diversos eventos, artigos e publicações de alta relevância nesses assuntos. A Sra. Ana tem larga experiência em Coaching e Mentoring. Entre os anos de 2018 e 2020, atuou na PwC de Nova York como líder do US Brazil Business Center, onde pode apoiar empresas dos dois países. É conselheira formada no IBGC, atualmente se dedica ao aprofundamento dos temas de ESG, além de atuar como Conselheira Fiscal na Raízen e consultora em governança para empresas familiares.

Declara que: (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Comitês:								
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027			07/05/2025	02/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: ANDREA MARIA RAMOS LEONEL

CPF: 104.434.358-39

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Economista

Data de Nascimento: 02/02/1965

Experiência Profissional:

A Sra. Andrea Leonel é executiva de Mercado Financeiro, tendo trabalhado por 27 anos em instituições internacionais como World Bank - IFC, onde atuou como consultora sênior para América Latina e JPMorgan onde, como Managing Director, foi responsável pela área de negócios relacionados ao Transaction Bank na América Latina. Diretora estatutária no Brasil, ocupou assento nos comitês executivos local, regional e global daquele banco. Foi também diretora no Deutsche- Banco Alemão S.A. e Citibank. Economista pela Fundação Armando Alvares Penteado e Pós-Graduada em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, é Conselheira Independente certificada pelo IBGC. Atuante em organizações sem fins lucrativos, de forma Pró-Bono, é conselheira mentora no Programa Winning Women da EY, Diretora Estatutária e líder do comitê Vozes do Grupo Mulheres do Brasil, Vice-Presidente do Conselho Diretivo da ONG Vocação e Conselheira Fiscal da Fundação Stiekel. Conselheira Independente do Banco da Amazônia- BASA. Membro do Conselho Consultivo e Investidora na CarambolaTech, startup de educação, tecnologia e impacto Social. Membro Independente do Comitê de Auditoria da Companhia Paulista de Securitização- CPSEC, empresa de economia mista que atua no mercado de capitais.

Declara que: (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	07/05/2025	Até primeira reunião do CA após a realização da AGO de 2027		Membro independente do Comitê de Auditoria	07/05/2025	07/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

CRISTINA PRESZ PALMAKA DE LUCA

CPF:

100.484.148-59

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Contadora

Data de Nascimento:

06/09/1968

Experiência Profissional:

A Sra. Cristina atuou como Presidente da SAP América Latina e Caribe desde agosto de 2020 até 31 de março de 2025, depois de ter presidido a SAP Brasil por 7 anos. Possui uma vasta experiência profissional no segmento de TI no Brasil, com foco em inovação e tecnologia. Em sua carreira acumula passagens em empresas como Compaq, Microsoft, HP e Phillips. Ela também é membro do Conselho de Administração da Arcos Dourados, onde atua como agente de governança corporativa, promovendo igualdade e diversidade no ambiente corporativo, articulando uma boa integração entre times. Atua ainda no Conselho de Administração da Eurofarma. É formada em ciências contábeis pela FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado e em administração de empresas pela FGV – Fundação Getulio Vargas, com MBA pela FGV – Fundação Getulio Vargas e a University of Texas.

Declara que: (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, a Sra. Cristina é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027	Comitê de Gente e ASG	Coordenadora do Comitê de Gente & ASG	07/05/2025	20/12/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

ISABELLA DE OLIVEIRA
VIANNA CAVALCANTI
WANDERLEY

CPF:

949.606.587-20

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Economist
a

Data de Nascimento:

02/08/1968

Experiência Profissional:

A Sra. Isabella é uma executiva sênior que desenvolveu a maior parte da sua carreira nas áreas comercial e de marketing e, desde 2021, tem atuado como General Manager da Novo Nordisk Brasil. Ela é uma profunda conhecedora dos setores de consumo e varejo, principalmente do setor de beleza. Ela atuou em empresas de destaque, tanto multinacionais quanto nacionais como L'Oreal, Gillette, The Body Shop e Grupo Boticário. Sua última atuação no Grupo Boticário ocorreu por um período de 10 anos ocupando as posições de Diretora de Marketing e Produtos e Vice-Presidente de Novos Canais. Isabella é graduada em Economia pela PUC-RJ, possui um MBA em Marketing pelo Instituto Tecnológico Autônomo de México e AMP no ISE-IESE. Além disso, é socia minoritária da MUDE Serviços Digitais Ltda. e faz parte do Conselho Diretor da Interfarma – Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa.

Declara que: (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, a Sra. Isabella é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027	Comitê de Estratégia	Coordenadora do Comitê de Estratégia	07/05/2025	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

JAMIL SAUD MARQUES

CPF:

312.645.158-63

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheiro

Data de Nascimento:

09/06/1983

Experiência Profissional:

O Sr. Jamil Saud Marques atua como CFO&COO do banco Neon. Antes de se juntar à Neon, atuou como CFO na Cogna Educação, foi membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Vasta Platform, do Comitê de Auditoria da Westwing e exerceu diferentes funções na AES Corporation no Brasil, na McKinsey & Company na América Latina e no banco UBS em São Paulo, Zurique e Londres. Jamil é Engenheiro de Produção formado pela Escola Politécnica da USP, possui MBA pelo INSEAD e Corporate Director Certificate pela Harvard Business School.

Declara que: (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, o Sr. Jamil é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Comitês:								
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027		Coordenador do Comitê de Auditoria	07/05/2025	23/03/2022
Outros Comitês		Outros	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027	Comitê de Serviços Financeiros	Membro independente especialista do Comitê de Serviços Financeiros	07/05/2025	02/05/2023

Condenações:	
Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

JOÃO CARLOS SENISE

CPF:

075.914.258-03

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheiro

Data de Nascimento:

28/05/1962

Experiência Profissional:

O Sr. João Carlos Senise possui formação em Engenharia Civil-Ambiental pela Escola de Engenharia Mauá e um MBA pela Fundação Getúlio Vargas, além de diversas formações complementares em liderança, governança e sustentabilidade. Sua trajetória demonstra um amplo conhecimento de gestão e Recursos Humanos e ESG em empresas como Carrefour, Patria, Diageo, Pepsico e Unilever. Ele conta com extensa experiência nas áreas de Recursos Humanos e Sustentabilidade, tendo atuado em empresas de destaque como Carrefour Brasil, onde exerceu a função de VP de Recursos Humanos, e Patria Investimentos, como Diretor de Recursos Humanos e ESG. João também participou de diversos comitês em setores como alimentos, saúde e educação. Atualmente, ele atua como conselheiro e consultor em várias empresas e instituições.

Declara que: (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027	Comitê de Gente & ASG	Membro independente e especialista do Comitê de Gente & ASG	07/05/2025	01/11/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

MARCOS GUIMARÃES GRASSO

CPF:

045.350.748-44

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Administra
dor de
Empresas

Data
de
Nas
cime
nto:

18/05/1962

Experiência Profissional:

O Sr. Marcos é graduado em Administração de Empresas pela EAESP/FGV, com formação executiva em governança, gestão e liderança (Insead, Harvard Business School, Oxford University e IBGC) e certificado em executive coaching pela Universidade de Columbia, EUA. Possui mais de 25 anos de experiência executiva em empresas de consumo onde atuou em diversos países como Brasil, Estados Unidos, Indonésia, Portugal e Colômbia, e em empresas como Warner-Lambert, Pfizer, Cadbury, Kraft Foods e Mondelez.

Atualmente o Sr. Marcos é Senior Advisor e Head da Eurazeo para a America do Sul, Membro do Conselho de Administração da C&A Europa, Membro do Conselho Consultivo da Cacau Show e Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Akatu, organização sem fins lucrativos. Atuou como conselheiro de administração em empresas como BRF, Condor, Iberchem, Marilan, Neogrid e Tok&Stok, como Advisor para Pidilite e Softys e mentor do Programa de Diversidade em Conselhos PDEC-IBGC. Sr. Marcos é sócio da M2G Advisors, mentor da Endeavor e mentor/coach de CEO's.

Declara que: (i) ocupa cargo no Instituto Akatu, organização sem fins lucrativos; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027	Comitê de Estratégia		07/05/2025	02/05/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027	Comitê de Gente e ASG		07/05/2025	02/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

PAULO CORREA JUNIOR

CPF:

926.420.477-68

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheiro

Data de Nascimento:

06/01/1965

Experiência Profissional:

O Sr. Paulo é engenheiro de produção, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com MBA em administração de empresas em Duke. Foi consultor sênior da McKinsey entre 2001 e 2003; diretor da Xerox entre 2003 e 2004 e trabalha na Companhia desde 2004, onde já foi diretor e vice-presidente, ocupou o cargo de Diretor Comercial entre 2008 e 2014 e assumiu o cargo de Diretor Presidente em 2015.O Sr. Paulo é membro do Conselho de Administração do Instituto C&A.

Declara que: (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027	Comitê de Estratégia.		07/05/2025	02/05/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027	Comitê de Serviços Financeiros		07/05/2025	07/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

PETER TAKAHARU
FURUKAWA

CPF:

031.741.678-25

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Administra
dor

Data
de
Nas
cime
nto:

17/03/1962

Experiência Profissional:

O Sr. Peter Furukawa possui 19 anos de experiência como CEO e possui profundas habilidades estratégicas, operacionais e comerciais, além de uma trajetória de sucesso em serviços financeiros de varejo. Atualmente é o CEO da Lojas Quero Quero, tendo sido um dos responsáveis pelo seu IPO em agosto de 2020, também é membro do conselho de administração da Fortbras. Em sua carreira Peter atuou como CEO da IMC, COO da Pernambucanas, CEO do Submarino, Diretor Financeiro na PepsiCo Foods e Senior Engagement Manager na McKinsey amp; Co. É formado em Ciências da Computação e possui MBA pela Brigham Young University – EUA e exerce a função de vice-presidente do CDL de Porto Alegre.

Declara que: (i) não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Além disso, o Sr. Peter é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027	Comitê de Serviços Financeiros	Coordenador do Comitê de Serviços Financeiros	07/05/2025	22/12/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

RENATA SOARES
PIAZZON

CPF:

354.629.778-40

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Advogada

Data de Nascimento:

19/07/1986

Experiência Profissional:

A Sra. Renata Piazzon é graduada em Direito pela PUC-SP, com mestrado em Direito Ambiental pela mesma instituição. Possui especializações em políticas públicas pela Harvard Kennedy School, em liderança e economia para a transição pelo Schumacher College, em inovação social pelo Amani Institute e em liderança feminina pelo programa Homeward Bound.

Renata tem 17 anos de experiência em direito ambiental, sustentabilidade e mudanças climáticas. Atualmente, é CEO do Instituto Arapyau, onde mobiliza a sociedade civil, academia, setores público e privado para fomentar redes transformadoras capazes de criar soluções sistêmicas e escaláveis para desafios como mudanças climáticas e perda de biodiversidade. Foi Conselheira do Instituto Akatu (2017-2023). Atualmente, integra o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (Conselhão) da Presidência da República e o conselho do GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas. Tem também participação ativa na estruturação da governança de organizações incubadas pelo Instituto Arapyau, como o MapBiomias, Conexão Povos da Floresta, Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura, Uma Concertação pela Amazônia e Meridiana.

Sua trajetória inclui passagens por escritórios de advocacia renomados, como Lobo & de Rizzo Advogados e Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, além de experiência internacional no escritório Sive, Paget & Riesel P.C. nos EUA.

Declara que: (i) ocupa cargo no Instituto Arapyau, organização sem fins lucrativos; (ii) não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável; e (iii) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Comitês:								
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	07/05/2025	1ª RCA após a AGO de 2027	Comitê de Gente & ASG	Membro especialista em ambiental e sustentabilidade do Comitê de Gente & ASG	07/05/2025	01/02/2025

Condenações:	
Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há na data deste Formulário de Referência relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre administradores da Companhia e/ou entre administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há na data deste Formulário de Referência relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

A Companhia oferece 2 (dois) seguros de responsabilidade civil em favor de seus administradores contra eventuais danos e prejuízos por atos vinculados ao exercício de suas funções e atribuições na Companhia, cujo limite máximo de garantia total é de R\$ 100.063.576,03 (cem milhões, sessenta e três mil, quinhentos e setenta e seis reais e três centavos), sendo uma com (i) a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. e AIG Seguros Brasil S.A. ("Apólice de Primária"), com cobertura no limite de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), prêmio líquido de R\$ 287.454,00 (duzentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais) e vigência até 31 de outubro de 2024 e a outra com (ii) Allianz Seguros S.A. e Willis Corretores de Seguros Ltda., em excesso ao limite da Apólice Primária ("Apólice de 1º Excesso"), com cobertura no limite de até R\$ 63.576,03 (sessenta e três mil, quinhentos e setenta e seis reais e três centavos), prêmio líquido de R\$ 59.206,58 (cinquenta e nove mil, duzentos e seis reais e cinquenta e oito centavos) e vigência até 31 de outubro de 2024 ("Seguros D&O").

Visando a atração e retenção de bons profissionais e a composição de um pacote de cobertura adequado para administradores da Companhia, em 10 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou, nos termos dos parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 17 do Estatuto Social, a celebração do Acordo de Indenidade com os todos membros da diretoria executiva e do Conselho de Administração ("Acordo"), por meio do qual a Companhia se compromete a indenizar toda e quaisquer despesas razoáveis nas quais estes comprovadamente vierem a incorrer ou por valores que sejam condenados a pagar por força do exercício regular de suas funções na Companhia, nos termos deste Acordo e conforme permitido pela lei e orientação da CVM aplicável.

Na data deste Formulário de Referência, o Conselho de Administração não aprovou nenhum Contrato de Indenidade e, conseqüentemente, nenhum Contrato de Indenidade foi celebrado.

Cumprе esclarecer que, caso celebrado qualquer Contrato de Indenidade, a administração da Companhia, em linha com as políticas internas e observado os deveres fiduciários, irá zelar para que as decisões sejam tomadas com independência e sempre no melhor interesse da Companhia, certificando que sejam incluídas nos respectivos contratos regras claras e objetivos, especialmente com relação ao escopo da indenização e hipóteses de excludentes do direito à indenização, valor-limite para a indenização oferecida, período de cobertura abrangido, tipos de despesas que serão pagas, adiantadas ou reembolsadas e os procedimentos relativos às decisões quanto ao pagamento, reembolso ou adiantamento de despesas. Além disso, a Companhia esclarece que observará as orientações do Parecer de Orientação CVM nº 38, de 25.09.2018, ao OFÍCIO-CIRCULAR nº 9/2018/CVM/SEP e ao item 7.13 do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2024-CVM/SEP, especialmente com relação as divulgações de informações.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Assembleia Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Geral da Companhia realizadas nos últimos 3 (três) anos, (i) data de realização; (ii) resumo das principais matérias aprovadas; (iii) quórum de instalação e (iv) eventuais casos de instalação em segunda convocação:

Evento	Data	Matéria	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	26/06/2020	<u>Em Assembleia Geral Ordinária:</u> 1. Examinar, discutir e votar as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê Estatutário de Auditoria e Gestão de Riscos da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; 2. Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, bem como sobre a proposta de orçamento de capital da Companhia para os exercícios sociais de 2020 e 2021; 3. Deliberar sobre a reversão do saldo da conta "Lucros Acumulados" referente a 31 de dezembro de 2018; e 4. Fixar o valor da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020. <u>Em Assembleia Geral Extraordinária:</u> 1. Alterar o estatuto social da Companhia para aprimorar a sua redação, com as consequentes alterações, inclusões, exclusões ou reposicionamentos de texto, nos termos previstos na Proposta da Administração, do artigo 2, artigo 3, artigo 4, artigo 8, artigo 10 (parágrafos 1º, 2º e 4º), artigo 12, artigo 13 (caput, alíneas e parágrafo único), artigo 14 (caput e parágrafo único), artigo 16 (parágrafo 4º), artigo 17, artigo 18 (caput e parágrafo único), artigo 20, artigo 21 (parágrafo único), artigo 22 (parágrafos), artigo 23	72,9%	NÃO

7.8 Outras informações relevantes

		(parágrafos 2º e 3º), artigo 24 (alíneas), artigo 25 (caput e parágrafo único), artigo 26 (caput), artigo 27 (caput e parágrafos), artigo 28 (alíneas e parágrafos), artigo 29 (caput, alíneas parágrafos), artigo 30, artigo 33 (parágrafo único), artigo 36 (parágrafos), artigo 37 (parágrafo 4º) artigo 39, artigo 42 (parágrafo único), artigo 43 (parágrafos), artigo 48 e artigo 49, renumerando-se os artigos e atualizando-se as referências, conforme aplicável; e 2. Consolidar o Estatuto Social da Companhia.		
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2021	Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Examinar, discutir e votar as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê Estatutário de Auditoria e Gestão de Riscos da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; 2. Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para absorção dos prejuízos apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e para a constituição da reserva de lucro de incentivo fiscal; 3. Fixar o número de membros do Conselho de Administração; 4. Deliberar acerca da eleição dos membros do Conselho de Administração; e 5. Fixar o valor da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2021. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Alterar o estatuto social da Companhia para adequá-lo à evolução do atual modelo de negócio da Companhia, nos termos previstos na Proposta da Administração, do artigo 4; e 2. Consolidar o Estatuto Social da Companhia.	77,5%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2022	Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes e do parecer do comitê estatutário de auditoria e gestão de riscos da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; 2. Examinar, discutir e votar as contas dos administradores relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; 3. Deliberar sobre proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social	74,4%	NÃO

7.8 Outras informações relevantes

		de 2022; 4. Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e 5. Fixar o valor da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2022. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Deliberar acerca da aderência dos atuais membros independentes do Conselho de Administração da Companhia aos critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado; 2. Reformar o estatuto social da Companhia, de modo a implementar melhorias de governança e adequá-lo à evolução do atual modelo de negócio da Companhia e novas disposições legais e regulamentares aplicáveis à Companhia; e 3. Consolidar o estatuto social da Companhia.		
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2023	Assembleia Geral Ordinária: 1. Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas dos relatórios e pareceres dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e do Conselho Fiscal da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. 2.Examinar, discutir e deliberar sobre o relatório da Administração e respectivas contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. 3. Deliberar sobre a proposta da Administração da Companhia para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. 4. Determinar o número de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos para o próximo mandato. 5. Eleger os membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia. 6. Deliberar sobre a eleição do Presidente do Conselho de Administração, nos termos do artigo 13, inciso (b) do Estatuto Social da Companhia. 7. Deliberar sobre a caracterização da independência dos candidatos para o cargo de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia. 8. Determinar o valor da remuneração global da Administração da Companhia para o exercício social de 2023.	69,15%	NÃO

7.8 Outras informações relevantes

		Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Deliberar sobre a alteração do jornal de grande circulação utilizado pela Companhia para as publicações legais determinadas pela Lei das S.A. 2. Deliberar sobre a criação do novo Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia. 3. Deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para prever a possibilidade de celebração de contratos de indenidade, inclusão do critério de independência da Resolução CVM 80 e previsão das regras de desempate nas reuniões do Conselho de Administração.		
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	26/04/2024	Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas dos relatórios e pareceres dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e do Conselho Fiscal da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Examinar, discutir e deliberar sobre o relatório da Administração e respectivas contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) Deliberar sobre a proposta da Administração da Companhia para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (iv) Fixar o valor da remuneração global da Administração da Companhia para o exercício social de 2024. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, para principalmente: (i) implementar novas regras de convocação e deliberação nas reuniões dos órgãos da Administração e do Conselho Fiscal (se instalado); (ii) aumentar o número mínimo de membros do Conselho de Administração, com quantidade mínima de membros externos e aumento da quantidade de membros independentes em tal órgão; (iii) adicionar novas competências do Conselho de Administração, entre elas a estruturação de plano de sucessão do Diretor Presidente e dos demais membros da Diretoria Estatutária; (iv) ajustes nas regras de representação da Companhia; e (v) maior detalhamento das competências do Comitê de	72,54%	NÃO

7.8 Outras informações relevantes

		Auditoria.		
--	--	------------	--	--

7.8 Outras informações relevantes

MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA SEGUNDO O IBGC

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal.

SEGMENTO DE LISTAGEM DO NOVO MERCADO

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 20% de ações do capital da Companhia em circulação; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

7.8 Outras informações relevantes

Além das informações descritas acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais subitens deste item 7.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A *Política de Remuneração dos Executivos* da Companhia foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 2 de outubro de 2019 (“Política de Remuneração”) e encontra-se disponível para consulta nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e na página de relações com investidores da Companhia (<https://ri.cea.com.br/>), na aba “Governança Corporativa” e no ícone “Estatuto, Políticas e Regimentos”.

A Política de Remuneração estabelece as regras e diretrizes para a fixação da remuneração, benefícios e incentivos a serem atribuídos aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento da Companhia (“Membros dos Órgãos de Governança”) e tem como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e que permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, indicando:

(i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

A participação dos órgãos da Companhia, no processo de definição da remuneração, benefícios e incentivos Membros dos Órgãos de Governança está estabelecida na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia¹ e na Política de Remuneração, bem como no regimento interno do Comitê de Gente & ASG.

Neste sentido, com base nas melhores práticas de governança e do mercado, compete:

- à **Diretoria Executiva Estatutária**: apoiar, quando assim definido pelo Conselho de Administração e por meio da área de Remuneração da Companhia, na elaboração dos pacotes de remuneração, benefícios e incentivos a serem atribuídos aos membros dos Órgãos de Governança e da proposta remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal (se instalado);
- ao **Comitê de Gente & ASG**: apoiar o Conselho de Administração na tomada de decisões

¹ O Estatuto Social da Companhia está disponível nos seguintes endereços:

Site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.cea.com.br/>), na aba “Governança Corporativa”, e no ícone “Estatuto, Políticas e Regimentos”;
Site da CVM (www.gov.br/cvm); e
Site da B3 (www.b3.com.br).

8.1 Política ou prática de remuneração

relativa à remuneração, benefícios e incentivos a serem atribuídos aos membros dos Órgãos de Governança, analisando, opinando e propondo ao Conselho de Administração;

- ao **Conselho de Administração**: (i) submeter à Assembleia Geral a proposta remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal (se instalado); e (ii) distribuir o valor total da remuneração global aprovada em Assembleia Geral, individualmente, entre os membros do Conselho de Administração e os Diretores Estatutários, definindo ainda, a remuneração individual dos membros dos comitês de assessoramento; e, por fim,
- à **Assembleia Geral**: aprovar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores Executivos Estatutários e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado) recomendado pelo Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

Os critérios e a metodologia utilizada para fixação da remuneração individual dos Membros dos Órgãos de Governança estão estabelecidos na Política de Remuneração, disponibilizada nos endereços indicados no item "a" acima.

Para definição do pacote de remuneração, benefícios e incentivos, o Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Gente & ASG e da área de Remuneração da Companhia, realiza pesquisas de mercado periódicas, com vistas a identificar os parâmetros de remuneração no segmento de atuação da Companhia e, caso necessário, contrata empresas de consultoria especializadas no tema em questão.

Referidas pesquisas de mercado consideram os mercados relevantes, tal como, mas não se limitando às empresas do segmento de varejo, multinacionais brasileiras, listadas na bolsa de valores e que possuem estratégias de remuneração similares como critérios de comparação, bem como fornecem dados de mediana e quartis.

(iii) com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:

O Conselho de Administração avalia, anualmente, a adequação da Política de Remuneração, por meio de diretrizes e objetivos do negócio e de pesquisas de mercado, de acordo com as recomendações emitidas pelo Comitê de Gente & ASG. Dessa forma, neste processo, o Conselho de Administração verifica a aderência da Política de Remuneração com: (i) as responsabilidades de cada Membro dos Órgãos de Governança; (ii) o negócio desenvolvido pela Companhia; e (iii) a estratégia definida e a situação econômico-financeira no exercício social em questão.

(c) composição da remuneração, indicando:

- (i) **Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**
 - **Seus objetivos e alinhamento que compõem a remuneração aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A remuneração dos administradores da Companhia é composta por **(i)** uma remuneração fixa; **(ii)** uma remuneração variável; e **(iii)** uma remuneração baseada em ações, conforme descrição abaixo:

8.1 Política ou prática de remuneração

(a) **Remuneração fixa:** A remuneração fixa dos administradores da Companhia compreende (i) um pró-labore mensal fixo e (ii) um pacote de benefícios, os quais são descritos abaixo:

- (a.1) **Pró-labore mensal fixo:** tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos administradores da Companhia, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do nosso negócio. Os administradores podem ser elegíveis a uma remuneração fixa, a qual utiliza como referência pesquisas salariais anuais conduzidas por consultorias especializadas independentes, principalmente envolvendo empresas de setor similar.

(a.2) **Pacote de Benefícios:** visa dar maior segurança aos administradores e permitir o foco no desempenho de suas funções.

(b) **Remuneração variável:** A remuneração variável dos administradores da Companhia é composta por um programa de participação nos lucros resultados, o qual objetiva premiar o alcance e superação das metas corporativas e individuais definidas pelo Conselho de Administração, alinhado ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento da Companhia em cada exercício social.

(c) **Remuneração baseada em ações:** A remuneração baseada em ações é composta por um plano de incentivo de longo prazo, o qual visa incentivar, bem como alinhar interesses de longo prazo dos acionistas da Companhia, de modo a maximizar a criação de valor ao nosso negócio, por meio de resultados consistentes e sustentáveis, tanto de médio quanto de longo prazo.

Elementos de Remuneração

Segue abaixo a tabela indicativa dos elementos da remuneração dos Membros dos Órgãos de Governança da Companhia, bem como a sua descrição, abordando, na sequência, as eventuais especificidades de cada componente da remuneração para cada órgão da administração.

	Fixa	Reajuste do Fixo	Pacote de Benefícios ¹	Participação em Comitês	Remuneração Variável (PPLR)	Remuneração baseada em ações
Conselho de Administração	Pró-Labore Mensal	Bianual		Aplicável		
Conselho Fiscal (se instalado)	Conforme previsão legal					
Diretor Presidente/ CEO	Salário Mensal	Anual, mediante deliberação do Conselho de Administração	Aplicável	Aplicável	Aplicável	Aplicável
Diretoria Executiva (estatutária e não estatutária)						
Comitês de Assessoramento	Pró-Labore Mensal					

¹ O pacote de benefícios compreende plano de saúde e odontológico; refeição; veículo; check up e pós emprego

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração será composta por uma remuneração fixa mensal, baseada na dedicação de tempo e responsabilidade das suas

8.1 Política ou prática de remuneração

atribuições. Referida remuneração será revisada ao menos a cada dois anos, levando em consideração quaisquer mudanças nas atividades prestadas ou nos níveis de remuneração utilizados pelo mercado.

A Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos Conselheiros, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas apenas relacionadas ao comparecimento nas reuniões do Conselho de Administração, e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro.

Diretoria Executiva (estatutária e não estatutária)

A remuneração dos diretores executivos da Companhia será composta por um salário fixo mensal, definido de acordo com a negociação individual com cada um dos diretores executivos, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas independentes, principalmente envolvendo empresas de setor similar, observadas as disposições da Política de Remuneração.

Os diretores executivos da Companhia receberão, ainda, valores a título de Participação nos Resultados ("PPR") da Companhia, nos limites estabelecidos anualmente no plano de PPR, observada a elegibilidade de tais diretores, e, desde que sejam atingidas as metas nos termos do plano de PPR.

Os diretores executivos da Companhia poderão, ainda, ter direito ao plano de opção baseado em ações, observados os regramentos definidos no plano mencionado na Política de Remuneração.

Adicionalmente, os diretores executivos da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) plano de saúde; (ii) plano odontológico; (iii) refeição; (iv) *check-up*; e (v) pós-emprego. No que concerne aos benefícios pós-emprego, estes correspondem à previdência privada concedida pela Companhia a seus diretores executivos como complementação do método tradicional de contribuição para o INSS. Trata-se de adicional à remuneração, que serve como forma de reter os diretores e mitigar a competição do mercado.

Comitês de Assessoramento

A remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento instalados e de eventuais comitês da Companhia que venham a ser instituídos pelo Conselho de Administração, será composta por uma remuneração fixa mensal.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, se instalado, serão remunerados em conformidade com a legislação em vigor, portanto, dentro do valor global máximo aprovado em assembleia geral de acionistas.

- **Sua proporção na remuneração total nos últimos 3 exercícios sociais;**

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o **exercício social de 2023** foram, aproximadamente:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023			
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa mensal	63,50%	36,94%	100,00%
Benefícios direto e indireto	N/A	6,50%	N/A

8.1 Política ou prática de remuneração

Bônus	36,50%	N/A	N/A
Participação em resultados	N/A	15,38%	N/A
Pós-emprego	N/A	0,44%	N/A
Cessação do cargo	N/A	10,18%	N/A
Baseada em ações	N/A	30,57%	N/A
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Excepcionalmente ao longo do exercício social de 2023, a Companhia concedeu aos membros do Conselho de Administração que encerraram o seu mandato no referido exercício social, um bônus a título de gratificação pelos serviços prestados.

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o **exercício social de 2022** foram, aproximadamente:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022			
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa mensal	100%	44,76%	100,00%
Benefícios direto e indireto	N/A	7,44%	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A
Participação em resultados	N/A	19,64%	N/A
Pós-emprego	N/A	1,63%	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A
Baseada em ações	N/A	26,53%	N/A
Total	100,00%	100,00%	100,00%

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o **exercício social de 2021** foram, aproximadamente:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021			
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa mensal	100%	26,55%	100,00%
Benefícios direto e indireto	N/A	3,54%	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A
Participação em resultados	N/A	44,17%	N/A
Pós-emprego	N/A	1,41%	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A
Baseada em ações	N/A	24,33%	N/A
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Com relação à remuneração dos Comitês de Assessoramento, conforme indicado acima, a remuneração dos membros dos comitês nos últimos 3 exercícios sociais foi 100% composta por remuneração fixa.

8.1 Política ou prática de remuneração

- metodologia de cálculo e reajuste**

A Companhia revisa periodicamente a composição da remuneração da sua Administração visando mantê-la alinhada com a remuneração praticada no mercado, comparando suas práticas com a de concorrentes no segmento de varejo, multinacionais brasileiras, sociedades listadas na bolsa de valores brasileira e no exterior, bem como empresas que possuem estratégias de remuneração similares, conforme já descrito nos itens "b. ii" e "c" acima.

Abaixo estão detalhadas as metodologias de cálculo e de reajuste usadas em cada elemento da remuneração dos Administradores:

Órgão	Remuneração fixa	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração Variável Curto Prazo	Incentivos de Longo Prazo
Conselho de Administração	Pagamento em 12 parcelas/ano, reajustadas, no mínimo, a cada 2 anos conforme pesquisas salariais e atividades prestadas.	n/a	n/a	n/a
Diretoria Estatutária	Pagamento em 12 parcelas/ano, acrescida do 13º salário + 0,3333 de férias e reajustadas anualmente conforme pesquisas salariais, bem como em decorrência de análise de meritocracia	São oferecidos conforme práticas de mercado por intermédio de pesquisas salariais e análise de meritocracia	Por ser atrelada à participação nos resultados da Companhia	Conforme plano de baseado em performance (matriz de performance de negócio, considerando indicadores financeiros e desempenho de negócio de competidores
Conselho Fiscal	Pagamento em 12 parcelas/ano, reajustadas, no máximo, a cada 2 anos conforme pesquisas salariais e atividades prestadas.	n/a	n/a	n/a
Comitês de Assessoramento	Pagamento em 12 parcelas/ano, reajustadas, no máximo, a cada 2 anos conforme pesquisas salariais e atividades prestadas.	n/a	n/a	n/a

Vale destacar que a remuneração da Diretoria Executiva da Companhia será reajustada anualmente pelo Conselho de Administração, considerando os seguintes critérios: (i) meritocracia, e (ii) análise da movimentação salarial apresentada pelas pesquisas de mercado realizadas anualmente por consultoria independente e especializada com empresas com filosofia de remuneração consistentes e similares, assim como concorrentes em recursos humanos.

- Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração fixa dos administradores é definida de acordo com pesquisas salariais do mercado, atreladas ao nível da responsabilidade da função exercida e a qualificação profissional para o exercício da função. Eventuais ajustes na referida remuneração, incluindo a remuneração variável da Companhia são definidos a partir do resultado obtido no sistema de gestão de

8.1 Política ou prática de remuneração

desempenho da Companhia, o qual considera os indicadores de desempenho individual e corporativo da C&A.

Para a composição da remuneração variável, são consideradas metas de desempenho financeiro-operacional da Companhia (“Metas Corporativas”) e metas individuais, ambas alinhadas ao planejamento estratégico da Companhia. A proporção das metas individuais e das Metas Corporativas na remuneração variável dos Administradores são definidas a depender do cargo exercido, conforme indicado abaixo:

Cargo	Metas Corporativas	Metas Individuais
Diretor Presidente/ CEO	80%	20%
Diretoria Executiva Estatutária (Vice-Presidente)	75%	25%
Diretoria Executiva não estatutária	70%	30%

Em 2021 e 2022, as metas e indicadores utilizados na composição da remuneração dos Membros dos Órgãos de Governança da Companhia consideraram os resultados financeiros e o planejamento estratégico da Companhia, incluindo questões ASG, tais como receita líquida, margem bruta, EBITDA, NPS do Associado (meta de ASG), entre outras a serem definidas anualmente conforme as alavancas estratégicas referidas.

Em 2023, a composição da remuneração dos Membros dos Órgãos de Governança considerou as seguintes metas e indicadores, receita líquida, EBITDA, lucro líquido, financeiro-operacional, clientes e gente & ASG (planos de sucessão, avanço nos índices ASG e do compromisso da Companhia acerca de mudanças climáticas), reforçando a gestão e o compromisso da Companhia nos temas de ASG conectadas ao planejamento estratégico da Companhia.

A Companhia ressalta, ainda, que a remuneração variável do CEO e dos demais membros da diretoria estatutária também é atrelada às metas anuais de ASG e correspondem a 10% das metas individuais, e as métricas são, de forma geral, relacionadas aos compromissos públicos assumidos pela Companhia, inclusive acerca de mudanças climáticas e avanço nos índices ASG.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração paga aos administradores da Companhia consiste em um incentivo para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, de acordo com as melhores práticas do mercado, de modo a maximizar a criação de valor ao nosso negócio, por meio de resultados consistentes e sustentáveis, tanto de médio quanto de longo prazo.

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado. Em médio prazo, a Companhia visa obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus e participação nos resultados da Companhia a determinados colaboradores. Em longo prazo, a Companhia busca reter profissionais qualificados por meio da outorga de remuneração baseada em nossas ações aos colaboradores elegíveis.

Assim, com essa composição da remuneração, buscamos o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando obter ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e pelo desempenho de curto prazo.

8.1 Política ou prática de remuneração

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Atualmente, todos os membros da Administração são remunerados pelos cargos que exercem.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, uma vez que a Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da sua Administração. Dessa forma, não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável, uma vez que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.307.431,96	9.763.043,56	545.002,50	15.615.478,02
Benefícios direto e indireto	0,00	3.422.075,19	0,00	3.422.075,19
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	9.336.516,74	0,00	9.336.516,74
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	7.836.951,30	0,00	7.836.951,30
Observação	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP	
Total da remuneração	5.307.431,96	30.478.586,79	545.002,50	36.331.021,25

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,75	3,00	12,75
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.803.500,00	7.844.121,73	472.932,00	13.120.553,73
Benefícios direto e indireto	0,00	1.378.731,40	0,00	1.378.731,40
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	2.760.000,00	0,00	0,00	2.760.000,00
Participação de resultados	0,00	3.264.419,41	0,00	3.264.419,41
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	92.627,41	0,00	92.627,41
Cessação do cargo	0,00	2.162.839,32	0,00	2.162.839,32
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	6.493.147,76	0,00	6.493.147,76
Observação	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP. Excepcionalmente ao longo do exercício social de 2023, a Companhia concederá aos membros do Conselho de Administração que encerrarão o seu mandato no referido exercício social, um bônus a título de gratificação pelos serviços prestados.	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	
Total da remuneração	7.563.500,00	21.235.887,03	472.932,00	29.272.319,03

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.154.166,70	7.224.200,07	300.000,00	11.678.366,77
Benefícios direto e indireto	0,00	1.200.819,81	0,00	1.200.819,81
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.170.036,30	0,00	3.170.036,30
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	263.639,46	0,00	263.639,46
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.280.018,51	0,00	4.280.018,51
Observação	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP	O número total de membros e o número de membros remunerados da administração foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP	
Total da remuneração	4.154.166,70	16.138.714,15	300.000,00	20.592.880,85

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	0,00	9,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	0,00	9,00
Esclarecimento			Não existe conselho fiscal na companhia	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.110.000,04	6.225.455,23	0,00	10.335.455,27
Benefícios direto e indireto	0,00	827.976,95	0,00	827.976,95
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	10.360.000,00	0,00	10.360.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	331.215,21	0,00	331.215,21
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.708.000,00	0,00	5.708.000,00
Observação	O número total de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP	O número total de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP	
Total da remuneração	4.110.000,04	23.452.647,39	0,00	27.562.647,43

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5	5	3	13,00
N° de membros remunerados	1	4,25	0	5,25
Esclarecimento			0	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	2.760.000,00	0,00	0,00	2.760.000,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8.068.623,69	0,00	8.068.623,69
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6.733.475,77	0,00	6.733.475,77
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3.264.419,41	0,00	3.264.419,41

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5	4	3	12,00
N° de membros remunerados	0	4	0	4,00
Esclarecimento	0		0	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8.070.000,00	0,00	8.070.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	5.380.000,00	0,00	5.380.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3.170.036,30	0,00	3.170.036,30

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5	4	0	9,00
N° de membros remunerados	0	4	0	4,00
Esclarecimento	0		0	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10.792.949,00	0,00	10.792.949,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7.195.299,00	0,00	7.195.299,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	10.360.000,00	0,00	10.360.000,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária

(a) Termos e condições gerais

Atualmente, como instrumento de incentivo de longo prazo e retenção, a Companhia possui 2 (dois) *Planos de Opções de Compra de Ações* vigentes, os quais foram devidamente aprovados: (i) em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizadas em 2 de outubro de 2019 ("Plano de Opções de Compra de Ações de 2019" ou "SOP 2019") e (ii) em 29 de abril de 2023 ("Plano de Opções de Compra de Ações de 2023" ou "SOP 2023" e, em conjunto com o SOP 2019, "Planos"). Nos termos do SOP 2019, o referido plano) tem por objetivo principal compensar os esforços dos seus beneficiários para o sucesso e a performance da Companhia. Já o SOP 2023, visa motivar seus beneficiários a contribuírem para a boa performance e apreciação de nossas ações, já que eles se beneficiam de parte desta apreciação, bem como a alcançarem das metas da Companhia.

Poderão ser eleitos a participar do SOP de 2019 e do SOP de 2023, todas as pessoas que trabalhem na Companhia e/ou nas suas controladas. Dessa forma, ao tornar integrante chave da Companhia em seus acionistas, incentiva-se a tomada responsável de riscos, criando incentivos positivos para que não sejam tomados riscos excessivos e indesejados.

No que tange à administração dos Planos, a Assembleia Geral outorgou ao Conselho de Administração a autoridade para gerir os Planos, bem como os poderes para tomar todas as ações necessárias e apropriadas para a administração dos Planos. Dentre eles, constam:

- a aprovação e a execução das regras para a outorga de opções e a resolução de quaisquer questões relativas à interpretação do plano (inclusive o prazo de carência ou exercício);
- a definição dos indivíduos que poderão participar dos Planos, observados os requisitos de elegibilidade mencionados acima;
- a definição dos termos e condições de opções e as suas modificações, quando necessário ou aconselhável;
- a definição da quantidade de opções a serem outorgadas a cada participante;
- a emissão de novas ações dentro dos limites do capital autorizado ou autorizar a entrega de ações de tesouraria para satisfazer o exercício das opções;
- a possibilidade de delegação ao Comitê de Gente & ASG da gestão dos Planos e dos poderes necessários para tanto.

Os termos e condições específicos dos planos de compensação com base em ações são delineados em contratos individuais a serem celebrados pela Companhia e pelos beneficiários dos Planos.

(b) Número máximo de ações abrangidas

Plano de Opções de Compra de Ações de 2019

O número máximo de ações que podem ser atribuídas como resultado do exercício de opções no âmbito do Plano 2019 está limitado a 3% (três por cento) do capital social total emitido da Companhia imediatamente após a oferta pública inicial (IPO) da Companhia.

Plano de Opções de Compra de Ações de 2023

O número máximo de ações que podem ser atribuídas como resultado do exercício de opções no âmbito do Plano 2023 está limitado a 3% (três por cento) do número de ações que compõem o do capital social total emitido da Companhia, que será somado ao percentual restante da diluição

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

anterior do capital social da Companhia, não considerando o volume de opções efetivamente outorgadas no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações de 2019.

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

Os Planos não estabelecem um número máximo de opções a serem outorgadas para um indivíduo, sujeitando-se ao limite de ações previstos no item (c) acima.

(e) Condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração irá determinar:

- o período de carência no âmbito de cada programa e isso será detalhado no contrato com o beneficiário. Os beneficiários poderão tornar exigíveis e exercer suas opções sob determinados termos e condições a serem estabelecidos em cada um dos contratos de opção com os respectivos beneficiários. Os contratos de opção deverão estabelecer também o prazo de carência (*vesting*) para exercício das opções; e
- a quantidade alvo de Opções de cada Participante, e a quantidade final de Opções a ser efetivamente entregue aos Participantes sujeita à satisfação das condições e período de carência (*vesting*), bem como as metas de desempenho estabelecidos no Programa e/ou o Contrato de Opções do Participante, salvo quando de outra forma determinada pelo Conselho de Administração no âmbito de cada programa ou no contrato com o beneficiário.
- as condições para que os Participantes recebam as Opções.

Abaixo as outorgas deliberadas pelo Conselho de Administração no âmbito dos Planos:

- 1ª Outorga: realizada em 2019, no âmbito do 1º Programa de Opção de Compra de Ações do SOP 2019, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 02 de outubro de 2019 ("1º Programa ao Plano de 2019" ou "Outorgas 2019"). As Outorgas de 2019 têm prazo de carência (*vesting*) para exercício das opções, o qual será de 33,34% no primeiro ano e 33,33% para o segundo e terceiro ano de aniversário da data de outorga. O Conselho de Administração, em reunião realizada em 22 de dezembro de 2021, deliberou acerca da migração de parte das opções concedidas no 1º Programa de Opção de Compra de Ações para que passem a estar sujeitas aos termos e condições do Segundo Programa detalhado abaixo.
- 2ª Outorga: realizada em 2021, no âmbito do 2º Programa de Opção de Compra de Ações do SOP 2019, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 10 de agosto de 2021 ("2º Programa ao Plano de 2019" ou "Outorgas 2021"). A 2ª outorga estabelece um prazo de carência (*vesting*) para exercício das opções, o qual será de 100% após o terceiro ano de aniversário da data da outorga;
- 3ª Outorga: realizada em 2022, no âmbito do 3º Programa de Opção de Compra de Ações do SOP 2019, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 03 de maio de 2022 ("3º Programa ao Plano de 2019" ou "Outorgas 2021"). A 3ª outorga estabelece um prazo de carência (*vesting*) para exercício das opções, o qual será de 100% após o terceiro ano de aniversário da data da outorga.
- 4ª Outorga: realizada em 2023, no âmbito do 1º Programa de Opção de Compra de Ações do SOP 2023, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 10 de maio de 2023 ("1º Programa ao Plano de 2023" ou "Outorgas 2023"). A 4ª outorga estabelece um prazo de carência (*vesting*) para exercício das opções, o qual será de 100% após o terceiro ano de aniversário da data da outorga.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano 2019

O preço total por beneficiário a ser pago para o exercício de todas as opções exercidas é de R\$1,00 (um real).

Plano 2023

O preço total por beneficiário a ser pago para o exercício de todas as opções exercidas é de R\$1,00 (um real).

(g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Em ambos os Planos da Companhia, as opções serão exercíveis dentro de um período a ser determinado caso a caso, contado da data de execução do contrato de opção por meio do qual sejam oferecidas as opções ao beneficiário. O período de carência (*vesting*) será especificado nos contratos de opções de cada um dos beneficiários.

(h) Forma de liquidação

Em ambos os Planos da Companhia a liquidação ocorrerá automaticamente ao fim do prazo estabelecido no Contrato de Opções, ocasião em que a Companhia pode escolher entregar ao beneficiário as ações a que faz jus quando do exercício de suas opções através da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, ou entregar ações de tesouraria, ou ainda uma combinação de ambos, conforme decisão do Conselho de Administração.

(i) Restrições à transferência das ações

Em ambos os Planos da Companhia, as opções serão outorgadas aos beneficiários *intuitu personae* (a título personalíssimo), e não poderão ser empenhadas, cedidas ou transferidas a terceiros, sem a aprovação prévia do Conselho de Administração.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os Planos poderão ser extinguidos pelo Conselho de Administração a qualquer tempo. O direito de efetivamente receber as opções outorgadas de acordo com os Planos poderá também ser automaticamente extinto, sem qualquer direito de indenização, e todos os seus efeitos cessarão de pleno direito se a Companhia for dissolvida, liquidada, tiver sua falência declarada ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial, conforme a lei brasileira. Adicionalmente, quaisquer alterações materiais às leis aplicáveis às sociedades por ações, companhias abertas, relações trabalhistas ou tributos podem levar à revisão do plano, a fim de assegurar o cumprimento da lei.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus diretores previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em ambos os Planos da Companhia, em caso de desligamento de um participante, o Conselho de Administração poderá extinguir ou modificar seus direitos nos termos dos Planos e de acordo com as regras previstas em cada contrato de opção, e programa (exclusivamente para o Plano 2023).

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5	5		10,00
N° de membros remunerados	5	4,25		9,25
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,57%		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	2,29		2,29
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5	4		9,00
N° de membros remunerados	5	4		9,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,34%		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	6,15		6,15
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5	4		9,00
N° de membros remunerados	0	4		4,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,53%		0,00
Esclarecimento	0			----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	12,89		12,89
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 – Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

As tabelas abaixo apresentam informações sobre as outorgas de opções de compra de ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária projetadas para o exercício social corrente, e realizadas nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

Outorgas previstas para o exercício social corrente (2024)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Data de outorga	N/A	7/5/2024
Quantidade de opções outorgadas	N/A	820.441
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	7/5/2027
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	30 dias
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 8,09
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 6.637.367,69

Outorgas realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,25
Nº de membros remunerados	0,00	4,25
Data de outorga	N/A	10/05/2023
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.771.186
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	10/05/2026
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	30 dias
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 3,73
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 6.606.523,78

Outorgas realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Data de outorga	N/A	23/03/2022
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.042.636
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	23/03/2025
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	30 dias
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$5,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas	N/A	R\$5.380.001,76

8.6 Outorga de opções de compra de ações

pelo valor justo das opções na data da outorga		
--	--	--

Outorgas realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Data de outorga	N/A	22/12/21
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.062.037
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	22/12/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	30 dias
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$4,39
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$4.662.342,43

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Data de outorga	N/A	24/02/21
Quantidade de opções outorgadas	N/A	577.936
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	24/02/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	30 dias
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$12,45
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$7.195.303,20

8.7 Opções em aberto

8.7 – Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023
relativas à outorga de 10/05/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número Total de Membros	5,00	4,25
Número de Membros Remunerados	0,00	4,25
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0,00	4.486.961
Data em que se tornarão exercíveis	0,00	Diversas datas em 2024, 2025, 2026
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	30 dias
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 1,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 5,29
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 – Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos últimos 3 exercícios sociais

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número Total de Membros	5,00	4,25
Número de Membros Remunerados	0,00	0,00
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número Total de Membros	5,00	4,00
Número de Membros Remunerados	0,00	0,00
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número Total de Membros	5,00	4,00
Número de Membros Remunerados	0,00	0,00
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 – Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui plano de ações restritas.

8.10 Outorga de ações

8.10 – Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui plano de ações restritas.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui plano de ações restritas.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 – Descrição sumária das informações necessárias para a compensação dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

(a) Modelo de precificação

A metodologia utilizada pela Companhia para precificação das opções outorgadas é a simulação de Monte Carlo, que estabelece a métrica do preço da ação considerando o cálculo sobre os 30 últimos pregões.

Optou-se pela utilização do modelo de Monte Carlo, pois trata-se de um modelo mais flexível que os modelos de Black-Scholes-Merton e Binomial, por permitir a inclusão de premissas como o período de *lock-up* das ações adquiridas e a condição de performance relativa à valorização das ações após o IPO.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Os seguintes fatores foram utilizados para obter o valor justo das opções outorgadas em 2023:

- **Preço atual das ações:** é dado pelo valor da ação na data de outorga
- **Preço médio ponderado das ações:** Não aplicável
- **Preço de exercício:** as opções emitidas são opções sem preço. O exercício da opção depende das condições de desempenho do mercado e do desenvolvimento do preço futuro das ações.
- **Volatilidade esperada:** Para definir a volatilidade consideramos, como a Companhia não possui um histórico longo o bastante para efetuarmos a estimativa com base no seu próprio histórico, um peer group definido em função da similaridade entre os negócios das Companhias. A metodologia de cálculo utilizada foi “desvio padrão dos retornos diários” e os valores obtidos são apresentados a seguir:

Ticker		1	2	3	Correlação
CEAB3	C&A	85,76%	70,29%	66,50%	100,00%
ARZZ3	Peer 1	45,32%	40,95%	41,54%	54,11%
SOMA3	Peer 2	56,44%	54,28%	56,19%	56,46%
AMAR3	Peer 3	82,50%	75,08%	69,72%	61,54%
LREN3	Peer 4	49,84%	44,67%	45,67%	54,51%
GUAR3	Peer 5	71,18%	61,64%	60,66%	60,99%
SBFG3	Peer 6	59,58%	55,90%	53,07%	26,96%
		65,17%	57,54%	56,19%	

- **Rendimento de dividendo esperado:** Como o contrato de outorga não dá ao participante o benefício de distribuição de dividendos, é necessário penalizar o valor do ativo com a expectativa de *dividend yield*. No entanto, a Companhia não possui expectativa de distribuição de dividendos, por isso foi considerado *dividend yield* igual a zero.

8.12 Precificação das ações/opções

- **Taxa de juros livre de riscos:** A taxa de juros livre de riscos (TJLR) é um dos inputs de uma modelagem utilizando Monte Carlo Conforme define a norma contábil, ela é tipicamente o rendimento implícito, atualmente disponível, nos títulos governamentais sem cupom (zero-coupon bonds), emitidos pelo país em cuja moeda o preço de exercício foi expresso, com prazo remanescente igual ao prazo esperado da opção que está sendo avaliada (baseado na vida contratual remanescente da opção e levando em conta os efeitos do exercício antecipado esperado).

Para fazer a estimação da taxa de juros livre de risco, utilizamos os contratos futuros de DI1 (Depósitos Interfinanceiros de um dia), bem aceitos como proxy de títulos públicos baseados na Selic. O DI Futuro está disponível em reais e pode ser acessado na ferramenta Market Data da B3.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por Administradores e Conselheiros Fiscais

Em 31 de dezembro de 2023			
Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
C&A Modas S.A.	461.500	438.186	0,00

8.14 Planos de previdência

8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Executivos

Exercício social encerrado em 31.12.2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,25
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Nome do Plano	N/A	CYAMPREV I e CYAMPREV II
Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	2,00
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Ter no mínimo 50 anos de idade
Valor atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	N/A	R\$ 17.027.339,33
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	N/A	R\$ 77.913,31
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	O resgate poderá ser realizado pelo participante que vier a se desligar da patrocinadora e tiver contribuído para o plano, desde que não receba benefício pelo plano, mediante manifestação por meio do termo de opção; ou pelo participante ativo que não for elegível a contribuir para o plano e que na data do término do vínculo contar, no mínimo, com 3 (três) anos de vinculação ao plano, desde que não tenha direito a receber benefício de aposentadoria ou benefício por invalidez.

8.14 Planos de previdência

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	5	4	4	5	5	5	3	3
Nº de membros remunerados	4,75	4	4	5	5	5	3	3
Valor da maior remuneraçãoReal	6.606.353,94	6.227.015,13	9.224.750,31	660.000,00	2.020.000,00	1.753.333,32	150.000,00	100.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	3.398.002,45	3.121.683,58	4.448.562,73	660.000,00	606.666,68	500.000,04	150.000,00	100.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	4.488.712,59	3.906.803,54	5.856.216,54	660.000,00	983.333,34	822.000,01	150.000,00	100.000,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.	
31/12/2022	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.	
31/12/2021	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.	
31/12/2022	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.	
31/12/2021	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.	
31/12/2022	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os Administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui arranjos contratuais com os seus administradores como, por exemplo, acordos com cláusulas de não concorrência e não aliciamento que ensejam o pagamento de indenização, pela Companhia, ao administrador quando da sua saída do cargo ocupado na Companhia, nem compromisso de indenidade que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores da Companhia.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 - Percentual na remuneração total devido por Administradores, membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não possui membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que fossem partes relacionadas aos controladores.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 - Remuneração de Administradores e membros do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente, os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não receberam qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 - Remuneração de Administradores e membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

Ao longo dos meses de março e abril do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, um dos membros do Conselho de Administração da Companhia, previamente à sua eleição como conselheiro, prestou serviços de consultoria para o controlador da Companhia, cujos valores encontram-se descritos na tabela abaixo:

Exercício social 2023 – demais remunerações recebidas a título de prestação de serviços de consultoria nos controladores da Companhia				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 180.000,00	-	-	R\$ 180.000,00
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Por fim, a Companhia informa que nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidas quaisquer remunerações dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas da Companhia.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 8.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA	Juridica	61.366.936/0001-25	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2004	01/01/2004		
Descrição dos serviços prestados			
Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S prestou serviços de (i) auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e serviços de revisão limitada das informações contábeis intermediárias; (ii) revisão das informações financeiras trimestrais referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023; e (iii) trabalhos adicionais relativos à Reporting package para grupo Cofra. Em relação ao exercício social corrente, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S (i) prestou serviços profissionais em conexão com a oferta pública da Companhia; e (ii) prestou de serviços profissionais para emissão de carta conforto.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
A remuneração dos auditores independentes relativa aos itens (i) auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e ao item (ii) revisão das informações trimestrais foi de R\$1.975.044,21; e ao item (iii) trabalhos adicionais do reporting package foi de R\$93.213,99.			
Justificativa da substituição			
Não houve substituição dos auditores independentes.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

De acordo com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Risco e Finanças, caberá a esse Comitê, dentre outras atribuições:

- (i) opinar sobre a contratação do auditor independente para prestação de serviços de auditoria independente e de qualquer outro serviço à Companhia; e
- (ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (1) a sua independência, (2) a qualidade de serviços prestados; e (3) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.

Desta forma, após a proposta do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças sobre essas matérias, elas devem ser analisadas pelo Conselho de Administração da Companhia, responsável por aprovar os serviços de auditoria e outros serviços que venham a ser prestados pelos auditores independentes.

Na data do presente documento, não houve a contratação de outros serviços adicionais além da auditoria

9.4 Outras informações relevantes

9.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 9 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	652	353	2	5	133
Não-liderança	9050	4093	72	89	1556
TOTAL = 16.005	9702	4446	74	94	1689

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	54	671	109	304	1	0	6
Não-liderança	412	5260	2628	6330	110	0	120
TOTAL = 16.005	466	5931	2737	6634	111	0	126

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	194	916	35
Não-liderança	10219	4307	334
TOTAL = 16.005	10413	5223	369

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança			
Não Liderança			
TOTAL	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	31	101	28	957	28	0
Não-liderança	1069	3538	888	8249	1116	0
TOTAL = 16.005	1100	3639	916	9206	1144	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	614	326	7	7	146
Nordeste	2.240	970	17	16	396
Centro-Oeste	596	238	6	8	68
Sudeste	5.568	2.557	39	55	987
Sul	684	355	5	8	92
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 16.005	9702	4446	74	94	1689

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	32	195	123	735	10	0	5
Nordeste	133	837	730	1882	33	0	24
Centro-Oeste	31	254	137	469	10	0	15
Sudeste	245	4025	1573	3235	53	0	75
Sul	25	620	174	313	5	0	7
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 16.005	466	5931	2737	6634	111	0	126

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	796	291	13
Nordeste	2465	1130	44
Centro-Oeste	630	263	23
Sudeste	5703	3251	252
Sul	819	288	37
Exterior	0	0	0
TOTAL = 16.005	10413	5223	369

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 – Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

(a) Número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abranjam: (i) identidade autodeclarada de gênero; (ii) identidade autodeclarada de cor ou raça; (iii) faixa etária; e (iv) outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	524	273		6	451
Não-liderança	6663	3114		218	4160
TOTAL = 15.409	7187	3387		224	4611

Gostaríamos de destacar que na resposta do primeiro item: Quantidade de empregados por declaração de gênero. Contamos atualmente com 224 colaboradores que se identificam como não binários, transexuais ou outros.

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	63	705	134	340	5	0	7
Não-liderança	365	5033	2442	6078	105	0	132
TOTAL = 15.409	428	5738	2576	6418	110	0	139

10.1 Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	227	30	997
Não-liderança	9234	389	4532
TOTAL = 15.409	9.461	419	5.529

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	49	197	53	888	67	0
Não-liderança	946	3436	833	7806	1134	0
TOTAL = 15.409	995	3.633	886	8.694	1.201	

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	440	226		19	310
Nordeste	1677	771		42	1143
Centro-Oeste	409	148		13	316
Sudeste	4120	1948		124	2502
Sul	541	294		26	340
Exterior	0	0			
TOTAL = 15.409	7.187	3.387		224	4.611

10.1 Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	22	166	109	679	10		9
Nordeste	130	819	683	1928	41		32
Centro-Oeste	29	244	131	461	5		16
Sudeste	230	3869	1480	2994	47		74
Sul	17	640	173	356	7		8
Exterior	0		0	0	0		0
TOTAL = 15.409	428	5738	2576	6418	110		139

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	666	16	313
Nordeste	2238	57	1338
Centro-Oeste	586	31	269
Sudeste	5186	272	3236
Sul	785	43	373
Exterior	0	0	0
TOTAL = 15.409	9.461	419	5.529

(b) Número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

10.1 Descrição dos recursos humanos

Atividade	31/12/2023																											
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Total
Limpeza	2	15	20	4	46	31	20	17	22	21	64	8	6	29	17	40	10	36	142	10	2	2	30	21	10	280	4	909
Logística	2	25		4	48	26	22	2	29	16	76	8	8	25	24	51	8	64	69	20	2		11	32	7	1546	4	2.129
Tecnologia	0	0	2	0	1	2	6	0	3	0	26	0	1	0	2	2	0	25	6	2	0	0	9	7	1	132	0	227
Vigilância																		9								63		72
Refeitório							8					3						9	2							10		32
Total																												3.369

Atividade	31/12/2022																											
	AC	AL	A M	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	M G	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Total
Limpeza	2	18	1 7	4	57	32	22	15	24	22	61	11	11	34	18	45	12	39	55	11	2	2	30	19	13	314	5	895
Logística	2	5		0	21	9	8	6	8	9	18	6	5	6	5	15	7	12	19	6	2		8	5	5	48	3	238
Tecnologia	0	0	2	0	3	2	5	0	4	1	28	0	1	1	3	0	0	17	5	1	0	0	7	9	0	172	0	262
Vigilância																			11							93		104
Refeitório					9		8		2		3	3		7	3		1	9	41							96		182
Total																											1.681	

10.1 Descrição dos recursos humanos

Atividade	31/12/2021																											
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	M A	M G	M S	M T	PA	P B	P E	P I	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Total
Limpeza	2	18	17	4	54	32	22	15	18	2 2	52	8	1 1	2 8	18	4 5	1 2	33	127	14	2	2	28	19	17	239	5	864
Logística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86	-	-	-	-	50	-	1670	-	1.806
Lojas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Tecnologia	-	-	5	-	6	5	21	5	7	2	58	2	4	3	1	5	-	16	18	3	-	-	7	11	1	308	2	490
Vigilância	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	10	-	-	-	-	-	-	15	-	26
Refeitório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	15
Total																												3.201

Atividade	31/12/2020	
-----------	------------	--

10.1 Descrição dos recursos humanos

	AC	AL	AM	AP	BA	C E	DF	ES	GO	M A	M G	MS	MT	PA	P B	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Total
Limpeza	2	1 7	1 7	4	5 1	3 2	2 2	1 5	1 5	2 2	5 2	4	5	2 5	1 5	45	9	24	112	14	2	2	24	16	14	224	2	786
Logística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	542	-	-	-	-	548	-	703	-	1793
Tecnologia	1 7	8 5	1 0 2	34	2 3 7	2 0 3	1 3 6	1 1 9	1 1 9	1 3 6	3 5 6	3 4	3 4	1 5 3	8 5	254	51	153	695	85	17	17	153	119	85	1508	1 7	5000
Vigilância	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	197	-	201
Refeitório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	29	-	29
Total																												7.968

10.1 Descrição dos recursos humanos

(c) Índice de rotatividade

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
72,70%	62,51%	41,9%

10.2 Alterações relevantes

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a) política de salários e remuneração variável

A C&A considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a C&A; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o associado conheça suas atribuições e responsabilidades.

A estratégia de recursos humanos da C&A visa “ter as melhores pessoas, nos lugares certos”, tendo como base um modelo de competências, por meio do qual, anualmente, avalia todos os times, buscando o desenvolvimento destas habilidades e o constante desafio ao desempenho e, consequente, a alta performance da Companhia.

Sendo assim, a C&A criou uma estratégia de remuneração capaz de atrair, desenvolver e reter os profissionais com uma política que garante um salário base competitivo e um incentivo de curto prazo, atrelado a resultados. Todo este sistema visa promover o alinhamento de todos os empregados ao crescimento e geração de valor da C&A.

Anualmente, a C&A atualiza suas tabelas através de pesquisas com base nos mercados nos quais atua e, desta forma, mantém uma política justa e que preza pela equidade interna. Para as posições operacionais, a C&A segue o piso salarial do sindicato nas regiões. Com isto, a C&A atende a todos os parâmetros trabalhistas, previdenciários e sindicais nas localidades onde atua.

Em complemento, para os incentivos de curto prazo, o modelo de Participação de Lucros e Resultados (PLR) homologado pelo Sindicato com o objetivo de premiar o alcance e superação das metas pré-estabelecidas pela C&A, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do nosso negócio em cada exercício social. Com características mais coletivas, o atingimento da meta econômica é condição essencial para a ocorrência do pagamento. Todos os funcionários são elegíveis ao programa de acordo com os limites estabelecidos anualmente no plano de PLR.

b) política de benefícios

Além de uma Política de Remuneração equilibrada, a Companhia oferece benefícios específicos para atender a seus empregados em todas as localidades onde está presente. A política está alinhada às práticas de mercado para cada grupo de função e cargo.

- Plano de Saúde e Odontológico: a Companhia tem um plano de saúde no sistema de autogestão que oferece serviços de saúde em todo o território nacional. Além disso, a Companhia mantém entidades prestadoras de serviços médicos credenciadas, que atendem suas lojas nas diferentes cidades onde opera.
- Refeição: a Companhia possui refeitórios em diversas unidades e subsidia 80% do valor de cada refeição, para os locais onde não há refeitório a companhia realiza o pagamento de um vale refeição no valor correspondente.
- Desconto para compra em lojas: a Companhia oferece desconto de 20% em suas compras na rede de lojas e no e-commerce para seus empregados, com uma carência
- Previdência privada: a previdência privada da C&A é destinada para todos os empregados elegíveis, o que reforça o compromisso da C&A com o futuro. Cada participante poderá optar por um percentual de contribuição, como contrapartida, a Companhia poderá aportar até 50% do valor por ele depositado respeitando os limites de regulamentação.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

- Convênios: por meio de uma plataforma acessível a todos os seus empregados, a Companhia oferece descontos em farmácia, universidades, academias, cursos de idiomas, restaurantes e outros serviços.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

O plano de incentivo de longo prazo tem o objetivo de incentivar, bem como alinhar interesses de longo prazo dos nossos acionistas, de modo a maximizar a criação de valor ao nosso negócio, por meio de resultados consistentes e sustentáveis, tanto de médio quanto de longo prazo. Como forma de promover o engajamento e de retenção do nosso *Senior Management Team*, em 2021 lançamos o Incentivo a Longo Prazo, no formato de Plano de *Stock Option*.

i) grupo de beneficiários:

Executivos a partir do nível Gerente Seniores são elegíveis ao plano.

ii) condições para exercício;

Anualmente a empresa dará direito a uma quantidade de ações a cada elegível baseado em seu salário e nível. Após o período de *vesting* de 3 anos, as condições de performance são apuradas. A empresa transfere a titularidade das ações aos executivos respeitando a quantidade definida pelas condições de performance.

iii) preço de exercício;

Para a definição do preço de exercício foi escolhida a Simulação de Monte Carlo:

Simula diversos cenários de preços de ação, permitindo a incorporação de variáveis aleatórias. É aplicado em Programas com condições de *vesting* de mercado muito complexas e indicados pela norma para programas que possuem condição de exercício vinculadas à performance externa.

iv) prazo de exercício;

Implementação de um “período de exercício” de 3 anos após cada data de aniversário de *vesting*. Com esse período de *vesting*, o executivo precisará apoiar na condição de desempenho referente ao valor da ação.

v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

	Quantidade de Ações	%	Fair Value da Outorga	Participantes
Capital Total	308.245.600	100,00%		
Diluição do Capital - 3%	9.759.850	3,00%		
Outorga 2019 (Plano 2021)	57.402	0,01%	1,83	1
Outorga 2021 (Plano 2021)	2.225.925	0,73%	12,45	53
Outorga 2022 (Plano 2021)	2.876.843	0,93%	2,66	54
Outorga 2023 (Plano 2023)	4.569.680	1,48%	5,36	51

d) Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social:

A diferença entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil é de aproximadamente 104 vezes.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
3.461.781,37	33.161,03	104,39
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A C&A preza por uma gestão baseada em valores e em seus princípios éticos, de maneira a contribuir para uma sociedade justa e ter uma atuação responsável com todos os seus stakeholders.

Na Gestão Sindical, a C&A estabelece um modelo estruturado e perene, centralizando a interlocução junto às entidades externas em nossa área de Relações Sindicais. Com isto, preserva sua reputação e imagem. A Companhia compartilha com os seus gestores esta estratégia e, assim, consegue construir uma abordagem preventiva contra eventuais riscos sindicais, fomentando um ambiente interno de trabalho positivo e contribuindo para o crescimento da empresa.

A Companhia entende que a área de Relações Sindicais deve sempre atuar respeitando a Legislação Trabalhista, as Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos de Trabalho vigentes, dos quais é signatária. A Companhia mantém um relacionamento harmonioso entre as entidades sindicais por meio do diálogo permanente, claro e transparente, valorizando o relacionamento sindical, elevando o grau de confiança entre as partes e promovendo a efetiva discussão de interesses da categoria econômica e profissional; bem como da liberdade de filiação sindical de seus empregados.

A Companhia negocia com os sindicatos patronais e com os sindicatos laborais pautados pelo “código sindical” ativo no Ministério do Trabalho da categoria profissional econômica da Companhia, que representam todas as lojas, os centros de distribuição e o escritório central no território nacional.

Assim sendo, a Companhia mantém um bom relacionamento com os empregados e com os respectivos sindicatos de suas categorias, informando que, nos últimos três exercícios sociais, não ocorreram greves ou paralisações nos últimos três exercícios sociais.

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 10 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse” da Companhia (“Política de Partes Relacionadas”), que foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 2 de outubro de 2019, e aditada em 24 de maio de 2024, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência, conformidade, equidade e comutatividade. Além disso, visa estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados, pela Companhia, para evitar e estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados, pela Companhia, evitar e dirimir eventuais conflitos de interesses relacionados a transações com partes relacionadas.

A Política de Partes Relacionadas tem como fundamento: (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social e dos regimentos internos da Companhia, conforme alterados (“Estatuto Social” e “Regimentos Internos”, respectivamente); (ii) o “Código de Ética” da Companhia (“Código de Ética”); (iii) a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); (iv) as normas aplicáveis expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); (v) o “Regulamento de Listagem do Novo Mercado” da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Regulamento do Novo Mercado”, respectivamente); (vi) os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis 05(R1), 18(R2), 36(R3) e demais pronunciamentos aplicáveis; (vii) o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC; e (viii) o Código Brasileiro de Governança Corporativa de Companhias Abertas..

1.1. As Transações com Partes Relacionadas serão classificadas pela área jurídica da Companhia em razão: (i) do montante envolvido; e (ii) de ser ou não operação no curso normal dos negócios, para determinar as instâncias competentes para sua análise e aprovação, na forma desta Política.

- Toda e qualquer Transação com Partes Relacionadas, incluindo as que envolverem montante inferior ao Montante Relevante, deverão ser previamente aprovadas pela Diretoria Executiva.

1.2.

- Toda e qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita líquida da Companhia apurado no fim do exercício social imediatamente anterior (“**Montante Relevante**”) envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, deverá ser previamente aprovada pelo **Conselho de Administração**, nos termos desta Política. O Comitê de Auditoria deverá avaliar as referidas Transações com Partes Relacionadas e recomendar ou não a sua aprovação pelo Conselho de Administração.
- Toda e qualquer Transação com Parte Relacionada cujo valor corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último

11.1 Regras, políticas e práticas

balanço aprovado, deverá ser aprovada pela Assembleia Geral da Companhia, nos termos desta Política.

1.3.

- As Transações com Partes Relacionadas fora do Curso Normal dos Negócios serão informadas pela Diretoria Executiva ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

1.4. A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, conforme o caso, somente poderão aprovar a Transação com Parte Relacionada caso concluam ser equitativa e realizada no melhor interesse da Companhia sendo facultado, a seu exclusivo critério em observância a esta Política, condicionar a aprovação da Transação com Parte Relacionada às alterações que julgar necessárias.

1.5. O Conselho de Administração deverá assegurar, igualmente, tratamento equitativo para os acionistas quando da análise de operações de reestruturações societárias envolvendo Partes Relacionadas, incluindo o previsto no Parecer de Orientação da CVM nº35.

2.

2.1. São vedadas as seguintes Transações com Partes Relacionadas:

- (i) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; e
- (ii) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança):
 - (a) aos administradores e membros dos conselhos fiscal ou administrativo ou comitês, estatutários ou não, e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as);
 - (b) aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e
 - (c) aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5% (cinco por cento), quaisquer administradores da Companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau.

É vedada, também, a participação (direta ou indireta) de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.

2.2. Por fim, acerca do monitoramento, a área Jurídica, mediante parecer prévio da área de Compliance, deverá elaborar relatório com o resumo de todas as Transações com Partes Relacionadas, que deverá ser submetido anualmente: (i) ao Comitê de Auditoria; e (ii) ao Conselho de Administração.

A referida Política poderá ser consultada no site de RI da Companhia (www.ri.cea.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) ou da B3 (www.b3.com.br).

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Instituto C&A	01/03/2017	241.811,54	26.599,84	Conforme descrito	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa					
Objeto contrato	Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pelo Instituto de departamentos da Companhia. O Instituto paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pelo Instituto mensalmente, o qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da Companhia. No período findo em 31 de dezembro de 2023, o montante relativo aos serviços prestados totalizaram o montante de R\$241.811,54					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O Contrato pode ser resiliado mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso o Instituto deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pelo Instituto de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
COFRA Latin America Ltda.	01/03/2017	111.889,32	8.457,13	Co.nfo.rme. de.scr.ito	indeterminada	0
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa					
Objeto contrato	Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pela COFRA de departamentos da Companhia. A COFRA paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pela COFRA mensalmente, a qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da Companhia. No período findo em 31 de dezembro de 2023,o montante relativo aos serviços prestados totalizaram R\$111.889,32.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O Contrato pode ser resilido mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso a COFRA deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pela COFRA de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
C&A Sourcing	28/02/2012	336.755.961,92	69.638.350,89	0	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa					
Objeto contrato	Contratação de prestação de assistência na busca de fornecedores em mercados estrangeiros para compra de mercadorias têxteis e outros produtos correlatos. O valor envolvido inclui o valor da fatura emitida pelos fornecedores para a Companhia, antes de quaisquer descontos, acrescido de um uplift, conforme aditamento a tal contrato celebrado em 30 de setembro de 2019 e em vigor desde 4 de outubro de 2019. No período findo em 31 de dezembro de 2023, o montante pago foi de R\$ 336.755.961,92.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	(i) descumprimento de cláusula do contrato, (ii) caso fortuito ou de força maior, (iii) se qualquer das partes entrar em procedimento falimentar, ou, (iv) mediante envio de notificação à outra parte com 90 dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviço a fim de possibilitar o fornecimento de produtos vindos do exterior, ampliando a cadeia de fornecimento da Companhia..					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada	18/05/2014	7.130.948,30	1.974.431,21	0	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Associada sob influência direta					
Objeto contrato	A Companhia participa, juntamente com outras empresas ligadas, como patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, que tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda suplementar. No período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contribuiu com R\$7.130.948,30 . à Cyamprev. O total de empregados participantes dos planos em 31 de dezembro de 2023 é de 4.500 participantes.					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	Contratação de serviço de previdência privada para os funcionários da Companhia					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
C&A Services	01/12/1998	1.785.808,99	0	0	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa					
Objeto contrato	Contrato de direito de uso/manutenção de licenças do software SAP adquiridas através da C&A Services por prazo indeterminado. No período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia desembolsou o montante de R\$ 1.785.808,99.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de direito de uso/manutenção de licenças do software SAP para associados da C&A.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

a. nome das partes relacionadas: Instituto C&A

b. relação das partes com o emissor: Associada sem influência significativa

c. data da transação: 01/03/2017

d. objeto do contrato: Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pelo Instituto de departamentos da Companhia. O Instituto paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pelo Instituto mensalmente, a qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da C&A. No período findo em 31 de dezembro de 2023 o montante relativo aos serviços prestados totalizaram o montante de R\$241.811,54.

e. Posição contratual do emissor: (X) Credor () Devedor

Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida: () Sim ou (x) Não

f. montante envolvido no negócio: 241.811,54

g. saldo existente: R\$26.599,84

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:
Conforme descrito

i. garantias e seguros relacionados: Não aplicável

j. duração: Indeterminado

k. condições de rescisão ou extinção: O Contrato pode ser resilido mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso o Instituto deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.

l. natureza e razões para a operação: Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pelo Instituto de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão

m. taxa de juros cobrada, se aplicável: 0,000000

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses: A Companhia conta com uma “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse”, disponível no site de RI, que determina regras e procedimentos específicos para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência. Ainda, o Código de Ética da Companhia conta com tópico que também aborda o tema em seu item 14. “Ética nas Relações com Terceiros”.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado: Trata-se de mero compartilhamento de despesas de acordo com custo efetivamente dispendido pela Companhia com os departamentos específicos compartilhados e percentual utilizado pela parte relacionada. Ainda, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos avaliou em 06 fevereiro de 2020 as condições da parceria com a parte relacionada.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

a. **nome das partes relacionadas:** COFRA Latin America Ltda.

b. **relação das partes com o emissor:** Associada sem influência significativa

c. **data da transação:** 01/03/2017

d. **objeto do contrato:** Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pela COFRA de departamentos da Companhia. A COFRA paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pela COFRA mensalmente, a qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da C&A. No período findo em 31 de dezembro de 2023 o montante relativo aos serviços prestados totalizaram R\$111.889,32

e. **Posição contratual do emissor:** (X) Credor () Devedor

Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida: () Sim ou (x) Não

f. **montante envolvido no negócio:** 111.889,32

g. **saldo existente:** R\$8.457,13

h. **montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:**
Conforme descrito

i. **garantias e seguros relacionados:** Não aplicável

j. **duração:** indeterminada

k. **condições de rescisão ou extinção:** O Contrato pode ser resilido mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso a COFRA deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.

l. **natureza e razões para a operação:** Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pela COFRA de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão.

m. **taxa de juros cobrada, se aplicável:** 0,0

n. **medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses:** A Companhia conta com uma “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse”, disponível no site de RI, que determina regras e procedimentos específicos para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência. Ainda, o Código de Ética da Companhia conta com tópico que também aborda o tema em seu item 14. “Ética nas Relações com Terceiros”.

o. **demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado:** Trata-se de mero compartilhamento de despesas de acordo com custo efetivamente dispendido pela Companhia com os departamentos específicos compartilhados e percentual utilizado pela parte relacionada. Ainda, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos avaliou em 06 fevereiro de 2020 as condições da parceria com a parte relacionada.

a. **nome das partes relacionadas:** C&A Sourcing

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

b. relação das partes com o emissor: Associada sem influência significativa

c. data da transação: 28/02/2012

d. objeto do contrato: Contratação de prestação de assistência na busca de fornecedores em mercados estrangeiros para compra de mercadorias têxteis e outros produtos correlatos. O valor envolvido inclui o valor da fatura emitida pelos fornecedores para a Companhia, antes de quaisquer descontos, acrescido de um uplift, conforme aditamento a tal contrato celebrado em 30 de setembro de 2019 e em vigor desde 4 de outubro de 2019. O montante pago no ano de 2023 foi de R\$ 336.755.961,92.

e. Posição contratual do emissor: () Credor (x) Devedor

Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida: () Sim ou (x) Não

f. montante envolvido no negócio: 336.755.961,92

g. saldo existente: R\$69.638.350,89

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir: 0

i. garantias e seguros relacionados: Não aplicável

j. duração: Indeterminado

k. condições de rescisão ou extinção: (i) descumprimento de cláusula do contrato, (ii) caso fortuito ou de força maior, (iii) se qualquer das partes entrar em procedimento falimentar, ou, (iv) mediante envio de notificação à outra parte com 90 dias de antecedência.

l. natureza e razões para a operação: Prestação de serviço a fim de possibilitar o fornecimento de produtos vindos do exterior, ampliando a cadeia de fornecimento da Companhia.

m. taxa de juros cobrada, se aplicável: 0,0

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses: A Companhia conta com uma “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse”, disponível no site de RI, que determina regras e procedimentos específicos para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência. Ainda, o Código de Ética da Companhia conta com tópico que também aborda o tema em seu item 14. “Ética nas Relações com Terceiros”.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado: A Companhia entende que a parceria agrega valor promovendo a ampliação de sua cadeia de fornecimento e disponibilização de infraestrutura (escritórios e pessoal) no exterior sempre que necessário. O fornecimento de produtos vindos do exterior via C&A Sourcing não é exclusiva e a Companhia está constantemente avaliando novos parceiros para garantir que a manutenção do contrato e a participação percentual da parceria no fornecimento de produtos vindos do exterior seja a mais vantajosa para a Companhia. As taxas de outros traders parceiros é equivalente e a C&A Sourcing garante padrões de *compliance* elevados conforme exigidos pela Companhia. Ainda, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos avaliou em 06 fevereiro de 2020 as condições da parceria com a parte relacionada.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

a. nome das partes relacionadas: Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada

b. relação das partes com o emissor: Associada sob influência direta

c. data da transação: 18/05/2014

d. objeto do contrato: A Companhia participa, juntamente com outras empresas ligadas, como patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, que tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda suplementar. No ano de 2023, a Companhia contribuiu com R\$7.130.948,30 à Cyamprev. O total de empregados participantes dos planos em 31 de dezembro de 2023 é de 4.500 participantes.

e. Posição contratual do emissor: () Credor (x) Devedor

Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida: () Sim ou (x) Não

f. montante envolvido no negócio: 7.130.948,30.

g. saldo existente: R\$1.974.431,21

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir: 0

i. garantias e seguros relacionados: Não aplicável.

j. duração: Indeterminado

k. condições de rescisão ou extinção: Não aplicável.

l. natureza e razões para a operação: Contratação de serviço de previdência privada para os funcionários da Companhia

m. taxa de juros cobrada, se aplicável: 0,0

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses: A Companhia conta com uma “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse”, disponível no site de RI, que determina regras e procedimentos específicos para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência. Ainda, o Código de Ética da Companhia conta com tópico que também aborda o tema em seu item 14. “Ética nas Relações com Terceiros”.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado: A Cyamprev oferece aos colaboradores da Companhia condições e taxas compatíveis com competidores equivalentes. Ainda, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos avaliou em 06 fevereiro de 2020 as condições da parceria com a parte relacionada.

a. nome das partes relacionadas: C&A Services

b. relação das partes com o emissor: Associada sem influência significativa

c. data da transação: 01/12/1998

d. objeto do contrato: Contrato de direito de uso/manutenção de licenças do software SAP adquiridas através da C&A Services por prazo indeterminado. No ano de 2023, a Companhia desembolsou o montante de R\$ 1.785.808,99.

e. Posição contratual do emissor: () Credor (x) Devedor

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida: () Sim ou (x) Não

f. **montante envolvido no negócio:** 1.785.808,99

g. **saldo existente:** R\$0

h. **montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:** 0

i. **garantias e seguros relacionados:** Não aplicável

j. **duração:** Indeterminado

k. **condições de rescisão ou extinção:** Não aplicável.

l. **natureza e razões para a operação:** Contrato de direito de uso/manutenção de licenças do software SAP para associados da C&A.

m. **taxa de juros cobrada, se aplicável:** 0,0

n. **medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses:** A Companhia conta com uma “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse”, disponível no site de RI, que determina regras e procedimentos específicos para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência. Ainda, o Código de Ética da Companhia conta com tópico que também aborda o tema em seu item 14. “Ética nas Relações com Terceiros”.

o. **demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado:** A versão da solução utilizada pela Companhia não é mais oferecida para contratação pelo fornecedor do software e tem suporte vigente até 2027. De todo modo, a Companhia avalia constantemente o custo de implantação das soluções atualmente oferecidas pela SAP, bem como o custo de outras soluções de mercado, e, até o momento, considera mais benéfico a manutenção do sistema atual. Ainda, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos avaliou em 06 fevereiro de 2020 as condições da parceria com a parte relacionada.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 -Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 11 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
24/10/2019		Não aplicável	1.847.176.855,07
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
308.245.068		0	308.245.068

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
24/10/2019		Não aplicável	1.847.176.855,07
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
308.245.068		0	308.245.068

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
24/10/2019		Não aplicável	1.847.176.855,07
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
308.245.068		0	308.245.068

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
02/10/2019		Não aplicável	0,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
135.000.000		0	135.000.000

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 - Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, visto que a Companhia não é uma emissora estrangeira.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Primeira emissão de notas comerciais
Data de emissão	18/03/2022
Data de vencimento	18/03/2027
Quantidade	250.000
Valor nominal global R\$	250.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	262.747.446,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas comerciais foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, tendo sido destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da regulação aplicável. Nos termos da Instrução CVM 476, as notas comerciais não poderão ser negociadas antes de decorridos 90 dias da data de emissão e, após esse período, poderão ser negociadas apenas entre investidores qualificados
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido (ii) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário; (iii) demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo; e (iv) de prêmio flat aplicável sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme abaixo: • 1,36%, se a partir da Data de Emissão até 18 de setembro de 2024 (inclusive) 1,36% • 1,27%, se a partir de 18 de setembro de 2024 (exclusive) até 18 de dezembro de 2024 (inclusive) • 1,20%, se a partir de 18 de dezembro de 2024 (exclusive) até 18 de março de 2025 (inclusive) • 1,05%, se a partir de 18 de março de 2025 (exclusive) até 18 de junho de 2025 (inclusive) • 0,87%, se a partir de 18 de junho de 2025 (exclusive) até 18 de setembro de 2025 (inclusive) • 0,71%, se a partir de 18 de setembro de 2025 (exclusive) até 18 de dezembro de 2025 (inclusive) • 0,69%, se a partir de 18 de dezembro de 2025 (exclusive) até 18 de junho de 2026 (inclusive) • 0,54%, se a partir de 18 de junho de 2026 (exclusive) até 18 de setembro de 2026 (inclusive) • 0,38%, se a partir de 18 de setembro de 2026 (exclusive) até 18 de dezembro de 2026 (inclusive) • 0,18%, se a partir de 18 de dezembro de 2026 (exclusive) até a Data de Vencimento Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Notas Comerciais, endereçada a todos os titulares das Notas Comerciais, sendo assegurado a todos os titulares das Notas Comerciais igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Comerciais por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada na forma descrita no Termo de Emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Restrições: As principais hipóteses que acarretam o vencimento antecipado das Notas Comerciais, dentre outras, são: (i) redução de capital social da Companhia, (ii) incorporação (de sociedades e/ou de ações) da Companhia por quaisquer terceiros; (iii) fusão ou cisão da Companhia; (iv) a realização pela Companhia de qualquer reorganização societária; (v) não observância, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, do seguinte índice financeiro ("Índice Financeiro"): a razão entre a Dívida Financeira Líquida e EBITDA, em qualquer exercício social a partir da primeira verificação e até o pagamento integral das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, deverá ser menor ou igual a 3,0x; e (vi) distribuição e/ou pagamento (inclusive por meio de antecipação) pela Companhia de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório previsto nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras remessas de recursos aos acionistas da Companhia, exceto nos casos previstos na Escritura de emissão.

Garantia: As Notas Comerciais não contaram com qualquer garantia.

Espécie: quirografária

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Exceto se de outra forma previsto no Termo de Emissão, qualquer matéria a ser deliberada pelos titulares das Notas Comerciais deverá ser aprovada, tanto em primeira quanto em segunda convocação, por titulares das Notas Comerciais que representem, pelo menos, 2/3 das Notas Comerciais em Circulação.

Mediante proposta da Companhia, a Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais poderá, por deliberação favorável de titulares das Notas Comerciais titulares de, no mínimo, 75% das Notas Comerciais em Circulação, aprovar qualquer modificação relativa às características das Notas Comerciais, que impliquem: (i) alteração da Remuneração; (ii) alteração da Data de Pagamento da Remuneração ou de quaisquer valores previstos neste Termo de Emissão; (iii) alteração das Datas de Vencimento das Notas Comerciais e da vigência das Notas Comerciais; (iv) alteração dos valores, montantes e datas de Amortização do principal das Notas Comerciais; (v) alteração da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, inclusive sua exclusão; (vi) a alteração dos quóruns de deliberação previstos neste Termo de Emissão; (vii) alteração das disposições desta Cláusula; (viii) na criação de evento de repactuação; e (ix) alteração das disposições relativas à Aquisição Facultativa, à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, à Amortização Extraordinária Obrigatória e ao Resgate Antecipado Obrigatório

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Dentre outras hipóteses de vencimento antecipado, vencimento antecipado não automático por descumprimento dos índices e limites financeiros, calculados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas ao final de cada exercício, a partir das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das notas comerciais: o índice obtido pela divisão de dívida líquida por EBITDA deve ser inferior ou igual a 3,0x (três vezes). Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, Resgate Antecipado Facultativo ou Oferta de Resgate Antecipado, nos termos previstos no Termo de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 18 de setembro de 2022, os demais pagamentos sempre no dia 18 dos meses de março e setembro de cada ano, e o último na Data de Vencimento, conforme tabela prevista no Termo de Emissão. Atualização Monetária das Notas Comerciais: O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais não será atualizado monetariamente. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Notas Comerciais nela custodiadas eletronicamente; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Notas Comerciais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. Amortização Extraordinária: Não será admitida a realização de amortização extraordinária parcial facultativa das Notas Comerciais. Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Notas Comerciais, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo titular de Notas Comerciais vendedor por valor igual, inferior ou superior ao saldo do Valor Nominal Unitário da Nota Comercial em questão. A Companhia deverá fazer constar das suas demonstrações financeiras referidas aquisições. As Notas Comerciais adquiridas pela Companhia poderão, a seu critério (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Notas Comerciais adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Notas Comerciais.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Primeira emissão de debentures não conversíveis em ações, em série única
Data de emissão	20/05/2021
Data de vencimento	20/05/2025
Quantidade	500.000
Valor nominal global R\$	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	138.047.084,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta de Resgate com pagamento de "Prêmio de Oferta de Resgate". Opção de adesão a Oferta de Resgate é de total autonomia do Debenturista. O valor a ser pago aos Debenturistas na hipótese de realização do resgate antecipado total das Debêntures em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido: (i) da Remuneração calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate; (ii) de eventual Prêmio de Oferta de Resgate; e (iii) de demais encargos devidos e não pagos. Exceto pelo disposto acima, a Companhia não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado de qualquer das Debêntures.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Juros: As Debêntures farão jus, a partir da primeira Data de Integralização, a uma remuneração correspondente a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de spread ou sobretaxa equivalente a 2,15% ao ano, base 252 Dias Úteis incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura) imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data de seu efetivo pagamento ("Período de Capitalização").

O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração, devida ao final de cada Período de Capitalização, calculada com 8 casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros calculado com 9 casas decimais, com arredondamento, apurado da forma explicitada na Escritura de Emissão.

Garantia: N/A

Espécie: Quirografária.

Restrições: As principais hipóteses que acarretam o vencimento antecipado das Debêntures, dentre outras, são: (i) alteração do controle acionário direto (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) ou indireto da Companhia, (ii) incorporação (de sociedades e/ou de ações) da Companhia por quaisquer terceiros; (iii) fusão ou cisão da Companhia; (iv) a realização pela Companhia de qualquer reorganização societária, (v) não observância, pela Companhia, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, do seguinte índice financeiro a razão entre a Dívida Financeira Líquida e EBITDA (conforme definições na Escritura), em qualquer exercício social a partir da primeira verificação e até o pagamento integral das obrigações decorrentes das Debêntures, deverá ser menor ou igual a 3,0x; e (vi) distribuição e/ou pagamento (inclusive por meio de antecipação) pela Companhia de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório previsto nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras remessas de recursos aos acionistas da Companhia, exceto nos casos previstos na Escritura de emissão.

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Aprovação em assembleia por debenturistas representando no mínimo 75% das debêntures em circulação, em primeira convocação, e 50% mais uma das debêntures em circulação em segunda convocação

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Pagamento da remuneração: Ressalvadas as hipóteses de Oferta de Resgate Antecipado ou Evento de Vencimento Antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 20 dos meses de maio e novembro de cada ano, sem carência, sendo o primeiro pagamento em 20 de novembro de 2021 e, o último, na Data de Vencimento.

Atualização monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice

Local de pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3 terão os seus pagamentos realizados pelo Banco Liquidante ou, conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim, ou ainda na sede da Emissora, se for o caso.

Amortização extraordinária: não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.

Aquisição facultativa: Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir, total ou parcialmente, Debêntures, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 30, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, na Instrução da CVM nº 620, de 17 de março de 2020, e na regulamentação aplicável da CVM, devendo o fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras (e/ou informações financeiras trimestrais) da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Segunda emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, em até 2 séries
Data de emissão	13/05/2022
Data de vencimento	13/08/2028
Quantidade	600.000
Valor nominal global R\$	600.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	247.226.111,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3, sendo a respectiva distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas com investidores em geral nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476. O prazo de 90 dias para restrição de negociação das Debêntures referido acima não será aplicável aos Coordenadores, para as Debêntures que tenham sido subscritas e integralizadas em razão do exercício da garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição, observado o disposto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, devendo ser respeitadas todas as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas. O valor a ser pago aos Debenturistas na hipótese de realização do resgate antecipado total das Debêntures em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, caso aplicável, acrescido: (i) da Remuneração da respectiva série, calculada pro rata temporis desde a respectiva Data de Início da Rentabilidade ou respectivas Datas de Pagamento da Remuneração imediatamente anteriores, conforme o caso, até a data do efetivo resgate; (ii) de eventual Prêmio de Oferta de Resgate; e (iii) de demais encargos devidos e não pagos.
Características dos valores mobiliários de dívida	Remuneração das Debêntures da Primeira Série: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de spread de 2,10% ao ano, base 252 Dias Úteis. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula, nos termos da Escritura: $J = Vne \times (\text{Fator Juros} - 1)$ A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga semestralmente, em conjunto com as Datas de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, sempre no dia 13 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 13 de novembro de 2023 e o último na data de vencimento indicada acima. Remuneração das Debêntures da Segunda Série: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de spread de 2,40% ao ano, base 252 Dias Úteis. A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula: $J = Vne \times (\text{Fator Juros} - 1)$ O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em uma única parcela na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, enquanto o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado, em 4 parcelas anuais, a partir do 3º ano (inclusive), contado da Data de Emissão das Debêntures, sendo a primeira parcela devida em 13 de maio de 2025 e, a última, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série. Garantia: N/A Espécie: Quirografária Restrições: As principais hipóteses que acarretam o vencimento antecipado das Debêntures, dentre outras, são: (i) distribuição e/ou pagamento (inclusive por meio de antecipação) pela Companhia de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório previsto nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras remessas de recursos aos acionistas da Companhia, exceto nos casos previstos na Escritura de emissão; (ii) redução de capital social da Companhia; (iii) alteração do controle acionário direto ou indireto da Companhia; (iv) (a) incorporação (de sociedades e/ou de ações) da Companhia por quaisquer terceiros; (b) fusão ou cisão da Companhia; e/ou (c) a realização pela Companhia de qualquer reorganização societária, exceto nos termos previstos na Escritura de Emissão; e (v) não observância, pela Companhia, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, do seguinte índice financeiro ("Índice Financeiro"), calculado anualmente de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, ao término de cada exercício social, apurados a partir das demonstrações financeiras da Emissora, qual seja, a razão entre a Dívida Financeira Líquida e EBITDA (conforme definições na Escritura de Emissão), em qualquer exercício social a partir da primeira verificação e até o pagamento integral das obrigações decorrentes das Debêntures, deverá ser menor ou igual a 3,0x. Agente fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aprovação em assembleia por debenturistas representando no mínimo 75% das debêntures em circulação, em primeira convocação e 50% segunda convocação.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Vencimento das Debêntures da 1ª Série: 13/11/2025 Vencimento das Debêntures da 2ª Série: 13/05/2028 Pagamento da remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual Oferta de Resgate Antecipado ou Evento de Vencimento Antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga semestralmente, sem carência, no dia 13 dos meses de novembro e maio, com início em novembro ode 2022, até maio de 2025. Atualização monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice. Local de pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3 terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador ou, conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim, ou ainda na sede da Emissora, se for o caso. Amortização extraordinária: Não será admitida a realização de amortização extraordinária das Debêntures. Aquisição facultativa: Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir, total ou parcialmente, Debêntures, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, na Instrução da CVM nº 620, de 17 de março de 2020, e na regulamentação aplicável da CVM, devendo o fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras (e/ou informações financeiras trimestrais) da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus às mesmas Remunerações aplicáveis às demais Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Terceira emissão de notas comerciais
Data de emissão	25/05/2023
Data de vencimento	24/05/2025
Quantidade	200.000
Valor nominal global R\$	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	164.282.228,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Comerciais somente poderão ser negociadas entre Investidores Profissionais nos mercados regulamentados de valores mobiliários a partir da data de cada subscrição ou aquisição das Notas Comerciais por Investidores Profissionais, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos no artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160, e que a negociação das Notas Comerciais deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis e vigentes, conforme alteradas de tempos em tempos.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo Total: A Companhia poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido (ii) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário; (iii) demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo; e (iv) de prêmio flat aplicável sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, calculado da seguinte forma: • 1,10%, se a partir da Data de Emissão (inclusive) até 25 de agosto de 2023 (inclusive) • 1,10%, se a partir de 25 de agosto de 2023 (exclusive) até 25 de novembro de 2023 (inclusive) • 1,10%, se a partir de 25 de novembro de 2023 (exclusive) até 25 de fevereiro de 2024 (inclusive) • 0,98%, se a partir de 25 de fevereiro de 2024 (exclusive) até 25 de maio de 2024 (inclusive) • 0,91%, se a partir de 25 de maio de 2024 (exclusive) até 25 de agosto de 2024 (inclusive) • 0,85%, se a partir de 25 de agosto de 2024 (exclusive) até 25 de novembro de 2024 (inclusive) • 0,73%, se a partir de 25 de novembro de 2024 (exclusive) até 25 de fevereiro de 2025 (inclusive) Oferta de Resgate Antecipado A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Notas Comerciais, endereçada a todos os titulares das Notas Comerciais, sendo assegurado a todos os titulares das Notas Comerciais igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Comerciais por eles detidas. O valor a ser pago aos titulares das Notas Comerciais será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem resgatadas, (i) acrescido da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Notas Comerciais objeto da Oferta de Resgate Antecipado e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, e (ii) se for o caso, aplicando-se sobre o valor total um prêmio informado pela Companhia na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.
---	--

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Restrições: As principais hipóteses que acarretam o vencimento antecipado das Notas Comerciais são: (i) descumprimento dos índices e limites financeiros, calculados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas ao final de cada exercício, a partir das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das notas comerciais: o índice obtido pela divisão de dívida líquida por EBITDA deve ser inferior ou igual a 3,0x; (ii) inadimplemento; (iii) resgate, amortização ou bonificação de ações da Companhia, ou ainda, distribuição e/ou pagamento (inclusive por meio de antecipação) pela Companhia de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras remessas de recursos aos acionistas da Companhia, exceto nos casos previstos no Termo de Emissão; (iv) redução de capital social da Companhia, exceto nos casos previstos no Termo de Emissão; (v) alteração do controle acionário direto ou indireto da Companhia, exceto nos casos previstos no Termo de Emissão; (vi) (a) incorporação (de sociedades e/ou de ações) da Companhia por quaisquer terceiros; (b) fusão ou cisão da Companhia; e/ou (c) a realização pela Companhia de qualquer reorganização societária, exceto nos casos previstos no Termo de Emissão.

Garantia: N/A

Espécie: Quirografária.

Juros: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 2,70% ao ano, base 252 Dias Úteis.

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Exceto se de outra forma previsto no Termo de Emissão, qualquer matéria a ser deliberada pelos titulares das Notas Comerciais deverá ser aprovada, tanto em primeira quanto em segunda convocação, por titulares das Notas Comerciais que representem, pelo menos, 2/3 das Notas Comerciais em Circulação. Mediante proposta da Companhia, a Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais poderá, por deliberação favorável de titulares das Notas Comerciais titulares de, no mínimo, 75% das Notas Comerciais em Circulação, aprovar qualquer modificação relativa às características das Notas Comerciais, que impliquem: (i) alteração da Remuneração; (ii) alteração da Data de Pagamento da Remuneração ou de quaisquer valores previstos neste Termo de Emissão; (iii) alteração das Datas de Vencimento das Notas Comerciais e da vigência das Notas Comerciais; (iv) alteração dos valores, montantes e datas de Amortização do principal das Notas Comerciais; (v) alteração da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, inclusive sua exclusão; (vi) a alteração dos quóruns de deliberação previstos neste Termo de Emissão; (vii) alteração das disposições desta Cláusula; (viii) na criação de evento de repactuação; e (ix) alteração das disposições relativas à Aquisição Facultativa, à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, à Amortização Extraordinária Obrigatória e ao Resgate Antecipado Obrigatório.

Outras características relevantes

Amortização Extraordinária: Não será admitida a realização de amortização extraordinária parcial facultativa das Notas Comerciais.

Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, Resgate Antecipado Facultativo ou Oferta de Resgate Antecipado, nos termos previstos no Termo de Emissão, a Remuneração será paga trimestralmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 25/08/2023, os demais pagamentos sempre no dia 25 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, e o último na Data de Vencimento.

Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos titulares das Notas Comerciais, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2%; e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago.

Valor mobiliário

Debêntures

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	Terceira emissão de debêntures simples
Data de emissão	01/08/2024
Data de vencimento	15/07/2027
Quantidade	495.963
Valor nominal global R\$	495.963.000,00
Saldo Devedor em Aberto	497.963.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários (i) entre Investidores Profissionais, a qualquer momento; (ii) entre Investidores Qualificados, após decorridos 6 (seis) meses da data de divulgação do Anúncio de Encerramento; e (iii) ao público investidor em geral, após decorrido 1 (um) ano da data de divulgação do Anúncio de Encerramento, nos termos do disposto no artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160. As restrições à negociação das Debêntures previstas deixam de ser aplicáveis caso a Companhia realize oferta subsequente de debêntures de emissão da Companhia destinada ao público investidor em geral e sujeita ao rito de registro ordinário de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto no artigo 28 e seguintes da Resolução CVM 160, observado o disposto no artigo 86, parágrafo 4º, da Resolução CVM 160.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a partir do 24º mês a contar da Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série, ou seja 15 de julho de 2026, e com aviso prévio aos Debenturistas por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 4.19 acima ou de comunicação individual aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3, de 5 (cinco) Dias Úteis anteriores da data do evento ("Data do Resgate Antecipado"), o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série ("Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série"), com o consequente cancelamento das Debêntures da Primeira Série, mediante o pagamento aos Debenturistas do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado, acrescido de prêmio conforme indicado na tabela abaixo, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures da Primeira Série, aplicado sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme aplicável, conforme fórmula descrita: $J = VRe \times [(1+i)^{(d/252)} - 1]$. onde: P = Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento; VRe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado, pro rata temporis, desde a Data da Primeira Subscrição e Integralização, ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); d = quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a Data do Resgate Antecipado (inclusive) e a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (exclusive); e i = 0,50% a.a.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Remuneração das Debêntures da Primeira Série: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) de 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da Primeira Série”). Garantia: N/A Espécie: Quirografária
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aprovação em assembleia por debenturistas representando no mínimo 75% das debêntures em circulação, em primeira ou segunda convocação.
Outras características relevantes	Vencimento das Debêntures da 1ª Série: 15/07/2027 Pagamento da remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual Oferta de Resgate Antecipado ou Evento de Vencimento Antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga semestralmente, sem carência, no dia 15 dos meses de janeiro e julho, até 15 de janeiro de 2027. Atualização monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice. Local de pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3 terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador ou, conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim, ou ainda na sede da Emissora, se for o caso. Amortização extraordinária: O Emissor poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 24º mês a contar da Data de Emissão, ou seja, 15 de julho de 2026 para as Debêntures da Primeira Série, observado o limite de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, mediante o pagamento de prêmio aos Debenturistas, de acordo com os termos e condições previstos nesta Cláusula. Aquisição facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir, total ou parcialmente, Debêntures, desde que observe as regras expedidas pela CVM, o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo o fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras (e/ou informações financeiras trimestrais) da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus às mesmas Remunerações aplicáveis às demais Debêntures da Primeira Série

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Quinta Emissão de Notas Comerciais
Data de emissão	05/11/2024
Data de vencimento	05/11/2026
Quantidade	80.000
Valor nominal global R\$	80.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	80.000.000,00
Restrição a circulação	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	Restrição à negociação das Notas Comerciais no Mercado Secundário. Nos termos do artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160, a revenda das Notas Comerciais será restrita apenas aos Investidores Profissionais e só será permitida (a) aos Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) após decorridos 6 (seis) meses da data de encerramento da Oferta; e (b) ao público investidor em geral após decorridos 1 (um) ano da data de encerramento da Oferta, sem prejuízo do envio do anúncio de início de distribuição nos termos dos artigos 13 e 59, II, da Resolução CVM 160 (“Anúncio de Início”) e do anúncio de encerramento da Oferta, nos termos dos artigos 13 e 76 da Resolução CVM 160 (“Anúncio de Encerramento”), a serem divulgados nas páginas da rede mundial de computadores da Emitente, do Coordenador Líder, da B3 e da CVM.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo. A Emitente poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido (ii) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário; (iii) demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo; e (iv) de prêmio flat aplicável sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, nos termos previstos no Termo de Emissão, conforme a tabela abaixo: Data de Resgate Antecipado Facultativo - Prêmio sobre saldo do Valor Nominal Unitário • Entre 05/11/2024 (inclusive) e 05/05/2026 (exclusive) - 1,10% • Entre 05/05/2026 (inclusive) e 05/11/2026 (exclusive) - 0,70% Oferta de Resgate Antecipado. A Companhia poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar a oferta de resgate antecipado das Notas Comerciais (“Oferta de Resgate Antecipado”), sem necessidade de qualquer aprovação adicional pelos titulares das Notas Comerciais, os quais deverão obrigatoriamente aceitar a realização da Oferta de Resgate Antecipado, nos termos previstos no Termo de Emissão. Vencimento Antecipado. As Notas Comerciais poderão ser consideradas vencidas antecipadamente na ocorrência de qualquer um dos eventos de vencimento antecipado descritos no Termo de Emissão (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”), respeitadas as demais disposições previstas no Termo de Emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Restrições: As principais hipóteses que acarretam o vencimento antecipado das Notas Comerciais são: (i) descumprimento dos índices e limites financeiros, calculados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas ao final de cada exercício, a partir das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das notas comerciais: o índice obtido pela divisão de dívida líquida por EBITDA deve ser inferior ou igual a 3,0x; (ii) inadimplemento; (iii) resgate, amortização ou bonificação de ações da Companhia, ou ainda, distribuição e/ou pagamento (inclusive por meio de antecipação) pela Companhia de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras remessas de recursos aos acionistas da Companhia, exceto nos casos previstos no Termo de Emissão; (iv) redução de capital social da Companhia, exceto nos casos previstos no Termo de Emissão; (v) alteração do controle acionário direto ou indireto da Companhia, exceto nos casos previstos no Termo de Emissão; (vi) (a) incorporação (de sociedades e/ou de ações) da Companhia por quaisquer terceiros; (b) fusão ou cisão da Companhia; e/ou (c) a realização pela Companhia de qualquer reorganização societária, exceto nos casos previstos no Termo de Emissão.

Garantia: N/A

Espécie: Quirografária.

Juros: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 1,40% ao ano, base 252 Dias Úteis.

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Exceto se de outra forma previsto no Termo de Emissão, qualquer matéria a ser deliberada pelos titulares das Notas Comerciais deverá ser aprovada, tanto em 1ª (primeira) quanto em 2ª (segunda) convocação, por titulares das Notas Comerciais que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Notas Comerciais em Circulação. Mediante proposta da Emitente, a Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais poderá, por deliberação favorável de titulares das Notas Comerciais titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Comerciais em Circulação, aprovar qualquer modificação relativa às características das Notas Comerciais, que impliquem: (i) alteração da Remuneração; (ii) alteração da Data de Pagamento da Remuneração ou de quaisquer valores previstos neste Termo de Emissão; (iii) alteração das Datas de Vencimento das Notas Comerciais e da vigência das Notas Comerciais; (iv) alteração dos valores, montantes e datas de Amortização do principal das Notas Comerciais; (v) alteração da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, inclusive sua exclusão; (vi) a alteração dos quóruns de deliberação previstos neste Termo de Emissão; (vii) alteração das disposições desta Cláusula; (viii) na criação de evento de repactuação; e (ix) alteração das disposições relativas à Aquisição Facultativa, à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, à Amortização Extraordinária Obrigatória e ao Resgate Antecipado Obrigatório.

Outras características relevantes

Amortização Extraordinária: Não será admitida a realização de amortização extraordinária parcial facultativa das Notas Comerciais.

Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, Resgate Antecipado Facultativo ou Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), nos termos previstos neste Termo de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 05 de maio de 2025, os demais pagamentos sempre no dia 05 dos meses de novembro e maio de cada ano, e o último na Data de Vencimento.

Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emitente de qualquer quantia devida aos titulares das Notas Comerciais, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emitente ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	2738	134	136
Nota Comercial	0	1	0

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 - Mercados de negociação no Brasil

Na data deste Formulário de Referência, as ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), no segmento especial de governança corporativa denominado Novo Mercado, sob o *ticker* de negociação "CEAB3".

O código ISIN das ações da Companhia é BRCEABACNOR1.

Adicionalmente, as Debêntures e as Notas Comerciais descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência são admitidas à negociação no módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários da B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 - Destinação de recursos de ofertas públicas

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão foram integralmente utilizados para (i) reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia e (ii) alongamento do prazo médio do endividamento da Companhia.

3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública sob Rito de Registro Automático

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão foram integralmente utilizados para alongamento do prazo médio do endividamento da Companhia.

1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos

Os recursos líquidos captados por meio da Emissão foram integralmente destinados à reforço de caixa e alongamento do prazo médio das dívidas da Companhia.

3ª (Terceira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, em rito de Registro Automático

Os recursos líquidos captados por meio da Emissão foram integralmente destinados para o capital de giro da Companhia.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve qualquer desvio entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos da oferta.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que não houve qualquer desvio.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 Outras informações relevantes

Em complemento às informações indicadas no item 12.3 deste Formulário de Referência, seguem abaixo as descrições de outras características relevantes das emissões de valores mobiliários da Companhia.

Primeira emissão de notas comerciais escriturais da Companhia

Colocação e Procedimento de Distribuição: As Notas Comerciais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, com a intermediação de instituição intermediária líder integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Notas Comerciais serão emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do titular das Notas Comerciais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais.

Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Notas Comerciais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, na Data de Emissão, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. As Notas Comerciais poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido de comum acordo entre a Companhia e o Coordenador Líder, no ato de subscrição das Notas Comerciais, observado que referido ágio ou deságio deverá ser aplicado de forma igualitária à totalidade dos titulares das Notas Comerciais em cada data de integralização

Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Notas Comerciais nela custodiadas eletronicamente; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Notas Comerciais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.

Terceira emissão de notas comerciais escriturais da Companhia

Colocação e Procedimento de Distribuição: As Notas Comerciais serão objeto de distribuição pública, destinada à Investidores Profissionais, em rito de registro automático, sob o regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Notas Comerciais, com a intermediação de instituição intermediária líder integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, nas condições previstas no "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, Sob Rito de Registro Automático, Sob Regime de Garantia Firme para a totalidade das Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, da 3ª (Terceira) Emissão da C&A Modas S.A.", a ser celebrado entre a Emitente e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Notas Comerciais serão emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais que estiverem custodiadas eletronicamente

12.9 Outras informações relevantes

na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do titular das Notas Comerciais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais.

Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Notas Comerciais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, na Data de Emissão, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. As Notas Comerciais poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido de comum acordo entre a Emitente e o Coordenador Líder, no ato de subscrição das Notas Comerciais, observado que referido ágio ou deságio deverá ser aplicado de forma igualitária à totalidade dos titulares das Notas Comerciais em cada data de integralização.

Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais serão efetuados pela Emitente no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos operacionais adotados pela B3 para as Notas Comerciais nela custodiadas eletronicamente; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriurador para as Notas Comerciais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Paulo Correa Junior	Diretor Presidente	Registrado	
Laurence Beltrão Gomes	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

PAULO CORREA JUNIOR, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 05.952.323-3 (IFP/RJ), inscrito no CPF/ME sob o nº 926.420.477-68, com endereço comercial na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, na qualidade de Diretor Presidente da **C&A MODAS S.A.**, com sede na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/ME) sob o nº 45.242.914/0001-05 ("Companhia"), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução da CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

PAULO CORREA JUNIOR

Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

LAURENCE BELTRÃO GOMES, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 700.986.108-4 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 585.750.140-72, com endereço comercial na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, na qualidade de Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores da **C&A MODAS S.A.**, com sede na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/ME) sob o nº 45.242.914/0001-0S ("Companhia"), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução da CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

LAURENCE BELTRÃO GOMES

Diretor Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relação com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.